

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO MARCELINO PEREIRA

FAMÍLIAS E PODER NOS TRIBUNAIS DE CONTAS:
UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DOS HERDEIROS DAS CLASSES DOMINANTES

CURITIBA

2020

FERNANDO MARCELINO PEREIRA

FAMÍLIAS E PODER NOS TRIBUNAIS DE CONTAS:
UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DOS HERDEIROS DAS CLASSES DOMINANTES

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutor em
Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

2020

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pereira, Fernando Marcelino

Famílias e poder nos tribunais de contas : uma sociologia política dos herdeiros das classes dominantes. / Fernando Marcelino Pereira. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

1. Tribunais de contas - Paraná. 2. Ministros de finanças. 3. Nepotismo. 4. Famílias de classe alta. 5. Sociologia política.
I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA

No dia trinta de julho de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala virtual, (banca realizada remotamente), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **FERNANDO MARCELINO PEREIRA**, intitulada: **FAMÍLIAS E PODER NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DOS HERDEIROS DAS CLASSES DOMINANTES**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RICARDO COSTA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIUZA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE), ALESSANDRO CAVASSIN ALVES (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE), JOSÉ MARCIANO MONTEIRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE), MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 30 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 15:49:42.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 11:22:54.0

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 15:11:01.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 13:47:24.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 14:25:53.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FERNANDO MARCELINO PEREIRA** intitulada: **FAMÍLIAS E PODER NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DOS HERDEIROS DAS CLASSES DOMINANTES**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 15:49:42.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 11:22:54.0

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 15:11:01.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 13:47:24.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

31/07/2020 14:25:53.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada à minha família e ao NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) da UFPR, cujas pesquisas, sob a coordenação do professor Ricardo Costa de Oliveira, vêm enriquecendo enormemente o conhecimento sobre a política do Paraná.

RESUMO

A tese investiga as origens sociais e políticas de ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas no Brasil. As biografias, genealogias e a prosopografia familiar dos ministros e conselheiros revelam os capitais sociais e políticos, as trajetórias e atuações dentro do Estado. Foram investigados dados biográficos e trajetórias, com informações sobre profissão, formação, gênero, classe social e cargos ocupados pelos atores, suas famílias, parentes e genealogias. A hereditariedade foi analisada como desempenhando um papel crucial na reprodução das classes sociais e do poder no Brasil. Mesmo em instituições vistas como técnicas e não-políticas, como os Tribunais de Contas, a família é uma variável importante no acesso e manutenção do poder. Foi utilizado o conceito de rede de nepotismo e capital político-familiar para demonstrar como algumas famílias se posicionam nos Tribunais de Contas e simultaneamente em vários poderes e instituições para maximizar a sua ação individual e familiar, com ações em grupo, pelos diferentes campos políticos e institucionais. O estudo teve como propósito dar sentido à ação política dos ministros e conselheiros, compreender seu papel no campo político estadual, relações, posicionamento, filiações econômicas e políticas dos seus membros. Analisar a configuração da instituição social e política representada pelos Tribunais de Contas, constituiu-se a principal proposta desta contribuição da pesquisa sociológica, que tem como estudo específico o Paraná.

Palavras-chave: Tribunal de Contas, Instituições de controle, Nepotismo, Família Política.

ABSTRACT

The thesis investigates the social and political origins of ministers and advisers of the Courts of Accounts in Brazil. The biographies, genealogies and family prosopography of the ministers and councilors reveal the social and political capitals, the trajectories and actions within the State. We investigated biographical data and trajectories, with information on profession, training, gender, social class and positions held by the actors, their families, relatives and genealogies. We analyze how heredity plays a role in the reproduction of social classes and power in Brazil. Even in institutions seen as technical and non-political, such as the Courts of Accounts, the family is an important variable in the access and maintenance of power. We use the concept of nepotism network and political-family capital to demonstrate how some families position themselves in the Courts of Accounts and simultaneously in various powers and institutions to maximize their individual and family action, with group actions, across different political and institutional fields. The purpose is to make sense of the political action of ministers and councilors, to understand their role in the state political field, relations, economic and political affiliations of their members. Analyzing the configuration of the social and political institution represented by the Courts of Accounts, was the main proposal of this contribution of sociological research, whose specific study is Paraná.

Key words: Court of Auditors, Control Institutions, Nepotism, Political Family.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: POR UMA SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES E DO PODER	p. 10
1.1. Classes Sociais e Família: fundamentos sociológicos	p. 12
1.2. A centralidade da família na análise da política brasileira	p. 22
1.3. Nossa Pesquisa	p. 40
2. FAMÍLIAS DOMINANTES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	p. 46
2.1. Quadro histórico do Tribunal de Contas da União (TCU)	p. 56
2.2. Composição atual do TCU	p. 64
2.3. Composição dos Tribunais de Contas dos Estados	p. 87
2.4. Tribunais de Contas como instituições familiares	p. 111
3. FAMÍLIAS DOMINANTES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO	
3.1. Famílias políticas no Paraná	p. 111
3.2. Genealogias políticas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná	p. 139
3.3. Conselheiros do TCE-PR	p. 141
3.4. Auditores e Procuradores	p. 172
3.5. Corpo Funcional: Servidores e Aposentados	p. 179
3.6. O TCE-PR como instrumento da classe dominante	p. 191
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – TRIBUNAIS DE CONTAS: UMA INSTITUIÇÃO HEREDITÁRIA	p. 193
5. REFERÊNCIAS	p. 199

1. INTRODUÇÃO: POR UMA SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES E DO PODER

Os Tribunais de Contas como objeto de pesquisa específico até o momento não foram explorados pelas Ciências Sociais. E, diferentemente do Executivo e do Legislativo, o Tribunal de Contas é pouco exposto a pressões da opinião pública, apesar de ser popularmente conhecido como local de coagulação de disputas e deliberações acerca de aspectos relevantes da vida política nacional e estadual. É verdade que estudos recentes têm contribuído para uma compreensão mais abrangente sobre diferentes aspectos e mudanças relacionadas ao perfil e carreira nos diversos níveis políticos. Podemos afirmar que existe certa tradição de estudos que se debruçam na temática da composição do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, estudos sobre a burocracia do Estado, todavia percebemos que as instituições de controle, entre as quais se destaca o Tribunal de Contas, são pouco pesquisadas. Muito pouco se sabe sobre o poder que o Tribunal de Contas exerce sobre os outros poderes e sobre a sociedade, quem são seus ministros e conselheiros, como são escolhidos, como tomam decisões e como agem internamente.

A principal contribuição desta tese é analisar o perfil e a rede de poder em torno desta “elite político-conselheira” e assim acrescentar o conhecimento sobre o nepotismo e a articulação da classe dominante no Brasil e nos Estados. Este estudo, ao montar o complexo tecido relacional dos conselheiros, permitirá analisar a dinâmica do poder dos Tribunais de Contas, sua inserção no ambiente político, suas mudanças no tempo, conexões de nepotismo e a presença de seus membros na esfera política.

Os Tribunais de Contas possuem por escopo examinar despesas dos agentes públicos, apontar irregularidades e superfaturamentos em obras e serviços. Em suma, eles buscam evitar que recursos governamentais sejam desperdiçados. Foi o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que fundamentou a denúncia das fraudes fiscais e motivou o impeachment de Dilma Rousseff, por exemplo. Entretanto, diversos escândalos de corrupção acabam sendo chancelados por auditorias dos

Tribunais de Contas, como são os casos de governadores investigados por fraudar licitações e superfaturar obras a fim de beneficiar empreiteiras, como Aécio Neves, Sérgio Cabral e Beto Richa que tiveram as contas aprovadas nos Tribunais de Contas de seus estados¹.

¹ “Quem fiscaliza os tribunais de contas?”. 12/06/2018. Notícia disponível em <https://apublica.org/2018/06/quem-fiscalizaos-tribunais-de-contas/>

Segundo levantamento da ONG Transparência Brasil, 44 dos 189 conselheiros dos tribunais de contas estaduais respondem a ações na Justiça. Entre eles há acusados de corrupção, falsidade ideológica, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, além de 1 condenado por homicídio, inclusive. Isto é, quase um quarto dos conselheiros respondem por crimes para os quais são pagos para evitar². No Tribunal de Contas da União (TCU), dos nove ministros, quatro estão sendo investigados. Dois deles, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, tiveram os sigilos bancários e fiscais quebrados pela Polícia Federal por serem investigados pela Lava-Jato. No Rio de Janeiro há investigação em andamento que apura denúncia de que 5 dos 7 conselheiros teriam recebido propina para “fechar os olhos” e aprovarem contas irregulares de obras públicas. Em Sergipe, o conselheiro Ulises Andrade foi denunciado pelo Ministério Público daquele estado sob acusação de usar um veículo oficial em benefício próprio. Ele teria utilizado um carro da Secretaria de Educação para transportar pedras de mármore que seriam usadas na construção da sua casa. No Mato Grosso, o ex-parlamentar Sérgio Ricardo é acusado de comprar a vaga no Tribunal de Contas por R\$ 4 milhões³. No Mato Grosso foram afastados cinco conselheiros. Eles são suspeitos de ter recebido R\$ 53 milhões em propinas para não prejudicar o andamento das obras da Copa no estado. O esquema foi revelado em delação do exgovernador Silval Barbosa (MDB) durante a Operação Malebolge da Polícia Federal. Os conselheiros: Valter Albano, Antônio Joaquim, José Carlos Novelli, Waldir Júlio Teis e Sérgio Ricardo de Almeida foram afastados pelo STF. No Espírito Santo, o conselheiro José Antônio Almeida Pimentel foi acusado de receber dinheiro em troca de facilitação e favorecimento para a aprovação de processos perante a corte de contas do Estado. As investigações revelaram também que ele teria oferecido expertise e apoio técnico no direcionamento de processos licitatórios em diversos municípios capixabas. José Antônio é alvo da Operação Moeda de Troca, deflagrada em 2010, que apura fraudes em licitações de municípios no Espírito Santo. Ele saiu do cargo, por decisão do STJ. O conselheiro do TCE do Amapá José Júlio de Miranda Coelho foi igualmente afastado de suas funções em março de 2018 pelo STJ. Ele é acusado de ter cometido 62 vezes o crime de lavagem de dinheiro com uso de terceiros³.

2 PAIVA, Natalia; SAKAI, Juliana. Quem São Os Conselheiros Dos Tribunais de Contas. Transparência Brasil, 2016. 3 “Corrupção em vez de fiscalização” 01/04/2017, disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/04/01/interna_politica,858956/corruptao-em-vez-fiscalizacao.shtml

3 “Tribunais de contas, os permissivos fiscais expostos pela Lava Jato”. 19/06/2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/politica/1529363920_012702.html

Casos deste tipo abundam nos Tribunais de Contas no Brasil. Nossa tese visa elucidar e identificar os grupos familiares que atuam nos tribunais de contas. Suas estratégias de conquista, manutenção e duração histórica no poder, atuando nos tribunais e na estrutura do Estado. Trata-se de uma análise sociológica acerca dos Tribunais de Contas no Brasil, buscando compreender a parcela significativa dos ministros e conselheiros como integrantes de famílias ligadas ao poder político, econômico, social e jurídico, aqueles que concentram poder, riqueza, status e autoridade, atravessando gerações.

MARCO TEÓRICO

1.1 CLASSES SOCIAIS E HEREDITARIEDADE: FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS

Cientistas sociais e economistas frequentemente subestimam a hereditariedade na reprodução das classes sociais. Muitos corroboram da percepção que o capitalismo moderno pressupõe um alto grau de mobilidade social e que os mais capazes vencem na competição pelas melhores oportunidades. É fascinante a ideia de meritocracia dizendo que vivemos numa sociedade em que os indivíduos podem ir tão longe quanto os próprios méritos possam levar, que os indivíduos bem sucedidos são aqueles que combinam fatores como habilidades inatas, trabalho duro, atitude correta e alto caráter moral e integridade. Tudo dependeria da capacidade e da vontade de cada um. Com a disseminação da ideologia em torno da “meritocracia”, não são poucos que tendem a pensar que a sociedade deveria funcionar, sem contar aqueles que acham que a sociedade já funciona atualmente assim.

Apesar de alguns terem apressadamente formulado “novas teorias” para concluir que as classes sociais teriam desaparecido ou que não eram mais atores relevantes na sociedade, está renascendo o debate sobre as classes sociais. As mudanças promovidas pelos governos Lula e Dilma – como a elevação do salário mínimo, ampliação do crédito, geração de empregos formais e programas sociais de distribuição de renda - fizeram emergir um amplo setor da população brasileira antes excluída do mercado. Muitos atribuíram equivocadamente a este fenômeno a formação de uma “nova classe média” (NERI, 2012), o que facilitou a retomada da discussão sobre as classes sociais e suas lutas. Ficou evidente que é essencial estabelecer alguns critérios para a definição das classes sociais. Afinal de contas, existem diversas metodologias para classificação social. O próprio conceito “classe social” sofre uma marcante ausência de consenso na definição de

quais critérios inserem os agentes dentro das classes e, conseqüentemente, quais seriam seus interesses e posições na luta de classes.

A classificação dos seres humanos conforme sua posição na divisão social da propriedade e no processo produtivo não é uma “invenção marxista”, como pensam alguns. Mesmo os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, em sua tentativa de explicar as novas formas produtivas capitalistas, tiveram a divisão da propriedade como base para a análise da classificação social. Segundo Smith e Ricardo, a nova modalidade de produção se confrontava com três classes de atores: a) a dos proprietários territoriais, que vivia da renda fundiária, materializada na forma de trabalho (corveia), produtos (parcela da produção), ou dinheiro (aluguéis); b) a dos proprietários capitalistas, que vivia de lucros, de juros e aluguéis; e c) a dos que não possuíam propriedades capazes de gerar rendas, lucros, juros e aluguéis, mas possuíam força de trabalho. Essa terceira classe podia vender sua força de trabalho, por determinado tempo, em troca de salário, aos proprietários territoriais e capitalistas, para lavrar e cultivar a terra e colher a safra, para movimentar as ferramentas e máquinas e processar as matérias primas para produzir bens de uso (SMITH, 1988; RICARDO, 1965).

Karl Marx adotou o mesmo critério histórico de classificação das classes e da relação de cooperação e luta entre elas, conforme aceita por aqueles economistas clássicos. Porém, ao contrário deles, estabeleceu que, do mesmo modo que a burguesia mercantil fora a classe que, em luta contra os senhores feudal, os superara e os liquidara como classe, o proletariado era a classe que mais fortemente se opunha ao capitalismo, tendendo a superá-lo e a liquidar não apenas a burguesia, mas também a si próprio como classe. Embora esta tese de Marx gere uma polêmica intensa, seu critério básico para a diferenciação entre as classes, isto é, a relação com a propriedade ou, em outras palavras, a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo e de troca, se mostrou pertinente para a análise da estrutura de classes das sociedades.

Para Marx as classes sociais representam grandes grupos sociais definidos por sua inserção nas relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais de produção, em particular nas relações das classes entre si gerando interesses intrinsecamente opostos e antagônicos. As classes deste gênero tendem a ser duas: a classe dirigente e detentora dos meios de produção e a classe executante, privada dos meios de produção e trabalhando para a primeira. As formas específicas desta relação contraditória é o que caracteriza diferentes modos de produção.

A constatação dessa bipolaridade no modo de produção capitalista não significa que Marx exclua a existência de outras classes nas formações sociais capitalistas. No último capítulo de O

Capital, Marx chama a atenção para o fato de as camadas intermediárias e transitórias da sociedade obscurecerem os limites das classes (MARX, 1996). Antes, em *A Luta de Classe na França, 1848/1850* e *O Dezoito Brumário*, Marx já fornecia uma análise de classe de uma situação política. Seu exame da aristocracia financeira, burguesia industrial, pequena burguesia, campesinato, lumpemproletariado, proletariado industrial, burocratas, profissionais liberais, burguesia monárquica e grande burguesia na França não apenas produziu um grande número de termos classistas, mas também os combinou com uma visão de estado, das instituições e partidos políticos. É possível identificar que Marx procurou estabelecer a determinação objetiva dos agentes de acordo com as relações de produção, isto é, as injunções econômicas, sem se afastar dos caracteres políticos e ideológicos. Menos do que uma classe que possui determinada renda, as classes só existem se relacionando e lutando com e contra outras classes. Nenhuma classe tem uma lógica independente. A complexa relação destes elementos, que nunca aparecem isoladamente, conflui numa noção mais aprofundada das classes e, principalmente, da luta de classes (MARX, 1956).

Entrementes, quando se trata de estudos empíricos o conceito de classe é usado com significados muito diferentes. No Brasil é comum encontrar pesquisas com classificações como o Critério Brasil, o critério do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e o critério do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Todos estes são critérios objetivos de estratificação social e econômica, variando entre critérios multidimensionais (Critério Brasil) e unidimensionais (FGV e IBGE). Os critérios unidimensionais levam em consideração apenas uma variável, como, por exemplo, a renda ou o tipo de ocupação. Os critérios multidimensionais levam em consideração um conjunto de variáveis para classificar a sociedade, como renda, educação, ocupação, bens disponíveis no domicílio, dentre outras. As pesquisas que estabelecem o critério de renda para definição de classe se diferenciam apenas pelo valor variável aplicado. As pesquisas do IBGE, por exemplo, são baseadas no número de salários mínimos e se dividem em cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a tabela abaixo válida para o ano de 2015 (salário mínimo em R\$ 788,00).

Outro critério utilizado pela maioria dos institutos de pesquisa para classificar os estratos da sociedade é baseado na capacidade de consumo. A metodologia de cálculo e caracterização das classes mais conhecida por este método é o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), utilizada em pesquisas regulares da [ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa](#). Trata-se de um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre

faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definida por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E.

O Critério Brasil divide a sociedade em oito grupos, classificados de acordo com o acesso a uma série de bens e serviços, com algumas variáveis sociais sendo consideradas. As variáveis incluíam a posse e quantidade de certos produtos e a renda. Os itens utilizados englobam o número de automóveis, de aparelhos de TV em cores, de rádios, de banheiros, de máquina de lavar roupa, de geladeira e freezer, de videocassete/DVD, de empregados domésticos, além do nível de instrução do chefe de família.

Entretanto, é evidente que a análise da posse ou não de bens selecionados não reflete necessariamente o compartilhamento de características e/ou diferenças para agrupá-las em uma mesma classe. O que não se percebe é que o consumo é resultado de um complexo processo de diferenciação social. Esta metodologia de classificação social não leva em consideração que pessoas de mesmo nível de rendimento podem possuir preferências distintas, o que as levarão a consumir produtos diferentes umas das outras. Também são desconsideradas as diferenças de classe de cada produto. Enfim, o consumo se define pelos estilos de vida gerados pelo *habitus* de cada classe e fração de classe.

Estudos para medir a desigualdade social baseados em critérios de renda tendem a subestimar fatores de fundo que reproduzem as classes sociais e seus privilégios. Informações sobre a distribuição de renda oferecem relativamente pouca informação sobre as características dos indivíduos e suas famílias. Portanto, a renda não equivale à classe, por mais que as classes existam através da relação social que distribui renda tendo por base as relações de propriedade (POCHMANN, 2012).

Renda e consumo são efeitos do processo de diferenciação social cuja origem se remete a toda transmissão invisível e imaterial da socialização familiar e que acabam por produzir sujeitos com diferentes capacidades de acordo com a classe. Embora o esforço para entender as desigualdades sociais pela distribuição de renda ou capacidade de consumo não seja trivial, buscar entender as variações de socialização familiar das classes sociais pode ser um melhor caminho para obter um quadro mais completo da desigualdade no país.

A renda também diz muito pouco sobre a relação entre classe e ação política. O resultado é que a desigualdade social aparece como se fosse um produto dado da realidade, sem a ação de grupos ricos e poderosos. Por isso, quando se busca apenas quantificar a desigualdade (seja pela renda ou consumo), este tipo de classificação também passa longe do essencial, pois não explica

como a desigualdade se reproduz por meio de interesses dominantes na forma de redes familiares e sociais de riqueza e poder. Quando pensamos nas classes em termos de longa duração, precisamos de mais recursos do que dados sobre a renda e o acesso a bens de consumo para compreender mecanismos de reprodução e dominação social.

Ao transformar as classes em categorias econômicas autônomas, este tipo de pesquisa desconsidera que cada classe mobiliza capitais específicos. Jessé Souza entende que o tema da produção e reprodução das classes sociais no Brasil é dominado por uma *leitura economicista* e redutora da realidade social, que pressupõe que as determinações econômicas (renda ou consumo) são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe (SOUZA, 2015). Em suas palavras:

as classes sociais se formam pela herança afetiva e emocional, passada de pais para filhos no interior dos lares, de modo muitas vezes implícito, não consciente e inarticulado. São esses estímulos, que são muito distintos dependendo do ambiente familiar típico de cada classe social, que irão construir formas específicas de agir, reagir, refletir, perceber e se comportar no mundo. E é precisamente a presença ou falta de certos estímulos, por exemplo, estímulos para a disciplina, para o autocontrole, para o pensamento prospectivo, para a concentração, que irá definir as classes vencedoras e perdedoras antes mesmo do jogo da competição social se iniciar de forma mais explícita (SOUZA, 2009).

Entretanto, como assevera Wladimir Pomar, tomar a propriedade dos meios de produção (basicamente, na sociedade capitalista, capital dinheiro e capital meios de produção, circulação e distribuição) como critério básico para a análise e classificação das classes sociais só se torna *economicista* se não forem tomadas na devida conta as peculiaridades históricas de cada uma dessas classes, isto é, se não forem considerados seu grau histórico de participação na renda e na renda social acumulada, seu padrão de vida, nível educacional, qualificação técnica, nível cultural, nacionalidade, religiosidade, e igualdade de gênero, social, racial e política. Ou seja, qualquer classe social da atualidade do mundo capitalista, em cada país ou região, possui características comuns quanto à propriedade e às relações de produção, mas características diferentes, relacionadas com a história de desenvolvimento local do capitalismo e da luta de classes (POMAR, 2012). Em grande medida, estes critérios elencados por Pomar se remetem as formas de transmissão familiar das riquezas materiais e imateriais.

Uma importante abordagem que leva em consideração a família na reprodução das classes sociais encontra-se na obra de Pierre Bourdieu. Ele concebe o pertencimento de classe não apenas pela propriedade ou ausência de propriedade, mas pela apropriação diferenciada dos diferentes

tipos de capital (capital econômico, capital cultural, capital social etc.). Desse modo, sua definição implica não apenas as propriedades econômicas das classes sociais, mas também seus recursos culturais, em termos de títulos escolares e de meios não escolares de se apropriar da cultura legítima, como através da socialização familiar, que pode incutir disposições para a leitura, a escrita ou uma disposição estética, que colocam alguns grupos sociais em vantagem na competição social com outros grupos, desprovidos dos mesmos recursos.

Bourdieu propõe a construção teórica do espaço social cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução dessas duas propriedades, manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social. Desse modo, os agentes estão distribuídos no espaço social global de acordo com o volume global de capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis; e, numa segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, ou seja, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital no volume total de seu capital. A primeira dimensão estabelece a distinção entre as grandes classes de condições de existência, enquanto a segunda estabelece a distinção segundo as frações de classe (BOURDIEU, 1987).

Bourdieu destaca que as escolhas dos indivíduos devem ser compreendidas a partir do seu gosto e não a partir de sua renda, como defendem os economistas. Ele destaca que o conceito de estilo de vida é importante para pensar de que maneira as diferenças no campo das posições sociais se expressam no interior de um espaço simbólico. Para Bourdieu, os estilos de vida constituem a “retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”, expressão do *habitus*, definido por Bourdieu como princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, como sistema de classificação de tais práticas, ou seja, como capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e produtos. É na relação entre essas duas capacidades que definem o *habitus* que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida. Nesse sentido, somente pela construção do *habitus* como fórmula geradora de práticas e de julgamentos que a relação entre as características pertinentes da condição econômica e social e os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida se torna inteligível. Enquanto produto das condições materiais da existência, o *habitus* se constitui em necessidade incorporada, em um sistema de disposições duráveis e transponíveis que realiza uma aplicação sistemática e universal e se estende para além do que foi diretamente adquirido, para além da necessidade inerente às condições de aprendizagem. Deste modo, a unidade e sistematicidade observada no conjunto das práticas e propriedades de um agente – ou mesmo do

conjunto de agentes que são o produto de condições semelhantes – é a fórmula generativa que está no princípio do gosto e do estilo de vida (BOURDIEU, 2013).

Bourdieu entende que a família tem um papel determinante na transmissão de *habitus* específicos na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações, o que garante de forma duradoura alguns sentimentos que devem garantir a integração do grupo familiar. Nesta perspectiva, a integração funciona como uma condição necessária para a persistência da unidade familiar. Além disso, “os ritos de instituição (palavra que vem de *stare*, manter-se, ser estável) visam constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais” (BOURDIEU, 2013). Esta “uma ficção bem fundamentada” gera o que Bourdieu denomina de “espírito de família”: uma série de atitudes presentes nas dinâmicas familiares, como generosidade, solidariedade, ajuda mútua entre seus membros, troca de gentilezas, entre outras. Independente do contexto social, nas palavras de Bourdieu, a família seria “o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Esse processo que se inicia ao nascer entende-se ao longo de toda vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família” (BOURDIEU, 1996). Deve-se pensar na família como instância de socialização responsável pela incorporação do *habitus* primário, os esquemas cognitivos incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar. Compreende-se assim a importância da família uma vez que é por intermédio dos processos de interação familiar que ocorrem os primeiros processos de socialização. Mesmo que ao longo de suas trajetórias de vida os sujeitos compartilhem outros modos de socialização que ultrapassam a esfera familiar (escola, grupo de pares, amizades, namoros, grupos religiosos, entre outros), e assim, progressivamente, vão reestruturando o *habitus* primário, é na socialização primária ou, dito de outra forma, na socialização familiar que ocorre a incorporação das disposições mais duradouras dos indivíduos, os esquemas de percepção, classificação e ação.

Nesta mesma perspectiva, Cynthia Sarti define a família como um lugar em que se aprendem as primeiras falas, onde se constrói a imagem do mundo exterior e interior, local de ordenação e sentido das experiências vividas. Sua relevância se relaciona ao fato da família ser a responsável pelas primeiras percepções, valores e crenças sobre o mundo social. Em suas palavras a família é:

uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será, por eles, reproduzida e resignificada, à sua maneira, dados os

distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. Vista como uma realidade que se constitui pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo, portanto, entre mim e o outro (SARTI, 2004, p.13).

A família constitui-se como um meio privilegiado de transmissão seja de um nome, do sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou de uma profissão. O processo de transmissão na família é fundamental para a construção de si, isto é, para a formação da identidade do indivíduo. As gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo. Por isso a história de cada sujeito inicia-se em uma pré-história que antecede o nascimento, em que é tecida uma trama de expectativas, fantasias e desejos dos ascendentes. Ou seja, o indivíduo, mesmo antes de nascer, já recebe uma projeção familiar e vem ao mundo inserido em uma história preexistente da qual ele é herdeiro e também prisioneiro (FALKE, 2005).

A psicanálise, desde Freud, entende que a função do grupo familiar é transmitir uma herança psíquica adquirida, perpetuando e conservando a sua identidade. Nesse sentido, em “Totem e Tabu”

(1913), Freud afirma que “nenhuma geração pode ocultar à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise mostrou que todos possuem na atividade mental inconsciente um “apparatus” que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos” (FREUD, 2006, p.124).

Freud aponta duas formas centrais de transmissão: uma delas passa pela cultura e pela tradição; a outra, pela parte orgânica da vida psíquica das gerações. Não fica claro até que ponto se refere a ideias inatas ou fixadas pela cultura. A ideia que marca esse texto é a da existência de uma hereditariedade psicofilogenética. Em *O ego e o id* (1923), o inconsciente hereditário e transgeracional é apontado como parte dessas aquisições da humanidade, dos legados geracionais e arcaicos. Contudo, as disposições psíquicas herdadas necessitam de estimulação, de experiências reais de vida, para que seu funcionamento seja atualizado (FREUD, 1990).

Para o psicanalista Jacques Lacan, entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, na primeira educação, na repressão dos instintos e na aquisição da língua materna. A família preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e, mais amplamente, transmite estruturas de comportamento e representação que ultrapassam os limites da consciência. Desse modo a família estabelece uma continuidade psíquica

entre as gerações (LACAN, 1985). Kaës ressalta que a família apresenta um duplo eixo estruturante: o eixo horizontal, o qual oferece suporte ao sujeito por meio das identificações mútuas com seus semelhantes, e o eixo vertical, da filiação e das afiliações, que inscrevem o sujeito na sucessão de movimentos de vida e de morte no percurso das gerações (KAES, 1997).

É neste sentido que o conceito de famílias de classe, proposto por Daniel Bertaux, nos ajuda a pensar a família como eixo de construção das diferenças sociais. Ele desenvolveu a metodologia de pesquisa social denominada de antroponomia, baseada em histórias de vida e na reconstrução social de estudos de caso sobre famílias. A perspectiva de investigação atravessa as gerações e forma um conjunto de indivíduos relacionados entre si, com suas biografias, datas, cronologias, locais e principalmente as suas profissões e o seu lugar na estrutura social. A relação entre pai e filho de proprietários de capital, por exemplo, está fundamentalmente baseada na herança. O filho é visto como herdeiro e constitui uma justificação para acumulação de capital. Os filhos dos trabalhadores não têm esta relação com os pais. A relação entre marido e mulher também muda. Na classe trabalhadora o trabalho da mulher é crucial para a reprodução da força de trabalho masculina. Na família burguesa isso é bem mais relativo. Conforme Bertaux, a hereditariedade não se dá apenas pela influência das instituições que perpetuam as desigualdades, mas sobre tudo porque os filhos das diferentes classes sociais são criados de formas muito diferentes. Para ele, é limitada a visão que atribui à escola um desempenho decisivo na construção da hereditariedade e imputa à família a responsabilidade pela transmissão mais intensa de capital cultural aos filhos, que comporão gerações de proletários que se redesenham ao longo da história (BERTAUX, 2012).

Jesse Souza afirma que cada classe social possui seu próprio conjunto de características psicossociais incorporadas. Os indivíduos são produzidos por uma cultura de classe específica, o que dá origem e reproduz a desigualdade social por meio de transferência de valores e reprodução de privilégios, abrindo ou reduzindo possibilidades (casamentos, amizades, relações...). É pela família que cada sujeito recebe um acúmulo de conhecimentos e as regras morais que asseguram acesso privilegiado aos bens e recursos escassos em disputa na sociedade. O pertencimento de classe é definido, com alta probabilidade pelo menos e na imensa maioria dos casos, pela herança de classe – pela presença ou ausência relativa de capital cultural e capital econômico – na qual se é socializado. As classes sociais se formam pela herança afetiva e emocional, passada de pais para filhos no interior dos lares, de modo muitas vezes implícito, não consciente e inarticulado. São esses estímulos, que são muito distintos dependendo do ambiente familiar típico de cada classe social, que irão construir formas específicas de agir, reagir, refletir, perceber e se comportar no mundo. E é precisamente a presença ou falta de certos estímulos, por exemplo, estímulos para a disciplina, para o autocontrole, para o pensamento prospectivo, para a concentração, que irá definir

as classes vencedoras e perdedoras antes mesmo do jogo da competição social se iniciar de forma mais explícita (SOUZA, 2015). Em suas palavras,

as famílias de uma mesma classe social ensinam coisas muito semelhantes aos filhos, e é isso que explica que esses filhos de uma mesma classe encontrem amigos, namorados e, depois, esposas e maridos da mesma classe e comecem todo o processo de novo. A “endogenia de classe”, ou seja, o fato de as pessoas, em esmagadora maioria, se casarem dentro de uma mesma classe, mostra, de modo claro e insofismável, que as famílias reproduzem, na verdade, valores de uma classe social específica. O fato de o senso comum nunca perceber a presença das classes e da economia moral que vai determinar o comportamento peculiar de cada classe é o que explica precisamente que a “determinação social” dos comportamentos individuais seja sistematicamente escondida e “esquecida”. Como esse aspecto central é deixado às sombras, pode-se culpar “indivíduos” por destinos que eles, na verdade, não escolheram (SOUZA, 2015, p. 134).

O tipo de socialização familiar é determinante no contínuo processo de reprodução de desigualdades sociais. As classes, a depender da riqueza e do poder, desenvolvem socializações próprias, capazes de transmitir a sobrevivência e a reprodução de sua condição de classe. Neste sentido, a origem familiar, isso é, as condições de nascimento são cruciais na transmissão e reafirmação das classes sociais e suas condições de luta social. Parte não negligenciável do processo de reprodução cultural e material da sociedade tem lugar no interior da instituição familiar. A formação de classe da família acontece pela transmissão de propriedades, status, prestígio, riquezas, conhecimento, inserção social, valores e moral. Por isso, apesar de ser comum a ideia de que a toda família é igual, as famílias produzem sistemas contrastantes e diferentes relações sociais de acordo com a classe.

As gerações mais velhas, ao transmitirem os valores e os mitos familiares, delegam aos membros da família um papel e um destino, atribuídos pelas leis familiares. Cada família tem suas leis que vão sendo herdadas ao longo do ciclo de vida familiar. São “lealdades invisíveis”, conteúdos, legados e repetições que perpassam as gerações, muitas vezes sem serem nomeados explicitamente. Os compromissos de lealdade tecem uma rede resistente que mantém unidas as partes do sistema familiar e marca o pertencimento do indivíduo ao grupo, o que garante a sobrevivência do grupo familiar através das gerações. Com a lealdade vem o legado, estabelecido como um mandato veiculado através das gerações, que tem por função transmitir às gerações seguintes os principais aspectos da família, aos quais se espera que seja dada continuidade. Isto pode ser notado quando há repetição de nomes na família, ou, por exemplo, em casos de predominância de nomes com sentidos religiosos (BOSZORMENYI & SPARK, 1984). O destino,

muitas vezes, está escrito no berço. A origem social reforça a distinção em termos de acesso à propriedade, moradia, educação, alimentação, lazer, uso do tempo livre e poder político. A reprodução das desigualdades comprova que a distribuição dos indivíduos na hierarquia social segue uma lógica ligada ao nascimento (PEUGHY, 2013, p. 25).

Dessa forma, o estudo da instituição familiar contribui de maneira decisiva para a compreensão da existência e reprodução das classes sociais e instituições que moldam a sociedade. Os processos de incorporação e constituição do *habitus* primário não podem ser pensados sem considerar as diferentes posições sociais ocupadas pelos indivíduos, bem como suas trajetórias. Crianças observam e imitam seus pais quase automaticamente, o que faz existir uma socialização permanente, mesmo quando os pais não estão conscientemente educando seus filhos. Neste processo os pais provem com e sem intenção seus filhos com um estilo de vida que tipifica o pertencimento de classe. Esta socialização transmite uma série de modelos, atitudes, valores, tabus, recursos linguísticos, cognitivos, educacionais, comunicacionais e emocionais, bem como econômicos e patrimoniais. Esta transmissão familiar é um dos principais mecanismos de moldar a trajetória social dos indivíduos. A estrutura de classes permite que os filhos venham a nascer com o mesmo status que seus pais. Conclui-se que existe uma larga persistência de descendentes na formação das classes sociais e que não podemos ignorar que a herança genealógica afeta profundamente a capacidade de mobilidade social. Habilidades herdadas de geração em geração tem forte presença na trajetória dos sujeitos. Passado, presente e futuro estão conectados no processo de reprodução cultural e material da sociedade onde a instituição familiar tem papel crucial pela transmissão (ou não) de propriedades, status, prestígio, riquezas, conhecimento, inserção social, valores e moral.

1.2 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA ANÁLISE POLÍTICA BRASILEIRA

Durante os anos 1920 e com a Revolução de 1930 o Brasil teve uma explosão de criatividade artística e intelectual que se convencionou chamar de “pensamento social brasileiro”, cuja característica principal é a formação de uma plêiade de pensadores cujo brilhantismo e capacidade criativa apenas expressavam o clima de otimismo que passou a reger o Brasil em substituição ao pessimismo inerente aos círculos intelectuais pré-1930. Produtos de uma época, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Otávio Brandão, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Sergio

Buarque de Holanda, Ignácio Rangel, Caio Prado Jr. Alguns dos grandes nomes e verdadeiros símbolos do pensamento nacional pós-1930. Todos pensaram a formação social e política brasileira pensando no presente e no futuro. Para fins desta pesquisa, apresento algumas questões sobre o pensamento de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre que nos ajudam a compreender a centralidade da família na análise política.

Oliveira Vianna pode ser considerado um precursor do pensamento político brasileiro. Publicou seu ensaio “Populações Meridionais do Brasil” em 1920, com grande abrangência de dados e riqueza teórica. Sua qualidade teórica acima da média da época permite que se considere este livro o marco inaugural de uma tradição de interpretação sociológica, que teve continuidade na sociologia política acadêmica, com Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Sylvia de Carvalho Franco (BOTELHO, 2007). Além disso, expôs o caráter utópico do pensamento político brasileiro até então, atrelado a esquemas institucionais inspirados em doutrinas estrangeiras.

Em “Populações meridionais do Brasil” Oliveira Vianna defendeu a ideia de “clã” familiar como causa primeira da dinâmica e evolução da nação brasileira, assentada numa sólida estrutura, “organizada à maneira austera e autoritária da família romana e a família das classes inferiores”. A formação das relações sociais no Brasil poderia ser explicada a partir do povoamento do país, que teve início com uma “família-tronco”, que dominava um dado território e, a seguir, “espalha-se em derredor e vai irradiando por contiguidade. Vezes havia que uma só família tomava conta de um município ou de uma região inteira” (VIANNA, 1987, p. 193). Ele apontou que havia uma nítida diferença entre a organização da família fazendeira, de onde se partiram as ações e a trama em que se fez a história colonial, onde está presente a força motriz da história política brasileira. Dessa forma, a família senhorial torna-se o centro de gravitação das relações sociais. O conceito de “público” era substituído, aqui, pela solidariedade parental ou solidariedade do clã. Em torno dessa “família senhorial”, argumenta Vianna, é que se constroem os “costumes, usos e práticas” (Ibid, p. 188), além das instituições sociais. Em suas palavras: “Em face do perigo iminente dos índios, sempre imprevisos e insidiosos, os membros destas famílias, isoladas em solidão e desamparadas e desassistidas pelas autoridades públicas, eram forçados a se unirem e a se apoiarem mutuamente. Esta atitude, prolongada no plano do tempo, é que acabou por criar esse sentimento de solidariedade, essa tradição de auxílio mútuo” (Ibid. p. 200).

Vianna aponta que esta característica é singular no Brasil, sem qualquer precedente na herança lusitana. Os primeiros colonos que aqui chegaram estabeleceram uma ordem econômica e social de acordo com seus interesses, desde que não interferisse nos interesses de Portugal. Os proprietários de terra reinaram praticamente sozinhos nos três primeiros séculos de colonização.

Atuando por meio de clãs, seus membros eram condicionados a uma trama de relações estáveis, permanentes e tradicionais, absorvendo toda a vida social.

Na base da nossa formação política estariam duas instituições: o clã feudal e o clã parental. O clã feudal os elementos mais combativos ou mais leais ao proprietário, residentes dentro das suas demarcações, a população masculina com capacidade de luta, os pequenos proprietários e pequenos comerciantes vicinais, os homens livres localizados em terras próximas ao domínio. Apresenta uma estrutura hierarquizada, com função de defesa e posteriormente de ataque, voltada para a ampliação dos domínios e de prestígio político do grande proprietário. O clã parental deriva da família “senhorial”, se baseiam na solidariedade de sangue, englobando crias e protegidos educados como filhos, afilhados, filhos espúrios do senhor ou de parentes chegados, parentes por afinidade civil (genros e cunhados) e por afinidade religiosa os (compadres e afilhados) e parentes por adoção. O “espírito de clã”, desde os tempos coloniais, é a marca de nossa vida social e política⁴.

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, elementos culturais modernizadores são introduzidos na sociedade e se estabelece uma nova ordem social e política. A instalação da família real no Rio de Janeiro acelerou o processo de modernização e urbanização da cidade, a população aumentou consideravelmente e seus novos habitantes – aristocratas, diplomatas, comerciantes estrangeiros – passaram a impor novas formas de sociabilidade, hábitos e costumes, que passaram a ser imitados pela população local. A tradicional família patriarcal rural e extensa foi gradativamente, ao longo do século XIX, absorvendo os valores típicos da sociedade burguesa, mas mantendo sua matriz patriarcal, hierárquica e autoritária. Apesar de ainda predominantemente latifundiária e escravagista, o modelo de família moderna, gestado na Europa, no seio da burguesia, foi introduzido na sociedade brasileira sem interferir muito na continuidade das famílias coloniais como os mais poderosos e ricos, ocupando cargos no executivo, legislativo, judiciário, Guarda Nacional, oficiais do Exército e da Armada, comendadores e outros titulares da nobreza. Quando a Coroa Portuguesa deixou o processo de colonização, ganhou espaço os grandes proprietários que se viram na situação de “senhores de terra”, forjando as leis que estabeleciam a ordem dentro e ao redor das benfeitorias. Nestes espaços soberanos, exigiam ser chamados de “Dom”. O poder deles e de suas famílias era quase absoluto. Com a Regência de 1831, cria-se a Guarda Nacional e os

4 Tais instituições políticas, para Oliveira Vianna, não teriam possibilitado o desenvolvimento de uma experiência comunitária de construção do espaço público, de uma consciência de sentimento e de interesse coletivo. Formaram, sim, tipos sociais, instituições, usos e costumes em que predominou o individualismo, o privatismo e o personalismo. Assim a formação social e econômica do povo processou um extremado individualismo familiar, despreocupação com o interesse coletivo, ausência de espírito público, ausência do bem comum e do sentimento comunal. A partir dessa ótica, Vianna não identifica no Brasil experiências de democracia local, como percebe na Europa. O povo-massa teria sido o grande ausente dos espaços locais de poder. A solidariedade de clã torna-se a única forma de solidariedade realmente sentida e praticada pela população. Faltam os elementos “afetivos e intelectuais” para a formação de uma “consciência local”. Já no Império, esse espírito será o empecilho para a formação da “consciência provincial” e da “consciência nacional”.

senhores começam a receber o tratamento de “coronel”, o que vai dar origem ao coronelismo. Diante da ausência de um Estado Nacional forte e centralizador, o poder privado acumulado por patriarcas de um clã ou de uma extensa família monopolizava o Estado. Seus grupos armados escapavam do controle imperial e ao poder público. Cada região inclusive teve disputas sangrentas, como entre os Pinheiro e os Ramalho de São Paulo, Figueira e os Arnaud do Ceará, França Antunes e os Guerreiro da Bahia, os Pereira e os Carvalho de Pernambuco. São diversos casos onde se tentou ou efetivamente se eliminaram clãs rivais. Também houve casos de laços familiares entre coronéis de diferentes estados. Redes de parentesco ligavam Bahia, Minas, Goiás, Pernambuco, Piauí e Maranhão.

Com a Independência, os clãs são levados a se reagrupar em partidos políticos. Estar em um partido político era, para um clã, a forma de se defender da arbitrariedade de seus adversários, os outros clãs, de manter ou ampliar o poder de mando. Essa associação dos clãs em partidos políticos não obedecia critérios de natureza social, religiosa ou econômica; era de natureza “política”, para fins exclusivamente eleitorais. Surge então o clã eleitoral, da mesma natureza que o clã feudal e o clã parental, agora de base mais ampla, municipal, regional e até nacional. O clã eleitoral reflete o domínio político e partidário de determinadas famílias com práticas políticas referidas à responsabilidade coletiva familiar, ao nepotismo, ao banditismo coletivo e ao fanatismo religioso. A força do clã eleitoral passa, então, a estar na capacidade de arregimentar o povo-massa, submetido historicamente ao “domínio do senhor”. Sem qualquer proteção do poder público, o povo-massa é levado a se articular em torno de um clã eleitoral, como forma de defesa diante de outros clãs, que passavam a utilizar os diferentes mecanismos de coerção criados pelo regime instalado após a Independência. O povo-massa, que até então não tivera qualquer participação na vida política ou eleitoral, passa a participar da vida pública e a valer como força numérica, na medida em que o critério majoritário foi instituído como medida das disputas eleitorais. Para Vianna, o povo-massa passa a ter importância na estruturação de instituições locais, regionais e nacionais de poder para a qual não estão preparados, dada a sua cultura e experiência histórica (VIANNA, 1987).

Com a República Velha, as famílias dos grandes proprietários de terra mantiveram o poder econômico e político na burocracia e nos poderes municipais, estaduais e federais, monopolizando diferentes aparelhos do Estado, como as Forças Armadas, Judiciário, Academias de Direito e Medicina, jornais, partidos e eleições. A Política dos Governadores de 1902, implantada por Campos Sales, conservou as redes de vínculos familiares que teciam o coronelismo, especialmente como forças locais, isto é, nos municípios, baixando a sua influência junto ao governo federal e

incorporando-os, de forma gradativa, ao jogo político institucionalizado. Mesmo os ambientes urbanos emergentes eram influenciados pelos interesses e pela mentalidade dos clãs (VIANNA, 1987).

Na concepção de Vianna, no contexto brasileiro das décadas de 1920 e 1930, um Estado centralizado e autoritário que fomentasse a solidariedade nacional e combatesse a solidariedade de clã estaria garantindo a expansão – e não restringindo, como faria crer a filosofia política liberal eurocêntrica – dos direitos civis mais essenciais. O autor também almejava a expansão de direitos sociais, tais como os direitos à educação pública, formação profissional e seguridade social. Democracia econômica e social. Na sua concepção o Estado Novo de Vargas - do qual foi partidário e um dos principais idealizadores –, inaugurava a política moderna no Brasil. Pela primeira vez o Estado garantia, na prática, direitos aos seus cidadãos, combatendo o aparelhamento privado do poder público efetuado pelos clãs rurais. Através do fomento da solidariedade nacional o Estado Novo promovia a expansão da esfera pública, garantindo direitos civis e sociais então inexistentes no país.

Na mesma época, Gilberto Freyre tratou de alguns destes temas. Freyre também pesquisou e relatou a história da sociedade brasileira no período da colonização, explicitando como as famílias dominantes, tanto no campo como na cidade, se formou a partir do regime patriarcal e sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, europeia e africana. No clássico “Casa-Grande & Senzala” de 1933, Freyre defendeu a tese de que a família patriarcal seria a grande formadora da unidade nacional, inclusive capaz de construir o que seria uma identidade puramente brasileira. Ela foi o centro de apoio da organização social, a força principal da construção sócio-histórica brasileira e o modelo que moldou os padrões da colonização e as relações sociais. Tal família teria papel central na formação do país sendo o grande fator colonizador, que toma em suas mãos a tarefa de construir o país, cultivando o solo, construindo benfeitorias e comprando escravos e ferramentas para a produção. Esta “força social que se desdobra em política”, ocupará o lugar empreendedor e diretor do Estado, fazendo com que “o rei de Portugal quase que reine sem governar” (FREYRE, 1994, p.19).

Freyre apresenta a conhecida descrição da família patriarcal-colonial brasileira, uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre agregados e escravos, constituindo uma família extensa. Trata-se de uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais; e um núcleo de membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. A família patriarcal era, portanto, a espinha dorsal da sociedade e

desempenhava os papéis de procriação, administração econômica e direção política. Na casa-grande, coração e cérebro das poderosas fazendas, nasciam os numerosos filhos e netos do patriarca, traçavam-se os destinos da fazenda e educavam-se os futuros dirigentes do país. Cada um com seu papel, todos se moviam segundo intensa cooperação. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, e, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca. (FREYRE, 1933).

A transmissão de riqueza e poder pelas gerações no Brasil explica a preocupação na classe dominante de sempre buscar arranjar casamentos entre membros da mesma família. Muitos casavam com um membro da mesma família para manter a linhagem do sangue pura ou ainda manter as riquezas dentro da mesma família. A maioria dos casamentos era arranjada e por isso dava-se preferência aos parentes, sendo frequentes as uniões de primos entre si e de tios e sobrinhos. Quando não era da família, o patriarca procurava um candidato que pertencesse a uma boa família e que atendessem a todas as suas exigências.

As contribuições de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre certamente nos ajudam a compreender a formação da classe dominante no Brasil a partir do papel das famílias (ou clãs) que constituíram o cerne da apropriação de terras e poder político no Brasil. Suas obras, entretanto, não deixam espaço para o entendimento sobre as outras classes sociais e suas respectivas formações familiares, o que facilita a naturalização da dominação social. Isso não deve, entretanto, levar a “jogar fora o bebê com a água suja”, como tem sido feito por diferentes gerações intelectuais no Brasil. Apesar das importantes considerações sobre a dimensão familiar na política brasileira debatidas por Oliveira Vianna e Gilberto

Freyre nos primórdios da “sociologia brasileira” entre os anos 1920 e 1930, a partir da década de 1950 o esforço de compreender o Brasil por meio das famílias dominantes arrefeceu e ganhou espaço um viés institucionalista na ciência política e social.

Entretanto, a questão pode ser rapidamente equacionada para fins desta pesquisa. Do ponto de vista conceitual, podemos dizer que “Classe Dominante” é um termo utilizado para designar a classe social que controla o processo econômico, político e cultural. Em nossos dias, tratam-se do conjunto que engloba a burguesia, seus quadros políticos, jurídicos e ideológicos. Podemos dizer que a classe dominante é composta de três grupos sociais distintos:

- 1) Classe proprietária capitalista: proprietários territoriais rurais, proprietários territoriais urbanos, proprietários industriais, proprietários de bancos e instituições financeiras, proprietários de sistemas comerciais e de serviços, proprietários agrícolas e rentistas. Nesta classe, que os marxistas e algumas outras correntes de pensamento chamam

burguesia, estão incluídos fundamentalmente os donos da maquinaria capitalista, isto é, grandes e médios empresários agrícolas e pecuários, banqueiros, acionistas, industriais, comerciantes e de serviços.

2) Altos funcionários do Estado: juízes, desembargadores, conselheiros, funcionários bem situados dentro dos três poderes, presidentes de empresas estatais, promotores, políticos, professores universitários bem graduados, funcionários estatais eleitos, cartorários, militares de alto escalão etc.;

3) Aqueles que prestam serviços indiretamente ou atendem diretamente a classe dominante, e pelo seu ganho, pertencem a ela. Composta por profissionais liberais bem qualificados, médicos, advogados, engenheiros e arquitetos conceituados, proprietários de bares chiques, de clubes, de academias caras, de colégios particulares, de cursos de línguas conceituados, de construtoras famosas e tradicionais, especialistas etc. Donos de grandes escritórios de advocacia, hospitais, clínicas, escolas, prédios de aluguel, redes de bares, restaurantes e supermercados.

O que une estes três setores da classe dominante é seu interesse fundamental em manter-se como classe dominante. Entretanto, não se trata de um bloco social homogêneo, mas sim diversas frações, cujos interesses particulares geram contradições entre elas e as dividem na disputa social e política. Como apontou Nicos Poulantzas, apesar da unidade como classe dominante, diferentes grupos representam diferentes interesses, cujos resultados são frações de classe portadoras de autonomias relativas. Poulantzas desenvolve o conceito de “bloco no poder” para entender como este conjunto de frações mantém sua unidade ocupando principalmente espaços no Estado (POULANTZAS, 1977).

Esta localização estrutural das classes dominantes, entretanto, não precisa ser genérica e abstrata. Para avançar em seu conhecimento é necessário saber quem é a classe dominante, isto é, dar nome e sobrenome aos seus membros, entendendo sua trajetória genealógica para compreender concretamente seu modo de viver, se reproduzir e agir. Uma análise abstrata da classe dominante, sem a dimensão histórica de seus membros, é vazia de significação teórica e prática.

Marciano Monteiro cunhou o termo “poder político-familiar” para compreender a relação orgânica entre poder e parentesco. Para ele a hereditariedade no poder político apresenta três dimensões. Estas dimensões podem ser traduzidas em: 1) permanência no poder; 2) concentração de poder e riqueza; e 3) reprodução de desigualdades. O acesso à alta burocracia estatal e aos cargos de melhores salários, na atual “república” brasileira, por indivíduos pertencentes a poucas

famílias, tem permitido, historicamente, reforçar o processo de concentração de renda e poder político, quando aliados à maneira pela qual se encontra estruturado o sistema tributário e o sistema político no país. Através da hereditariedade no poder político e do peso que o dinheiro exerce como mediador das relações sociais na arena política tem sido possível construir uma lógica de transmissão de poder político de uma geração a outra no seio da classe dominante (MONTEIRO, 2017).

Conforme Monteiro, o capital político-familiar é um dos elementos de diferenciação social fundamental ao acesso e controle de partidos, mídia, lugares de memória, executivo, judiciário, tribunal de contas, cartórios e outras instituições estratégicas de poder (MONTEIRO, 2007, p. 27).

O capital político-familiar é o distintivo simbólico e material que se transmite pelo “nome de família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela “palavra de ordem” família. É uma espécie de capital simbólico que se constitui a partir da herança material e simbólica do grupo familiar. Consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros – que podem ser parentes consanguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo. Funciona como mecanismo de diferenciação, processo legítimo de conhecimento e de reconhecimento dos agentes nas posições ocupadas no espaço político (MONTEIRO, 2007, p.27).

Monteiro pontua que “o sobrenome não é apenas um “nome sobre”; é mais que “um” sobre. É a história do grupo e o poder transmitido simbolicamente. É a história da família, muitas vezes, materializada no agente. É a coletividade sintetizada em um indivíduo que tem por “missão” transmitir o legado familiar para as gerações futuras. A hereditariedade do poder político é a forma política e simbólica de transmissão do poder, que ao utilizar de elementos materiais e simbólicos, exercem efeitos de sentido, que tem permitido, no campo político, o reconhecimento dos herdeiros como legítimos sucessores de seus antepassados [...]. É o processo de camuflagem da fortuna material e simbólica do grupo, em uma sociedade desigual, como a brasileira, que permite a herança política ser legitimada como uma transmissão natural do poder (MONTEIRO, 2017).

Neste sentido, podemos dizer que o núcleo dos grupos dominantes e das elites – que vamos denominar da forma clássica como classe dominante – é formado por grandes famílias. Neste sentido, a importação de sistemas de análise política – norte-americanos, ingleses, franceses - vem confundido o meio como as classes dominantes efetivamente dominam ao longo do tempo. Colocam relevo em questões secundárias, que mostram a aparência dos fatos e não suas causas mais profundas.

Letícia Canêdo aponta que houve uma ruptura com as pesquisas clássicas sobre política brasileira fundada por Vianna, Freyre, Buarque e outros. Sua principal modificação veio por influência da obra de Maurício Duverger, autor de “Os Partidos Políticos” de 1967, na qual direciona as investigações para os partidos políticos e o sistema partidário em detrimento das famílias políticas. A análise da política em diferentes níveis passou a ser as questões partidárias, muitas vezes dando centralidade a abordagens estatísticas. A pesquisa sobre os grupos familiares passou a ficar em segundo plano (CANEDO, 1994; 1995). As razões não são apenas metodológicas, pois tem implicações políticas. A quem interessa que a pesquisa social e política sejam construídas com base em análises institucionalistas e estatísticas?

A partir da década de 1990, novas pesquisas promovem a renovação do pensamento social ao analisar a estrutura política brasileira com o foco no papel das famílias na reprodução da desigualdade e do poder. Em 1994, destaca-se nesta retomada das pesquisas sobre a classe dominante pela história do poder de poucos grupos familiares o livro “Os herdeiros do poder” de Francisco Dória. Através de um método de investigação genealógica ele propõe estudar a formação da classe dominante brasileira desde o período colonial até a República do Brasil numa sucessão de gerações da classe dominante. Calcula-se que de 1500 a 1750 cerca de 250 grupos familiares formarão a elite colonial nordestina da Bahia, Pernambuco, Ilhéus, sendo quase 50 troncos e ramos colaterais ou bastardos de famílias da alta elite portuguesa. Estes poderosos senhores de engenho, grandes titulares de cargos públicos, altos funcionários da burocracia e grandes comerciantes estruturam as instituições políticas e as regras de dominação e de exercício do poder sobre o Brasil (DORIA, 1994, p.24). Ao desdobrar a genealogia histórica da família Dória talvez não se imaginasse quem em 2020 o governador de São Paulo seria João Dória. Ao retomar a tese de que a reprodução do poder acontece pelo sangue, com uma pesquisa sobre genealógica, Dória levantou assim uma série de novas questões, dando um passo crucial para novos estudos vinculados questões relacionadas a parentes, redes familiares e genealogia de grandes famílias com o poder político.

Mônica Goulart aponta que nos anos 1990 são retomadas as discussões que pontuam a relevante conexão das relações familiares na esfera política, expressando a continuidade da variável família no campo político institucionalizado, especialmente por autores contemporâneos, como Canêdo (1994; 1995; 1997; 2011 e 2015), Oliveira (2001; 2007; 2012) e Grill (2003; 2004; 2007 e 2012). Os três autores têm como centro de análise o elemento familiar, sendo a principal variável na reprodução de “*habitus*” na linguagem bourdieusiana, capaz de gerar comportamentos, regras e conexões vistas como essenciais para a ocupação do campo político (GOULART, 2017).

Ricardo Costa de Oliveira vem realizando diversas pesquisas considerando a relevante presença de relações de parentesco e de familismo nas instituições públicas desde os anos 1990. Ele tem explicado com pesquisas feitas com o recurso da genealogia como existe a dominação por grupos familiares históricos ao longo do tempo. Sua produção teórica e empírica encontra-se direcionada aos estudos sobre o Paraná e o contexto nacional.

Minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já foram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

Entende-se, assim, que a distribuição dos indivíduos em classes não é arbitrária, pois segue lógicas ligadas ao nascimento, à família e a socialização em diferentes meios sociais. Conforme a síntese de Ricardo Costa de Oliveira, “a análise da estrutura de classe deve ser pesquisada como um mecanismo familiar de transmissão de origens sociais, posições sociais, capitais sociais e patrimônios entre gerações ao longo do tempo”. Isso porque “a estrutura social também é uma estrutura genealógica. A riqueza e a pobreza também podem ser formas sociais hereditárias, quando pensamos em termos de grandes agregados coletivos na longa duração” (OLIVEIRA, 2012). A lógica de criação dos filhos e as diferenças na dinâmica familiar entre as classes têm consequências em longo prazo. Os principais fundamentos elaborados por Oliveira estão na tese *O Silêncio dos Vencedores* (2001). Conforme Oliveira, a classe dominante forma famílias com histórias de vida específicas:

As famílias superiores na classe dominante há várias gerações formam complexas redes sociais, redes políticas e redes de nepotismo, profundamente inseridas no tempo e nos cargos do aparelho de Estado. Os novos ingressos na categoria dos ricos e poderosos tendem a serem absorvidos, assimilados e integrados nas antigas redes sociais, políticas e de nepotismo já existentes. Os novos ricos e os novos poderosos, se bem sucedidos, terão estratégias sociais, matrimoniais, empresariais e políticas de aliança, convivência, cumplicidade e fusão com as velhas elites. Os privilégios continuam com as mudanças na sociedade, na economia e na política. O estudo dos ricos e poderosos é o estudo de uma estrutura social formada na longa duração (OLIVEIRA, 2001).

Uma família histórica seria um grande complexo de unidades de parentesco, possuidor de eixos históricos, políticos, econômicos e sociais de longa duração em uma determinada região. De

forma geral, essas famílias seriam detentoras de recursos que possibilitariam há vários de seus membros, em cada geração, a ocupação de posições de destaque nos cenários econômico, político e social. O conceito de família histórica representaria uma forma específica de organização de alguns elementos superiores da classe dominante, sendo verificável empiricamente na estrutura social brasileira. Teriam origens muitas vezes arcaicas e distantes no tempo, diferenciando-se de outras modalidades de famílias encontradas na sociedade brasileira, pois possuiriam como característica principal, laços de permanência em diversas conjunturas sociais, atravessando modos de produção, tipos de Estado e diferentes cenários políticos.

A variável família é uma das mais importantes no campo político. As conexões familiares também contribuem positivamente na definição do perfil dos cargos políticos. Não se trata apenas de indivíduos: trata-se também de famílias. Em termos sociais não há somente posições “individuais ou meritocráticas”, nem apenas um “perfil de carreira técnica”, mas na maioria dos casos também existe uma “seleção social e familiar”, presente na obtenção e recrutamento aos principais cargos políticos, o que pode ser empiricamente investigado e medido. A família organiza o “*habitus* de classe dominante”, os comportamentos e valores dominantes dos grupos superiores, desde a infância, a escolarização, a educação em todos os níveis, o aprendizado e reprodução dos códigos e linguagens sociais, a profissionalização, a existência de redes sociais e políticas dos sujeitos e atores sociais. Ter família com posições empresariais, militares e políticas prepara e facilita bastante o acesso aos cargos em uma sociedade como a brasileira (OLIVEIRA, 2016).

Conforme Oliveira, a história política brasileira dominante é a história das grandes famílias políticas. É possível encontrar a dinâmica dos poderes familiares em cada estado da federação e em cada município, com oligarquias ocupando os principais cargos políticos, concentrando as maiores fortunas, nos nomes dos logradouros, ruas, avenidas, praças, equipamentos urbanos, nomes de rodovias. Na agenda de pesquisa proposta por Oliveira, essas famílias devem ser empiricamente estudadas e pesquisadas, desde as suas origens, a sua história antiga, com muita atenção em seus detalhes e formatos. Como as pesquisas comprovam que as famílias políticas estão ao mesmo tempo em todos os poderes, poucos sobrenomes e poucas genealogias familiares têm o monopólio dos poderes políticos e todos têm muitos parentes e redes sociais nos outros poderes da República. Acumulam poder numa “longa corrente hereditária de vantagens e privilégios extraídos do Estado ao longo de várias gerações na classe dominante. O que mais uma vez confirma a tese de que política é majoritariamente assunto de famílias e de genealogias das classes superiores, sempre dentro do Estado, algumas delas desde o “Antigo Regime”, ao longo de várias gerações e vários séculos” (OLIVEIRA, 2019).

Outro importante aspecto deste processo é a capacidade de certos grupos políticos familiares realizarem uma espécie de metamorfose burguesa, muito mais no sentido de estabelecer

conciliação e coexistência em meio à sobrevivência e ao ajuste perante as transformações sociais, políticas e econômicas (OLIVEIRA, 2001). Assim, os casamentos são tomados como estratégias para garantia de prestígio, de acumulação de capital e também podem redirecionar a atuação dos atores ao mesmo tempo em que consolidam lógica na ordem política (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA, 2016). Oliveira (2012) chama a atenção de forma substancial para a capacidade de adaptação dos grupos familiares às transformações sociais, o que permite sua continuidade, tanto do ponto de vista econômico quanto político. O continuísmo de certos grupos familiares na ocupação de cargos políticos, eletivos ou não, sobleva a reprodução de relações desiguais na sociedade brasileira, assim como se assentam, por outro lado, bases firmadas em redes de proteção entre os grupos dominantes.

Letícia Canedo aponta que os casamentos também se apresentam como elemento de coesão entre famílias, no qual os agentes visam a reprodução do grupo ao acumular capital simbólico e por ser fonte de transferência de poder (CANÊDO, 2011), transmitindo patrimônios materiais e imateriais para a geração seguinte. Como estratégia para a manutenção de dominação e poder também se destaca a educação que leva aos herdeiros a interiorização de capacidades, reprodução de afinidades eletivas que objetiva a aproximação dos agentes dotados de *habitus* ou gostos semelhantes, tomando os mesmos como condicionantes sociais. São estratégias e práticas que reforçam a ideia de herança política. Herdeiros desde cedo participariam de festas íntimas e cerimônias políticas, mantendo contato com a população local e com suas preocupações, ouvindo a história do lugar e de seus personagens que se confundiriam muitas vezes com a história política oficial. Neste processo também existe a aprendizagem da prática política, que seria adquirida, com poucas exceções, nos gabinetes de deputados e secretarias estaduais, ministérios e antessala do governo do estado e presidência da república, ou em cargos de confiança em agências estatais. Nestes “locais pedagógicos” da política, os herdeiros aprenderiam a ouvir e falar, a se informarem da situação e das preocupações de cada agente político, a examinar as situações particulares, a ser ativo e eficaz, a fazer intervenções e realizações, conduzir reuniões, a se distinguir demonstrando disposição política. Nestes locais também fariam suas redes de sociabilidade, desenvolvendo laços iniciados a princípio como colaboradores (CANEDO, 2004).

Os donos do poder – ou bloco no poder - são aqueles que influem decisivamente nas decisões e nos atos políticos. São os que estão no topo da hierarquia social, oriundos de famílias que formam atitudes e o “gosto” como distinção social. Também moram em bairros nobres, experimentando desde criança uma convivência entre iguais. Estudam em colégios renomados, junto com colegas que possuem trajetórias familiares similares. Participam dos mesmos clubes seletos e vão a lugares onde seu grupo social está presente. Até quando todas as nomeações para

cargos públicos eram por indicações, as relações familiares sempre facilitava essas indicações. Nisso a coisa pública e a coisa privada perdem distinção. Por ter nascido em determinadas condições, nada precisa fazer para herdar e merecer privilégios que são concedidos por amizade e clientelismo dentro de redes de famílias que se conhecem por gerações. Membros das classes dominantes falam de si como se fossem agentes ativos e imprescindível do processo histórico, como se o tempo individual e institucional fossem o mesmo. Acreditam e vivem como dominantes como sendo os que fazem história. Todas estas formas de socialização e *habitus* de classe evidentemente dificultam a mobilidade social. Por isso, não é tão fácil chegar a um posto de mando sem pertencer a um grupo dominante.

A política dominante no Brasil é um grande negócio de famílias. Qualquer pesquisa sobre instituições revela uma forte presença de famílias políticas atravessando todas as instituições. Nepotismos de poder local, estadual e federal, instituições, poderes executivos, legislativo, judiciário, cartórios, conselhos de estatais, tribunais eleitorais, ministério público e tribunais de contas. Como sintetiza Ricardo Oliveira em entrevista:

Verificamos um processo de oligarquização familiar no Brasil desde a Constituição de 1988. As eleições são muito caras, e o dinheiro comanda o processo em muitas situações. A classe dominante brasileira é muito atrasada e arcaica, sempre articulando o velho com o novo. A desigualdade social, a concentração de renda formam dimensões únicas no Brasil. Nenhuma outra sociedade complexa e grande, como a brasileira, apresenta tanta concentração de riquezas e poderes como a nossa, e uma das suas fórmulas de reprodução social, econômica e política é a cultura do nepotismo. Como poucas famílias dominam os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, empresarial, as Forças Armadas, a mídia. Um candidato da classe trabalhadora, pobre e sem família política, dificilmente poderá competir com um candidato de conhecida família política, com sobrenome, com muitos cargos comissionados, com muitos cabos eleitorais, rede social, rede política e muito dinheiro acumulado pela família ao longo do tempo. A história política brasileira dominante é a história das grandes famílias políticas. Podemos investigar e analisar a dinâmica dos poderes familiares em cada estado da federação, em cada município, e encontraremos as oligarquias familiares, nos principais cargos políticos, nas maiores fortunas, nos nomes dos logradouros, ruas, avenidas, praças, equipamentos urbanos, nomes de rodovias. Essas famílias devem ser empiricamente estudadas e pesquisadas, desde as suas origens, a sua história antiga, com muita atenção em seus detalhes e formatos. A concentração de renda é um legado do período colonial, da escravidão, muitas dessas vantagens atravessaram o Império, a República Velha, atravessaram o século 20 e continuam na contemporaneidade⁵.

O nepotismo é a concessão de privilégios ou de cargos sob a influência dos laços de parentesco⁶. Trata-se do favorecimento indiscriminado de parentes para o acesso a trabalho, sem

5 “A República dos Parentes”, entrevista de 2019 disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/politica/2019/06/arepublica-dos-parentes/>

6 A palavra nepotismo vem do radical *nepote* (do latim *nēpos/nipote/nepōtes*), que significa sobrinho/neto/descendente. Junto ao sufixo nominal “ismo” (do grego *ismos*), temos a ideia de “prática de indicação de parentes” para cargos importantes. A etimologia demonstra que a palavra nepotismo surgiu na Itália para indicar a excessiva autoridade que

considerar a competência, capacidade, idoneidade e demais atributos para o desempenho das atividades que lhes são conferidas. No caso do nepotismo cruzado, além do favorecimento familiar, também tem um aspecto institucional de troca de favores quando existe a nomeação recíproca entre diferentes poderes do Estado, como Prefeitura e Câmara Municipal, Executivo Estadual (Governador) e Assembleia Legislativa, Executivo Estadual, Tribunal de Contas, Ministério Público, Judiciário, etc. O nepotismo cruzado forma redes institucionais sincronizadas de favor e interesse, atravessando componentes no poder executivo, judiciário e legislativo, agindo muitas vezes de maneira complementar. Como salienta Oliveira em entrevista:

O nepotismo cruzado existe também do ponto de vista institucional. Um poder beneficia o outro e ambos têm uma relação de cumplicidade entre si. O recente aumento de salários e de vantagens para os deputados (e para o poder Legislativo como um todo) teve uma contrapartida nos aumentos generalizados para o poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e até mesmo as custas judiciais e os cartórios foram beneficiados. O que mostra que todos os poderes ganharam muitas vantagens e benefícios repartidos somente entre eles, quando os mesmos poderes e instituições deveriam mutuamente se fiscalizar e se controlar, o que não acontece também em função de complexas redes de interesse e de parentesco, muitas atravessando os vários poderes e instituições⁷.

O nepotismo se revela em casos de uso da máquina do Estado para obter vantagens pessoais e ajudar amigos e parentes. Podemos elencar ao menos sete modalidades de nepotismo: 1) nepotismo familiar, com nomeação de parentes, favorecimento e apropriação familiar de recursos e facilidades públicas; 2) nepotismo cruzado com nomeação recíproca de parentes de autoridades, designando parentes de outra autoridade, num contexto de mútua satisfação de interesses pessoais, familiares e de grupo. É uma modalidade difícil de ser identificada, porque podem ocorrer em órgãos públicos muitos distintos, mas também envolvem a concessão de privilégios como no modo tradicional. Trata-se, por exemplo, quando um parlamentar emprega um filho de um integrante do Judiciário que, em retribuição, emprega um familiar do político em seu gabinete; 3) nepotismo como uma forma de patrimonialismo, de apropriação patrimonial do Estado. São casos de favorecimento econômico pela posição de poder que ocupa, com dissimulação e associação para corrupção; 4) nepotismo político, usando cargos como moeda de troca. Nepotismo como forma de

os sobrinhos e outros parentes dos Papas exerceram na administração eclesiástica. Era um tipo de acusação dirigida contra os Papas do Renascimento (de Sisto IV a Paulo III) que nomeavam sobrinhos (*nipoti*) e outros parentes para posições clericais e administrativas de importância. Todavia, atualmente, o termo, em sentido amplo, significa favorecimento e abrange qualquer concessão de benesses a parentes ou a outras pessoas ligadas ao beneficente por laços de amizade ou confiança. O nepotismo não envolve apenas a questão familiar, mas também caracteriza qualquer tipo de favorecimento pessoal, incluindo a indicação por amizade e clientelismo (GASPARINI, 2008).

⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/nepotismo-um-sistema-politico-brasileiro-e-um-sistema-de-governoparanaense-bkhnncnpkeb5n8xmuyljrf84em>

reciprocidade política, formação de conchavos, nomeação de políticos derrotados; 5) nepotismo por confiança na fidelidade pessoal ou de grupo; 6) nepotismo pelo favorecimento de contratos com recursos públicos para entidades do Terceiro Setor (como ONG's e OSCIP's) de parentes, pessoas e grupos; 7) nepotismo por facilitação em concursos públicos, com resultados claramente “arranjados” para favorecer candidatos ligados a grupos específicos e outras artimanhas do gênero. Estudar o nepotismo é, portanto, estudar um sistema político, uma rede social de interesses (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Estas formas de nepotismo podem ser encontrar em todas as instituições da República, dos órgãos federais (executivo, legislativo, judiciário, ministério público, tribunal de contas, federações empresariais, grupos de mídia, grandes empresas, bancos públicos, forças armadas, etc), estaduais (governos, assembleias legislativas, tribunais de justiça, tribunais de contas, cartórios, empresas, mídia, etc), municipais (prefeituras, câmaras, etc). E as conexões entre os poderes formam redes de nepotismo.

Fazendo um balanço sobre o Brasil como República do Nepotismo, Oliveira analisa o atual governo federal:

As relações familiares são essenciais nas explicações das carreiras e composições políticas. A presença e atuação de capitais sociais e políticos familiares podem ser identificadas na maioria dos casos estudados. Origens familiares contribuem decisivamente para definir o perfil e a prosopografia da maioria dos ministros. Mais da metade do ministério de Bolsonaro apresenta vínculos familiares na política, no meio empresarial, jurídico, na área militar e de segurança. Todos os oficiais gerais (Augusto Heleno, Bento Albuquerque, Carlos Cruz, Fernando Azevedo). Todos os deputados pertencem a famílias políticas e oligarquias da classe dominante (Onyx Lorenzoni, Luiz Mandetta, Marcelo Álvaro, Osmar Terra, Tereza Cristina). Na Justiça verificamos vínculos genealógicos, judiciários e políticos na família de Sérgio Moro. O chanceler Ernesto Henrique Fraga Araújo também apresenta fortes capitais sociais familiares nas elites estatais. Gustavo Bebianno, Secretária-Geral, pertence a importantes famílias empresariais do Rio de Janeiro. Paulo Guedes apresenta importantes conexões empresariais com o casamento e seu sogro, além de operar com o irmão e ter irmã com interesses na educação privada. Damares Alves pertence a uma família política de pastores evangélicos, de quem foi assessora parlamentar, sobrinha e prima de deputados federais pelo Pará. O presidente do Banco Central, com estatuto de ministro, Roberto Campos Neto, também possui significativas conexões familiares e genealógicas. Dos 22 ministros verificamos 15 ministros com expressivos capitais sociais, empresariais, militares e políticos familiares (OLIVEIRA, 2019, p. 22).

A maioria dos atuais ministros possui significativos capitais políticos e familiares herdados no campo político, jurídico, militar e empresarial, são herdeiros de velhos e tradicionais poderes (OLIVEIRA, 2019). Levantamento da [Revista Congresso em Foco](#) revela que pelo menos 319 deputados (62%) e 59 senadores (73%) têm laços de sangue com outros políticos. Há parlamentares com sobrenomes associados nacionalmente à política, como Maia, Calheiros, Cunha Lima, Caiado,

Barbalho e Magalhães, outros de influência regional e aqueles que inauguraram essa tradição. O presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM), filho de César Maia, convive no Congresso com dois primos: o deputado Felipe Maia (DEM) e seu pai, o senador José Agripino Maia (DEM). Todos eles são primos do vice-procurador-geral da República Luciano Mariz Maia. Dos 26 prefeitos eleitos nas capitais em 2016, 16 vieram de famílias políticas. No Supremo Tribunal Federal, oito dos 11 ministros têm parentes importantes na área do Direito. Esse padrão se repete no resto do Judiciário e no Ministério Público. Na força-tarefa da Lava Jato, metade dos seus integrantes tem familiares magistrados e procuradores. Muitos militares, diplomatas, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores também apresentam conexões familiares. Grandes empresários costumam herdar patrimônios e parentela.

A obra "Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro", organizada pelos professores Pedro Campos e Rafael Brandão, por exemplo, é dedicada ao exame da história dos principais grupos familiares do capitalismo no país. Trata-se de uma coletânea de dez artigos escritos por diferentes autores a respeito de alguns dos principais grupos familiares do capitalismo no país: a família Mauá, os Guinle, os Gerdau, os Lafer e os Klabin, os Johannpeter Gerdau, os Marinho, o caso de Valentim Bouças, a família Sarney, os Moreira Salles, Setúbal e Villela, além dos Odebrecht, Camargo e Andrade (CAMPOS; BRANDÃO, 2017). Este tipo de mapeamento revela elementos importantes da formação histórica do capitalismo no país e da formação da classe dominante brasileira. Dessa forma, a obra pretende contribuir com os estudos e o conhecimento sobre a formação e o caráter do empresariado brasileiro, tendo em vista suas peculiaridades históricas. Tais pesquisas nos ajudam a traçar um panorama geral sobre o nepotismo e como ele se perpetua nas mais diversas esferas de poder no país.

Na área das empresas nacionais de mídia, que também envolve interesses políticos, menos de dez grupos familiares concentram os principais meios de comunicação no Brasil. Os Marinhos da Rede Globo (a família mais rica do Brasil), a família Abravanel (de Sílvio Santos) do SBT, Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, os Frias da Folha de S. Paulo, os Mesquitas do Estadão e os Civita da editora Abril e Veja. Este nível de concentração também existe nos grupos regionais de afiliados nas redes nacionais de TV, formando oligopólios estaduais ligados a famílias políticas tradicionais, como a família Magalhães (de ACM Neto – DEM) na Bahia, a família Sarney (de José Sarney – PMDB) no Maranhão, a família Collor (de Fernando Collor de Mello – PTC) em Alagoas, a família Maia (de Jose Agripino Maia – DEM) e família Alves (de Garibaldi Alves Filho – PMDB) no Rio Grande do Norte, a família Jereissati (de Tasso Jereissati – PSDB) no Ceará, a

família Franco (de Albano Franco – PSDB) no Sergipe, a família Sirotsky no Rio Grande do Sul, família Câmara em Goiás e Tocantins, os Barbalho e Maiorana no Pará⁸.

Merece destaque no caso do Paraná as pesquisas que se inscrevem na linha da pesquisa de Ricardo de Oliveira investigaram o caso do executivo legislativo (GOULART, 2014; 2015; 2016; ALVES, 2015), do executivo (GOULART, 2015), do judiciário (KAMINSKY, 2013), cartórios (MACHADO, 2016), times de futebol (LAIBIDA, 2016) e a maçonaria (AMARAL, 2016), a classe dominante (PEREIRA, 2020), entre tantas outras, cumprindo um papel relevante na pesquisa empírica sobre genealogias e famílias dominantes ao longo da história. Na análise sobre o nordeste, sobretudo a Paraíba, destacam-se as pesquisas em torno de José Marciano Monteiro.

Enfim, pode-se afirmar que o poder econômico e político no Brasil continua se concentrando em famílias de uma classe relativamente pequena e que se reproduz através de gerações pelo importante papel das redes de parentesco, reproduzindo posições de poder e riqueza. Monteiro aponta que, paradoxalmente,

Acreditava-se que, nas sociedades contemporâneas, cujas formas de governos fossem democráticas, a transmissão de poder entre gerações e por meio de dinastias familiares, tenderia a diminuir, tendo em vista o pressuposto do sufrágio universal e a rotatividade no poder por indivíduos não pertencentes às linhagens familiares. O projeto idealizado pelos iluministas e, naquele contexto, pela burguesia nascente, colocava em cheque toda e qualquer transmissão de poder pela ordem consanguínea. Isto levaria a uma ruptura que faria emergir as sociedades ditas democráticas. Do ponto de vista da ciência política contemporânea é pouco republicano pensar a transmissão de poder político através da hereditariedade entre seletos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo familiar. A própria concepção de república se esvazia, diante de tal fenômeno que, ao que nos parece, tem aumentado no Brasil pós-processo de redemocratização. A república, enquanto forma de governo, se configura em uma linguagem que romperia a hereditariedade como fenômeno de transmissão de poder. No contexto contemporâneo das sociedades complexas, a hereditariedade política não pode ser percebida sem o acúmulo constante dos capitais. Estes, muitas vezes, camuflam os processos de dominação, como se os exercícios e os mecanismos dessem a partir e tão somente pela força da família e do “sangue familiar”, os ditos nobres; escondendo, assim, os processos reais e efetivos da dominação que se traduz em sua linguagem material e simbólica dos capitais (MONTEIRO, 2017).

8 No Paraná, apenas cinco famílias que comandam a grande comunicação de massa privada. Existe a família Petrelli (dona da RIC Record), a família Malucelli (dona da TV Bandeirantes Curitiba e Maringá, BandNews FM, CBN Curitiba, Jornal Metro e Rádio Globo Curitiba e Paranaguá), a família Massa Martinez do apresentador Ratinho e seu filho, o atual governador Ratinho Junior (PSD) (donos da Rede Massa, que domina o SBT no Paraná) e a família Cunha Pereira que, junto com a família Lemanski, (donos do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, que domina a RPC TV com oito emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, os jornais Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Gazeta Maringá e Tribuna, as rádios 98FM, Mundo Livre FM e Cultura FM. E a família Mussi Pimentel (da Rede Mercosul de Comunicação).

É possível afirmar que o poder familiar é mais eficaz quanto mais naturalizado e invisível. Quanto mais domina a sociedade, mais invisível. Dados estatísticos sobre eles são extremamente fracos. Além de ser difícil obter dados sobre o patrimônio, muitos mantêm parte de sua riqueza no exterior - têm imóveis em Nova York, Paris, Londres ou Miami e escondem fortunas em paraísos fiscais. E para piorar, são protegidos por mecanismos legais e jurídicos, como o sigilo bancário e de declaração do imposto de renda. Também, por muitas vezes, tem influência em organismos de investigação e de mídia, mantendo discrição sobre diversas atividades. Como sintetizou Igor Grill, as famílias “funcionam como estruturas informais do sistema político que são intersticiais, paralelas e suplementares às estruturas formais (institucionais)” (GRILL, 2012, p. 138).

Apesar do crescimento das pesquisas visando explorar as conexões entre famílias e poder, ainda é predominante este desvio de método sobre a análise política em diferentes áreas de pesquisa social. Diversos grupos de pesquisa sobre política se baseiam em pesquisas quantitativas para a reafirmação de questões genéricas sobre o sucesso eleitoral, como a formação, a profissão e a renda, perdendo de vista os processos de longa duração que formam e reproduzem as classes dominantes no país até nossos dias. É como se os partidos ou instituições realmente representassem o poder. Esta visão ingênua sobre a política levou certamente ao crescente irrealismo das análises social e políticas, bem como sua esterilidade crítica. Sobre este ponto, Marciano Monteiro atesta que:

Parte dominante da ciência política brasileira não conseguiu ainda perceber a importância que exercem as famílias políticas no cenário atual, para uma compreensão do fazer político no país. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que em nossa cultura política, família, parente, quando somado à inserção no aparelho de Estado, traduz-se sinônimo e historicamente em nepotismo. Algo que, para a construção discursiva e ideológica de um país moderno, soaria, ao discurso científico, como um dos desafios. Parte significativa das produções acerca da política em nosso país, não leva em consideração as categorias de “parentes”, “famílias políticas” e “herdeiros” [...]. As categorias que comportam o universo da família – herdeiros, parentes, parentela, parentismo – estão muito distantes das análises promovidas por aqueles que estudam as democracias contemporâneas e os sistemas de representação política [...] Chama a atenção para a miopia do pensamento hegemônico da ciência política e da sociologia política em não inserir em suas agendas pesquisas que levem em consideração o *modus* de operacionalizar a política por meio de lógicas que perpassam, acima de tudo, pelo universo familiar. A ausência de pensar o campo político por meio destas categorias tem levado à incapacidade de desvendar os processos de dominação que se instauram em nossa sociedade. A incorporação de agendas importadas, sem a mínima contextualização da formação histórica de nosso país, tem conduzido a uma produção científica míope em que alguns pesquisadores “colonizados” por tradições científicas estrangeiras não conseguem perceber a formação e o peso que as famílias políticas exercem em nosso sistema. Tem inviabilizado a compreensão das estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente e se reproduzem atualmente (MONTEIRO, 2017).

As pesquisas sobre as relações entre estruturas de parentesco e poder político, tais como as conexões entre genealogias tradicionais e instituições políticas (poder executivo, legislativo e judiciário), empresas estatais, tribunais de contas, cartórios, tabelionatos, forças armadas, escolas, clubes, entre outras instituições e grupos, até pouco tempo muito pouco estudados empiricamente pelas ciências sociais, passam a ganhar novos sentidos e referenciais dentro de amplas redes sociais e políticas de nepotismo e parentesco. É neste campo que se insere a atual pesquisa sobre Tribunais de Contas no Brasil.

1.3 NOSSA PESQUISA

Esta tese não tem como objetivo fazer uma análise sobre a totalidade das classes dominantes brasileiras. E de nosso interesse saber sobre uma fração dela, ligada ao sistema político brasileiro, ocupando os espaços de poder dos tribunais de contas atualmente. Como se trata de uma das principais esferas de poder do país, os tribunais de contas se revestem de um discurso tecnocrático, no qual teria um papel institucional técnico, visando fiscalizar e controlar os gastos públicos e favorecer um estado moderno.

Para realizar nossa pesquisa sobre os Tribunais de Contas selecionamos o método prosopográfico de biografia coletivas, técnica de pesquisa muito utilizada na sociologia política histórica.

Etimologicamente a palavra prosopografia vem do grego: *grafia* significa “descrição” e *proposon* significa “rosto”, “aquilo que se contempla”, “traços faciais de uma pessoa”, “características externas”. Literalmente, portanto, a proposografia é a descrição das características materiais de um sujeito ou objeto. Entretanto, podemos encontrar toda uma série de variações no sentido e no conceito de prosopografia, em conjunto com a evolução dos estudos prosopográficos durante o tempo. A prosopografia apareceu no século XIX como recurso metodológico, principalmente, para estudos de história das elites políticas da antiguidade e, em menor intensidade, da idade média. O entrelaçamento com a história moderna e contemporânea e a ampliação do conjunto de objetos estudados, não se restringindo mais apenas às elites políticas, mas outras elites e grupos sociais minoritários. O texto de Lawrence Stone, de 1971, em linhas gerais postula que a prosopografia trata da “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas”. Em suas palavras:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação (STONE, 1971, p.45).

Deste modo, a prosopografia é utilizada para investigar um determinado grupo, que atua e vive conjuntamente em determinado espaço e tempo. Sendo um método de construção de biografias coletivas, de forma quantitativa, dá sentido às ações políticas do grupo, visando entender possíveis mudanças sociais, políticas e culturais (STONE, 2011).

A prosopografia é usada como uma ferramenta com a qual se atacam dois dos mais básicos problemas na história. O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de *status* específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [*recruits*] de um certo *status* político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, *o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política*, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior.

Stone pontua que a prosopografia é idealmente adequada para revelar as redes de vínculos sociopsicológicos que mantêm um grupo unido. Uma exigência basilar do método é que os atores históricos definidos para compor o grupo estudado tenham alguma (s) característica (s) em comum, seja uma função, uma dada atividade ou mesmo uma função social. Portanto, o método prosopográfico funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico (STONE, 2011).

Se o objetivo passa a ser o conhecimento em profundidade de determinados grupos sociais pertencentes às elites e a sua dinâmica interna de funcionamento, o fundamento biográfico do método prosopográfico possibilita o conhecimento dos sujeitos que as constituem e a constituição

das suas relações. O método torna-se, assim, revelador das estruturas familiares e sociais concretas das diversas elites, o que inclui a genealogia dos indivíduos, denominada de antroponomia por Daniel Bertaux (1979).

O método genealógico pode ser apontado como um dos maiores subsídios metodológicos para os estudos prosopográficos, instrumento indispensável e mínimo em campo na coleta de informações. O termo “gen” ou gene, que juntamente com o sufixo “logia” – estudo, conhecimento –, compõe o termo genealogia, serve para designar os cromossomos nos quais se localizam os fatores hereditários, a herança dos antepassados na espécie, que determina (geneticamente) a formação da geração atual ou de um indivíduo. Em sua origem grega, o termo genealogia pode ser associado ao radical “geneá”, que designa gênero, espécie ou, mais propriamente, geração e família. Também está vinculado ao termo “génos”, com significado de nascimento, origem. Da composição desses radicais com o sufixo “logia”, tem o significado do termo genealogia na língua grega, cujo conceito compreende o estudo dos progenitores e ascendentes de um indivíduo ou família.

Como sustenta Ricardo Costa de Oliveira, a investigação das redes familiares é uma tarefa empírica trabalhosa e necessária para todos os pesquisadores interessados em compreender e entender boa parte das lógicas sociais explícitas ou ocultas dentro das instituições do sistema econômico e político brasileiro. Pelo mecanismo familiar de transmissão de origens sociais, posições sociais, capitais sociais e patrimônios entre gerações ao longo do tempo podemos pesquisar a estrutura de classe na sociedade (OLIVEIRA, 2012). Por isso, o estudo científico da genealogia fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos poderosos, revelando estruturas e relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo. A genealogia consiste em uma estrutura social temporalmente organizadas em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si (OLIVEIRA, 2009, p.5).

De acordo com Oliveira, é preciso observar a diferenciação entre a genealogia adivinhativa e especulativa e a genealogia documental-científica, assentado em documentos (as informações são politicamente garantidas pelo Estado-Igreja), reunir o maior número possível de documentos para verificação em termos de coerência, contradição, exatidão ou inexatidão das fontes. Quanto maior a reunião documental melhor para a pesquisa genealógica, embora esta não esteja isenta de imprecisões e falsificações, a procura do maior número possível de documentos, aliada à vigilância crítica das fontes, tornariam a pesquisa genealógica mais confiável. Quanto aos membros da classe dominante, pela influência dos indivíduos, é possível encontrar um maior

número de documentos sobre o mesmo. Há certa dependência da genealogia, em termos de estratificação e mobilidade social e geográfica. Dessa forma, quanto mais importante e influente um indivíduo for, provavelmente teremos um maior número de documentos sobre o mesmo. Indivíduos e famílias migrantes apresentam mais dificuldade documental do que comunidades estabelecidas e que não migraram. Migrantes e nômades encontram um campo fértil para produzirem histórias fantasiosas, reforçadas pela falta de documentos e corroborando a ideia de validade da melhor hipótese, a socialmente superior. Comunidades com maior estabilidade territorial, gerariam uma história melhor conhecida e documentada, dificultando saltos imaginativos (OLIVEIRA, 2005).

Algumas redes políticas são de difícil elucidação, destacando-se aquelas nos Tribunais de Contas. Passíveis de serem colonizadas por redes políticas específicas, são os locais onde esquemas de poder entre parentes e amigos se transformam diante das diferentes conjunturas e governantes. Por isso, nossa pesquisa consiste na coleta de genealogias reais de ministros e conselheiros de tribunais de contas no Brasil atualmente bem como localizar ações de corrupção ligadas a interesses familiares e políticos.

As fontes para o estudo sobre os conselheiros são variadas. Aqueles que passaram por outros cargos públicos ou integram famílias tradicionais costumam ter mais informações disponíveis. Também são de grande valia as obras genealógicas. Quanto à pesquisa qualitativa do objeto empírico constam documentos referentes ao universo dos tribunais de contas, edições de revista institucionais, decisões, materiais informativos diversos, etc. Também conta-se com dados referentes ao portal da transparência, o sítio virtual dos tribunais e notícias de jornal. Outras fontes também serão exploradas a partir de pesquisa cartorial e análise de processos e investigações criminais.

Nossa hipótese é que os Tribunais de Contas, apesar do discurso técnico em torno de sua função, é parte importante do metabolismo político das classes dominantes. Para comprovar esta hipótese nosso método será a pesquisa sobre perfis sociais, políticos, históricos, as biografias coletivas, qual é o perfil de classe e quais são os interesses de seus membros. O Tribunal de Contas é frequentemente apresentado como exemplo de modernidade, de racionalidade, de adesão aos valores e às práticas de um capitalismo regido pelos princípios da impessoalidade e da eficiência. Nesta tese mostraremos como isso não é verdade, pois opera fortes redes políticas nacionais e estaduais. Foram selecionados para a análise os atuais nove ministros do Tribunal de Contas da União e os atuais conselheiros de doze Estados brasileiros, das cinco regiões. É um retrato abrangente da situação contemporânea, notando a semelhança quanto ao papel das famílias

dominantes no controle político destas instituições cujo objetivo seria fiscalizar os poderes públicos. A análise entre poder, grandes interesses e parentesco fica explícita quando pesquisamos algumas das biografias dos atuais ministros e conselheiros.

Neste sentido, a preocupação com os Tribunais de Contas volta-se para dois aspectos principais: o seu espaço privilegiado na disputa política e a sua relação com os outros poderes do Estado, sendo um *locus* privilegiado para analisar elites políticas, em especial as estrutura de parentes e poder. O fio condutor desse estudo é: a) compreender o processo e a estrutura política na qual estão inseridos os conselheiros; e b) fazer a caracterização sociológica deste setor específico da elite política/classe dominante. Por isso é importante conhecer a estrutura do Tribunal assim como entender a formação de redes políticas dos ministros e conselheiros para manutenção e ampliação de poder.

Este estudo inscreve-se na corrente de pesquisas que tem por preocupação as estruturas de parentesco das classes dominantes e elites políticas, com foco na trajetória política, social e familiar dos ministros e conselheiros de Tribunais de Contas no Brasil. Ela faz parte de um grande projeto de pesquisa pertencente ao Núcleo de Estudos Paranaense – NEP, que tem como coordenador Ricardo Costa de Oliveira (UFPR) o qual tem desenvolvido uma teoria acerca da sociologia política das relações de parentesco em diferentes objetivos relacionais com as classes dominantes e as elites políticas.

Nesta **INTRODUÇÃO**, abordamos questões teóricas as relações entre classes sociais e hereditariedade. Apresentamos variáveis ligadas ao papel da socialização familiar na reprodução das classes sociais e na reprodução das classes dominantes. Debateremos a força social da família e sua herança na conformação da estrutura social e na reprodução das diferentes classes sociais. O referencial teórico, que instrumentalizou o enfoque sociológico, tomou como ponto de partida a relação entre os conceitos de “espírito de família”, “campo”, “*habitus*” e “trajetória” de Pierre Bourdieu, pois é justamente no espaço do campo onde podem ser detectadas as relações de poder e vínculo familiar. Também debatemos sob o prisma dos fundadores do pensamento político brasileiro questões sobre a hereditariedade, mecanismos de transmissão de poder, riqueza, contatos e valores, a ação política por meio das famílias sobre o Estado, alguns dos debates centrais sobre o tema na sociologia brasileira. Localizamos esta tese a partir destas referências. Também apresento os objetivos desta pesquisa, método, escopo e justificativa.

No próximo capítulo **FAMÍLIAS DOMINANTES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS** apresentamos um debate teórico sobre as funções e poderes dos tribunais de contas, com um

histórico institucional. Visto como uma instituição técnica, os Tribunais de Contas se referenciam numa série de normativas e delimitações administrativa que o fazem, muitas vezes, parecer um órgãos apolítico, fora das relações que formam e reproduzem as classes dominantes. Fazemos uma análise do TCU, seu corpo histórico e uma análise prosopográfica de ministros e conselheiros: os nove ministros do Tribunal de Contas da União ([José Múcio Monteiro](#), [Ana Arraes](#), [Walton Alencar Rodrigues](#), [Benjamin Zymler](#), [Augusto Nardes](#), [Aroldo Cedraz](#), [Raimundo Carreiro Maranhão](#), [Bruno Dantas](#) e [Vital do Rêgo Filho](#)) e uma análise sobre conselheiros de 11 estados das 5 regiões do Brasil, buscando dar vida a processos políticos ligados ao nepotismo, buscando apresentar o perfil e a rede de poder em torno desta “elite político-conselheira”, o nepotismo e a articulação da classe dominante no Brasil.

No terceiro capítulo **FAMÍLIAS DOMINANTES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**, apresentamos um estudo de caso do Tribunal de Contas do Paraná desde sua fundação em 1947, abordando a cena política mais geral do Estado e a articulação dos conselheiros na classe dominante. O universo da pesquisa compreende os 31 conselheiros que integraram o Tribunal Pleno entre 1947 e 2016. São eles: Raul Vaz, Raul Viana, Caio Graccho Machado Lima, Brasil Pinheiro Machado, Daniel Borges dos Reis, Eugênio José de Souza, Lauro Rego Barros, Algacyr Guimarães, Nacim Bacilla Neto, Leônidas Hey de Oliveira, José Isfer, Antônio Ferreira Rüppel, Rafael Iatauro, João Féder, Armando Queiróz de Moraes, Cândido Manuel Martins de Oliveira, João Olivir Gabardo, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren, Heinz Georg Herwig, Fernando Augusto Mello Guimarães, Caio Marcio Nogueira Soares, Hermas Eurides Brandão, Maurício Requião de Mello e Silva, Ivan Lelis Bonilha, José Durval Mattos do Amaral, Fábio de Souza Camargo e Ivens Zschoerper Linhares. Vamos delinear o perfil e a trajetória dos conselheiros de tribunais de contas focando em sua integração com a classe dominante paranaense e nos capitais familiares em seu corpo funcional – auditores, servidores comissionados, efetivos e aposentados. Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** realizo um balanço dos resultados da pesquisa em torno dos tribunais de contas e do poder levando em conta a variável familiar bem como uma proposta para agenda de pesquisa.

2 – FAMÍLIAS DOMINANTES NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O surgimento do controle das contas públicas no Brasil remonta ao Período Colonial brasileiro, por volta de 1680, quando criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, condicionadas à jurisdição portuguesa. A partir de 1808, tendo como administrador D. João VI, instalou-se o Erário Régio e criou-se o Conselho da Fazenda, cuja atribuição era acompanhar a execução das despesas públicas. Com o advento da Independência do Brasil, em 1822, o Erário Régio fora transformado em Tesouro por determinação da Constituição monárquica de 1824, surgindo daí, os primeiros orçamentos relacionados aos gastos públicos e os balanços gerais. Em 23 de junho de 1826, surgiu a ideia de criação de um Tribunal de Contas por iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, o Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram ao Senado do Império o projeto de lei.

Duraram quase um século as discussões à respeito da criação de um Tribunal de Contas, que analisasse as contas públicas como órgão independente, pois haviam aqueles que entendiam que as contas públicas deveriam continuar sendo examinadas por aqueles que as realizavam, e outros que propunham sua criação. Em 1826, o visconde de Barbacena, então senador por Alagoas, propôs a criação de um Tribunal de Revisão de Contas, depois modificado para Tribunal de Exame de Contas pelo senador José Inácio Borges. Mais tarde, em 1830, Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado mineiro, proferiu um contundente discurso em favor da instituição do Tribunal de Contas. Essas propostas encontravam eco nos meios políticos, sendo por vezes defendidas por ministros e exministros da Fazenda. Com o período regencial, sucedem-se a extinção do Erário Régio e do Conselho da Fazenda e a criação do Tesouro Público Nacional.

Só após a queda do Império e as reformas político-administrativas implantadas pela recente República, tornaram possível esta realidade, a criação do Tribunal de Contas da União, em 7 de novembro de 1890, por deliberação do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, por meio do Decreto nº 966-A, balizados pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia. No ano seguinte, o Tribunal passa a figurar na primeira constituição republicana. Embora criado no papel, o Tribunal não existia de fato por resistência do próprio Presidente da República – à época, Floriano Peixoto, receoso da diminuição de seus poderes, de titular da nova república, frente a um órgão fiscalizador. O Tribunal só viria a funcionar de fato no dia 17 de janeiro de 1893, com os esforços de Serzedello Corrêa, Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto. Na

solenidade, estabelecida no casarão onde funcionava o Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, estavam presentes o Presidente do Tribunal, Manoel Francisco Correa e os diretores José Cunha Valle, Francisco Augusto de Lima e Silva e José Ignácio Ewerton de Almeida, além de Dídimo Agapito da Veiga, Representante do Ministério Público junto ao TC⁹.

Desde a constituição de 1891, o Tribunal de Contas esteve presente em todas as cartas magnas, por vezes ganhando visibilidade, por vezes perdendo direitos conquistados. As constituições brasileiras de 1934, 1937, 1946 e 1967 retiraram e acrescentaram funções ao TCU, como o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões e a apresentação de parecer prévio sobre as contas do Presidente da República ao Congresso Nacional.

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento do orçamento, registro prévio das despesas e contratos, julgamento sobre as contas dos responsáveis por bens e erários públicos, apresentar um parecer técnico sobre as contas do Presidente da República para, posteriormente, serem encaminhadas para a Câmara dos Deputados. Exceto o parecer prévio das contas do Presidente da República, todas as outras atribuições foram conservadas pela Constituição de 1937. Julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões acresceu encargos à Constituição de 1946. A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e julgamento prévio dos atos e contratos geradores de despesas, mas manteve a competência em indicar falhas e irregularidades que, não sanadas, trariam prejuízos ao Estado e por consequência, seriam objetos de representação ao Congresso Nacional. Também, eliminou-se o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, restando ao Tribunal apenas a apreciação da legalidade, como registro. Enquanto inovação foi dado ao Tribunal a incumbência para exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre contas das unidades dos três poderes do Estado, sendo instituído a partir de então, os sistemas de controle externo exercido pelo Poder Executivo tendo como órgão auxiliar, a Corte de Contas, e de controle interno, exercido pelo Poder Executivo destinado a controlar as contas externas. Ao Tribunal de Contas, também, compete calcular e fixar, com base nos estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários do Estado, Fundos de Participação dos Estados (FPE), do Distrito Federal e dos Municípios (FPM), fiscalizando sua entrega aos beneficiários e acompanhamento junto aos órgãos competentes da União, classificação das receitas que dão origem às repartições.

9 Informações disponíveis no site do TCU: <https://portal.tcu.gov.br/inicio/>

Nos termos dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal de 1988 (CF88), o controle externo deve consistir da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal, e está a cargo do Congresso Nacional, que o exerce com o *auxílio* do Tribunal de Contas da União – TCU. O controle externo visa comprovar a probidade da Administração e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores e dinheiros públicos, assim como a fiel execução do orçamento. Esse controle é, por excelência, um controle político de legalidade contábil e financeira. É importante ressaltar que a CF88 instituiu, pelo artigo 74, que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Dessa forma, a cidadania é fortalecida pela carta constitucional, consolidando um pacto entre o Estado e a sociedade civil. Sem dúvida, com a transição para a democracia e o advento da Carta Constitucional de 1988 houve um fortalecimento das instituições de controle, que ocasionou um aumento das funções e da importância de uma série de órgãos, como o Ministério Público e os tribunais de contas (MELO, 2014, p. 195). A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Tribunal de Contas da União o papel de auxiliar do Congresso Nacional para exercício do controle externo, estando as competências constitucionais privativas do Tribunal previstas nos seus artigos 71, 72, 73, 74 e no artigo 161, conforme descrições abaixo:

- 1) Apreciar as contas anuais do presidente da República, através de um parecer prévio elaborado dentro de sessenta dias, e apreciar relatórios sobre execução de planos do governo (Art. 71, inciso I e 49, inciso IX, CRFB/1988);
- 2) Julgar as contas dos administradores e responsáveis pelo dinheiro, bens e valores públicos
(Art. 71, inciso II, CRFB/1988; Lei nº 4.320/1964; DL nº 200/1967, Lei 6.223/1975; Lei 8.443/1992 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União);
- 3) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares (Art. 71, inciso III, CRFB/1988);
- 4) Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos três poderes, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.
- 5) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais de cujo capital social a União tenha participação direta ou indireta (Art. 71, inciso V, CRFB/1988);

- 6) Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios mediante convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres (Art. 71, inciso VI, CRFB/1988);
- 7) Prestar informações e atendimento ao Congresso Nacional, às suas Casas ou a quaisquer de suas Comissões sobre as fiscalizações contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais ou patrimoniais realizadas, cuja finalidade será aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos, isto previsto nos artigos 38 e 103 da Lei nº 8.443/1992 chamada Lei Orgânica do Tribunal e nos artigos 231 a 233 do Regimento Interno do TCU, tais pedidos de informações e solicitações são apreciados em caráter de urgência pelo TCU, ademais, há no Tribunal de Contas um Comitê Técnico de Auxílio ao Congresso Nacional, cujo objetivo é aprimorar o atendimento de pedidos e solicitações;
- 8) Sustar a execução do ato impugnado se não atendido, comunicando à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, verificada irregularidade nas contas, o TCU assegura às partes o exercício da ampla defesa em todas as etapas de apreciação e julgamento dos processos, matéria disciplinada pela Resolução nº 36/1995 do TCU e o artigo 202 do Regimento Interno do TCU admite se constatada irregularidade, havendo débito, o Tribunal ou o Relator ordenará a citação do responsável para apresentar defesa ou recolher a quantia devida aos cofres públicos, caso não hajam débitos, determinará uma audiência do responsável pelos atos para apresentar suas justificativas, se tal decisão resulte em débito ou cominação de multa, tal valor torna-se dívida líquida e certa, com valor de título executivo, assim, o responsável será notificado a recolher no prazo de 15 dias o valor devido, caso contrário, formaliza-se o processo de cobrança executiva, encaminhada ao Ministério Público e ao Tribunal para que a Advocacia-Geral da União – AGU ou das unidades jurisdicionadas ao TCU, promovam a cobrança judicial da dívida ou o arresto dos bens do autor do desvio;
- 9) Emitir pronunciamento conclusivo sobre despesas realizadas sem autorização, por solicitação da Comissão Mista Permanente do Senado e da Câmara dos Deputados;
- 10) Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.

O Tribunal de Contas, no Brasil, é uma instituição com raiz constitucional, deliberando de forma colegiada, incumbida de julgar a boa e regular aplicação dos recursos públicos e auxiliar o Poder Legislativo na realização do controle externo da Administração Pública e no julgamento das contas anuais dos chefes do Poder Executivo. Sua independência é comparada à do [Ministério Público](#), um órgão que não está ligado a nenhum poder e exerce sua função constitucional. Estes Tribunais foram evoluindo através dos tempos e suas atividades de controle passaram a englobar amplas atividades, com vários objetivos, sendo seu papel tradicional o de assegurar que os recursos públicos sejam arrecadados e aplicados de acordo com as leis e regulamentos existentes, evoluindo atualmente para controle dos resultados, e não apenas da legalidade como era em seus primórdios.

O TCU é composto atualmente por nove ministros que têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, [vencimentos](#) e [vantagens](#) dos ministros do [Superior Tribunal de Justiça](#) (STJ), inclusive o cargo vitalício. Além dos nove ministros, o TCU tem corpo técnico de procuradores do Ministério Público, auditores que trabalham nas inspeções e auditorias para fiscalizar o uso de recursos federais em diferentes áreas, como obras, prestação de serviço, contratação e aposentadoria de servidores, podendo aplicar sanções e apontar as correções. E a autonomia dos Tribunais de Contas está assegurada ao abranger executar seus orçamentos, eleger seus órgãos diretivos, elaborar seus regimentos internos, organizar sua estrutura interna, prover o seu quadro próprio de pessoal e propor a criação e extinção dos cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares.

O Tribunal de Contas da União e seus órgãos correlatos, como os Tribunais de Contas dos Estados, Tribunal de Contas do Distrito Federal e os Tribunais de Contas dos Municípios, no que se refere à sua função, competência, historiografia, conceito e natureza jurídica são vistos como instituições cruciais para a guarda e proteção dos bens patrimoniais. Também conhecidos como "Corte de Contas", os Tribunais de Contas são órgãos colegiados cujas deliberações são, em geral, tomadas pelo Plenário, que é a instância máxima do órgão, mas também podem ser tomadas por uma das duas Câmaras que costuma compor as instituições.

As pesquisas que levam em conta o Tribunal de Contas costumam ter um caráter institucionalista e normativo, sendo encontrados nas áreas da Administração e do Direito. Para Guerra (2003), são funções dos Tribunais de Contas:

- Função opinativa, informadora ou consultiva: quando os tribunais de contas apreciam as contas do chefe do poder executivo, emitindo parecer prévio, estão laborando em prol do legislativo, posto ser este o titular do julgamento político das contas anuais.

- Função jurisdicional ou contenciosa: quando os tribunais de contas julgam e liquidam as contas dos administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, além das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- Função corretiva ou sancionadora: possibilidade de aplicação pelo tribunal de contas, quando constatada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, das sanções previstas em lei, podendo fixar multa proporcional ao dano causado, além de outras cominações, visando a recomposição do erário.
- Função fiscalizadora: possibilidade de ampla atuação das cortes de contas sejam na área contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, quando serão verificados os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos.

Hélio Mileski (2003) classifica as competências dos Tribunais de Contas em:

- *Próprias* porque são peculiares aos procedimentos de controle. Trata-se de competências que envolvem atividades autênticas de controle, com a finalidade de vigiar, acompanhar e julgar a regularidade dos atos de atividade financeira controlados.
- *Exclusivas* porque são competências constitucionais destinadas tão somente para o Tribunal de Contas e não podem ser exercidas por nenhum outro órgão ou Poder, mesmo o Poder Legislativo. Embora o controle externo esteja a cargo do Legislativo, a Constituição estabeleceu o Tribunal de Contas como órgão executor desse controle, dando-lhe exclusividade de atuação para o exercício dessa função.
- *Indelegáveis* porque são competências que envolvem atividade de controle da atividade financeira do Estado, sendo por isso exercício privativo do Poder Público, cuja execução também é privativa do Tribunal de Contas, não podendo ser delegadas a qualquer dos Poderes ou a outra organização, pública ou privada. São competências que só podem e devem ser exercidas diretamente pelo Tribunal de Contas, sem possibilidade de delegação a terceiros.

Apesar destas noções gerais, a natureza institucional do Tribunal de Contas não é um tema pacífico, o que levanta posicionamentos diversos.

Há cinco instrumentos por meio dos quais se realiza as fiscalizações:

a) levantamento: instrumento utilizado para conhecer a organização e funcionamento de órgão ou entidade pública, de sistema, programa, projeto ou atividade governamental, identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da sua realização; b) auditoria: por meio desse instrumento verifica-se in loco a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, assim como o desempenho operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais; c) inspeção: serve para a obtenção de informações não disponíveis no Tribunal, ou para esclarecer dúvidas; também é utilizada para apurar fatos trazidos ao conhecimento do Tribunal por meio de denúncias ou representações; d) acompanhamento: destina-se a monitorar e a avaliar a gestão de órgão, entidade ou programa governamental por período de tempo predeterminado; e) monitoramento: é utilizado para aferir o cumprimento das deliberações do Tribunal e dos resultados delas advindos.

No caso do Tribunal de Contas da União (TCU), ao constatar ilegalidade ou irregularidade em ato de gestão de qualquer órgão ou entidade pública se fixa prazo para cumprimento da lei. No caso de ato administrativo, quando não atendido, o Tribunal determina a sustação do ato impugnado. Nesses casos, exerce função corretiva. A função normativa decorre do poder regulamentar conferido ao Tribunal pela sua Lei Orgânica, que faculta a expedição de instruções e atos normativos, de cumprimento obrigatório sobpena de responsabilização do infrator, acerca de matérias de sua competência e a respeito da organização dos processos que lhe devam ser submetidos¹⁰. Também existe a função de ouvidoria, ao receber denúncias e representações relativas a irregularidade ou ilegalidade que lhe sejam comunicadas pelos responsáveis pelo controle interno, por autoridades, cidadãos, partidos políticos, associações e sindicatos.

Alguns doutrinadores, juristas e professores de Direito Constitucional entendem o Tribunal de Contas como órgão integrante do Poder Legislativo, já que a atribuição de fiscalizar faz parte das atribuições típicas do Poder Legislativo (TEMER, 1999). Existem aqueles que entendem que por se tratar de um Tribunal, ele faz parte do Poder Judiciário. Decide e julga sobre temas da administração pública. Mesmo que o Tribunal de Contas não integre o elenco de órgãos do Poder Judiciário, o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens ou dinheiros públicos implica investi-lo no parcial exercício da função judicante (FAGUNDES, 1967).

Também Pontes de Miranda sustenta que “a função de julgar as contas está claríssima no texto constitucional. Não havemos de interpretar que o Tribunal de Contas julgue e outro Juiz as rejulgue depois. Tratar-se-ia de absurdo *bis in idem*” (MIRANDA, 1973). Outros afirmam que o Tribunal de Contas não pertence a nenhum dos Poderes e entendem que ele é um órgão independente e

¹⁰ <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/funcionamento/>

autônomo, assim como o Ministério Público e que, ao auxiliar o Poder Legislativo, a ele não se subordina. Seus argumentos são favoráveis ao Tribunal de Contas como Poder Político e Administrativo. Compartilha deste pensamento Odete Medauar: "se a sua função é de atuar em auxílio ao Legislativo, sua natureza, em razão das próprias normas da Constituição, é de órgão independente, desvinculado da estrutura de qualquer dos três poderes" (MEDAUAR, 1993). No mesmo sentido Borges de Carvalho entende que os Tribunais de Contas são órgãos autônomos e independentes, não integram nenhum dos três Poderes, nem são subalternos ou auxiliares ao Poder Legislativo (CARVALHO, 2003). Também existem aqueles que entendem o Tribunal de Contas como um órgão técnico e autônomo sem vinculação a qualquer poder. Seria uma instituição não política, sem exercer poder, neutra quanto a interesses políticos específicos, pois o Tribunal de Contas exerce funções tipicamente administrativas e não judiciárias (TORRES, 1991). Luciane Ferreira defende que o Tribunal de Contas também é dotado de poder de polícia, por ser responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta. O poder de polícia não é uma faculdade ou poder propriamente dito, mas sim uma atribuição conferida pela Constituição ou por lei a certos órgãos da administração Pública. No caso do Tribunal de Contas, o poder de polícia é um privilégio que tem a Administração Pública para, mediante lei autorizativa, restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em nome do interesse da coletividade. É o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública, para conter os abusos do direito individual. O poder de polícia está ligado à fiscalização e ao controle (FERREIRA, 2008).

O Tribunal de Contas, numa leitura genérica, trata-se do órgão responsável pela análise dos gastos públicos, cuja ação fiscalizadora denomina-se "Controle Externo". Cabendo ao Poder Legislativo, que compreende o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, exercerem este controle frente aos representantes do Poder Executivo, que por sua vez estão representados pelo Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras dos Municípios, além dos representantes do Poder Judiciário, que abrangem o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), os Tribunais Regionais Federais (TRF's), os Tribunais Eleitorais (TE's) e os Tribunais de Justiça dos Estados (TJ's), daí dizer da autonomia do Tribunal de Contas, quanto ao auxílio que presta ao Poder Legislativo no sentido de exercer o controle externo fiscalizador dos gastos dos órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e do próprio poder Legislativo.

Independente das possíveis interpretações, podemos afirmar que os Tribunais de Contas possuem uma natureza institucional e jurídica de difícil definição. Organização *sui-generis*, a natureza para-consistente do poder do Tribunal de Contas materializa-se nos próprios Conselheiros.

Por um lado o cargo reveste-se de natureza técnica e administrativa, uma vez que exercem a função de “auxiliar” o legislativo no controle da Administração Pública. Também se coloca que os conselheiros não participam, direta ou indiretamente, das decisões governamentais. Por outro lado, todos sabem que a indicação política é a regra na escolha de ministros e conselheiros. E que a competição política é grande quando se abrem novas vagas. Portanto, é mais plausível dizer que os ministros e conselheiros exercem funções administrativas e políticas ao mesmo tempo.

E aqui encontramos o limite das pesquisas institucionalistas sobre o Tribunal de Contas. Eles se baseiam no ideal do que a instituição deve fazer, apenas recortando um limite de poder que não é condizente com as redes políticas que na realidade se formam nos Tribunais de Contas. Neste sentido, é importante compreender os Tribunais de Contas como uma instituição administrativa e política. Por um lado, porque o poder político do Tribunal o faz detentor de vantagens consideráveis com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, por outro porque fiscaliza também o gasto público e os direitos sociais que revestem a Administração Pública.

Entender de que forma o parentesco se transforma em um recurso social para a constituição de quadros políticos dos Tribunais de Contas é um dos nossos objetivos. Pretende-se mostrar que não só os Partidos, os governos, legislativos, judiciários e outras instituições de poder que são perpassados pelo domínio de famílias políticas, mas os Tribunais de Contas também tem o “capital políticofamiliar” (MONTEIRO, 2017) como uma das principais formas de acesso e controle de tais instituições. Certas famílias e determinados sobrenomes estão cada vez mais presentes no espaço e na arena das instituições de decisões políticas, como os Tribunais de Contas? Seria o “capital políticofamiliar” (MONTEIRO, 2017), uma força determinante na composição e lógica do Tribunal de Contas? São as famílias políticas que, quase sempre, ocupam espaços estratégicos nos Tribunais de Contas? Quanto mais o agente se encontre vinculado e/ou pertencente ao núcleo de uma família política, maior ou menor a chance de exercer cargos de ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas? Tribunais de Contas podem ser compreendidos negligenciando o recurso ao parentesco e à genealogia das famílias? O discurso técnico não seria a forma de legitimação de uma instituição profundamente atravessada por interesses familiares?

Nossa intenção é pesquisar a origem social, trajetória e redes políticas dos ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas. Ir além das aparências das normativas e ideologia que promulga de si mesmo como instituição. Por isso vamos traçar o perfil social de ministros e conselheiros, suas carreiras e relações de parentesco. Analisaremos a rede social dos conselheiros

com parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder. Em suma, pretende-se definir e analisar as redes sociais, familiares, profissionais e políticas dos ministros e conselheiros.

2.1 CORPO HISTÓRICO DO TCU

Antes de analisar os ministros do TCU atuais vamos fazer um breve balanço sobre o corpo histórico da instituição. Desde sua fundação em 1890 até nossos dias (2020) foram 99 ministros no TCU. Considerando seus estados de origem são eles:

Alagoas (4): Silvestre Péricles de Góes Monteiro, Antonio de Freitas Cavalcanti, Bento José Bugarin e Guilherme Palmeira.

Amazonas (1): Wilson de Souza Aguiar.

Bahia (3): Francisco José da Rocha, Élvia Lordello Castello Branco, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas.

Ceará (3): Rodolpiano Padilha, Valmir Campelo, Ubiratan Diniz de Aguiar.

Goiás (3): Wagner Estelita Campos, Iram de Almeida Saraiva, Walton Alencar Rodrigues.

Maranhão (4): Augusto Olympio Viveiros de Castro, Arthur Álvaro Ewerton, Henrique de La Rocque Almeida, Raimundo Carreiro.

Mato Grosso (1): José Maria Metello.

Minas Gerais (19): Alfredo de Vilhena Valladão, Joaquim Leonel de Rezende Filho, Camillo

Soares de Moura Filho, Alfredo Guimarães de Oliveira Lima, Antonio Cesário de Faria Alvim Filho, Olegário da Silva Bernardes, Gustavo Capanema, Abgar de Castro Araújo Renault, Guilhermino de Oliveira, Mauro Renault Leite, Glauco Antonio Lessa de Abreu e Silva, Mário Pacini, João Nogueira de Rezende, João Batista Miranda, Carlos Átila Álvares da Silva, Jorge Vargas, Homero Santos, Olavo Drummond, Humberto Guimarães Souto.

Paraíba (8): Pedro da Cunha Pedrosa, José Américo de Almeida, João de Lourenço, José Pereira Lira, Vergniaud Wanderley, João Agripino Maia Filho, Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho, Vital do Rêgo Filho.

Paraná (2): Manoel Francisco Correia e Vidal da Fontoura.

Pernambuco (8): Demócrito Cavalcanti de Albuquerque Melo, Alfredo Octavio de Mavignier, Etelvino Lins de Albuquerque, Gilberto Monteiro Pessôa, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, José Jorge Vasconcelos Lima, José Mucio Monteiro e Ana Arraes.

Rio de Janeiro (19): José da Cunha Valle, Francisco Augusto de Lima e Silva, José Ignácio Ewerton de Almeida, Dídimo Agapito da Veiga Júnior, Pedro Teixeira Soares, Francisco de Paula Monteiro de Barros Lima, Agenor Lafayette de Roure, Octávio Tarquínio de Sousa Amarantho, José de Castro Nunes, Francisco José de Oliveira Vianna, Joaquim Henrique Coutinho, Mário de Bittencourt Sampaio, Ernani do Amaral Peixoto, Iberê Gilson, Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti, Luciano Brandão Alves de Souza, Ivan Luz, Paulo Affonso Martins de Oliveira e Benjamin Zymler.

Rio Grande do Norte (4): Miguel Archanjo Galvão, Joaquim Alonso Moreira de Almeida, Augusto Tavares de Lyra e Ewald Sizenando Pinheiro.

Rio Grande do Sul (12): Francisco Thompson Flores, Ruben Machado da Rosa, Antônio Brochado da Rocha, Golbery do Couto e Silva, Clóvis Pestana, Mem de Sá, Guido Fernando Mondin, Arnaldo da Costa Prieto, Fernando Gonçalves, Alberto Hoffmann, Adylson Motta e Augusto Nardes.

Santa Catarina (1): Adhemar Paladini Ghisi

São Paulo (6): Thomaz Wallace da Gama Cochrane, Jesuíno Ubaldo Cardoso de Melo, Eduardo Lopes, Rogério de Freitas, Victor Amaral Freire, João Baptista Ramos.

Sergipe (1): Bernardino José de Souza

Em primeiro lugar, nota-se a concentração dos ministros oriundos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. No total dos 99, 44 são da região sudeste, 35 do nordeste, 15 da região sul, 4 do centro-oeste e apenas 1 do norte. Nota-se também a ausência de diversos estados. Percebe-se que são apenas 2 mulheres e nenhum negro. E, na grande maioria, são quadros das velhas famílias das classes dominantes dos estados. No fim do século XIX até o começo do XX a maioria dos ministros tinham sido Diretores do Tribunal do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Promotores e Juizes, Deputados e Senadores, Chefes de Gabinete do Ministro da Fazenda, Consultores Jurídicos, Interventores Federais e Governadores, Auditores¹¹.

Um dos melhores exemplos destas genealogias do poder vem do primeiro presidente do TCU **Manuel Francisco Correia**. Nascido em Paranaguá (PR) no dia 1º de novembro de 1831, filho de Manuel Francisco Correia e de Francisca Pereira Correia. Seu avô era conhecido como “o velho”, natural da Vila de Feira, Beira, Portugal, nasceu em 1783 e era um dos principais comerciantes de Paranaguá, com familiares em vários cargos públicos. Sua família dominava a região. Os irmãos mais velhos galgaram posições importantes na política e nos negócios, suas irmãs casaram com homens que viriam a ocupar posições de destaque no governo. Seu irmão Francisco foi nomeado para o governo da província de Santa Catarina. Seu outro irmão **Ildefonso Pereira Correia**, o **barão do Serro Azul**, destaca-se na história do Paraná seu papel de grande relevo durante a revolução federalista. Suas irmãs, Maria Bárbara e Francisca, casar-se-iam respectivamente com Agostinho Ermelino de Leão e Antonio Alves de Araújo, igualmente destinados a presidir a província do Paraná. E, Eufrozina, que se casaria com Cândido Ferreira de Abreu, mais tarde prefeito de Curitiba.

A trajetória de Manuel Francisco Correia mostra o *habitus* que viveu a vida como membro da classe dominante. Estudou no Educandário, Nova Friburgo e formou-se bacharel em letras pelo Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Posteriormente, também se formou bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1862 foi nomeado presidente da província de Pernambuco. De 1869 a 1877 foi deputado geral pela província do Paraná e de 1874 a 1875 exerceu a presidência da Câmara dos Deputados. Concomitantemente ao mandato de deputado geral, assumiu também o Ministério dos Estrangeiros (posteriormente denominado Ministério das Relações Exteriores) de 1871 a 1873, no gabinete chefiado por José Maria da Silva Paranhos, então visconde do Rio Branco. Como ministro, exerceu papel de destaque nas negociações de paz após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874, foi o responsável pela criação da primeira Escola Normal do Rio de Janeiro. Em 1877 assumiu o cargo

¹¹ Para uma breve biografia de cada um dos 99 ministros, o TCU fez uma compilação em 2017 disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/autoridades-emeritas/>

de conselheiro de Estado. Instalado em novembro de 1841 e presidido pelo imperador Pedro II, o Conselho de Estado atendia às consultas dos ministros e do próprio imperador, em especial as que se referiam às declarações de guerra ou de paz, às negociações com as nações estrangeiras, aos conflitos entre as autoridades administrativas e judiciárias e aos abusos das autoridades eclesiásticas. Os 72 conselheiros vitalícios incluíam ministros, deputados, senadores, fazendeiros, negociantes, capitalistas, militares e magistrados, que, de forma geral, descendiam de famílias que controlavam a política, os cargos administrativos e as atividades econômicas no país já no período colonial ou representavam os diversos grupos que compunham as elites imperiais. De 1877 a 1889 foi senador pela província do Paraná. Nesse período, em 25 de fevereiro de 1883, fundou, junto com outros senadores, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Ainda durante o Império foi segundo oficial da Secretaria da Fazenda e primeiro oficial da Secretaria do Império e depois da Secretaria de Justiça, além de oficial de gabinete de ministros de Estado. Também foi diretor da Repartição de Estatística, tendo sido responsável pela realização do primeiro recenseamento da população no Império. Já sob o regime republicano, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 17 de janeiro de 1893. O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Ao ser empossado no TCU, assumiu a presidência da corte. Além de ter sido o primeiro presidente do TCU, foi o relator das contas do governo da República de 1893 a 1894. Em 18 de agosto desse último ano aposentou-se. Foi ainda diretor do Lóide Brasileiro, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Recebeu diversas condecorações nacionais e internacionais, com destaque para as grã-cruzes da Ordem da Conceição da Vila Viçosa, da Ordem de Carlos II da Espanha, da Ordem da Coroa de Ferro da Áustria, da Ordem de Sant'Ana da Rússia e da Ordem Cristo de Portugal. Faleceu em 11 de junho de 1905 (AZEVEDO, 1900). Diversos herdeiros da família ocuparam cargos centrais no governo estadual do Paraná, na Prefeitura de Curitiba e no poder judiciário, sempre presentes na colonização do Paraná desde o final do século XIX.

O outro quadro paranaense que ocupou o cargo de ministro do TCU foi Vidal da Fontoura. Nasceu no dia 2 de dezembro de 1914 na cidade de Colombo, no Paraná. Oriundo da família Fontoura que teve importante papel da cidade. Seu avô José Leal de Fontoura foi o nono prefeito de Colombo, entre 1913 e 1916. Entre 1924 e 1926 seu pai Augusto Isidoro da Fontoura foi também

foi prefeito. Vidal iniciou seus estudos acadêmicos em 1940 e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná. Uma de suas primeiras atividades foi em sua área de formação acadêmica, na qual exerceu a advocacia como integrante da equipe do dr. Adolfo Konder, exgovernador e ex-deputado federal pelo estado de Santa Catarina. Também atuou como técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão de assessoramento do Ministro da Fazenda. Em 1949, entrou no TCU como auditor. Em 1981 é nomeado ministro do TCU pelo então presidente João Figueiredo. Ocupou a vaga em decorrência da aposentadoria do ministro Gilberto Monteiro Pessoa. Faleceu no dia 9 de maio de 2008. Foi casado com Dinorah Maria Munhoz da Rocha Fontoura, de família tradicional paranaense, com quem teve dois filhos: Paulo Roberto Munhoz da Fontoura e Maria Lucia Munhoz da Fontoura Niemeyer¹².

Outro quadro de destaque é o ministro **Francisco Thompson Flores**, nascido em Porto Alegre em 27 de julho de 1880. Neto do [médico Dr. Luís da Silva Flores](#) - o conhecido Dr. Flores, que dá nome a uma das principais ruas do [Centro Histórico de Porto Alegre](#), bem como a outra rua do bairro [Teresópolis](#), da mesma cidade -, e de Maria da Glória Thompson, filha do [capitão de fragata](#) da [Marinha Real Britânica](#), James Thompson. Filho de Carlos Thompson Flores e Elvira Fernandes dos Reis Flores, filha do Marechal de Campo [Salustiano Jerônimo dos Reis, Barão de Camaquã](#), destacado militar do [Império](#). Francisco realizou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1903. No ano de 1905 assumiu o cargo de juiz de direito no município de São Jerônimo (RS). Em seguida, tornou-se promotor público em Porto Alegre e chefe de polícia do estado do Rio Grande do Sul. Em outubro de 1918 ingressou no Tribunal de Contas ainda na condição de auditor. Em 1922, foi nomeado delegado do Tesouro em Londres, cargo o qual ocupou até o ano de 1926. No ano de 1931 foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas para o cargo de ministro do TC. Nos anos seguintes o mesmo Getúlio Vargas e o então ministro Thompson Flores foram protagonistas de um dos episódios mais emblemáticos da história desta Corte de Contas. Em 1937, o Ministro Thompson Flores foi o relator responsável pela emissão do parecer prévio sobre as contas do governo para o exercício de 1936. Pela primeira vez na história do Tribunal, o parecer foi contrário à aprovação das contas do governo¹³. Foi casado com Célia Martins Thompson Flores. Faleceu em 06 de agosto de 1952. Seu filho, Carlos Martins Thompson Flores, seguiu a carreira diplomática, sendo embaixador do Brasil na Itália entre 1968 e 1973.

12 Biografia elaborada pelo TCU: <https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-vidal-da-fontoura-1981-1984.htm>

13 <https://portal.tcu.gov.br/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-francisco-thompsonflores-1931-1937.htm>

Francisco teve 7 irmãos, dentre eles, **Fernando Thompson Flores** que foi deputado federal pelo Paraná durante a constituinte em 1946 e **Luiz Carlos Reis Flores**, pai do ministro do STF [Carlos Thompson Flores \(neto\)](#). Luiz foi casado com Dona Ana Lacroix Flores com quem teve duas filhas: Mariza, diplomada em letras e professora de Inglês do Curso Médio, casada com o Dr. Otmar Lens, Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, de São Leopoldo, RS, professor da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Beatriz, diplomada em Direito pela UFRGS, na assessoria do Presidente do Tribunal de Justiça, casada com o Dr. Flávio Brinckmann, Engenheiro de Minas pela UFRGS, Professor da mesma Universidade, e Diretor Técnico da Companhia Riograndense de Mineração (CRM)¹⁴. Um dos netos de Luiz Carlos Thompson Flores é **Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz**, nomeado desembargador federal em 2001 tendo assumido a presidência do TRF4 em 2017 (OLIVEIRA, 2018). Nascido em Porto Alegre, foi graduado em Direito em 1985, empossado procurador da República em 1989 e promovido a procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 4ª Região em 1996. Ficou conhecido por fazer parte da condenação do expresidente Lula como desdobramento da operação Lava-Lato. Em uma palestra Carlos Eduardo elaborou sua própria genealogia da seguinte forma:

O Ministro Carlos Thompson Flores é descendente de algumas das mais ilustres e antigas famílias do Brasil que forneceram ao nosso país políticos do mais alto relevo, como o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente da República, diplomatas como o embaixador Carlos Martins Thompson Flores, médicos como o Conselheiro do Império Dr. Jonathas Abbott, considerado por muitos o maior luminar da ciência médica brasileira no século XIX. Destacam-se, ainda, o Coronel Thomaz Thompson Flores, herói da Guerra de Canudos, cujos feitos são relatados por Euclides da Cunha na obra clássica "Os Sertões"; o Ministro Francisco Thompson Flores, Ministro do Tribunal de Contas da União que, em 1937, como relator das contas do Presidente. Getúlio Vargas, levou a Corte de Contas a manifestar-se pela rejeição das contas do Presidente da República, em decisão sem precedentes na história daquele Tribunal. É descendente direto do bandeirante Raposo Tavares, um dos fundadores do Brasil, e de Dionísio Rodrigues Mendes, um dos primeiros povoadores do Rio Grande do Sul, cuja fazenda, em meados do século XVIII, situava-se em terras onde hoje se localiza o Município de Porto Alegre. Uma das fazendas de seu bisavô, o Dr. João Pereira da Silva Borges Fortes, notável político do segundo reinado, hospedou o Imperador D. Pedro II e toda a sua comitiva, no ano de 1865, em São Gabriel, quando de sua visita à Província de São Pedro. Corre em suas veias o nobre sangue da família Leme, de São Paulo, que deu ao Brasil homens como o Cardeal D. Sebastião Leme, que desempenhou papel decisivo para o favorável desfecho da Revolução de 1930, ao convencer o Presidente deposto Washington Luís Pereira de Sousa a partir para o exílio. São, ainda, seus primos o Almirante Diogo Borges Fortes, Ministro e Presidente do Superior Tribunal Militar, o General Carlos Flores de Paiva Chaves, o primeiro militar brasileiro a comandar tropas da ONU-comandou a Faixa de Gaza nos anos cinquenta -, o Almirante Joaquim Flores do Rêgo Monteiro, formado em Engenharia Naval na Inglaterra e um dos pioneiros no país nessa importante modalidade de engenharia e o Embaixador Francisco Thompson Flores, um dos responsáveis pela criação e instalação do Mercosul, quando embaixador em Buenos Aires. Essas, em apertada síntese, são as origens familiares de Carlos Thompson Flores. O homem, disse-o Antonio Joaquim Ribas, em sua biografia de Campos Salles, é um ser sucessivo, cuja alma contém, algumas vezes, as virtudes de cem gerações. Como nos minerais e vegetais, prossegue o notável biógrafo, a natureza elabora, longa e surdamente, as suas obras-primas na humanidade. Eis por que assinalamos

14 <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=3>

que nos seus antepassados já se revelavam as altas virtudes que, aperfeiçoadas pelo estudo e meditação, destinaram-no às mais elevadas posições na administração da nossa Nação. A l'origine d'une vocation, recorda Roger Martín Du Gard, il y a presque toujours un exemple. No exemplo de seus ancestrais, colheu a inspiração e o estímulo que lhe serviram de motivação na escolha de sua vocação, a magistratura, cujo exercício consumiu toda a sua existência¹⁵”.

Outro ministro com os “genes do poder” é **João Agripino Filho**. Nascido no sítio Cachoeira, município Brejo da Cruz (PB), em 1º de março de 1914, filho de João Agripino de Vasconcellos Maia e de Angelina Mariz Maia. Seu pai advogado e fazendeiro, ingressou na política em 1915, ao lado de Epitácio Pessoa, e foi deputado estadual durante cinco legislaturas consecutivas até 1930. Seu avô materno, Antônio Marques da Silva Mariz, foi primeiro-secretário da Câmara dos Deputados. Seu tio, José Mariz, foi interventor interino, procurador e secretário estadual da Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940). Seu irmão, Tarcísio Maia, foi governador do Rio Grande do Norte de 1975 a 1979. Seu primo, Antônio Mariz, foi deputado federal de 1971 a 1983, constituinte de 1987 a 1988, deputado federal de 1987 a 1991, senador de 1991 a 1995 e governador da Paraíba em 1995. Descendente de clãs de políticos sertanejos, Agripino passou sua infância num cenário de lutas, rixas políticas e familiares e disputas eleitorais que muito lhe influenciaram a formação¹⁶. Fez os estudos elementares na Escola Estadual Dona Palmira, em sua cidade natal, e cursou os quatro primeiros anos secundários no Ginásio Diocesano de Santa Luzia, em Mossoró (RN). Em 1932, fez concurso para professor primário estadual e classificou-se em primeiro lugar, tendo lecionado por um curto período em Catolé do Rocha (PB). Exonerando-se do magistério, matriculou-se no Liceu Paraibano, em João Pessoa, onde concluiu o curso secundário. Procurador da prefeitura do Brejo do Cruz promotor público do Jardim do Seridó e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), e candidatou-se nessa legenda, pelo seu Estado, em 1946, cumprindo sucessivos mandatos, até 1961. Licenciou-se, nesse ano, para ser o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia, permanecendo no cargo durante o governo Jânio Quadros, de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, voltando à Câmara dos Deputados. Foi reeleito e, em 1962, elegeu-se ao Senado. Apoiou o movimento militar que, em 1964, depôs o presidente João Goulart. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Foi governador da Paraíba, de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971. Diretor do Banco Industrial de Campina Grande. Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) (1973), do qual foi presidente. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se, em 1981, ao Partido Popular (PP), e, com a incorporação deste ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegeu-se, nessa legenda, Deputado federal, em 1982. Era irmão de Tarcísio Maia que foi governador do Rio Grande do Norte no período (1975-1979), primo de Lavosier Maia que também

15 Revista da Faculdade de Direito da UFRGS- n° 29, 2011 7. MINISTRO CARLOS THOMPSON FLORES.

(Centenário do seu nascimento). Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz Desembargador Federal do TRF/4a Região

16 Biografia disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao>

foi governador do estado do Rio Grande do Norte entre 1979-1982, tio do senador José Agripino Maia (DEM-RN), que foi prefeito de Natal (1979-1982) e duas vezes governador do RN (1983-1986 e 1991-1994), primo do Governador Antonio Mariz. Primo e cunhado do chefe político absoluto de Catolé do Rocha, coronel José Sérgio Maia de Vasconcelos, no qual foi prefeito de Catolé do Rocha por 4 mandatos. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de fevereiro de 1988. Foi casado com Maria de Lurdes Bonavides Maia, com quem teve cinco filhos, um dos quais, João Agripino de Vasconcelos Maia, foi constituinte de 1987 a 1988 e deputado federal pela Paraíba de 1987 a 1991. De um segundo matrimônio com Sônia Maria Borborema Agripino teve dois filhos (MONTEIRO, 2016).

Vale a análise também da primeira ministra do TCU, **Élvia Lordello Castello Branco**. Nascida em 1923 na cidade de São Félix, no estado da Bahia. Filha de Joaquim Cardoso de Mello e neta do Almirante **Joaquim Cardoso Pereira de Melo**, primeiro barão de São Marcos, descendente de famílias da nobreza portuguesa. Élvia ascendeu na carreira pública ao ser Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 1ª Região, de 14 de novembro a 2 de novembro 1959. Ainda em novembro de 1959 tornou-se Juíza do Trabalho, sendo Presidenta da Junta de Conciliação e Julgamento de Nova Iguaçu, Niterói e Petrópolis. Em 22 de agosto de 1961 deu-se início sua trajetória no Tribunal de Contas ao ser nomeada Procuradora-Geral junto ao Egrégio Tribunal do Distrito Federal, permanecendo nesse cargo por 26 anos, até 9 de setembro de 1987. Nesse ano, em 24 de agosto, foi nomeada ministra do TCU, pelo então Presidente José Sarney¹⁷. Foi casada com **Carlos Castello Branco** (1920-1993), jornalista e escritor, sendo considerado o maior colunista político da imprensa nacional da segunda metade do século XX. A “Coluna do Castello” foi publicada durante 31 anos no Jornal do Brasil. Nasceu em Teresina, Piauí, no dia 25 de junho de 1920. Filho do desembargador Christino Castello Branco e de Dulcilla Santana Branco. Neto do procurador Joaquim Ferreira Castelo Branco. Foi casado durante 44 anos com Elvira Lordello Castello. Teve três filhos, Rodrigo, Luciana e Pedro. Rodrigo faleceu em 1976, em um acidente automobilístico suspeito.

Analisando os 99 ministros do corpo histórico do TCU, podemos constatar que a grande maioria faz parte de famílias dominantes tradicionais, com parentes ligados ao poder econômico, político e judicial. Destacam-se Francisco José da Rocha, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Valmir Campelo, Alfredo de Vilhena Valladão, Joaquim Leonel de Rezende Filho, Camillo Soares

¹⁷ Ver biografia em <https://portal.tcu.gov.br/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-elvialordello-castello-branco-1987-1995.htm>

de Moura Filho, Alfredo Guimarães de Oliveira Lima, Antonio Cesário de Faria Alvim Filho, Olegário da Silva Bernardes, Gustavo Capanema, Abgar de Castro Araújo Renault, Guilhermino de Oliveira, Olavo Drummond, Humberto Guimarães Souto, Pedro da Cunha Pedrosa, José Américo de Almeida, José Pereira Lira, João Agripino Maia Filho, Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho, Vital do Rêgo Filho, Francisco Augusto de Lima e Silva, Pedro Teixeira Soares, Ernani do Amaral Peixoto, Luiz Octávio Pires Albuquerque Gallotti, Paulo Affonso Martins de Oliveira, Demócrito Cavalcanti de Albuquerque Melo, Etelvino Lins de Albuquerque, Gilberto Monteiro Pessôa, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, José Jorge Vasconcelos Lima, José Mucio Monteiro, Ana Arraes, Augusto Tavares de Lyra, Francisco Thompson Flores, Golbery do Couto e Silva, Mem de Sá, Augusto Nardes, Silvestre Péricles de Góes Monteiro e Antonio de Freitas Cavalcanti, todos os membros de famílias dominantes com raízes coloniais, herdeiros das oligarquias regionais tradicionais, parentesco com políticos e juízes. História de famílias com inúmeros parentes do poder público e no controle da terra, do sistema judiciário, cartórios, governos, etc, da fundação do TCU até os dias atuais.

2.2 COMPOSIÇÃO ATUAL DO TCU

A Constituição de 1988 trata dos requisitos para o preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União no artigo 73, o que é aplicado por simetria a estados, Distrito Federal e municípios. Os pré-requisitos são os seguintes:

- a) ser brasileiro;
- b) ter mais e trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- c) idoneidade moral e reputação ilibada;
- d) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- e) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Preenchidos esses requisitos, a escolha é feita pelo chefe do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do ente da federação respectivo. No âmbito da União, o presidente da República indica

três dos nove membros, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao tribunal, carreiras providas por concursos públicos, indicados em lista tríplice pelo tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento. A indicação deve ser aprovada pelo Senado. A outra vaga é de livre escolha do Presidente. As outras vagas ficam a cargo do Congresso Nacional.

É verdade que a autonomia do Tribunal de Contas da União advém de sua capacidade de definir a forma como pretende atuar no cumprimento de sua missão constitucional, por dispor de orçamento próprio e por ter iniciativa de lei para definir os planos de cargos e salários de seus servidores, entre outras atribuições. Essa autonomia encontra guarida na Constituição Federal nos artigos 73 e 96. Isso não significa que exista uma autonomia na decisão dos ministros. Antes da Constituição de 1988, em comparação com a Carta de 1967, os membros dos tribunais de Contas eram indicados apenas pelo chefe do Poder Executivo, por ele nomeados após aprovação do Congresso. Atualmente, há nomeações repartidas entre governo e parlamento. Na prática, porém, isso apenas reforçou o papel das famílias que controlam o Congresso Nacional na escolha dos ministros.

Quando analisamos a atual composição do TCU em 2020 podemos encontrar ainda a força das famílias dominantes em posição estratégicas do Estado? Ou esta seria apenas uma situação de antigamente, não tendo mais base na realidade? A redemocratização trouxe maior amplitude social na escolha dos ministros? As instituições republicanas mantêm as práticas familiares históricas?

Esta pesquisa compreende uma análise prosopográfica dos nove ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) no primeiro semestre de 2020. São eles: **Aroldo Cedraz** (tem 69 anos, é doutor em medicina veterinária e tem curso técnico em contabilidade. Ex-deputado federal na época, PFL-BA, foi indicado pela Câmara), **Raimundo Carreiro** (Ex-secretário-geral do Senado, tem 72 anos, é advogado e foi membro do conselho da Anatel. Próximo ao PMDB, foi indicado pelo Senado), **Augusto Nardes** (Exdeputado estadual e federal (PP-RS). Tem 67 anos, é formado em administração, com mestrado em desenvolvimento na Suíça. Foi indicado pela Câmara), **Bruno Dantas** (Em 2014, tornou-se o ministro mais jovem do TCU, ao tomar posse com 36 anos. Doutor em direito, ex-consultor do Senado e ligado ao PMDB. Indicado pelo Senado), **Benjamin Zymler** (Foi auditor e ministro-substituto do TCU. Tem 64 anos, é graduado em engenharia elétrica e direito (mestre em direito). Foi indicado pelo governo), **José Múcio Monteiro** (Engenheiro civil, tem 72 anos, foi deputado federal (PTB-PE) e ministro das Relações Institucionais de Lula. Indicado pelo governo), **Ana Arraes** (Advogada, tem 73 anos. Ex-deputada federal (PSB-PE), é

mãe do ex-governador e candidato à Presidência em 2014 Eduardo Campos, morto em acidente aéreo) (Foi indicado pela Câmara), **Walton Alencar** (Tem 58 anos, é mestre em direito, foi procurador do Ministério Público no TCU. Indicado pelo governo), **Vital do Rego** (Ex-deputado e senador (PMDB-PB), é aliado do presidente do Senado, Renan Calheiros. Tem 57 anos, é graduado em direito e medicina. Foi indicado pelo Senado).

Aroldo Cedraz de Oliveira

O pai de Aroldo, João José de Oliveira, conhecido por Nenezinho, nasceu em 1925 no sertão baiano. Aos 14 anos começou a trabalhar como auxiliar na Farmácia do Povo, no Município de Santa Luzia, hoje, Santa Luz, na Bahia. Em 1941, em Salvador, obteve o título de prático farmacêutico ou oficial de farmácia junto ao Departamento de Saúde da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia. Um ano depois, criou a sua Farmácia Socorro, em Valente, localizado no nordeste da Bahia, a primeira do lugar. Era o único referencial de saúde de toda aquela região pobre do Estado, desprovida de assistências médica, hospitalar e odontológica. Foi Delegado, Juiz de Paz, o vereador mais votado do distrito de Valente (Conceição do Coité) e, mais tarde, prefeito do município de Valente (1993/1996 e 2001/2004), localizado no nordeste da Bahia. Casou-se com Mariá Cedraz com quem teve seis filhos: Gildo, Maria José Garrido, Zélia, Aroldo, Zenóbio e Eduardo.

Aroldo Cedraz nasceu em 26 de fevereiro de 1951. Formou-se em [Medicina Veterinária](#) pela [Universidade Federal da Bahia](#), onde posteriormente também foi professor. Ligado ao político Antônio Carlos Magalhães, Aroldo elegeu-se pelo [PRN deputado federal da Bahia](#). Foi reeleito em [1994](#), [1998](#) e [2002](#). Foi Secretário de Indústria e Comércio da Bahia entre 2000 e 2002 e presidiu a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara entre 2005 e 2006. Tentou reeleger-se em [2006](#), mas não obteve êxito. Já foi filiado ao [MDB](#), [PMDB](#), e por último, o [PFL](#). Com a aposentadoria do ministro [Adylson Motta](#) em 2006, coube a [Câmara dos Deputados](#) indicar o substituto a vaga. Houve quatro candidatos, e por votação secreta, Cedraz venceu com 172 votos, contra os 148 votos dados ao deputado [Paulo Delgado](#) (PT-MG), 50 votos a [Gonzaga Mota](#) (PSDBCE) e 20 votos ao deputado [Ademir Camilo](#) (PDT-MG). Confirmado pelo Senado e nomeado pelo presidente da república, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o novo cargo em [3 de janeiro de 2007](#).

Aroldo é casado com Eliana Leite de Oliveira, tem três filhos. Um deles é Tiago Cedraz, nascido na Alemanha, durante um doutorado do pai em Medicina Veterinária. Tiago é advogado

18 <http://oglobo.globo.com/brasil/a-rapida-ascensao-do-filho-do-presidente-do-tcu-tiago-cedraz-16766125>

desde 2006, quando passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Reportagem do GLOBO revelou [a ascensão meteórica do advogado desde a chegada do pai ao TCU, em 2007](#)¹⁹. Ele acumulou clientes, patrimônio, negócios e prestígio político-partidário a partir do momento em que o pai assumiu o cargo de ministro. Em 2009, três anos depois de obter o registro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o advogado comprou um lote de 1,3 mil metros quadrados no Lago Sul, por R\$ 750 mil (mais de R\$ 1 milhão em valores atualizados) onde ergueu a mansão que hoje é sede de seu escritório, avaliada em R\$ 3 milhões. E, em junho de 2013, comprou por R\$ 2,95 milhões o primeiro apartamento na Asa Sul. As duas regiões são área nobre de Brasília. A empresa se chama Cedraz Administradora de Bens Próprios Ltda. e tem um capital de R\$ 20 milhões. Tiago foi acusado pelo delator Ricardo Pessoa de receber R\$ 50 mil mensais para vender informação do tribunal, além de R\$ 1 milhão para influenciar em favor da UTC em processo sobre a usina nuclear Angra 3, em Angra dos Reis (RJ)¹⁹.

O primo de Aroldo, Luciano Araújo, faz parte da Desal (empresa que produz equipamentos de mobiliário urbano) do governo da Bahia desde 2013. Antes disso, Luciano atuou como assessor especial do ex-prefeito João Henrique Carneiro. O marido da irmã de Aroldo, Zélia, trabalha no governo da Bahia. Silvio Roberto Habib, conhecido como Betinho, ocupa a diretoria de energias renováveis da Secretaria de Infraestrutura desde 2012. Seu filho, Vitor Cedraz de Oliveira, foi nomeado em maio de 2015 para um cargo de assessor na diretoria de tarifas da Agerba, agência reguladora dos transportes estadual, ligada a Secretária de Infraestrutura²⁰.

O irmão de Aroldo é o pecuarista Eduardo Cedraz de Oliveira. Elegeu-se vice-prefeito pelo PR na chapa de Ubaldino Amaral do PSC em Valente na Bahia. Ingressou no PSD e elegeu-se novamente vice-prefeito pela chapa de oposição ao lado de Ismael Ferreira do PT, derrotando seu outro irmão, o pecuarista Zenóbio Cedraz.

Na região do semi-árido baiano estão localizadas as Fazendas Noca, de propriedade de Zenóbio Cedraz Oliveira. Ele pertence à terceira geração da família na criação dos jumentos Pêga – tradição iniciada pelo avô José João de Oliveira e seguida pelo pai, João José de Oliveira. O criatório é composto por sete fazenda, que têm como sede principal a Fazenda Central. Localizada na cidade de Valente/BA, ela é administrada por João José. Luana Oliveira, filha de João José e neta de José João, conta que a família começou a criar jumentos e muares por ser a alternativa encontrada pelo avô tropeiro, que buscava um animal com resistência para trabalhar com carga²¹.

19 <http://oglobo.globo.com/brasil/um-dos-alvos-na-operacao-lava-jato-filho-do-presidente-do-tcu-tem-empresa-de-20milhoes-16780040>

20 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1660061-familia-de-ministro-do-tcu-tem-cargos-nos-governos-do-pt-edo-dem.shtml>

21 Informação consultada em <http://www.campoecidade.com.br/edicao-66/bercarios-do-pega/>

Raimundo Carreiro Silva

Raimundo nasceu em Benedito Leite na Bahia em 6 de setembro de 1946. Formado em Direito pelo UniCEUB, em 1981, foi funcionário público do Senado até sua aposentadoria como Analista Legislativo em 2007, quando ocupava o cargo de Secretário-Geral da Mesa do Senado desde 1995, nomeado por José Sarney. Chegou a ser vereador entre 1990 e 1992 de São Raimundo das Mangabeiras e Membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Quando da aposentadoria do ministro Iram Saraiva do Tribunal de Contas da União, coube ao Senado indicar o substituto em 2007. Raimundo Carreiro foi escolhido por unanimidade, sendo, inclusive, dispensado da sabatina.

As relações entre as famílias de Sarney e Raimundo foram expostas em notícia da Folha de São Paulo em 2010:

A irmã do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não terá de pagar uma dívida de R\$ 9.200, arbitrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), graças à atuação do ministro Raimundo Carreiro Silva, 67 anos, indicado ao tribunal pelo senador. O ministro foi secretário-geral do Senado por 12 anos, período em que Sarney, amigo e também maranhense, presidiu a Casa por duas vezes. As relações da família de Carreiro com o senador envolvem também nepotismo. A mulher, dois filhos e uma sobrinha do ministro trabalharam no órgão até a proibição do nepotismo. Foram demitidos, mas em abril último Sarney recontratou a mulher do ministro, Maria José de Ávila, que recebe um salário de R\$ 10 mil mensais²².

Em notícia de 1999, chamada “Empregar parentes é comum no Senado”, no próprio site do Senado, coloca-se que

no Legislativo, a contratação de parentes sem concurso público é muito comum. A começar pelos diretores do Senado, que fizeram uma troca de favores para a contratação de suas mulheres. Sânzia Maia, mulher do diretor de Administração do Senado, Agaciel Maia, foi nomeada há dois anos para ocupar cargo de confiança na Secretaria-Geral da Mesa do Senado, chefiada por Raimundo Carreiro Silva. Já Agaciel contratou Maria José Carreiro, esposa de Raimundo Carreiro, também para cargo comissionado. Carreiro ainda conseguiu nomear a filha, Juliana de Ávila Carreiro, de 20 anos - ato número 697, do diretor geral do Senado - para exercer cargo em comissão no gabinete da liderança do Governo no Senado²³.

Em março de 2016, o diretor de energia da Camargo Corrêa, Luiz Carlos Martins, um dos delatores da Operação Lava Jato afirmou que Raimundo Carreiro, “recebeu propina decorrentes das contratações da usina de Angra 3”²⁴. Um de seus filhos, Felipe Carreiro, foi advogado no escritório do advogado Tiago Cedraz, filho de Aroldo Cedraz, pelo menos entre janeiro e agosto de 2009²⁵.

22 Notícia de: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2809201008.htm>

23 Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn032564.htm>

24 Notícia disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lobao-e-raimundo-carreiro-receberampropina-de-angra-3-diz-delator/>

25 Informação disponível em: <http://rota2014.blogspot.com.br/2016/02/ministro-do-tcu-raimundo-carreiro.html>

João Augusto Ribeiro Nardes

Os Nardes chegaram a Santos (SP) em 1540, na pessoa de Leonardo Nardes, então autorizado por D. João III para trabalhar com muares. Os Ribeiros – do ramo dos patriarcas Simão Ribeiro Castanho e Antonia da Silva – têm origens no Brasil em 1610, na região paulista. A união se deu em 1773, com o casamento de Pedro de Leão Ribeiro com Maria da Conceição Nardes. O sobrenome composto se mantém, e a família está hoje na 12ª geração.

No Rio Grande do Sul, o tropeiro Pedro Ribeiro Nardes – que conduziu tropas entre a região de Santo Ângelo e o interior paulista por décadas e chegou a receber o título de tenente para poder continuar trabalhando durante a Revolução Farroupilha – instalou-se com sua família em terras das antigas Missões jesuítico-guaranis por volta de 1850. Em 1873, seu filho, Damaso Ribeiro Nardes, assumiu como vereador na primeira câmara do município de Santo Ângelo. Mais tarde, seu neto Osório Ribeiro Nardes foi intendente do distrito de Rio Branco, hoje município de Catuípe.

João Augusto Ribeiro Nardes nasceu em [Santo Ângelo em 13 de outubro de 1952](#). Graduado em [administração de empresas](#) pela Fundames (atual [Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões](#)), em Santo Ângelo, pós-graduado em política do desenvolvimento e mestre em estudos de desenvolvimento, pelo *Institut Université d'Études*, em [Genebra](#), na Suíça. Nardes iniciou sua carreira política como vereador pelo [Arena](#), em Santo Ângelo, entre 1973 e 1977. Foi deputado estadual pelo [PDS](#), entre 1986 e reeleito em 1990 já pelo [Partido Progressista Renovador](#). Em 1994 elegeu-se [deputado federal](#), sendo reeleito em 1998 e 2002.

Com a aposentadoria do ministro [Humberto Souto](#) em 2004, coube à [Câmara dos Deputados](#) indicar o substituto à vaga e Nardes obteve a indicação de José Janene [PP](#), após pressão do então presidente da Câmara dos Deputados, [Severino Cavalcanti](#), do mesmo partido, que posteriormente renunciou ao mandato para escapar de um processo de [cassação](#) por suposto envolvimento em um esquema de pagamento de propina, chamado ‘mensalinho’, e [nepotismo](#). Houve quatro candidatos e, por votação secreta, Nardes venceu com 203 votos, contra os 137 votos dados ao deputado [José Pimentel](#) (PT-CE), 75 a [Osmar Serraglio](#) (PMDB-PR) e 55 votos ao deputado [Carlos Nader](#) (PFL-RJ), e com 7 votos em branco. Confirmado pelo Senado e nomeado pelo Presidente da República, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o novo cargo em 20 de setembro de 2005.

Em 2005, a revista Veja publicou uma matéria onde relatava o processo que Nardes sofria por crime eleitoral, [peculato](#) e [concussão](#). Reportagens dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo revelam que o Ministério Público Federal em Brasília, que comanda a Operação Zelotes,

apurou indícios do envolvimento de Nardes no esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). João Augusto foi sócio da empresa Planalto Soluções, com sede em Brasília até maio de 2005. Em março, a empresa citada fechou um negócio para reduzir as multas fiscais da Rede Brasil Sul de Comunicações. A articulação era Planalto, SGR Consultoria, que pertencia ao exconselheiro do CARF, José Ricardo da Silva. João Augusto disse que não era mais sócio, que apenas o sobrinho, Carlos Juliano Ribeiro Nardes continuava na empresa. Em 2011, a SGR depositou R\$2,6 milhões nas contas do tio e do sobrinho.

A pesquisadora da USP Sandra Helena Gonçalves, especialista na Bancada Ruralista, cita João Augusto em seu livro – proprietário de 220 ha comprados em 1982 em Cuiabá, época que os irmãos chegaram à região de Primavera do Leste, cidade com pouco mais de 56 mil habitantes, que parece uma cópia de qualquer cidade da região da soja no RS. Onde os bairros dos trabalhadores ficam a 10 km de distância. Mas Sandra Gonçalves encontrou no cadastro do INCRA em nome da família Nardes 10 propriedades com um total de 6.703 ha. Os irmãos de João Augusto, o alcoviteiro, sempre estão querendo entrar na política. Mas nunca conseguem se eleger. Em 2010, José Otaviano não conseguiu, entretanto, teve que declarar os bens à justiça eleitoral. Um patrimônio de pouco mais de dois milhões de reais, com citação de cinco fazendas e um total de 5.298 há²⁶.

Em 2015, Nardes foi relator da análise das contas presidenciais do ano anterior, de mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), que resultou na histórica rejeição das contas presidenciais por unanimidade no dia 7 de outubro. Foi a primeira rejeição desde o governo Getúlio Vargas. Nos meses que antecederam ao julgamento, quando o resultado deste já se mostrava previsível, a Advocacia Geral da União intentou afastar o ministro da relatoria, por sua parcialidade e antecipação de voto. A AGU não obteve êxito, e o resultado da análise das contas, em conformidade com o entendimento de Nardes, obteve apoio de autoridades no assunto. Paulo Soares Bugarín, procurador-geral do Ministério Público de Contas, publicamente ressaltou a gravidade das irregularidades presentes na prestação de contas do governo (no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8.10.2015).

Seu irmão mais novo **Cajar Nardes** entrou para a vida pública quando foi convidado para ocupar um cargo de assessoria no Mato Grosso. Em 2005, foi convidado pelo governador Blairo Maggi para ser assessor na Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso. Aos poucos, Cajar foi mostrando a sua aptidão pelas articulações políticas, e passado alguns meses de trabalho no órgão,

²⁶ Informações disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Da-serie-Golpistas-Rurais-Augusto-alcoviteiro/4/36108>

se tornou secretário da pasta. Ficou no cargo até 2008. Já em 2009, Cajar Nardes foi convidado para trabalhar no [DNIT](#), autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes. Convidado para disputar um cargo eletivo, em 2014, Cajar Nardes se candidatou pela primeira vez a um cargo político e disputou as eleições para deputado federal pelo Partido Republicano (PR). Obteve mais de 55 mil votos e ficou na primeira suplência. Cajar Nardes assumiu o cargo de deputado somente com o governo de Temer com a ida de Ronaldo Nogueira do PTB para o Ministério do Trabalho. Outro irmão é o presidente do Sindicato Rural do Rio Grande do Sul, José Otaviano Nardes. Augusto Nardes é autor do livro “Ribeiro Nardes: uma família no Brasil” que trás o histórico da família desde a chegada no Brasil.

Ana Lúcia Arraes de Alencar

Nasceu em [Recife, 28 de julho de 1947](#). Filha do [ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar](#) (1916-2005) e de Célia de Sousa Leão (1924-1961). É filiada ao [Partido Socialista Brasileiro](#) (PSB) desde [1990](#), época em que seu pai também ingressou no partido. Em [2006](#), conquistou seu primeiro mandato eletivo, de [deputada federal](#) pelo [Partido Socialista Brasileiro](#) (PSB). Naquela época, com 178.467 votos, foi a terceira candidata mais votada de seu estado. Em [2010](#), com 387.581 votos, reelegeu-se, obtendo a maior votação do estado de Pernambuco e a quinta maior do Brasil. Foi a segunda deputada federal da [história de Pernambuco](#), a primeira tendo sido [Cristina Tavares](#). Em [21 de setembro de 2011](#), foi escolhida pelo Congresso Nacional ministra do [TCU](#) assumindo a vaga aberta pela aposentadoria do ministro [Ubiratan Aguiar](#), tornando-se a segunda mulher na história a ocupar esse posto.

Do seu casamento com o escritor [Maximiano Accioly Campos](#) (1941-1998), teve dois filhos: o [economista](#), governador de Pernambuco e candidato à Presidência da república [Eduardo Campos](#) (1965-2014), morto num acidente aéreo, e o [advogado, escritor](#) e membro da [Academia Pernambucana de Letras](#), [Antônio Campos](#) (1967).

Miguel Arraes nasceu em [Araripe](#), interior do [Ceará](#), primogênito e único filho homem de Maria Benigna Arraes de Alencar e José Almino de Alencar e Silva, agricultor e pecuarista. Montou o primeiro matadouro industrial do interior do Ceará, a primeira indústria de beneficiamento de algodão e foi o primeiro a comercializar energia elétrica no sul do Ceará. Durante a juventude mudou-se para a cidade do [Crato](#), no sul do Ceará, com o objetivo de concluir o ginásio. Em [1932](#), aos dezessete anos, foi aprovado no vestibular da [Faculdade de Direito da Universidade do Brasil](#) (atual [UFRJ](#)). Simultaneamente, também foi aprovado no concurso público de escriturário do [Instituto do Açúcar e do Alcool](#) (IAA), sendo enviado ao [Recife](#). Após a posse no

cargo, conseguiu a transferência para a [Faculdade de Direito do Recife](#) (incorporada posteriormente à [UFPE](#)). Formouse em [1937](#). No ano seguinte, foi promovido para assistente do diretor de Fiscalização, cargo no qual permaneceu até [1941](#), quando passou a ser chefe de Secretaria. Em [1943](#) ascendeu a delegado regional. Deixou essa ocupação em 1948, ao assumir a Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, por indicação de [Barbosa Lima Sobrinho](#), que havia sido eleito governador do estado naquele ano e com quem havia trabalhado no IAA. Em 1959, de novo secretário da Fazenda no governo [Cid Sampaio](#), foi também eleito [prefeito do Recife](#), ocupando o cargo de 1960 até 1962.

Miguel Arraes elegeu-se governador em [1962](#), com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo [Partido Comunista Brasileiro](#) (PCB) e setores do [Partido Social Democrático](#) (PSD), derrotando João Cleofas (UDN) - representante das oligarquias canavieiras de Pernambuco. Seu governo foi considerado de esquerda, pois forçou os usineiros e donos de engenho da Zona da Mata do Estado a estenderem o pagamento do [salário mínimo](#) aos trabalhadores rurais (o [Acordo do campo](#)) e deu forte apoio à criação de sindicatos, associações comunitárias e às [ligas camponesas](#). Com a deflagração do [golpe militar de 1964](#), tropas do IV Exército cercaram o [Palácio das Princesas](#) (sede do governo estadual), foi preso na tarde do dia 1º de abril. Deposto, foi encarcerado em uma pequena cela do 14º Regimento de Infantaria do Recife, sendo posteriormente levado para a ilha de [Fernando de Noronha](#), onde permaneceu por onze meses. Posteriormente, foi encaminhado para as prisões da Companhia da Guarda e do Corpo de Bombeiros, no Recife, e da Fortaleza de Santa Cruz, no [Rio de Janeiro](#)²⁸. Em 1965, foi para o Rio de Janeiro onde pelo asilo à Argélia, onde passou exilado por 14 anos. Retornou ao Brasil em 1979, retomando sua atividade política se filiando ao PMDB. Foi eleito deputado federal em 1982 e em 1986 eleito para governar pela segunda vez Pernambuco. Em 1990, pelo PSB, foi eleito novamente deputado federal. Em 1994, eleito pela terceira vez governador. Depois de perder a quarta reeleição, elegeu-se deputado federal. Morreu em 2005, aos 88 anos²⁷,

Miguel Arraes casou-se pela primeira vez com **Célia de Sousa Leão**, de tradicional família pernambucana proprietária de vastos [engenhos](#). Os Sousa Leão, são presentes em Pernambuco desde o [século XVII](#), ocupando poderosos cargos políticos, quase sempre representando Pernambuco. Somente o barão de Morenos, Antônio de Sousa Leão, sozinho, era proprietário de oito engenhos: Morenos, Catende, Xixaim, Viagens, Pitimbu, Carnijó, Bom-dia e Brejo. Muitos Sousas Leão também seriam agraciados com [títulos nobiliárquicos](#) da [nobreza do Império do Brasil](#).

27 Biografia disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/65511/biografia>

O pai de Célia, **Domingos de Sousa Leão** ([Sanharó, 16 de dezembro de 1819](#) — [Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1879](#)), segundo [Barão de Vila Bela](#), era senhor dos Engenhos do Caraúna, em [Jaboatão](#). Formou-se bacharel em direito pela [Faculdade de Olinda](#) em 1839. Foi deputado provincial em 1842, e deputado geral pela [província de Pernambuco](#) na 7.^a legislatura de 1848, na 9.^a de 1853 e 10.^a de 1857. Foi [presidente da província de Pernambuco](#), de 13 de janeiro a 1 de dezembro de 1864 e de 10 de maio de 1867 a 23 de julho de 1868. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (atual [Ministério das Relações Exteriores](#)) no 27.º Gabinete de 1878. Era do Conselho de S. Majestade, presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (1867), comendador da [Imperial Ordem da Rosa](#), e da Real [Ordem de Vila Viçosa](#), de Portugal.

O casal Miguel e Célia teve oito filhos: José Almino de Alencar e Silva Neto (n. 1946), [Ana Lúcia Arraes de Alencar](#) (n. 1947), Carlos Augusto Arraes de Alencar (n. 1950), [Miguel Arraes de Alencar Filho](#) (n. 1953), Marcos Arraes de Alencar (n. 1956), Maurício Arraes de Alencar (n. 1956), Carmen Sílvia Arraes de Alencar (n. 1957) e Luís Cláudio Arraes de Alencar (n. 1959). Célia morreu em 1961. Casou-se novamente com Maria Magdalena Fiúza Arraes de Alencar, com quem teve mais dois filhos Mariana Arraes de Alencar (n. 1963) e Pedro Arraes de Alencar (n. 1966). Entre seus inúmeros netos, destacam-se [Eduardo Campos](#), também governador de [Pernambuco](#) e que foi candidato à Presidência da República, morto em um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014, [Antônio Campos](#) (advogado, escritor e membro da [Academia Pernambucana de Letras](#)), [Marília Arraes](#) (vereadora no Recife) e [Luisa Arraes](#) (atriz global).

Três vezes governador de Pernambuco, Miguel Arraes criou uma figura mitológica em torno da sua trajetória política, mesmo tendo perdido a reeleição em 1998 para Jarbas Vasconcelos por uma diferença de um milhão de votos. O peso político de Arraes acabou beneficiando Eduardo Campos em 2006, um ano após a sua morte, que se apresentou ao eleitorado pernambucano como "o neto de Arraes" e acabou se elegendo governador de Pernambuco.

Eduardo Campos começou a carreira política ainda na universidade, como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Foi deputado estadual, três vezes deputado federal, secretário estadual de Governo e de Fazenda, ministro da Ciência e Tecnologia e governador de Pernambuco por dois mandatos.

Sua esposa **Renata de Andrade Lima Campos** é economista e auditora concursada do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), aprovada quando o concurso era feito pelo próprio tribunal. Seu sogro, **Cyro Andrade Lima**, desde maio de 2011, integra o conselho de

administração da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), a estatal de água e esgotos pernambucana. Recebe R\$ 3,7 mil para participar de uma reunião mensal. O Diário Composiano, publicação dos trabalhadores da empresa, já denunciou o caso. Exerceu cargos em estatais nos 02 (dois) governos Lula sempre para participar de uma reunião mensal. A irmã de Renata, **Ana Elisabeth Andrade Lima**, foi gerente da Política de Saúde do Estado nos 02 (dois) governos Eduardo Campos. Na gestão Paulo Câmara é Secretária Executiva de Saúde de Pernambuco. Os dois filhos de Ana e sobrinhos de Renata e Eduardo Campos também estavam no governo. **Rodrigo de Andrade Lima Molina** estava lotado inicialmente na chefia de gabinete do governador desde os seus 23 anos. Em fevereiro de 2011, já gerente de Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cujo secretário era Geraldo Júlio, atual prefeito, recebeu poderes para “assinar contratos, convênios e instrumentos congêneres”. Na gestão Paulo Câmara foi trabalhar como Diretor de Planejamento de Pernambuco na Secretaria de Planejamento comandada por Danilo Cabral. E **Marcela de Andrade Lima Molina** ocupou cargo comissionado de gestora técnica na Secretaria de Governo (salário: R\$ 4.651,09). Ela foi nomeada em 7 de outubro de 2011, com data retroativa a 1º de outubro daquele ano. Na gestão Paulo Câmara está ocupando o cargo de gerente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico comandada por Thiago Arraes Alencar Norões. O ex-marido de Ana Elisabeth, **Aurélio Molina**, foi secretário-executivo de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco desde a 1ª gestão de Eduardo, além de lecionar na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco. Marcos Coelho Loreto, primo de Renata Campos. Desde 2007, é conselheiro o TCE-PE (nomeado por Eduardo Campos). Foi chefe de gabinete de Eduardo Campos nos dois primeiros anos do primeiro mandato. Foi ainda seu assessor especial do Ministério de Ciência e Tecnologia em 2004. **Felipe Carreras**, atual Secretário de Turismo, Esportes e Lazer de Pernambuco, é casado com uma sobrinha de Renata Campos²⁸.

O tio de Eduardo Campo, **Luís Cláudio**, assumiu em 2011 a chefia do serviço de pesquisa da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras), vinculada ao Ministério da Saúde. Luís Cláudio é ainda coordenador do Centro de Pesquisa Clínica do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip). O Imip, por meio de contrato com o governo de Pernambuco, gere quatro importantes hospitais da rede estadual: Metropolitano Miguel Arraes, Dom Hélder Câmara, Dom Malan e Pelópidas Silveira. Gere também seis Unidades de Pronto-Atendimento – as UPAs de Olinda, Paulista, Igarassu, Barra de Jangada, Jaboatão Velho e Cabo de Santo Agostinho. Seu outro tio, **Marcos Arraes**, administrador de empresas, também trabalha na

28 As informações estão disponíveis em matéria sobre a genealogia da família Arraes-Campos: <https://jornalggn.com.br/noticia/pernambuco-a-dinastia-da-familia-arraes-campos/>

Hemobras, integra a diretoria executiva, ocupando o cargo de diretor administrativo-financeiro. Durante os dois mandatos do expresidente Lula, foi chefe do escritório da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), em Brasília. A Finep é instituição vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, comandado de janeiro de 2004 a julho de 2005 por Eduardo Campos. **Carla Ramos Santos Leal**, segunda esposa de Marcos, desde janeiro de 2009, trabalha como chefe de administração do Palácio do Campo das Princesas. Carla é a responsável por gerir a verba de suprimentos do Palácio, apelidada de “caixinha”, recurso legal usado para cobrir pequenas despesas urgentes. O governador Paulo Câmara a manteve no mesmo cargo. Carla começou a fazer faculdade privada de Ciências Contábeis em 2015. **Arthur Leal Arraes de Alencar**, filho de Marcos Arraes e Carla Leal, em 30 de dezembro de 2010 (último dia do primeiro mandato de Eduardo Campos), foi nomeado assessor de apoio técnico operacional da administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (a nomenclatura do cargo é CAA-3), a partir de 1º de janeiro de 2011, ganhando mensalmente R\$ 2.159,44. Arthur tinha na época 18 anos de idade. Era o mais jovem da família na gestão de Eduardo Campos. **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar**, primo de Eduardo Campos, foi na 1ª gestão do Procurador Geral do Estado. No segundo mandato de Eduardo, migrou para a secretaria da Casa Civil. Também foi membro do Conselho de Administração da Compesa. Em 2014 foi eleito Deputado Federal, cargo que exerce. Seu filho **Tómas Alencar** namora com Eduarda Campos (filha de Eduardo e Renata) e trabalha na Prefeitura do Recife junto à Geraldo Júlio. **José Everardo Arraes de Alencar**, ou Everardo Norões, é poeta, dramaturgo e primo do exgovernador. Já integrou o conselho de administração Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e, desde 2008, preside o conselho editorial da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Paulo Câmara o manteve no cargo. O filho de Everardo é **Thiago Arraes Alencar Norões**, que substituiu Tadeu Alencar no comando da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco. Procurador de carreira, ele foi indicado por Eduardo Campos para ser o procurador-geral no segundo mandato. No governo Paulo Câmara virou Secretário de Desenvolvimento Econômico, mas abre mão do salário de secretário (16 mil) para receber quase 30 mil como procurador do estado²⁹.

O próprio sucessor no governo de Pernambuco **Paulo Câmara** é primo em segundo grau de Eduardo Campos. Casado com a juíza Ana Luíza, filha de **Vanja Campos**, prima de Eduardo. Vanja foi chefe de gabinete de Miguel Arraes durante o segundo mandato, entre 1986 e 1990. **João Carneiro Campos**, irmão de Vanja Campos e primo do governador, e ex-desembargador eleitoral, ele foi nomeado em março de 2011 para o cargo vitalício de conselheiro do TCE-PE. **Flávio Rubem Accioly Campos Filho**, primo em primeiro grau de Eduardo Campos, trabalhou durante

29 Ver a notícia: <https://oglobo.globo.com/brasil/campos-emprega-primos-no-governo-de-pernambuco-7931429>

quatro anos no TCEPE no Governo Arraes. Em janeiro de 2007, poucos dias após Eduardo Campos tomar posse, Flávio foi nomeado para cargo em Comissão de Assessor da Presidência do TCE. No dia 03 de janeiro de 2012 começou a trabalhar na Secretaria da Fazenda com o então secretário Paulo Câmara. Desde 2015 trabalha na Secretaria de Administração do Estado. Seu filho, **Flávio Rubem Accioly Campos Neto** também ocupou cargo comissionado no governo estadual desde janeiro de 2007. Foram cinco anos nessa condição até que, em 2012, se desligou para disputar uma vaga na Câmara Municipal do Recife. Primo em segundo grau do governador, foi assessor da Secretaria Especial de Juventude e Emprego durante o primeiro mandato de Eduardo. Também trabalhou na gerência de redução de danos da Secretaria de Saúde. No governo Paulo Câmara manteve-se na Secretaria de Saúde. O jovem de 30 anos está há quase uma década ocupando cargos comissionados no Estado³⁰.

Em 2008, **Marilia Arraes**, prima de Eduardo e sobrinha de Ana e neta de Arraes, se lançou para a política e se elegeu vereadora, conseguindo a reeleição em 2012. Mais recentemente **João Campos**, o filho mais velho do ex-governador Eduardo Campos e de Renata Campos, estudante de Engenharia assumiu em 2016, aos 22 anos, a Chefia de Gabinete do Governador Paulo Câmara. Sua irmã mais velha, com 24 anos, **Maria Eduarda Campos**, também passou a ocupar em 2015 um cargo de gerência no Instituto Pelópidas Silveira na Prefeitura de Recife.

Vital do Rêgo Filho

Mais conhecido como Vitalzinho, nasceu em Campina Grande no dia 21 de setembro de 1963. Faz parte de uma família com larga influência política na Paraíba. O interesse do senador Vital do Rêgo pela política surgiu em meados do ano de 1982, quando ainda era aluno da Faculdade de Medicina da UFPB e do Curso de Direito da então Universidade Regional do Nordeste (URNe), a atual UEPB. Na época, Vital do Rêgo apresentava-se aos familiares, amigos e pessoas de seu ciclo de relacionamento diário como um importante herdeiro genético do seu avô materno, Pedro Moreno Gondim, que havia sido deputado federal, deputado estadual e, por duas vezes, governador da Paraíba; do seu avô paterno, Veneziano Vital do Rego, deputado estadual por várias legislaturas em Pernambuco; do tio-avô Argemiro de Figueiredo, senador; e do seu pai, Antônio Vital do Rêgo, exdeputado federal.

Foi ainda durante a década de 1980 que o senador Vital do Rêgo ingressou, efetivamente, na política estudantil. Já no ano de 1988, elegeu-se vereador em Campina Grande pelo PSB. Reeito vereador no pleito eleitoral de 1992, conseguiu se eleger deputado estadual nas eleições de

³⁰ Ver a notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/tribunal-de-contas-de-pernambuco-emprega-parentes-dedesembargadores.shtml>

1994, pelo PDT, sendo reeleito em 1998 e novamente em 2002. No dia 29 de setembro de 2005 Vital do Rêgo ingressou no PMDB, partido pelo qual elegeu-se deputado federal nas eleições de 2006. Em 3 de outubro de 2010, Vital do Rêgo foi eleito senador pela Paraíba, alcançando 869.501 votos, no seu terceiro ano de mandato, Vital do Rêgo já assumiu importantes funções no Senado Federal: foi presidente da mais importante comissão do Congresso Nacional: a Comissão Mista de Orçamento – CMO; presidiu a CPMI do Cachoeira. Foi Corregedor do Senado Federal e Presidente de várias comissões, a exemplo da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Hoje é Ministro Titular do Tribunal de Contas da União. Em dezembro de 2014, com o apoio do seu partido, PMDB, foi indicado pelo Senado para ocupar a vaga do ministro [José Jorge](#) no Tribunal de Contas da União (TCU), que se aposentou compulsoriamente e deixou o tribunal por ter completado 70 anos. Renunciou ao cargo de Senador para tomar posse no TCU em [22 de dezembro de 2014](#). É casado com a odontóloga Vilauba Moraes Vital do Rêgo, com quem tem dois filhos: Vital do Rêgo Neto e Carolina Moraes Vital do Rego.

Sua mãe **Nilda Gondim** é atualmente deputada federal. Seu avô materno era **Pedro Moreno Gondim** ([Alagoa Nova, 1 de maio de 1914](#) — [João Pessoa, 26 de julho de 2005](#)), filho de Inácio Costa Gondim e de Eulina Moreno Gondim, cursou o primário em Alagoa Nova e o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital, bacharelou-se em direito, em 1938, na Faculdade do [Recife](#). Exerceu a advocacia, atuando na [Paraíba](#) e nos estados vizinhos. Foi um dos fundadores do [Partido Social Democrático](#) (PSD), tendo em [1946](#) sido eleito [deputado estadual](#), reelegendo-se para um segundo mandato, mas não o exerceu por ter sido designado pelo governador [José Américo de Almeida](#) para ser secretário da [Agricultura](#), Viação e obras Públicas do Estado da Paraíba. Foi também eleito vice-governador, e no período, 1958-1960 assumiu o governo do estado pois o governador [Flávio Ribeiro Coutinho](#). Em 1960 candidatou-se ao cargo de governador sendo eleito, derrotando [Janduih Carneiro](#). Com o golpe de 1964, ainda continua no cargo até [1966](#) quando se candidata a [deputado federal](#) pela [Arena](#) e repassa o cargo ao então governador eleito [João Agripino](#), porém são cassados seus direitos políticos por dez anos e perde seu mandato de deputado e somente em 1979 é anistiado pelo presidente [João Figueiredo](#). Em 1985, ocupou uma diretoria do [Banco do Nordeste](#), deixando o cargo ao término do mandato em [1990](#).

Vital do Rêgo Filho é sobrinho neto de **Argemiro de Figueiredo** ([Campina Grande, 9 de março de 1901](#) — [Campina Grande, 14 de dezembro de 1982](#)), governador do estado da [Paraíba](#), deputado federal e senador da república. Filho de Salvino Gonçalves e Luíza Viana Figueiredo, irmão do político [Bento Figueiredo](#) e pai do deputado federal Petrônio Figueiredo. Foi casado com Alzira Ramos de Figueiredo. Advogado, foi eleito deputado estadual em 1929 e Secretário do

Interior e Justiça da Paraíba até 1934. Eleito governador em 1935, permaneceu no cargo até 1940, mesmo durante a vigência do [Estado Novo](#) do presidente [Getúlio Vargas](#). Foi eleito deputado federal, na Assembléia Constituinte de 1946. Em 1954 foi eleito senador pela [UDN](#), assumindo a vaga de [Assis Chateaubriand](#). Reeleito senador em 1962, passou pelo [PTB](#) e filiou-se ao [MDB](#) após o [Golpe de 1964](#), onde permaneceu até o fim do mandato em 1970.

Seu pai **Vital do Rêgo** ([Campina Grande, 21 de maio de 1935 – Recife, 2 de fevereiro de 2010](#)) era advogado e professor na Paraíba. Foi Deputado Estadual entre 1959 e 1963 pelo PSD e cumpriu três mandatos como Deputado Federal, de 1963 a 1967 e de 1967 a 1969 pela UDN. Em 1969, já na Arena, no exercício do segundo mandato na Câmara dos Deputados foi cassado pela ditadura militar. Por decisão do regime de exceção, passou 10 anos no ostracismo político. Dedicou-se às atividades jurídicas e de docência, exercendo a função de professor de Direito e de Sociologia, onde lecionou na UFPB, UEPB, da USP e da Fundação Universidade Regional do Nordeste, quando foi Reitor, até o ano de 1982, renunciando ao cargo para concorrer nas eleições para Prefeito de Campina Grande, tendo sido derrotado por Ronaldo Cunha Lima. Ocupou o cargo de Procurador do Estado da Paraíba entre 1987 a 1990 e entre 1991 e 1995 foi eleito mais uma vez deputado federal pelo PDT. Rompido politicamente com os filhos Veneziano e Vital Filho, tentou seu retorno ao Congresso em 2000, não logrou êxito. Nos últimos anos de vida, Antonio Vital do Rego ocupou em 2003 o cargo de secretário de Justiça e Cidadania do Governo Cássio, e em 2009, exerceu por poucos meses o cargo de secretário de Articulação Governamental do Governo Maranhão. O tio de Vital do Rêgo Filho é [Domício Gondim Barreto](#), ex-deputado federal e senador pela ARENA entre 1963 e 1979. Seu avô era filho do **Major Veneziano Vital do Rêgo**, ex-deputado estadual por duas legislaturas, inclusive presidindo a Assembléia Legislativa do vizinho Estado, de 1950 a 1958. Seu irmão é **Veneziano Vital do Rêgo**, nascido em 17 de julho de 1970. Em 1996 elegeu-se [vereador](#) de [Campina Grande](#) pela primeira vez, sendo reeleito em 2000. Em 2002 candidata-se a deputado federal sem êxito. Em 2004 é eleito prefeito de [Campina Grande](#), sendo reeleito em 2008. É eleito deputado federal em [2014](#) com 177.680 votos, sendo o segundo mais votado em todo o estado da Paraíba e o mais votado na cidade de Campina Grande³¹.

Walton Alencar Rodrigues

Nasceu em [Goiânia](#) em [19 de abril de 1962](#). Formado em Direito, com [mestrado](#) em [Direito Público](#), ambas obtidas na [Universidade de Brasília](#). [Procurador](#) concursado da carreira do [Ministério Público](#) junto ao [Tribunal de Contas da União](#) desde 22 de novembro de 1994, e tornou-se subprocurador e alcançou o cargo de Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União.

³¹ Genealogia Vital do Rêgo pode ser consultada em MONTEIRO (2017).

Indicado pelo [Ministério Público](#) ao cargo de ministro do [Tribunal de Contas da União](#), em substituição ao aposentado [Carlos Átila](#), teve seu nome aprovado pelo Congresso Nacional e foi empossado em 13 de abril de 1999. Presidiu a corte entre 2007 e 2008.

Seu nome foi alvo de questionamento por elevadas despesas com diárias em sua gestão e suposta ingerência de cunho político no Tribunal.

O ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues recebeu R\$ 253.452,70 em diárias nos dois anos (2007-2008) em que comandou o órgão responsável pela fiscalização de recursos públicos na administração federal. Os gastos do ex-presidente são quase seis vezes superiores aos registrados por seu antecessor, o ex-ministro Adylson Motta. Durante os 20 meses em que dirigiu o TCU, Adylson recebeu R\$ 44.228,40 para custear despesas em viagens nacionais e internacionais³².

Walton é casado com a ministra do [Superior Tribunal de Justiça Isabel Gallotti](#), filha e neta de ex-ministros do [STF](#). Graduada em [Direito](#) pela [Universidade de Brasília](#) (UnB) em 1985, obteve da mesma universidade, em 1988, certificado de Especialização em Direito e Estado. Atuou como [advogada](#) no Distrito Federal de 1985 até 1989, quando foi aprovada em concurso público para o cargo de [procuradora da República](#), no qual permaneceu até ser nomeada juíza do [Tribunal Regional Federal](#) da [Primeira Região](#) através do [quinto constitucional](#) (vaga destinada a membro do Ministério Público) em 2001. Em 10 de agosto de 2010 foi nomeada pelo presidente [Lula](#) e tornou-se ministra do Superior Tribunal de Justiça. Seu pai, **Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti** ([Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1930](#)) ocupou os cargos de ministro do [Tribunal de Contas da União](#) (TCU) e ministro do [Supremo Tribunal Federal](#) (STF), tendo sido nomeado para esse último em 1984 pelo então presidente [João Figueiredo](#). Presidiu o STF de 1993 a 1995. É casado, desde 4 de maio de 1962, com Iára Chateaubriand Pereira Diniz Gallotti.

Seu tio **Paulo Benjamin Fragoso Gallotti** ([Canoinhas, 3 de março de 1945](#)) ingressou em 1971 na carreira da magistratura como juiz substituto, tornando-se [desembargador](#) do [Tribunal de Justiça](#) de [Santa Catarina](#) em 1995. Em 1999, foi nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a membro de Tribunal de Justiça estadual. Aposentou-se voluntariamente em 2009. Outro tio de Isabel é **Francisco Benjamin Gallotti** ([Tijucas, 2 de fevereiro de 1895](#) — [Rio de Janeiro, dezembro de 1961](#)), formado em [engenharia civil](#) pela [Escola Politécnica do Rio de Janeiro](#), em [1919](#), e bacharel em [direito](#) pela [Faculdade de Direito do Rio de Janeiro](#), em [1936](#). Foi diretor geral do [Departamento Nacional de Obras Contra a Seca](#) (DNOCS), em [1946](#). Foi [senador](#) por Santa Catarina, afiliado ao [Partido Social Democrático](#) (PSD). Como suplente convocado, completou o mandato de [Nereu Ramos](#) após seu falecimento.

³² Matéria disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/ex-presidente-do-tcu-recebeur-253-mil-em-diarias/>

Seu avô, **Luís d'Assunção Gallotti** ([Tijucas, 15 de agosto de 1904](#) — [Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1978](#)), foi Deputado Estadual catarinense e Procurador da República, tornar-se-ia, sucessivamente, Interventor Federal em Santa Catarina (1945-1946), Procurador-Geral da República (1947-1949), Ministro (1949-1974) e Presidente (1966-1968) do Supremo Tribunal Federal e antes do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1957)³³.

Seu bisavô paterno, **Benjamin Gallotti**, imigrante italiano que se estabeleceram em Santa Catarina no final do século XIX, foi comerciante e político em Tijucas, Santa Catarina, entre 1873 e 1913, foi Presidente do Conselho Municipal e Coronel da Guarda Nacional. Seu bisavô materno, **Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque**, foi deputado à primeira constituinte republicana da Bahia, Juiz Federal (1897-1917), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1917-1931) e Procurador-Geral da República (1919-1930). Uma família profundamente inserida no mundo e no *habitus* jurídico com dezenas de membros advogados e juízes até nossos dias³⁴.

José Múcio Monteiro Filho

Nasceu em [Recife](#) no dia [25 de setembro de 1948](#). [Engenheiro civil](#) pela [Escola Politécnica de Pernambuco](#) em 1971. José Múcio trabalhou como engenheiro na Construtora Rabelo e foi superintendente da Usina Cucaú e do Grupo Armando Monteiro nos anos 70. Vice-prefeito e depois prefeito de [Rio Formoso](#) entre 1982 e 1983, foi filiado a partir de 1980 ao [PDS](#), migrando depois para o [PFL](#). Em 1983, assumiu a presidência da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Entre 83 e 86, foi secretário dos Transportes, Comunicação e Energia do Estado de Pernambuco. Presidiu a [Companhia Energética de Pernambuco](#) antes de tornar-se candidato ao governo de [Pernambuco](#) em 1986, mas perdeu a eleição para o ex-governador [Miguel Arraes de Alencar](#). Múcio licenciou-se do mandato de deputado entre 1995 e 1999 para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Recife.

Em 1990 elege-se pela primeira vez [deputado federal](#) por [Pernambuco](#), seguida por quatro reeleições consecutivas (1994, 1998, 2002, 2006). Como político, foi presidente nacional do PFL entre 1992-1993 e vice-líder do Bloco do PFL entre 1992 e 2001. Em 2001 teve uma passagem rápida pelo [Partido da Social Democracia Brasileira](#), e em 2003 se filiou ao [PTB](#). Tornou-se líder do PTB em 2003. Notabilizou-se por ser o líder do PTB durante o auge do que ficou conhecido como o [“Escândalo do Mensalão”](#) e defensor do então presidente do partido [Roberto Jefferson](#). No dia 23 de novembro de 2007, líder do governo Lula na câmara dos deputados, recebeu e aceitou o

33 Ver biografia em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gallotti-luis>

34 Ver biografia em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gallotti-antonio>

convite do presidente para assumir o cargo de Ministro das [Relações Institucionais](#), no lugar de [Walfrido dos Mares Guia](#) (PTBMG), que pediu demissão ao ter seu nome envolvido junto ao de políticos tucanos de [Minas Gerais](#), no chamado "[Mensalão tucano](#)".

Em 2009 foi indicado para compor o [Tribunal de Contas da União](#), na vaga aberta pela aposentadoria do também pernambucano [Marcos Vilaça](#), havendo assim deixado o ministério e renunciado ao mandato de deputado federal. Por 46 votos seu nome é aprovado pelo [Senado Federal](#) assumindo o cargo em 20 de outubro de 2009.

Seu primo é **Armando Monteiro Neto**, [deputado federal](#) por Pernambuco por três mandatos consecutivos: 1999-2003 ainda pelo PMDB, 2003-2007 e 2007-2011 pelo PTB. No [pleito de 2010](#) foi eleito [Senador](#) por Pernambuco, cujo mandato irá até 31 de janeiro de 2019. Ex-presidente da [Confederação Nacional da Indústria](#) (CNI). Foi [Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior](#) do [Brasil](#) durante o segundo governo Dilma.

Seu tio é **Armando de Queirós Monteiro Filho**, nascido no dia 11 de setembro de 1925 em Recife (PE), filho de Armando de Queirós Monteiro e de Maria José Dourado de Queirós Monteiro.

Ingressou na Escola de Engenharia da Universidade de Recife em 1945, participando ativamente da política universitária contra o Estado Novo. Nas eleições de 1950 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), em Pernambuco, mas foi impedido de assumir o mandato devido a seu parentesco com o governador eleito Agamenon Magalhães, seu sogro. Em 1951 foi nomeado secretário estadual de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1954. Candidato à Câmara dos Deputados na legenda do PSD, em outubro de 1954, foi o deputado federal mais votado. Assumiu o mandato em 1955, e em outubro de 1958 reelegeu-se deputado federal.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), Armando Monteiro Filho votou a favor da emenda constitucional que instituiu o regime parlamentarista como fórmula conciliatória para garantir a ascensão do vice-presidente João Goulart à presidência, o que se deu no dia 7 de setembro. No dia seguinte, o pessedista Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro e Armando Monteiro Filho foi indicado para o Ministério da Agricultura. Com a renúncia do gabinete de Tancredo Neves em 26 de junho de 1962, deixou a pasta da Agricultura e reassumiu sua cadeira de deputado federal. Nas eleições de outubro de 1962, disputou o governo de Pernambuco pelo PSD, mas Miguel Arrais venceu o pleito. Na Câmara, apoiou a campanha de retorno ao presidencialismo, votando a favor da antecipação do plebiscito, aprovada em meados de setembro de 1962. Realizada em 6 de janeiro de 1963, a consulta decidiu pela volta do presidencialismo. Ainda em janeiro, Armando Monteiro encerrou seu mandato na Câmara Federal. Contrário ao golpe militar que

destituíu Goulart em 31 de março de 1964, após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao novo regime, sob cuja legenda concorreu, sem sucesso, ao Senado em novembro de 1966.

Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que retornara pouco antes do exílio. Somente em outubro de 1994 voltou a disputar um cargo público, concorrendo a uma vaga de senador, mas não foi bem sucedido. Em outubro de 1998, depois de deixar o PDT, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Armando foi casado com Maria do Carmo Magalhães Queirós Monteiro, filha mais nova de **Agamenon Sérgio de Godói Magalhães** e de Antonieta Bezerra Cavalcanti Magalhães.

Agamenon Magalhães nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), em 1893. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1916, no ano seguinte foi promotor público em São

Lourenço da Mata (PE). Em 1918 iniciou sua carreira política como deputado estadual, eleito na legenda do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo então governador Manuel Borba (1915-1919). Em 1922 reelegeu-se para a Assembléia pernambucana e apoiou a candidatura oposicionista do fluminense Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana. Em 1923 elegeu-se deputado federal e quatro anos depois renovou seu mandato. Em 1929-30, junto com o PRD e em oposição ao governador pernambucano Estácio Coimbra, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Com a derrota da Aliança, participou ativamente em Recife do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e levou Vargas ao poder. Nos primeiros anos do governo Vargas, foi um dos articuladores do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco e nessa legenda elegeu-se deputado federal constituinte em 1933. Em julho de 1934, logo após a promulgação da nova Carta, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante sua gestão foi criado também o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Em janeiro de 1937, passou a acumular com o Ministério do Trabalho, interinamente, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde permaneceu até o mês de junho. Era, então, elemento dos mais prestigiados junto ao governo federal e por isso mesmo deu apoio decidido ao projeto continuísta de Vargas, concretizado com o golpe que em 10 de novembro instituiu o Estado Novo. Nesse momento deixou o Ministério do Trabalho para tornar-se interventor federal no estado de Pernambuco, em substituição ao governador Carlos de Lima Cavalcanti, seu antigo aliado, a quem acusara de

convivência com o levante comunista deflagrado em novembro de 1935 em Recife por membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Deixou o governo de Pernambuco em março de 1945, quando foi reconduzido por Vargas ao Ministério da Justiça, passando então a coordenar o projeto governamental de redemocratização do país. Nesse sentido, trabalhou intensamente na elaboração do novo Código Eleitoral, que seria decretado pelo governo no mês de maio e ficaria conhecido como Lei Agamenon. Ao mesmo tempo, foi um dos promotores da candidatura presidencial do general Eurico Gaspar Dutra e um dos articuladores do novo Partido Social Democrático (PSD), agora de âmbito nacional, fundado em 8 de abril. Nas eleições realizadas em dezembro de 1945, após a deposição de Getúlio pelos chefes militares, elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembléia Nacional Constituinte. Após a promulgação da nova Carta, em setembro de 1946, assumiu a liderança do PSD na Câmara dos Deputados. Nessa fase de sua atuação parlamentar, notabilizou-se pela defesa do monopólio estatal sobre a industrialização do petróleo. Em outubro de 1950, elegeu-se governador de Pernambuco. Morreu em Recife em 1952, no exercício do governo estadual³⁵.

Benjamin Zymler

Nasceu no [Rio de Janeiro](#) em [25 de março](#) de [1956](#). Filho de Júlio Zymler, comerciante falecido em 1996, e Chaja Zymler, imigrantes judeus da [Polônia](#). Benjamin formou-se em [Engenharia Elétrica](#) pelo [Instituto Militar de Engenharia](#). Formou-se também em [Direito](#), com mestrado, pela [Universidade de Brasília](#). Trabalhou durante seis anos em [Furnas Centrais Elétricas](#) e na iniciativa privada por outros seis anos, até [1992](#), quando ingressou no [Tribunal de Contas da União](#) como Analista de Finanças e Controle Externo, mediante [concurso público](#). Presta novo concurso em 1996, para ao cargo de Auditor do próprio tribunal, sendo aprovado e empossado em 1998. Com a aposentadoria do ministro Bento Bugarin, foi indicado pelo presidente da república [Fernando Henrique Cardoso](#) a vaga destinada a Auditores do TCU. Aprovado pelo [Senado Federal](#), foi empossado em 11 de setembro de 2001. Presidiu o Tribunal desde Janeiro de 2011 até o fim de 2012.

Casado em Maria Lenir Ávila Zymler. Ela foi nomeada assessora do PR no Senado em 2011, porém não tomou posse porque a nomeação foi desfeita depois que o jornal O Estado de S. Paulo revelar o fato e lembrar que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, cuja pasta é alvo de constante fiscalização por parte do TCU, também era do PR³⁶.

35 Ver biografia em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes

36 Notícia disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-de-presidente-do-tcu-ganha-cargo-no-prque-comanda-transportes,683159>

³⁹
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=112&data=18/08/2014&captchafield=firistA ccess>

Bruno Dantas Nascimento

Nasceu em Salvador no dia 06 de março de 1978. Filho de Isis Dantas Silva Nascimento e Arnaldo José do Nascimento. A mãe, funcionária do Banco do Brasil, e o pai comerciante. Passou a infância em Feira de Santana, dos 3 aos 17 anos, mudando-se, então novamente, para Salvador, até a definitiva mudança para Brasília, quando, acompanhando sua mãe, transferida pelo Banco do Brasil³⁹. Após iniciar seus estudos básicos e fundamentais em Feira de Santana, no interior da Bahia, graduouse em direito, em 2002, com especialização em direito civil, pela Universidade Católica de Brasília. Foi aprovado aos 25 anos de idade, em 2003, no concurso público de Consultor Legislativo do Senado Federal quando ainda cursava o último semestre da graduação em direito. De abril de 2007 até julho de 2011, aos 29 anos, tornou-se o mais jovem Consultor-Geral Legislativo da multicentenária história do Senado Federal. Em 2011 assumiu a cadeira de Conselheiro do CNJ. A par da atividade legislativa cotidiana, obteve os títulos acadêmicos de mestre, em 2007, e doutor em Direito processual Civil, em 2013, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi o representante do Senado Federal no Conselho Nacional do Ministério Público, de 2009 a 2011. Foi consultor jurídico do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch. Próximo dos senadores José Sarney e Renan Calheiros, Bruno Dantas foi o mais novo ministro a assumir o cargo no TCU, aos 36 anos de idade, em 2014. Consultor jurídico concursado do Senado, ele foi escolhido depois que a indicação do senador Gim Argello (PTB-DF) gerou forte resistência dentro do TCU e teve que ser retirada.

Genealogias Políticas dos atuais ministros do TCU

Ordem	Nome	Estado de Origem	Início do mandato	Origem vaga	Conexões Familiares
1	Walton Alencar Rodrigues	Goiás	13/04/1999	Ministério Público de Contas	Casado com Isabel Gallotti, ministra do STJ, e genro de Octavio Gallotti, ex-ministro do STF e do TCU. É ainda irmão de Douglas Alencar Rodrigues, ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
2	Benjamin Zymler	Rio de Janeiro	11/09/2001	Audidores do TCU	Família de classe média, ligada a imigração judaica.
3	João Augusto Nardes	Rio Grande do Sul	20/09/2005	Câmara dos Deputados	Família dominante tradicional do Rio Grande do Sul. É irmão de Cajar Nardes, ex-secretário estadual do Mato Grosso (2003-2005) e deputado federal.

4	Aroldo Cedraz	Bahia	03/01/2007	Câmara dos Deputados	É filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Valente (BA)
5	Raimundo Carreiro	Maranhão	14/03/2007	Senado Federal	Ligado à família Sarney.
6	José Múcio Monteiro	Pernambuco	20/10/2009	Presidente da República	Família dominante tradicional de Pernambuco. É tio do deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE).
7	Ana Lúcia Arraes de Alencar	Pernambuco	26/10/2011	Câmara dos Deputados	Família dominante tradicional de Pernambuco. É filha do político pernambucano Miguel Arraes e mãe do exgovernador pernambucano Eduardo Campos (PSB), morto em 2014. Seus irmãos, Luís Cláudio Arraes de Alencar e Marcos Arraes de Alencar, atuaram como dirigentes em empresas públicas.
8	Bruno Dantas	Bahia	13/08/2014	Senado Federal	Família de classe média, próximo às famílias Sarney e Calheiros no Senado Federal.
9	Vital do Rêgo Filho	Paraíba	22/12/2014	Senado Federal	Família dominante tradicional da Paraíba. É neto de Pedro Moreno Gondim, ex-governador da Paraíba, e de Veneziano Vital do Rego, ex-deputado estadual em Pernambuco. É sobrinho-neto de Argemiro de Figueiredo, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É também filho de Antônio Vital do Rego, ex-deputado federal, e irmão de Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, ex-prefeito de Campina Grande (PB) e atual deputado federal

O perfil dos Ministros indica a importância dos capitais familiares no TCU, são múltiplas as conexões e parentescos políticos. Dos nove, sete são oriundos de famílias dominantes regionais e os dois que tem origem de famílias de classe média, Bruno Dantas se conectou com importantes famílias no Congresso – as mais fortes na época de sua indicação - e Benjamin Zymler mantém relações familiares na política por meio de sua esposa. Na prática, são vistos como os mais burocratas, Zimler vindo pela vaga de auditor. O outro cargo burocrático foi ocupado por [Walton Alencar Rodrigues](#) que é casado com uma herdeira do ex-ministro do TCU, Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti. Podemos observar a importância da hereditariedade, das relações de parentesco, das genealogias e das redes sociais e profissionais dos ministros investigados. Os emergentes que ainda não possuíam as redes familiares passam a formá-las reproduzindo o comportamento daqueles que detém o poder por gerações. Também vimos que quatro ministros são citados em investigações de crimes diversos. Conclui-se que seu caráter político se exacerba nas nomeações dos ministros, exercendo um forte impacto nos tribunais de contas. Na prática, a

instituição funciona como uma reprodutora de estruturas familiares, que sejam antigas ou emergentes, com um caráter pré-moderno e arcaico apesar de sua ideologia com viés técnico.

2.3 Composição dos Tribunais de Contas nos Estados

No Brasil, existem 34 (trinta e quatro) Cortes de Contas, sendo 01 (uma) da União, 27 (vinte e sete) Estaduais, 02 (duas) Municipais e 04 (quatro) de Municípios, integradas por ministros ou conselheiros. Nos estados, a distribuição em terços das indicações do Executivo e do Legislativo encontra alguma dificuldade, em razão de haver nessas unidades sete membros dos tribunais de Contas, e não nove. No âmbito regional, essa questão foi resolvida por decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual, para manter a simetria com o plano federal, a divisão de vagas seria de três para o chefe do Executivo e quatro para o Legislativo, permitindo-se, assim, que os governadores escolham, alternadamente, entre auditores, membros do Ministério Público e uma indicação de livre nomeação. Ressalte-se que os municípios de São Paulo (com cinco conselheiros) e Rio de Janeiro são os únicos que têm tribunal de Contas específico para o município.

Cada tribunal tem 7 conselheiros, com exceção do TCU com 9 e do TCM-SP com 5. Sem contar as posições vagas por aposentadoria dos titulares, somam-se cerca de 231 conselheiros. Hoje a composição dos TCEs se divide entre conselheiros, auditores de carreira, membros do Ministério Público de Contas, cargos comissionados, servidores e aposentados. Nos tribunais estaduais, dos sete conselheiros, um é de livre escolha do governador, dois são indicados por ele e aprovados pela Assembleia e quatro, escolhidos pelo Legislativo.

Na pesquisa de Juliana Sakai e Natália Paiva “Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas” de 2016 ficou clara a preponderância dos critérios políticos na nomeação dos conselheiros dos Tribunais de Contas. Em minucioso levantamento, chega-se à conclusão de que os tribunais de Contas têm seus órgãos de cúpula ocupados majoritariamente por ex-políticos de carreira. O levantamento demonstra que “80% dos 238 ocuparam, antes de sua nomeação, cargos eletivos ou de destaque na alta administração pública (como dirigente de autarquia ou secretário estadual, por exemplo); 62% dos 238 conselheiros de Tribunais de Contas conquistaram os cargos depois de exercer mandatos políticos ou posições em governos; 23% sofrem processos ou receberam punição na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas; e 31% são parentes de outros políticos — em alguns casos, foram nomeados pelos próprios tios, primos ou irmãos governadores” (SAKAI; PAIVA, 2016). O relatório também traz informações que problematizam os requisitos de notórios conhecimentos nas áreas finalísticas específicas da atuação dos tribunais de contas: “O conselheiro

Antônio Cristóvão Correia de Messias, do TCE-AC, por exemplo, atuou como médico até sua nomeação pelo então governador do estado, Orleir Messias Cameli (PPR), seu primo. A conselheira do TCE-GO Carla Cíntia Santillo, filha do ex-governador do estado e ex-conselheiro do TCE-GO Henrique Antônio Santillo, é formada em odontologia e foi deputada por quatro anos antes da nomeação. No TCM-BA, os conselheiros Fernando Vita e Paolo Marconi são jornalistas, tendo trabalhado em veículos de comunicação e assessorias de imprensa. Vita também é escritor de romances”. Na prática, os critérios técnicos ficam em segundo plano. “A indicação política é a regra na escolha de conselheiros, o que faz com que as votações nas Assembleias, nas Câmaras e no Congresso sejam jogos de cartas marcadas”, diz o estudo. Os cargos são cobiçados por políticos em fim de carreira, entre outros pontos, por garantir uma aposentadoria confortável. “Em geral, o salário é de R\$ 26.500, além de gratificações, verbas de gabinete uniformemente obscuras, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitaliciedade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos).” De acordo com a pesquisa, dos 238 integrantes dos Tribunais de Contas, 53 possuem 104 citações ou condenações na Justiça - algumas originadas de períodos anteriores à investidura nos cargos dos Tribunais e outras durante e também nos Tribunais de Contas, sendo que a maioria dos processos se concentra em conselheiros/ministros com históricos de cargos políticos e apenas 6% se referem para aqueles que não tem tradição política. A pesquisa aponta, ainda, que o tipo de ação mais comum é o de improbidade administrativa. São 44 ações que envolvem violações aos princípios administrativos, dano ao erário e enriquecimento ilícito, atingindo 26 conselheiros, seguida do peculato - 12 ações, ações de nulidade da nomeação ao cargo de conselheiro - 8 ações cada, corrupção passiva - 7 ações, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro - 6 ações cada. Dos 34 Tribunais de Contas, apenas 6 não têm nenhum conselheiro com citação. Os Tribunais de Goiás e Amapá são os que têm mais conselheiros com pendências na Justiça (4 de 7), seguidos por Sergipe, Roraima, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro, com 3 dos 7 conselheiros com pendências. A constatação de que a maioria dos crimes diz respeito a má utilização de recursos públicos reveste-se da maior gravidade pois coloca em dúvida a legitimidade dos Tribunais de Contas para controlar e fiscalizar atos de improbidade praticados por outros gestores. Espera-se, em teoria, que a conduta de quem fiscaliza fique sempre acima de suspeitas que afetem sua credibilidade e, na prática, não é o que ocorre. Dessa maneira, em que pese o elevado nível do quadro técnico de auditores/analistas, grande parte deles com especializações, mestrado e doutorado, a fragilidade da norma que trata da composição do órgão deliberativo das entidades fiscalizadoras, aqui demonstrada, resulta no comprometimento da independência e legitimidade das atuações de seus membros e, conseqüentemente, na ineficácia do controle externo.

Em conclusão, como aponta o relatório citado, os tribunais são caros, altamente politizados e “desenhados para não funcionar” (SAKAI; PAIVA, 2016).

Na dissertação “Tribunais de Contas Estaduais: indicações, perfil dos conselheiros e autonomia das instituições” de Audálio José Pontes Machado (2017), aponta-se que as relações de parentesco em cargos comissionados e de indicação política sempre estiveram presentes na história brasileira, e apesar dos avanços legais e institucionais para prevenir o nepotismo e o favorecimento político, ainda existem ocorrências deste caráter. Nos TCs isso não é diferente, com indicações de várias pessoas de importantes famílias políticas, reavivando os aspectos das antigas elites e oligarquias estaduais no Brasil (MACHADO, 2017). Sua pesquisa com 186 conselheiros ativos aponta que apenas 47 são de origem do quadro interno dos tribunais, totalizando 25,2% do total. O número correto, se as regras ditadas pela Constituição fossem obedecidas, seria de 54 burocratas indicados, sendo 27 vagas para os auditores e 27 para os procuradores de contas. Infelizmente, há - na totalidade dos tribunais estaduais somados - uma carência de cinco membros do Ministério Público de Contas e dois peritos em controle externo. 20 estados respeitaram os preceitos constitucionais e detém na Corte dos TCEs o número correto de técnicos de carreira. Alagoas, Maranhão, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo possuem apenas um tipo de conselheiro de origem interna. O caso de Sergipe é interessante, pois possui dois auditores no Colegiado do TCE-SE, mas nenhum procurador nessa posição. Acre e Mato Grosso não possuem nenhum burocrata dentre os sete nomeados para comandar os tribunais, mostrando uma clara desobediência às normas impostas. O único estado em que há mais servidores do que a Constituição ordena é o Tocantins, no qual dois procuradores de contas e um auditor são conselheiros. Há também a presença de dois ex-procuradores estaduais e uma municipal, porém os cargos eram de viés político, por meio da indicação do Poder executivo (MACHADO, 2017). Adálio aponta que quase metade dos conselheiros foram deputados estaduais previamente, chegando-se, em quatro Unidades Federativas diferentes (Amapá, Piauí, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) ao quantitativo de cinco ex-deputados. Somente no Tocantins nenhum representante eleito para a Assembleia Legislativa se tornou conselheiro. Em segundo lugar, os secretários estaduais representam mais de 15% dos membros atuais dos conselhos dos TCEs. No caso destes, há uma quantia significativa de ex-secretários de governo e chefes de gabinete dos governadores, o que pode demonstrar que em alguns casos os gestores estaduais tendem a indicar pessoas de confiança, próximas do seu círculo de aliados. Da composição atual dos Tribunais de Contas Estaduais brasileiros, cinco indivíduos foram deputados federais previamente, além de três outros terem cargos em Brasília. Aliás, dois ex-senadores fazem parte desse grupo. No que tange aos outros cargos exercidos no âmbito subnacional, a maioria dos nomeados eram diretores de empresas públicas estaduais ou realizavam

trabalho de assessoramento de governadores. Ainda há uma minoria que exercia as mais diversas funções, como: prefeito, desembargador eleitoral, procuradores estaduais e municipais e vice-governador. Em suma, dos 186 conselheiros, 126 (67,7%) são de origem majoritariamente política, vindo de cargos eletivos ou de direção e assessoramento aos governos estaduais, 51 (27,5%) eram servidores públicos, incluindo 47 técnicos de carreira dos próprios TCEs, e 9 (4,8%) foram nomeados predominantemente pelas relações familiares com governadores ou grandes famílias políticas dentro dos estados. Esses números retratam uma faceta relevante do perfil dos membros das Cortes dos Tribunais de Contas Estaduais, na qual as indicações políticas estão contidas nas regras do jogo, e conservam um papel central no funcionamento dessas instituições. Dos 186 conselheiros, 56 têm parentesco político, o que representa 30,1% do total. Este grupamento inclui 9 pessoas que foram indicadas basicamente por serem parentes de políticos. Embora possam ter tido cargos importantes na Administração Pública, o teor da nomeação desses indivíduos foi pautado pela árvore genealógica. Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte têm dois conselheiros com grande ligação familiar com governadores oligarquias políticas (MACHADO, 2017). Infelizmente na pesquisa não são apresentadas as famílias políticas dos conselheiros, repetindo grosso modo os resultados do relatório da Transparência Brasil de 2016.

Alguns exemplos chamam nossa atenção por suas relações umbilicais com as classes dominantes locais, com práticas de nepotismo e corrupção expressivas. Nesta pesquisa elencamos situações em 11 estados da Federação (Alagoas, Goiás, Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraíba, Piauí e Rio de Janeiro), buscando fazer uma amostra do perfil e da ação de conselheiros em diferentes estados, oriundas de todas as regiões do Brasil.

Alagoas

Em janeiro de 2019, o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB) nomeou para ocupar cargos no Tribunal de Contas de Alagoas em sua gestão pelo menos dez parentes de membros do Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. Ganharam cargos filhos, sobrinhos, irmão e genro de integrantes de órgãos que têm como função investigar, julgar e fiscalizar as contas do governo do estado. Cinco deles ocuparam cargos no primeiro escalão do governo³⁷. Mais

³⁷ O desembargador Domingos Neto tem o seu irmão, Coronel Lima Júnior, como secretário de Segurança Pública. O sobrinho do desembargador Otávio Praxedes, Bruno Praxedes, é assessor especial do governador. Já a filha do desembargador Washington Luiz, Melina Freitas, foi nomeada secretária de Cultura. Na Justiça Federal, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Paulo Cordeiro, tem o seu filho Felipe Cordeiro como chefe do Gabinete Civil do governador. Ele informou que não se manifestaria sobre o assunto. Já o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Antônio Adrualdo Catão, teve o seu filho Adrualdo de Lima Catão nomeado para a chefia do Detran em Alagoas. Também há nomeações de parentes de membros do Ministério Público. O procurador-

recentemente, o irmão do governador Rodrigo Calheiros foi nomeado para um cargo no Tribunal de Contas do Estado, órgão que tem como função fiscalizar e julgar as contas do governador. Rodrigo Calheiros, que é filho do senador Renan Calheiros (MDB), foi nomeado para o cargo de diretor-adjunto de Controle Interno pelo presidente do Tribunal, conselheiro Otávio Lessa⁴¹.

No Tribunal de Contas do Estado, três conselheiros emplacaram parentes próximos ocupando cargos relevantes na gestão Renan Filho. O presidente do TCE-AL, conselheiro Otávio Lessa, tem o seu genro Rafael Brito como secretário de Desenvolvimento Econômico e a sua filha Mariana Lessa como assessora de comunicação do governador. Otávio é irmão do ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (1999-2002/ 2003-2006, PDT), quem o indicou ao cargo de conselheiro. A conselheira Rosa Albuquerque emplacou o seu filho Arthur Albuquerque no posto de secretário do Trabalho. Rosa é irmã do deputado estadual Antônio Albuquerque (PRTB) e filha do ex-prefeito de Limoeiro de Anadia (AL) Nivaldo Ferreira de Albuquerque (Arena). Já a conselheira Cleide Bezerra tem o seu sobrinho Luiz Pedro Bezerra ocupando o cargo de chefe do Instituto de Metrologia de Alagoas. Bezerra é mulher do ex-deputado estadual e hoje prefeito de Canapi (AL), Celso Luiz e mãe de Luiz Pedro Brandão, diretor-presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Alagoas (INMEQ).

O nepotismo no TCE-AL não está ligado apenas as novas indicações do governador. O conselheiro Cícero Amélio da Silva é irmão do ex-vereador e atual suplente de vereador de Maceió Arnaldo Fontan Silva e tio de Luiz Henrique Cavalcante Melo, procurador-geral da Câmara de Maceió. E conselheiro Fernando Ribeiro Toledo é casado com Lucila Toledo, prefeita de Cajueiro (PSDB) e pai do deputado estadual Bruno Toledo (PSDB)³⁸. Dessa forma, no Tribunal de Contas do Alagoas (TCE-AL), seis dos sete conselheiros são parentes de políticos que integram a classe dominante no Estado.

Goiás

Em 1997, o TCE-GO foi alvo de uma CPI que constatou que conselheiros do TCE mandavam contratar, além de centenas de parentes, 136 servidores sem concurso público após 1988, desrespeitando a Constituição Federal. Também admitiram funcionários com mais de 70 anos de idade, como Célio Mendes, de 80 anos, sogro do presidente do Tribunal, Milton Alves. Segundo relatório da CPI havia funcionários aposentados através da contagem de tempo de serviço “arranjado”, paralelo e dobrado, aposentadorias duplas, gratificações e vantagens salariais

geral Alfredo Gaspar de Mendonça teve o seu filho Carlos Mendonça Neto nomeado para a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas. ⁴¹ Ver notícia em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/04/996833-filho-de-renan-e-irmao-de-governador-ganha-cargo-notribunal-de-contas-de-al.html>

38 “Renan Filho distribui cargos a parentes de autoridades em AL” 03/03/2019. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/renan-filho-distribui-cargos-a-parentes-de-autoridades-em-al-361335.html>

indevidas, além de acumulação de vantagens através da chamada “progressão funcional horizontal”. Casos de nepotismo foram abundantemente expostas. José Sebba, por exemplo, contratou 24 familiares que, juntos, ganham mais de R\$ 1,5 milhão/ano de salários. Foram nomeadas inspetoras as noras de José, Ana Paula e Ana Luiza, e os filhos Frederico, José Júnior e Candice. A lista de familiares do ex-conselheiro empregados no TCE inclui ainda a mulher Rute Malvina Silva Sebba, sobrinhos, cunhados e um genro³⁹. Em 2001, A revista “Isto é” publicou matéria denunciando nepotismo no Tribunal de Contas de Goiás.

Muito preocupado com o conforto da parentada, o presidente do tribunal, Milton Alves Ferreira, é campeão no quesito emprego para a família e afilhados. ISTOÉ teve acesso a várias folhas de pagamentos do tribunal. O clã de Milton Alves Ferreira tem mais de 20 parentes e agregados nessas listas, incluindo esposa, quatro filhos, uma nora, dois genros, o sogro, sobrinhos e cunhadas. A CPI descobriu ainda que o salário de Juscelino Miranda, caseiro de Milton Ferreira Alves, também era pago pelo TCE. Os abusos não param por aí. Um dos filhos de Milton, Rodrigo Campos Ferreira, funcionário do TCE, utiliza as instalações do tribunal para tratar de negócios da empresa Campos Engenharia. Nos registros do Sistema Nacional de Emprego (Sine), o endereço que consta para a contratação de mão-deobra para a empreiteira é exatamente o gabinete 10, de Milton Alves. Lá, segundo o Sine, os interessados devem encontrar Rodrigo⁴⁰.

Em setembro de 2012 o Ministério Público Federal em atuação conjunta ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Goiás apresentou uma representação em face do nepotismo presente no Tribunal de Contas. Seis dos sete conselheiros (Edson Ferrari, Carla Santillo, Gérson Bulhões, Kennedy Trindade, Sebastião Tejota e Milton Alves Ferreira) mantinham parentes em cargos em comissão. O único conselheiro que não mantinha tal prática era Celmar Rech. Entre os familiares contratados em cargos comissionados estão a mulher do presidente do TCE, Maria Graça Silva e a irmã da vice-presidente, Elídia Célia Santillo Gomes. O corregedor-geral Gérson Bulhões teria apadrinhado a filha Ilana Fróes Ferreira e dois sobrinhos Henrique Argeu de Brito Fróes e Rodrigo de Brito Fróes. Quem possui o maior número de familiares no TCE é o conselheiro Milton Alves Ferreira. Cinco estão empregados na casa, entre eles a mulher Célia Campos Ferreira, o filho Gustavo Campos Ferreira, o irmão Odailton Alves Ferreira e duas noras Renata Machado de Aguiar Fonseca Matis Campos Ferreira e Tatiane Alves de Souza Campos Ferreira.

Em agosto de 2013, três funcionários deixaram seus cargos, sendo Luiz Murilo Pedreira e Souza e sua esposa Wanda de Almeida Pedreira, seguidos pela mulher do presidente do TCE, Edson

39 Ver notícia em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/cpi-aponta-nepotismo-e-corrupcao-no-tce-degoias24430.html>

40 “Arvore Salarial” Revista Isto É, 2001. Disponível em https://istoe.com.br/42345_ARVORE+SALARIAL/

José Ferrari. Em setembro, foi publicada a saída de Odailton Alves Ferreira, irmão do conselheiro Milton Alves Ferreira, e de Vuquicônia Alves Pereira, irmã do conselheiro Sebastião Tejota. Logo depois, mais cinco pediram exoneração. Três são parentes do ex-conselheiro Gerson Bulhões Ferreira, que se aposentou. Tratam-se dos sobrinhos Henrique e Rodrigo Argeu de Brito Fróes e da filha Ilana Fróes Ferreira. Os outros dois são Gustavo Campos Ferreira e Célia Campos Ferreira, filho e mulher do conselheiro Milton Alves Ferreira, que ainda terão a saída oficializada no Diário Oficial. De acordo com o MP-GO, quatro servidoras, que também eram investigadas por suspeita de nepotismo, foram poupadas das exonerações. As assessoras Renata e Tatiane Ferreira, noras de Milton Ferreira, comprovaram que o parentesco só foi concretizado após a nomeação. É o mesmo caso de Priscila Norgan Rocha, que casou com o filho do conselheiro Sebastião Tejota. Já Tarssys Trindade, mulher de Kennedy Trindade, comprovou que foi nomeada antes da posse do marido. O mesmo ocorreu com Elida Célia Santillo Gomes, irmã da conselheira Carla Santillo⁴¹.

A prática de nepotismo dentro do Tribunal é legitimada pela forma de escolha dos conselheiros. A conselheira Carla Cíntia Santillo – que foi deputada estadual pelo PSDB (2002-2007) – é filha de Henrique Antônio Santillo, ex-conselheiro do TCE-GO, que foi vereador e prefeito de Anápolis, deputado estadual, senador, secretário de Estado, governador de Goiás e ministro da Saúde no governo Itamar Franco (1993-1995). O conselheiro Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota é casado com a exdeputada estadual Betinha Tejota e pai de Lincoln Tejota, deputado estadual pelo PSB. Em 2014 foi nomeado para o cargo de conselheiro Helder Valin Barbosa, que era então presidente da Assembleia Legislativa (SAKAI; PAIVA, 2016).

Em janeiro de 2019, o Tribunal de Contas de Goiás virou novamente notícia após denúncias de nepotismo, existência de altos salários e contratação inclusive de um adolescente de 12 anos. Um dos funcionários era contratado para consertar máquinas de escrever, equipamento que não é mais usado no órgão, com o salário de R\$ 8,1 mil. O outro servidor recebia R\$ 41,6 mil. De acordo com apurações do Ministério Público de Contas, alguns adolescentes, entre 12 e 17 anos, foram contratados para ocupar cargos efetivos de nível superior sem concurso público. Em um dos casos, o servidor contratado aos 12 anos, em março de 1988, ganham, atualmente, R\$ 31,4 mil como analista de controle externo. Na representação feita pelo órgão, cita-se ainda que servidores como motorista e fotocopador recebem até R\$ 22 mil por mês, trabalhando seis horas por dia⁴². Segundo a denúncia, existem mais de 177 casos de nepotismo no Tribunal, contratados por indicações

41 Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/09/total-de-suspeitos-de-nepotismo-que-deixaramcargos-notce-chega-10.html>

42 Ver notícia disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/01/24/tce-exonera-dois-servidores-aposdenuncias-denepotismo-altos-salarios-e-contratacao-de-menores.ghtml>

políticas, de conselheiros, ex-conselheiros e servidores. O Ministério Público de Contas apontou que diversos desses servidores são parentes e que, por isso, há nepotismo no órgão⁴³.

Rio Grande do Norte

No Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), todos os sete conselheiros são parentes de políticos. Atualmente são conselheiros Poti Júnior, Tarcísio Costa, Gilberto Jales, Renato Dias, Carlos Thompson, Maria Adélia Sales e Paulo Roberto Alves.

Tarcísio Costa foi indicado pelo irmão deputado estadual Vivaldo Costa, na época que este era governador do Estado. Tarcísio tem mais três irmãos na política: o ex-prefeito de Caicó, Bibi Costa, e o ex-deputado estadual Vivaldo Costa. O conselheiro já foi acusado de nepotismo pelo Ministério Público do RN, sendo obrigado pela Justiça, à época, a demitir três parentes do tribunal.

Paulo Roberto Alves faz parte do clã Alves. É irmão do senador e ex-governador Garibaldi Alves Filho, bem como primo do ex-ministro do Turismo Henrique Alves. Paulo assumiu o cargo quando um conselheiro se aposentou "voluntariamente" e em troca foi empossado secretário de Agricultura do governo Garibaldi. Paulo também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do exprefeito de Natal Agnelo Alves e do prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves. Os Alves se alternam no governo do Estado desde, pelo menos, os anos 60, com curtos intervalos de ausência.

Renato Dias filho de Adjuto Dias, ex-deputado estadual, e irmão do deputado estadual e expresidente da Assembleia Álvaro Dias. Renato foi secretário-adjunto de Transportes e Obras Públicas do estado do Rio Grande do Norte (1995).

Ex-prefeito de São Gonçalo do Amarante, **Poti Cavalcante** é ex-deputado estadual e irmão do ex-deputado Alexandre Cavalcanti, assim como tio do atual vice-prefeito de São Gonçalo do Amarante, Poti Neto.

Ex-secretário estadual de Recursos Hídricos, Gilberto Jales foi indicado pela ex-governadora Rosalba Ciarlini.

Carlos Thompson Costa Fernandes é filho de Francisco de Assis Fernandes, que foi secretário estadual no governo de José Agripino (DEM) (1991-1994) e consultor-geral do Estado no Governo de Lavoisier Maia (PDS) (1979-1983).

43 Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/01/17/mp-apura-suspeita-de-irregularidadescomonepotismo-e-contratacao-de-menino-de-12-anos-no-tce-em-goias.ghtml>

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa é viúva de Demócrito de Sousa Paiva (ARENA), ex-deputado estadual e ex-diretor da extinta companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário. Nora de Waldemar de Souza Veras, ex-deputado estadual.

Há também casos de nepotismo envolvendo conselheiros e funcionários dos Tribunais. Um deles é o do conselheiro Tarcísio Costa (TCE-RN), que empregou seu sobrinho até 2005, quando o exonerou e nomeou o filho da desembargadora Maria de Lourdes Alves Leite, do TRT-RN. Ela, por sua vez, nomeou o sobrinho de Costa para exercer cargo em comissão no TRT-RN⁴⁴. Ainda no TCE-

RN, o Ministério Público Estadual conseguiu na Justiça Estadual a exoneração de nove parentes de conselheiros e um auditor em 2008. Três deles eram parentes de Tarcísio, um da conselheira Maria Adélia Arruda Sales Souza e os outros que eram parentes de ex-conselheiros (Valério Mesquita, Alcimar Torquato de Almeida, Getúlio Alves da Nóbrega e do auditor Marco Antônio de Moraes Rego Montenegro).

São Paulo

No Tribunal de Contas de São Paulo a situação é igualmente atravessada por interesses familiares. Em 2007, a Promotoria da Cidadania do Estado de São Paulo abriu uma investigação para apurar suspeita de improbidade administrativa na contratação de parentes no TCE-SP. Segundo a Folha de São Paulo, os sete titulares do conselho do órgão empregam filhos, noras e irmãos em cargos sem concurso. De acordo com o jornal, os servidores de confiança recebem cerca de R\$ 12 mil líquidos mensais. O então presidente do TCE, Eduardo Bittencourt Carvalho, nomeou os cinco filhos para trabalhar no seu gabinete. Uma de suas filhas, Carolina Bittencourt Roman, teria como função ler cabeçalhos de cartas para o pai⁴⁵. O conselheiro Fúlvio Julião Biazzi nomeou dois filhos, Fábio e Cláudio, que se “formaram advogados com excelência”. Cláudio Ferraz de Alvarenga e Renato Martins Costa contrataram as respectivas noras advogadas, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga e Andrea Martins Costa. O conselheiro Robson Riedel Marinho levou a irmã psicóloga, Ione Eneida Marinho, para ajudar na creche do tribunal. Edgard Camargo Rodrigues contratou o filho, Lucas, que já havia trabalhado em escritórios de advocacia⁴⁶.

44 <https://agorarn.com.br/politica/seis-dos-sete-conselheiros-do-tce-do-rn-sao-parentes-de-politicos/>

45 Disponível em :<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2175631-EI306,00-Investigado+nepotismo+no+Tribunal+de+Contas+de+SP.html>

46 Matéria disponível em: https://www.conjur.com.br/2007-dez-26/conselheiros_tce-sp_sao_acusados_empregar_parentes

Em março de 2008, o então presidente do TCE-SP, Eduardo Bittencourt Carvalho, demitiu do órgão os cinco filhos dele e outros três parentes de conselheiros, todos nomeados sem concurso público. Dias depois, um ex-assessor, Ruy Imparato, denunciou ao MP que os filhos do conselheiro recebiam sem trabalhar. O ex-assessor contou ainda que trabalhava com Bittencourt desde quando ele era deputado, na década de 80, e em vez de atuar no gabinete, fazia serviços na casa do chefe (que ficava com 70% do seu salário). O ex-assessor revelou também ao MP que o conselheiro recebia propina para aprovar contratos irregulares entre prefeituras e empreiteiras. No mesmo período, a esposa do conselheiro descobriu que ele tinha uma amante com um salário de R\$ 17 mil. Jackeline Paula Soares, 35 anos mais nova que Bittencourt, havia sido nomeada assessora técnica do TCE, embora de seu currículo constassem apenas alguns ensaios sensuais para revistas e sites da internet. Trazida de Mato Grosso do Sul, ela foi instalada em um apartamento no caro bairro dos Jardins. O conselheiro cobriu-a de presentes, entre os quais joias e um carro. Sua mulher pediu o divórcio. Na separação, ele ofereceu à mulher uma pensão mensal de R\$ 4 mil. Enfurecida, ela mandou registrar nos autos que “a família Bittencourt faz parte da elite paulista e se encontra, certamente, entre as mais abastadas da capital”. Para tentar desqualificar a ex-mulher, Bittencourt fez juntar ao processo fotos dela com um amante em Miami (EUA), ainda durante o casamento, tiradas por um investigador particular, mas ela saiu do divórcio com 5 milhões de reais em dinheiro, um apartamento no Guarujá e quatro outros imóveis em São Paulo. Com cópia do processo de divórcio, o MP vasculhou as contas de Bittencourt no Brasil e no exterior e descobrindo que, nas duas décadas em que permaneceu no TCE, ele juntou cerca de 60 milhões de reais, parte dos quais trafegou por anos numa offshore das Ilhas Virgens Britânicas e em contas no Lloyds Bank dos EUA⁴⁷.

Eduardo foi afastado das funções no TCE e teve os bens bloqueados por meio de ação proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça de SP em março de 2012, após três anos de investigações que concluíram que ele alcançou patrimônio incompatível com seus rendimentos de ex-deputado estadual e de conselheiro de contas. A medida foi inédita na história do maior Tribunal de Contas do país. Bittencourt era um dos mais antigos e conhecidos conselheiros do TCE de São Paulo. Foi indicado para o posto de fiscal das contas públicas pelo então governador Orestes Quércia, em 1990. A investigação do Ministério Público aponta que o conselheiro arrecadou R\$ 50 milhões, num período de 14 anos. Os valores teriam sido injetados em uma de suas fazendas no Mato Grosso.

No mesmo ano, em 2012, o Ministério Público de São Paulo instaurou procedimento preliminar sobre denúncia de nepotismo cruzado envolvendo o deputado Fernando Capez (PSDB) e

⁴⁷ Notícia disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/sp-em-decisao-inedita-justica-afasta-conselheiro-do-tce/>

o exconselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho. Capez empregava em seu gabinete, na Assembleia Legislativa, Joel Soares Júnior, irmão de Jackeline Soares, companheira de Bittencourt. Já o advogado Rogério Auad Palermo, cunhado de Capez, é assessor técnico procurador do TCE, formalmente lotado no gabinete que Bittencourt ocupou durante 20 anos na corte de contas. Antes do TCE, Auad foi chefe de gabinete de Capez⁴⁸.

Em agosto de 2018, o Grupo Especial de Delitos Econômicos (Gedec) do Ministério Público de São Paulo, denunciou criminalmente Eduardo Bittencourt por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a denúncia, Carvalho teria pedido e recebido R\$ 2 milhões, entre 2010 e 2012, para votar a favor da construtora em um cartel formado para vencer licitações de obras na Linha 5-Lilás do Metrô paulista. Flávio Barra, delator da Andrade Gutierrez, diz que a empreiteira pagou R\$ 22,5 milhões em propina para conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para eles não alterarem editais de licitação que restringiam a disputa em quatro linhas do Metrô. Bittencourt também é citado no relato sobre a propina de R\$ 10 milhões na linha 5-Lilás. "O contato foi feito com o conselheiro Eduardo Bittencourt, que teria feito o pedido em nome dos demais conselheiros do TCE-SP (Fulvio Biazzi, Robson Marinho, Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins e Claudio Alvarenga)"⁴⁹.

Conforme matéria da revista IstoÉ, as denúncias de recebimento de propina no caso não foram suficientes para abalar a rotina do conselheiro do TCE-SP Robson Marinho, ex-chefe da Casa Civil na gestão do governador Mario Covas (PSDB) e indicado ao cargo de conselheiro do TCE em 1997. Nem mesmo a divulgação do documento de abertura de sua conta na Suíça bloqueada com US\$ 1,1 milhão e do depoimento revelador de um executivo confirmando o pagamento de suborno fez o conselheiro deixar de sair diariamente ao final das manhãs de sua casa, uma mansão de cerca de mil metros quadrados no bairro do Morumbi, zona sul da capital paulista, rumo ao trabalho no centro da cidade. Em seu gabinete no quinto andar do TCE, recebe relatórios diários de técnicos que o auxiliam nos votos. Durante as sessões no plenário, Marinho continua a julgar processos que envolvem desde superfaturamentos e fraudes em licitações públicas até casos referentes ao Metrô de São Paulo. Na vida pessoal, mora com a mulher, Maria Lúcia, num local onde os imóveis variam de R\$ 3,5 milhões a R\$ 15 milhões e é dono de uma ilha privada na baía de Paraty, com 70 mil metros quadrados de área total, e de um prédio de sete andares em São José dos Campos. O conselheiro Robson Marinho foi retirado do cargo por medida cautelar do Tribunal de Justiça de São Paulo em agosto de 2014. A Corte o reintegrou em 2017, mas, antes de reassumir o

48 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ex-tce-e-tucano-sao-acusados-de-nepotismo-em-sp/>

49 Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5712605/empresa-subornou-tce-em-4-linhas-do-metro-de-sp-diz-delator>

cargo, virou réu no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de receber US\$ 3 milhões nas Ilhas Virgens britânicas no âmbito do cartel dos trens e do setor de energia. Em maio de 2018, o TCE-SP decidiu arquivar, sem chegar a conclusão alguma, uma investigação interna que apurava a suspeita de o conselheiro Robson Marinho ter recebido US\$ 3 milhões de propina da multinacional francesa Alstom⁵⁰.

Em março de 2018, foi noticiado que o ex-presidente do TCE-SP, Fulvio Julião Biazzi, fez transações de R\$ 23 milhões, consideradas suspeitas de prática de lavagem de dinheiro pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Biazzi foi citado na delação da Andrade Gutierrez como destinatário de propinas quando era conselheiro do TCE paulista. Ele integrou o tribunal por quase 19 anos e se aposentou no fim de 2011. O relatório abrange a movimentação de Biazzi no período entre a segunda metade de 2012 e julho de 2017, quando ele já havia se aposentado. No caso de Biazzi, chamaram a atenção do Coaf transações em grandes quantidades de dinheiro vivo. No relatório, constam cinco operações em espécie, incluindo saques, depósitos e provisionamentos. O exconselheiro - que presidiu a Corte em 1996, 2003 e 2010 – depositou numa das vezes R\$ 338 mil na conta de seu escritório de advocacia em 6 de fevereiro de 2013. Somadas, as transações em espécie no período analisado somam R\$ 850 mil. De acordo com o documento, somente entre agosto de 2012 e julho de 2017 foram detectadas transações de R\$ 14,4 milhões em uma das contas atribuídas a Biazzi. Segundo o Coaf, entre agosto de 2012 e julho de 2017, os créditos em conta chegaram a R\$ 7,2 mi⁵¹.

Ceará

O Tribunal de Contas do Ceará apresenta um caso bem significativo sobre como a lógica político-familiar rege a instituição. Dentre seus sete atuais conselheiros, três são ligadas a burocracia estatal. Primeira mulher a ocupar o cargo de conselheira da Corte do Ceará, Soraia Thomaz Dias Victor está no TCE desde outubro de 2003. Foi secretária no governo Tasso Jereissati. Edilberto Carlos Pontes Lima, empossado em 2007 no cargo de auditor mediante concurso público, foi escolhido pelo governador Cid Gomes para a vaga de conselheiro destinada ao quadro de auditores assumindo o cargo em 2010. Rholden Botelho de Queiroz, empossado como Conselheiro em junho de 2012, foi o primeiro Procurador de Contas a ocupar a vaga destinada ao Ministério Público de Contas.

50 Disponível em: https://istoe.com.br/352401_A+BOA+VIDA+DE+SUSPEITO/

51 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stj-poe-robson-marinho-no-banco-dos-reusporcorrupcao-e-o-afasta-do-tribunal-de-contassp/>

Os outros quatro são membros de famílias políticas. José Valdomiro Távora de Castro Júnior, ex-deputado estadual por três legislaturas (PPR, 1994-1998; PPB, 1998- 2002/ 2002-2006) e secretário de Obras de Mombaça (1992- 1993), onde seu pai Roberto Távora foi eleito vice-prefeito de Mombaça em 2008 na chapa de William Alencar (PSDB). Outro conselheiro é Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, pertencente ao clã político Paula Pessoa que conta com oito gerações de políticos influentes, tendo como antepassado diversos desembargadores e um senador do Império. Mais recentemente foi indicada Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes, vereadora de Fortaleza, deputada estadual, senadora, filha de José Saboya e Marly Mendes, neta de Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, ex-deputado federal, ex-senador pelo Ceará e ex-prefeito de Fortaleza. Foi esposa de Ciro Gomes, ex-governador. É ex-cunhada de Cid Gomes, quem assinou sua nomeação para o TCE-CE. E Teodorico José de Menezes Neto que foi deputado estadual pelo PMDB em 1987 e exerceu mandato pelo PSDB nas legislaturas de 1991-1995 e 1995- 1999. É pai do deputado estadual Téo Menezes (SAKAI; PAIVA, 2016).

Em 2011, o Ministério Público Federal acusou Teodorico de ter praticado o crime de peculato em razão de proveito no desvio imputado ao coordenador administrativo financeiro da Secretaria das Cidades do Ceará relativo a convênios celebrados com cinco entidades filantrópicas para a construção de sanitários para a comunidade carente. Ele foi denunciado pela prática de peculato, por suposto desvio de R\$ 2 milhões em recursos públicos entre junho e agosto de 2010. Nas primeiras denúncias, apontou-se que a presidente de uma das entidades envolvidas possuía cargo no gabinete de Teodorico, na época presidente do TCE. Muitos dos outros gestores de ONGs e entidades ou trabalhavam para o conselheiro ou estavam lotados no gabinete do filho de Teodorico, o deputado estadual Téo Menezes. Descobriu-se daí que a mulher, um filho e um assessor de Teodorico, presidiram entidades contratadas para erguer banheiros. Sua esposa Antonísia Barreto Menezes, em 2008, presidia a Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Pacajus. Recebeu da secretaria das Cidades, pasta do governo do Ceará, R\$ 300 mil. A verba destinava-se à instalação de banheiros em 200 casas. Em 2010, foi à presidência da entidade de Pacajus Thiago Barreto Menezes, filho de Antonísia e de Teodorico. Sob Thiago, a Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Pacajus firmou novo convênio com a secretaria das Cidades, com o objeto do contrato era a construção de 200 banheiros, mesma quantidade anterior, mas com verba liberada maior, de R\$ 300 mil⁵².

Quem veio substituir Teodorico no TCE-CE foi Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior, em disponibilidade por conta da extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). A escolha do

⁵² Disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/blogs/wanderley-filho/corruptao/enquanto-o-tce-afastaconselho-governo-e-al-protagem-seus-envolvidos-no-escandalo-dos-banheiros/>

seu nome, dentre os sete conselheiros em disponibilidade, foi “aleatória”, segundo os conselheiros. A história da família Saboia no Ceará é de longa data, com a marca do industrial latifundiário, Juiz de Direito e Chefe Político, Dr. José Saboya de Albuquerque, sua filha mais conhecida por Sinhá Saboya, também neta do “Senador dos Bois”, epíteto do Senador Francisco de Paula Pessoa, um dos maiores criadores de gado do Ceará, de onde a Sinhá Saboya herdou uma grande quantidade de terra, e o espólio político bem usado pelo seu esposo Dr. José Saboya de Albuquerque. Sua irmã Maria Soledade Saboya de Albuquerque casou-se com Dr. Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, eleito em 02 de dezembro de 1945, para uma vaga Senatorial, numa eleição emblemática, onde as duas vagas foram preenchidas por Sobral, avó da atual conselheira, Patrícia Saboya. Por fim, é interessante notar o caso do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, extinto em 2017. Eram conselheiros da corte, além de Ernesto Saboia, Artur Silva Filho (deputado estadual pelo PSDB, presidente de estatal cearense e secretário estadual), Francisco de Paula Rocha Aguiar (filho do deputado estadual Murilo Rocha Aguiar, que foi prefeito de Camocim e pai do deputado estadual Sérgio Aguiar (PSB) e sogro da prefeita eleita de Camocim, Mônica Aguiar), Hélio Parente de Vasconcelos Filho, José Marcelo Feitosa (filho do exdeputado estadual e ex-deputado federal Januário Feitosa) e Manoel Beserra Veras (foi deputado estadual por PSDB e PPS, além de secretário estadual) e Pedro Ângelo Sales Figueiredo⁵³.

Minas Gerais

Em 2002, o então presidente do órgão, José Ferraz, já falecido, foi apontado pelo Ministério Público do estado como um dos envolvidos em um incêndio criminoso que destruiu provas de investigações fiscais. Em 2008, três conselheiros, incluindo o presidente, foram indiciados por suspeita de envolvimento com uma organização criminosa acusada de ter desviado R\$ 200 milhões em verbas do Fundo de Participação dos Municípios. O esquema foi revelado na Operação Pasárgada, que teve como alvo também membros da corte do Rio. Em 2015, [o jornal Estado de Minas revelou](#) que os conselheiros receberam, em dezembro de 2014, salários que ultrapassavam R\$ 150 mil mensais.

Em 2008, o TCE-MG exonerou 11 apadrinhados dos conselheiros. Não foi informado o grau de parentesco entre os demitidos, mas notícias apontaram alguns vínculos. O conselheiro Flávio Régis Moura e Castro teve que dispensar o filho e o cunhado. Já o conselheiro Simão Pedro Toledo exonerou a filha, Aline Riera Toledo. Dois parentes do chefe de gabinete da

⁵³ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/nepotismo-indicacao-de-parentes-para-cargospublicos-prolifera-no-ceara-1.2093149>

presidência do Tribunal de Contas, Carlos Hermógenes Simões, também foram exonerados. No entanto, segundo informações de bastidores, seu cunhado ainda ocupa cargo de motorista no órgão⁵⁴.

Outra situação, de 2014, virou notícia no O Globo:

Órgão fiscalizador das contas do governo e da Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) tem sido protagonista frequente de escândalos no estado. Acumulados nos últimos 12 anos, três mil processos foram queimados num incêndio comprovadamente criminoso, três conselheiros foram apontados pela Polícia Federal como participantes de um esquema de desvio de verbas do Fundo de Participação dos Municípios, e a Corte foi também acusada de abrigar funcionários fantasmas⁵⁵.

Em Minas, dos sete atuais integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), cinco são oriundos da vida política: quatro eram deputados estaduais. Um deles, o deputado estadual por seis legislaturas (de 1987 e 2011), o médico Sebastião Helvécio foi nomeado conselheiro do TCE-MG em 2009, após longa negociação com o então governador Aécio Neves (PSDB). Preocupado com a possibilidade de o PSDB perder a eleição à Prefeitura de Juiz de Fora, Aécio firmou acordo com Helvécio, cuja influência política se concentrava na Zona da Mata: trocar o apoio na disputa eleitoral pela nomeação à Corte. A história, hoje propagada pelo próprio conselheiro a pessoas próximas, não é nenhuma novidade na vida do TCE mineiro. Recheada de benefícios, a carreira de conselheiro do TCE é desejada por muitos e tema de discussão ferrenha nos bastidores dos parlamentos. Só o salário bruto já atinge o teto: R\$ 30 mil, fora os auxílios. Além disso, a posição de julgar denúncias de desvios e irregularidades é uma atração ímpar⁵⁶. E a outra do meio político é a conselheira Adriene Barbosa de Faria Andrade, foi prefeita do município de Três Pontas (MG) pelo PP (2001-2004) e é esposa do ex-senador e ex-vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade (PMDB)⁶¹.

Em 2017, em sessão transmitida ao vivo pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), o conselheiro substituto Licurgo Mourão insinuou a existência de ilegalidades dentro da corte de Contas na concessão de diárias para cursos no exterior e também nepotismo cruzado. Ele também sugeriu que há casos em que as esposas acompanham os conselheiros em viagens ao exterior, com os gastos pagos pela corte, e de contratação de “namorada” por empresas

54 <https://www.otempo.com.br/politica/lista-no-tce-mg-pode-ser-maior-1.621065>

55 <https://oglobo.globo.com/brasil/tce-de-mg-alvo-frequente-de-denuncias-como-desvio-de-verbas-por-parte-dosconselheiros-13358707>

56 <https://www.otempo.com.br/politica/projeto-quer-barrar-indicacao-politica-em-tribunal-de-contas-1.1457078> ⁶¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u86432.shtml>

terceirizadas. Apesar de não ser citado nominalmente, o alvo das insinuações de Licurgo é o futuro presidente do TCE, conselheiro Cláudio Couto Terrão, que, em 2015, conforme reportagem exclusiva do Estado de Minas, recebeu R\$ 101 mil em diárias para fazer um curso de quase um ano no exterior, mesmo estando licenciado do cargo. Aprovada poucos dias antes de Terrão viajar para fora do Brasil, a resolução que autoriza a licença remunerada para conselheiros, titulares e substitutos estudarem no exterior estabelece o pagamento de diárias de US\$ 400 (cerca de R\$ 1,5 mil)⁶².

Paraíba

No TCE-PB, também podemos encontrar diversas conexões de parentesco dos conselheiros com o poder político local. São conselheiros:

Fernando Rodrigues Catão. Formado em engenharia civil. Foi secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (1991-1994/2003-2004) e secretário-executivo do Ministério do Planejamento (1996-1998); secretário de Planejamento e Gestão da prefeitura de Campina Grande (1999-2000) e secretário de Finanças de João Pessoa (2001- 2002). É tio do senador e exgovernador Cássio Cunha Lima (PSDB), quem o nomeou conselheiro, é cunhado de Ronaldo de Cunha Lima

(PSDB), que já foi deputado, governador e senador, tio-avô do deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB), concunhado do ex-senador Ivandro Cunha Lima, tio do prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues (PSDB) e sogro de Tovar Alves Correia Lima, deputado estadual e ex-vereador (PSDB).

Em maio de 2009, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Xequê-Mate, que apura supostos atos de corrupção passiva no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e a atuação irregular de uma Organização Não Governamental sediada em Campina Grande. Segundo a Polícia Federal, a investigação apura a possível "cooptação" do conselheiro Fernando Catão do Tribunal de Contas do Estado para "impedir a construção de um empreendimento comercial em Cabedelo (PB) em benefício de um empresário"⁵⁷.

57 <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/05/22/quarta-fase-da-xequê-mate-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-no-tce-pb.ghtml>

Arthur Paredes Cunha Lima. Formado em direito. Deputado estadual (PMDB, 1999-2003; PSDB, 2003-2007), secretário estadual de Administração do governo de Ronaldo Cunha Lima; chefe da Casa Civil do governo Cícero Lucena; secretário de Justiça e Cidadania; secretário de Administração da prefeitura de João Pessoa; secretário-chefe do Escritório de Representação do governo do estado em Campina Grande. É primo do senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB), do deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB), e do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima. Em seu estudo, José Monteiro aponta que:

O mapeamento acerca dos conselheiros do TCE-PB demonstra o peso e a estrutura de poder político e econômico montado por estas famílias no Estado. É possível identificar o quanto essas instituições são controladas por familiares pertencentes à elite política historicamente dominante no Estado. Sem querer aqui fazer uma investigação aprofundada do Tribunal de Contas do Estado e dos Cartórios, vê-se que da família Cunha Lima apresentam-se dois representantes no TCE-PB: Fernando Rodrigues Catão e Arthur Paredes Cunha Lima. Soma-se a isso, o fato de que essas famílias também controlam outras instituições de altos salários. Um dos principais e maiores cartórios do município de Campina Grande está sob o controle desta família (MONTEIRO, 2017).

Na Paraíba nota-se também o conselheiro **Antônio Nominando Diniz Filho**, ex-deputado estadual pelo PDS em (PDS, 1991-1995; PMDB, 1995- 1999/1999-2003,), filho de Antônio Nominando Diniz, ex-deputado estadual da Paraíba.

Relações familiares perpassam os poderes. Em janeiro de 2020, foi exonerada da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Estadual Georgiana Maria Pinheiro Cruz, esposa do presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Viana. A exoneração acontece pouco depois de recentes vazamentos da delação premiada da ex-secretária Livânia Farias. A delatora apontou a participação de Georgiana em um suposto esquema de negociação para facilitar aprovação de contas na Corte de Contas do Estado⁵⁸.

Santa Catarina

O Tribunal de Contas de Santa Catarina conta com cerca de 500 servidores, sete conselheiros e três conselheiros-substitutos. Dos sete conselheiros, seis são ex-políticos.

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior. Nasceu em 14 de maio de 1973 em Belo Horizonte (MG). Doutorando em Direito (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Mestre em Direito (UFSC), Bacharel em Direito (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS),

⁵⁸ Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/politica/governador-exonera-esposa-de-presidente-do-tce-pb-citada-emdelacao-na-operacao-calvario-276057.html>

Bacharel em Ciências Contábeis (Universidade Federal de Pernambuco), Especialista em Contabilidade e Auditoria (UFRGS). Tomou posse no TCE/SC no cargo de conselheiro em 13 de maio de 2010 nomeado na única vaga reservada constitucionalmente aos auditores substitutos de conselheiro, a partir de lista tríplice formada, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, por ocupantes deste cargo. Não vem de família com conexões em outros poderes.

Herneus De Nadal. Nasceu em 6 de março de 1955 em Palmitos (SC). Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Cruz Alta/RS). É primo de Mauro de Nadal, ex-prefeito de Cunha Porã (SC) e atual deputado estadual de Santa Catarina. É pai de João Eduardo de Nadal, diretor de Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Herneus em 1982 foi eleito prefeito de Caibi (SC). Deputado estadual pelo PMDB por cinco mandatos consecutivos (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). Em Chapecó (SC), foi diretor regional das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

Wilson Wan-Dall. Nasceu em Gaspar (SC). É pai de Roni Wan-Dall, secretário municipal de Administração de Blumenau. Wilson foi vereador de Blumenau (1982- 1986, PDS) e deputado estadual por quatro legislaturas (1987- 1991/1991-1995, PDS; 1995-1999, PPR; 1999-2000, PFL). Tomou posse no TCE/SC em 16 de fevereiro de 2000.

César Filomeno Fontes. Nasceu em 4 de abril de 1948 em Florianópolis/SC. A família tem mais de meio século de atuação na política de Santa Catarina. Seu pai, Paulo de Tarso da Luz Fontes, foi prefeito de Florianópolis entre 1951 e 54, deputado estadual por três legislaturas, e também conselheiro do TCE. Alexandre Filomeno Fontes (PP), seu irmão, já foi eleito vereador. Um de seus tios, Victor Fontes, também foi vereador. Saindo da política, o avô de César, Henrique da Silva Fontes, foi um dos fundadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pelo lado materno, o avô José Filomeno foi prefeito de São José. César foi nomeado pelo então governador do Estado em exercício, deputado Julio Garcia, para a vaga destinada a membro do Ministério Público junto ao TCE/SC. Foi o primeiro procurador a assumir o cargo de conselheiro depois da promulgação da Constituição de 1988. Em 2017, o Conselheiro foi processado porque três parentes (um filho, uma nora e sua companheira) foram nomeados para o exercício de cargos em comissão na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. As nomeações ocorreram logo após a atribuição da relatoria de processo de auditoria, em que se apuram irregularidades no uso de diárias por deputados estaduais, ao mencionado Conselheiro do TCE/ SC ⁵⁹.

José Nei Alberton Ascari. Nasceu em Grão-Pará (SC). Filho de Moisés Ascari, vereador do município de Grão-Pará na 4ª legislatura, de 1970 a 1972 e prefeito de Grão-Pará na 6ª legislatura, de 1983 a 1988. José também foi prefeito de Grão-Pará, de 1993 a 1996 e de 2001 a

59 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/95041182/processo-n-23131-do-stf>

2004. Foi secretário de Estado da Administração do Estado de Santa Catarina no governo [Luiz Henrique da Silveira](#), de 18 de dezembro de 2008 até março de 2010. Em 2010 foi eleito [deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 17ª legislatura](#). Nas eleições de 2014, em 5 de outubro, foi reeleito deputado estadual para a [18ª legislatura \(2015 — 2019\)](#), sendo o segundo mais votado. Bacharel em Direito (Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul). Tomou posse no TCE/SC em 8 de novembro de 2017.

[Luiz Roberto Herbst](#). Nasceu em Mafra/SC. Bacharel em Engenharia Civil (Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB). É irmão de Jango Herbst, ex-prefeito de Mafra que teve seu mandato cassado por determinação da Câmara Municipal. Luiz foi vereador de Mafra /SC (1989-1992) e deputado estadual por duas legislaturas (1994-1997 e 1998-2001 – renunciou em 2000). Tomou posse no TCE-SC em março de 2000. É irmão de Jango Herbst, ex-prefeito de Mafra que teve seu mandato cassado por determinação da Câmara Municipal.

[Luiz Eduardo Cherem](#). Nasceu em Brusque (SC). Filho do dentista Jamil Cherem e Ely Therezinha Cherem e irmão de Jorge Cherem e Janara Cherem. Casado com a professora da UNIVALI Giselda da Silveira Cherem e pai de João Gabriel e Lorenza. Bacharel em Odontologia (Universidade Federal de Santa Catarina); Pós-graduado em Cirurgia e Traumatologia Bucodental (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Foi vereador de Balneário Camboriú (1989-1992), vice-prefeito (1993-1995); prefeito interino (1996); secretário municipal de Governo, secretário municipal de Obras e secretário municipal de Saúde (1997-2002) também em Balneário. Depois foi deputado estadual por três legislaturas (2003 – 2006, 2007-2010, 2011-2014) e secretário de Estado da Saúde (2004-2006, 2007-2008, 2009). Tomou posse no TCE/SC em 16 de julho de 2014. Família sem outras conexões no poder político⁶⁰.

Pernambuco

Notícia da Folha de São Paulo de 2018 aponta que “TC de PE emprega parentes de desembargadores”. Sem necessidade de concurso público e com salário bruto médio de R\$ 13,7 mil, a relação de nomeados engloba ainda uma cunhada do governador de Pernambuco, [Paulo Câmara \(PSB\)](#), e a neta do presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchôa (PSC). Na lista de parentes constam de pelo menos seis [desembargadores](#). No gabinete do conselheiro do TCE Dirceu Rodolfo, está lotada, desde dezembro de 2014, Natália Azevedo Paes Barreto Moraes. Ela é filha do desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto. No gabinete da Presidência do TCE, Zalmara Rodrigues de Oliveira, cunhada do mesmo desembargador, também ganhou um cargo comissionado. Casada com o irmão do magistrado, foi nomeada em 2011. Paes Barreto tomou

⁶⁰ Disponível em <http://www.tce.sc.gov.br/content/luiz-eduardo-cherem-0>

posse como desembargador em 2005. Desde janeiro, o advogado André Gomes Ferreira de Lima, filho do desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, recebe R\$ 12.571 de salário bruto por desempenhar função comissionada no TCE. Eduardo Porto Carreiro Neves, que é filho do desembargador Frederico Neves, ganhou emprego na Ouvidoria do TCE há cinco anos. A mulher e a nora do desembargador Leopoldo Raposo, ex-presidente do TJ, também foram contratadas sob o mesmo regime. Maria Ismênia Leite Padilha, casada com o magistrado, foi nomeada em 2016. A exemplo de Zalmara Rodrigues, ela exerce o cargo no gabinete da presidência do TCE. Em novembro de 2010, após denúncia de nepotismo cruzado, Ismênia havia sido exonerada do cargo comissionado que tinha na presidência do TJ pernambucano por determinação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Danielle da Costa Bezerra Raposo, nora de Raposo, está empregada no TCE desde abril de 2016. Oriundo do Ministério Público de Pernambuco, Waldemir Tavares de Albuquerque Filho tomou posse como desembargador em abril de 2015. Um mês depois, a esposa do magistrado, Marcella Barros de Oliveira Lima Albuquerque, obteve um cargo comissionado no Tribunal de Contas. Ela trabalha no gabinete do conselheiro-substituto Adriano Cisneiros. No loteamento de cargos no TCE, há também parente de magistrado que já se aposentou. É o caso de Júlio Queiroz Mesquita. Nomeado em 2012, ele é enteado do desembargador aposentado Sílvio Beltrão. Outra representante do nepotismo é Cecília Figueiredo Wanderley Câmara, cunhada do governador Paulo Câmara, eleito em 2014. Em dezembro do mesmo ano, ela foi nomeada para trabalhar no gabinete do conselheiro João Campos, irmão da sogra de Câmara. E Evalúcia Góes Uchôa, neta do presidente da Assembleia, Guilherme Uchôa, no comando da Casa pela sexta vez consecutiva, foi nomeada em 2013. Aos 26 anos, ela recebeu em maio o valor bruto de R\$ 19.783. Evalúcia está lotada no gabinete do conselheiro Ranilson Ramos, ex-deputado estadual⁶¹.

São conselheiros do TCE-PE:

Marcos Coelho Loreto. Nasceu em 12/11/1966 em Recife, Pernambuco. Bacharel em Direito (Universidade Federal de Pernambuco). Primo de Renata Campos, mulher do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2014, que o nomeou para o cargo de conselheiro em 2007. **Dirceu Rodolfo de Melo Júnior.** Nasceu em 20/07/1969 em Jaboatão dos Guararapes (PE). Bacharel em Direito, 1992 (Universidade Federal de Pernambuco) e Especialista em Administração Pública, 2002 (Fundação Getúlio Vargas). Foi Escriturário do Banco Banorte S/A. Foi procurador-geral do MPC por duas vezes, no período de 2000 a 2005 e no biênio 2010-2011. Nomeado para o cargo de Conselheiro por Eduardo Campo em 2011. **Carlos Porto de Barros.** Nasceu em 12/09/1950 em Canhotinho (PE). Bacharel em Direito, 1974 (Universidade Federal de Pernambuco). Foi Diretor do

61 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/tribunal-de-contas-de-pernambuco-emprega-parentes-dedesembargadores.shtml>

Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Governo do Estado de Pernambuco (1975), Consultor Jurídico do Estado de Pernambuco (1986) e Deputado Estadual (1979-1982; 1983-1986; 1987-1990 PFL). Foi nomeado para o cargo de Conselheiro em 1990 pelo Governador Carlos Wilson Rocha de Queirós Campos. Em 2009, o TCE-PE cancelou arbitrariamente um concurso público no qual o filho do conselheiro, Carlos Portos de Barros Filhos, foi reprovado⁶².

Maria Teresa Caminha Duere. Nasceu em 12/07/1948 em Recife (PE). Bacharel em Administração de Empresas, 1980 (Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro), Especialização em Ciências Sociais e Educação Social, no Centro de Estudos e Realidade Nacional, 1972 (Universidade Católica do Chile). Secretária-adjunta da de Agricultura do Estado em 1993 na gestão de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PFL); secretária estadual de Habitação de Pernambuco (1983-1985), na gestão de Roberto Magalhães Melo (1983-1986, PDS); deputada estadual (PFL, 1995-1999/1999- 2003). Nomeada para o cargo de Conselheira em 2002 'pelo Governador Jarbas de Andrade Vasconcelos.

Carlos da Costa Pinto Neves Filho. Nasceu em 11/11/1974. Bacharel em Direito (Faculdade de Direito do Recife). Trabalhou como Sócio Advogado na empresa Neves, Coutinho e Advogados Associados. Nomeado para o cargo de conselheiro em 2019, pelo Governador Paulo Câmara. Carlos

Neves assumiu a vaga antes ocupada pelo conselheiro João Henrique Carneiro Campos falecido em 2019 e primo de Eduardo Campos (PSB). Não foram encontradas conexões ainda.

Valdecir Fernandes Pascoal. Nasceu em 01/01/1969 em Luís Gomes (RN). Ele é filho de Valdecir Pascoal e da educadora Dona Cidinha Fernandes. Bacharel em Administração de Empresa, 1987 (Instituto Paraibano de Educação) e Direito, 1994 (Universidade Federal de Pernambuco), especialização em Direito Administrativo e Constitucional, 1999 (Universidade Federal de Pernambuco). Nomeado Auditor em 1993, para o cargo de Conselheiro em 23/02/2005 pelo Governador Jarbas de Andrade Vasconcelos). **Ranilson Brandão Ramos.** Nasceu em 21/07/1957 em Orocó (PE). Membro de umas famílias colonizadoras do sertão pernambucano. Formado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Vereador em Petrolina (PDS, 1983- 1987); deputado estadual por três legislaturas (PPS, 1987-1991; PSB, 1995-1999/1999-2003); presidente da Agência Reguladora de Pernambuco (20072010); secretário estadual de Relações Institucionais (2010) e de Agricultura e Reforma Agrária (20102013). É primo de

62 Notícia disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2009/04/24/leitor-questiona-suspensao-de-concurso-dasad-pe/>

Fernando Bezerra (PSB), ex-ministro da Integração Nacional e ex-prefeito de Petrolina (PE). É pai de Lucas Ramos, deputado estadual pelo PSB-PE⁶³.

Piauí

No TCE-PI, destaca-se algumas relações familiares na escolha de alguns conselheiros. Por exemplo o Conselheiro Luciano Nunes Santos, filho de Luiz Clementino de Souza Santos e Judith Nunes Santos. É pai de Luciano Nunes Santos Filho, deputado estadual pelo PSDB, e genro de Alcides Martins Nunes, ex-deputado estadual pelo PSD em 1947, 1950 e 1954. Outro exemplo é a Conselheira Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins, esposa de Wilson Martins (PSB), ex-governador do Piauí e quem lhe indicou ao cargo de conselheira. Wilson Martins também foi presidente da Fundação Municipal de Saúde, deputado estadual e depois vice governador. É cunhada de Rubem Nunes Martins, que foi prefeito de Wall Ferraz. Outro conselheiro é Kléber Dantas Eulálio, filho de Severo Maria Eulálio, que foi deputado federal, deputado estadual e prefeito de Picos, sobrinho de Oscar Eulálio, que foi deputado estadual por três mandatos pelo MDB e também prefeito de Picos, e irmão de Severo Maria Eulálio Filho, vereador de Picos. Outro conselheiro com conexões familiares é o conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, filho de Antônio de Barros Araújo, ex-prefeito de Picos, ex-deputado estadual, ex-secretário estadual da Justiça e ex-conselheiro do TCE-PI. É sobrinho de Abel de Barros Araújo (PFL), ex-prefeito de Picos e ex-deputado estadual. Em 2012, a Justiça Federal determinou nesta terça-feira (10/7) o afastamento da primeira-dama do Piauí, Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins, do cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado. Lillian Martins é deputada estadual pelo PSB e foi secretária da Saúde do estado no governo de seu marido, o governador Wilson Martins (PSB)⁶⁴.

Rio de Janeiro

Em 2017, a Operação Quinto do Ouro prende cinco integrantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ). Ela nasceu das delações de ex-executivos das empreiteiras Odebrecht e da Andrade Gutierrez. Eles relataram ao Ministério Público Federal (MPF), pedidos de propina do conselheiro Jonas Lopes, quando era presidente do TCE-RJ. Após as citações, Lopes fechou acordo de delação premiada. Uma das citações a Lopes foi na delação do ex-diretor da Odebrecht Leandro Azevedo. Ele afirmou ao MPF que, em 2013, Cabral disse que o edital sobre o Maracanã tinha sido

63 Análise disponível em: <https://blogdoeveraldo.com/everaldo-filho-gato-gatinho-e-heranca-de-pai-para-filho-na-politicapode-garantir-familias-no-poder-por-geracoes/>

64 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jul-10/justica-afasta-primeira-dama-piaui-cargo-conselheira-tce>

enviado ao TCE-RJ, e que a empreiteira deveria falar com Jonas Lopes. O ex-diretor da Odebrecht disse que acertou, então, o pagamento ao ex-presidente do TCE-RJ de R\$ 4 milhões, em quatro parcelas de R\$ 1 milhão. Em troca, o edital seria aprovado. Na época das denúncias, em dezembro de 2016, Lopes repudiou as afirmações do exdiretor da Odebrecht. No mesmo mês, ele foi levado para depor na PF na Operação Descontrole, que investiga crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em seguida, Lopes se afastou da presidência do TCE-RJ e negociou um acordo de delação premiada. O filho dele, Jonas Lopes de Carvalho Neto, também se tornou colaborador das investigações. Ao MPF, Jonas Lopes denunciou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorge Picciani, e cinco dos outros seis conselheiros do TCE⁶⁵. A Procuradoria Geral da República aponta duas suspeitas principais sobre os alvos da operação. A primeira é a de que integrantes do TCE-RJ tenham recebido pagamentos indevidos em troca da análise de contas e contratos. Todos são suspeitos de receber propina para fazerem "vista grossa" em contratos entre empreiteiras e o governo. A outra é a de que os conselheiros tenham recebido propina em troca da viabilização do uso do fundo especial do TCE-RJ para pagamentos a empresas que forneciam alimentação a presos do estado do Rio.

A Presidente interina do TCE-RJ, após seus colegas serem afastados por casos de corrupção, **Marianna Montebello Willeman**, é filha do presidente do TCM-RJ, Thiers Vianna Montebello. Seu tio, Cid Vianna Benjamin, era assessor no gabinete do conselheiro Domingos Brazão. Quando houve o escândalo foi exonerado⁶⁶. Marianna é casada com Flávio Willeman, nomeado juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Também tem conexões familiares explícitas os conselheiros **Domingos Inácio Brazão**, irmão de Chiquinho Brazão, vereador do Rio de Janeiro pelo PMDB, e **Marco Antonio Barbosa De Alencar Formado**, filho do ex-governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB, 1995-1999), que foi quem o nomeou para o cargo de conselheiro.

Outras famílias dominantes cariocas também mantinham influência no TCE. Parentes dos expresidentes da Alerj, Jorge Picciani e Paulo Melo, ambos do MDB, tinham parentes na estrutura da instituição. Nelson Oliveira Picciani, irmão do ex-deputado, era lotado na Presidência, mas trabalha no Almoxarifado com salário de R\$ 7.325,74. Lizandra da Silva Oliveira, cunhada de Picciani, ficava no gabinete do conselheiro afastado Aloysio Neves Guedes, por R\$ 8.723,18 mensais. Iury Motta Mello de Sá, filho de Paulo Melo, estava na Coordenadoria de Organização e Procedimentos, com R\$ 7.325,74 por mês. Outros também empregaram parentes no tribunal que

65 G1. (2017, 29 de março). *Operação Quinto do Ouro nasceu de delações*. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/operacao-quinto-do-ouro-nasceu-de-delacao-de-ex-diretor-da-odebrecht.ghtml>

66 Disponível em: <https://blogdoberta.com/2017/05/15/tio-de-presidente-interina-do-tce-era-de-gabinete-de-conselheiropreso/>

fiscaliza as contas dos municípios e do estado. Márcia Cristina Barcellos Loyola, chefe de gabinete da Presidência, por exemplo, é casada com o subsecretário de Administração e Finanças do TCE-RJ, Bernardo Loyola, que é concursado. Ela tem salário de R\$ 24.731,08. Lucia Bonfatti Gomes, prima do conselheiro afastado José Gomes Graciosa, está lotada na Coordenadoria de Engenharia e Projetos de Obras e Instalações com salário de R\$ 12.914,95⁶⁷. Outras questões chamavam atenção pela aparente ilegalidade, como foi relatado em matéria de julho de 2017 apontando que o TCE-RJ tinha 27 funcionários identificados como “motoristas” ganhando mais de R\$20 mil brutos por mês⁶⁸.

Em junho de 2019, o STJ recebeu denúncia do MPF, resultado da operação Quinto do Ouro, contra cinco conselheiros do Tribunal de Contas do RJ. José Gomes Graciosa, Marco Antônio Barbosa de Alencar, José Maurício de Lima Nolasco, Aloysio Neves Guedes e Domingos Inácio Brazão passam a ser réus em ação penal por corrupção passiva, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A Corte Especial também manteve o afastamento dos conselheiros do exercício dos cargos até o julgamento final da ação penal⁶⁹.

Ainda em 2019, cinco conselheiros afastados não trabalhavam há dois anos e meio, mas continuaram recebendo salário. Já eram quase 900 dias sem trabalhar e, ao todo, eles receberam remuneração líquida que chega a R\$ 4,48 milhões. Dos cinco conselheiros afastados, três já receberam mais de R\$ 1 milhão sem trabalhar. Quem mais “lucrou” nesse período de inatividade foi o conselheiro afastado José Maurício Nolasco, que teve renda líquida de R\$ 1,015 milhão. Em seguida, vem José Gomes Graciosa, com R\$ 1,010 milhão. Marco Antônio de Alencar recebeu R\$ 1,008 milhão; Aloysio Guedes, R\$ 789 mil e Domingos Brazão, R\$ 658 mil. Os cinco foram presos temporariamente na Operação Quinto do Ouro, em 29 de março de 2017. Em 7 de abril, eles foram soltos, mas seguem afastados de suas funções desde então⁷⁶.

2.4 TRIBUNAIS DE CONTAS COMO INSTITUIÇÕES FAMILIARES

Foi possível identificar, utilizando-se da genealogia, a estrutura de poder político e econômica constituída por famílias que dominam e controlam os principais postos de representação de diversos Tribunais de Contas no Brasil. Percebe-se a força das famílias políticas, constituindo as classes dominantes dos estados, algumas desde o período colonial, mas pelo menos desde 1930.

67 Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2019/04/5637360-familiares-de-jorge-picciani-e-paulomelo-estao-nomeados-no-tce-rj.html>

68 Disponível em: <https://blogdoberta.com/2017/05/10/tce-rj-tem-27-motoristas-ganhando-acima-de-r-20-mil-por-mes/>

69 Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/304407/stj-recebe-denuncia-contra-conselheiros-do-tce-rj>⁷⁶
Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/10/dois-anos-apos-prisoas-conselheirosafastados-do-tce-rj-continuam-recebendo-salarios.ghhtml>

Muitos conselheiros vêm de famílias com figuras influentes na política local há diversas gerações, que se revezam nas mais variadas instâncias de poder dos Estados, atravessando judiciário, legislativo e executivo, bem como pelo Ministério Público e Tribunal de Contas. Como exemplo, a família do ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, que tem forte presença em tribunais superiores por gerações, seu irmão é ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sua mulher é ministra do STJ e seu sogro já foi ministro do STF e do próprio TCU. Ou do clã político cearense Paula Pessoa, ao qual pertence o conselheiro Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, do TCE-CE, com oito gerações de políticos influentes. O conselheiro, além de ter de pai, irmão e sobrinho na política, tem como antepassado um senador do Império. Na camada superior dos tribunais de contas há atores com maior poder no que se refere a direito de decisão e distribuição de recursos dentro da organização, como os conselheiros, passando por secretários gerais, diretores e, finalmente, auditores - que seriam os atores com menor poder. Quanto maior o poder relativo de um grupo de atores em postos de comando, maior a possibilidade de que a lógica que eles suportam seja a lógica dominante em uma organização. Dessa maneira, atores com maior poder com acesso a recursos relacionais e materiais desenham deliberada e estrategicamente elementos da estrutura organizacional em benefício próprio. No caso, a lógica que interessa aos agentes de redes complexas de nepotismo no poder seria aquela de manter e maximalizar ganhos políticos. Apesar de existir conselheiros técnico-profissionais, com maior compromisso em proteger o interesse público de forma impessoal, vemos a importância das famílias políticas na conformação dos Tribunais de Contas.

O retrato dos conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais mostrou que o teor político das indicações faz com que o cargo seja muito importante na arena política estadual, servindo como recompensa ou válvula de escape, para vários políticos, correligionários e parentes dos mandatários. Os vários benefícios em ser membro da Corte de Contas – vitaliciedade do cargo, altos salários e gratificações, além de ter poder comparado ao de um desembargador – confirmam a razão de uma vaga ser tão concorrida.

Também vimos como os Tribunais de Contas estão repletos de casos de corrupção, como no caso ocorrido em Goiás no ano de 2012 onde seis dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás praticavam nepotismo, com vários parentes próximos contratados como funcionários comissionados do órgão, incluindo a esposa do presidente e a irmã do vice. Um dos membros da Corte empregava cinco parentes ilegalmente, praticando nepotismo e nepotismo cruzado. Aparentemente, nenhum conselheiro foi punido. Ou o caso no fim de 2003, quando a Polícia Federal (PF) descobriu um esquema de corrupção no estado de Roraima, envolvendo o Governo estadual, o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa. O chamado Escândalo dos

Gafanhotos consistia no pagamento de funcionários fantasmas e consequente desvio de dinheiro dos cofres públicos, com o repasse dos salários dos “gafanhotos” para diversas autoridades roraimenses. Uma série de funcionários e conselheiros do TCE-RR, participaram do conluio, que custou mais de 70 milhões de reais e tinha cerca de 5000 laranjas e servidores fantasmas. Três conselheiros indiciados no escândalo continuam nos cargos. Em 2016, o funcionário-fantasma foi exonerado e provavelmente precisará devolver o dinheiro aos cofres públicos. Mais violações foram identificadas no Mato Grosso do Sul, onde a exmulher do presidente do órgão foi indicada duas vezes no mesmo ano para postos dentro do tribunal, e no Rio de Janeiro, onde dois conselheiros foram acusados de corrupção passiva por aceitarem dinheiro de envolvidos nos julgamentos do TCE-RJ.

A compreensão das famílias políticas nos Tribunais de Contas nos leva a complementar a análise da cartografia do poder político contemporâneo no Brasil sob o prisma da investigação das estruturas de parentesco e poder político. **Ao invés de uma instituição técnica, encontramos uma forte politização dos TCs, seja pela indicação política e recrutamento de conselheiros e assessores numa base predominantemente pertencente a famílias com políticos de destaque que se espalham por todos os poderes. Assim, em maior ou menor grau, em todos os Tribunais de Contas podem ser encontradas relações de parentesco dos conselheiros com políticos e figuras influentes na política local em grande escala.** Os Tribunais de Contas no Brasil são peças chave para as redes de nepotismo montadas por algumas famílias que ocupam simultaneamente várias instituições políticas para aumentar seu poder nos Estados. Fazendo uma análise comparativa entre os tribunais de contas elencados, podemos observar o evidente controle pelo poder político-familiar. Observa-se a identificação empírica de conselheiros com nomes e sobrenomes familiares recorrentes, marcados por vínculos familiares e genealógicos nas instâncias municipais e estaduais do legislativo e do executivo, assim como do judiciário, cartórios, Ministério Público, empresariado, podendo em diversas ocasiões até a montar grandes esquemas de corrupção pelo abuso de suas prerrogativas legais. Destaca-se a importância do cargo de conselheiro para atender os interesses de famílias políticas que visam manter continuamente seus membros na ocupação dos espaços de poder mais privilegiados.

3 - FAMÍLIAS DOMINANTES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO

Proponho uma análise do Tribunal de Contas do Paraná, com foco em seus aspectos genealógicos, históricos e políticos. Trata-se de uma instituição com pouca exposição social, sem muito destaque na opinião pública local. Apesar de ser popularmente conhecido como local de coagulação de disputas e deliberações acerca de aspectos relevantes da vida política estadual e municipal, muito pouco se sabe sobre o poder que o Tribunal de Contas exerce sobre os outros poderes e sobre a sociedade, quem são seus conselheiros, auditores, funcionários, como são escolhidos, como se comportam e outras questões pertinentes para compreender o poder, a estrutura e o funcionamento desta instituição.

3.1 FAMÍLIAS POLÍTICAS NO PARANÁ

No Brasil – e no Paraná não seria diferente - a classe dominante histórica foi composta preponderantemente por grupos familiares que transmitiram a sua posição em complexos mecanismos de reprodução, por vezes extremamente longos no passado. Constatamos a presença de significativos capitais familiares como um importante fator existente em sua reprodução social e política. No livro

“O silêncio dos vencedores”, Ricardo Costa de Oliveira destrincha a formação da classe dominante paranaense:

A criação da província do Paraná em 1853, está relacionada com a ascensão da economia regional da erva-mate e do tropeirismo. A sociedade litorânea e campeira da Comarca de Curitiba, com os seus grandes proprietários, participou do projeto de poder que produziu a nova província. Quando listamos extensivamente e de maneira bastante integral os atores econômicos e políticos “paranaenses”, constatamos a sua organização em complexas estruturas de parentesco. Essas inúmeras famílias possuíam origens no período colonial (OLIVEIRA, 2001, p.4)

Em seu artigo “A força política das famílias tradicionais no Paraná (1853-1889)”, Alessandro Cavassin Alves aponta como a partir de sua emancipação em 1853 até o fim do Império brasileiro, a classe política paranaense era formada por membros e/ou herdeiros de uma classe senhorial colonial, isto é, de famílias que receberam sesmarias nesta região desde os séculos XVII ao XIX (ALVES, 2015). Em 1854, na primeira eleição para senador, deputado geral e

deputados provinciais da nova província, num total de vinte e oito indivíduos eleitos, apenas um não teria uma ligação de parentesco direta com os seus pares neste momento específico, por ser recém chegado do Rio de Janeiro com cargo público nomeado pelo Imperador. Assim, provinham todos das tradicionais famílias “paranaenses”, herdeiras de sesmarias recebidas nesta região desde o século XVII, mas que além da posse de terras elas tinham grande capital econômico. Eram tropeiros, fazendeiros, ervateiros, comerciantes e, ao longo do tempo, com formação educacional – formados em direito, medicina, engenharia, humanidades, com formação eclesiástica, e com fortes laços de matrimônio entre eles. E sempre estas famílias tinham importantes cargos públicos no Estado. E eram liderados por alguns dos mais proeminentes políticos do Paraná e do Império (ALVES, 2015). Eram eles: Manoel Francisco Correia, funcionário imperial, formado em direito, deputado provincial e geral, presidente de província e depois senador pelo Paraná; Manoel Eufrásio Correia, funcionário imperial, formado em direito, deputado provincial, geral e presidente de província; Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nácar, negociante e empresário em Paranaguá, deputado provincial e geral, vice-presidente de província, casado com Maria Clara Correia, irmã de Manoel Eufrásio Correia – que em segundas núpcias casa com a sua sobrinha, filha do Visconde de Nácar; Agostinho Ermelino de Leão, baiano, formado em direito, desembargador, vice-presidente da província, casado com Maria Bárbara Correia, irmã do senador Correia; e Ildefonso Pereira Correia, barão de Serro Azul, empresário, ervateiro, vereador, deputado provincial. Era a grande família Correia Guimarães Leão, ligada ao partido conservador (ALVES, 2015). Outra família tradicional era a do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, filho do Barão de Tibagi, formado em Direito, vereador, deputado provincial e geral, ministro da agricultura, presidente de província, casado com Domitila Alves de Araújo, irmã do comendador Antonio Alves de Araujo, empresário, deputado provincial, vicepresidente de província, e seu irmão comendador Manoel Alves de Araujo, formado em Direito, deputado provincial e geral, ministro da agricultura, oriundos de Antonina, litoral do Paraná, e casados com mulheres das famílias tropeiras, como a família do barão dos Campos Gerais, David dos Santos Pacheco, da Lapa; Generoso Marques dos Santos, curitibano, formado em Direito, deputado provincial e geral; José Lourenço de Sá Ribas, curitibano, da grande família Sá Ribas, formado em Direito, deputado provincial. Estes últimos formavam outra grande estrutura familiar, ligada ao partido liberal. Estes homens e suas grandes famílias dominaram a política paranaense, bem como os interesses e as políticas deste estado, durante o período de 1853 a 1889 e com ampla representatividade no governo imperial, junto ao imperador D. Pedro II (ALVES, 2015, p.54).

A ocupação da rede política e familiar de cargos públicos no Paraná é demarcada desde o início do século XVIII. Até o penúltimo quartel do século XIX, o grupo ligado ao latifúndio dos Campos Gerais controlava a maior parte do poder econômico e do poder de governo no Paraná. As classes dominantes no Paraná foram formadas pelas famílias tradicionais da Lapa, Castro, Paranaguá e Antonina que passaram a viver em Curitiba, dedicando-se à indústria ervateira e ao aparelho de Estado. Dessa região saíram diversas autoridades políticas que ocupavam espaços na administração pública (PEREIRA, 2020). Membros das famílias fundadoras passam a se entrelaçar formando uma complexa floresta genealógica. Por exemplo, todas as famílias com origens históricas no latifúndio escravista da Lapa – Teixeira, Ferreira, Amaral, Pacheco, Lacerda, Correa, Braga, Rezende, Cunha, Suplicy, Pereira, Coelho, Westphalen, entre outras - eram aparentadas entre si. A classe dominante formada na Lapa tinha tropeiros, fazendeiros, ervateiros, comerciantes que passaram a investir na formação educacional, especial em direito, medicina, engenharia, humanidades e na área eclesiástica, impulsionando fortes laços de matrimônio entre eles, ocupando importantes cargos públicos no Estado, além de significativa retenção do poder político, jurídico e econômico.

É verdade que esse cenário começou a mudar a partir do último quartel do mesmo século, caracterizado por um processo de desagregação dos negócios agrários, bem como pelo crescimento substancial da industrialização da produção do mate. No plano econômico, houve retrocesso da força da oligarquia agrária e avanço da potência da oligarquia do litoral do Paraná (CAMPOS, 2013). Como nota Ribeiro, em junho de 1889, com a queda do gabinete conservador de João Alfredo e a ascensão do gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto assume, no Paraná, o principal líder liberal, Jesuíno Marcondes de Oliveira. Marcondes, em conjunto com o Barão dos Campos Gerais e Manuel Alves de Araújo (genro do Barão) formavam “a mais poderosa oligarquia local durante todo o período da província do Paraná” (RIBEIRO, 1982, p. 71). Por outro lado, “o Partido Conservador era chefiado por Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) e por Manuel Francisco Correia, (senador do Império), ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate” (RIBEIRO, 1982, p. 71). Mesmo assim, no século XX, grupos políticos oriundos da Lapa continuam com presença marcante no cenário paranaense.

A família Lupion, de origem espanhola, primeiramente abriu um comércio na Lapa. João Lupyon y Troya, morou na cidade da Lapa, mas na ocasião do cerco àquela localidade teve o seu comércio destruído, mudando-se depois para Jaguariaíva. Ali trabalhou na construção de uma parte da ferrovia São Paulo-Santa Catarina. Após o término da construção da estrada, retornou à condição de comerciante com a instalação de uma padaria. A família mudou-se para Piraí do Sul e

parte dos seus filhos, dentre eles Moysés Lupion, casaram-se com membros de tradicionais famílias da região dos Campos Gerais. Moysés casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, político em Tibagi.

Nos anos 1940, o Grupo Lupion com centro no ramo madeireiro começa a construir seu império. “Império” que se estendia por três estados – Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1945, um relatório solicitado pelo Banco do Brasil precisou de 76 páginas para citar e descrever todos os bens e negócios da M. Lupion e Cia. Parte desse conteúdo consta no livro *Lupion, a Verdade*, escrito pelo advogado Raul Vaz, amigo pessoal do ex-governador e indicado como conselheiro do TCE em 1947. A lista do patrimônio de Moysés composta por Vaz mostra vários terrenos em Ponta Grossa, Castro e Paranaguá; 18 serrarias; entrepostos madeireiros; 12 fazendas; fábricas de compensados, caixas de papelão, fósforos e escovas de dentes; uma indústria de ferro; uma metalurgia; uma companhia de exploração de petróleo (que descobriu inclusive jazidas de urânio); sete embarcações no Rio Paraná e outras duas no Oceano Atlântico (que faziam a rota Paranaguá-Rio de Janeiro); uma frota de 1,2 mil automóveis e caminhões; 11 vagões próprios de trem; 12 aeronaves; uma destilaria; agências de automóveis; quatro bancos; o jornal *O Dia*; 49% das ações do jornal *Gazeta do Povo*; sete emissoras de rádio; uma rede de farmácias; e postos de combustíveis espalhados por todo o estado. Lupion era amigo do interventor [Manuel Ribas](#) e passou a ser reconhecido e a receber grande prestígio pessoal perante a sociedade paranaense. Segundo Oliveira (2004, pg.91 e 92), numa entrevista concedida por David Wille Lupion (irmão de Moysés), este declarou que eram frequentes os encontros entre o Interventor, Ribas e Moysés e que tal situação ocorria desde 1942, em virtude de negócios em comum, uma vez que o Grupo Lupion possuía uma serraria em terras de propriedade de Manoel Ribas. Moisés filiou-se em 1946 ao [PSD](#), sendo eleito [governador](#) do Paraná em [1947](#). As disputas internas dentro do PSD – Partido Social Democrático, com que mais se identificava, dificultaram a sua candidatura que só se tornou viável após interferência do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Logo após o próprio PSD resolveu apoiá-lo, formando então uma forte aliança em torno do seu nome que agregava além do PSD e PTB, a UDN – União Democrática Nacional e o PRP – Partido de Representação Popular. Naquela eleição o adversário de Lupion foi o professor Bento Munhoz da Rocha Netto⁷⁰ que concorreu pelo Partido Republicano, apoiado por pequenos partidos. Moysés Lupion foi eleito com 91.059 votos contra 45.941 de Munhoz da Rocha (MAURÍCIO, 2011, p.19). Em seu primeiro matrimônio, casou-se com Hermínia Rolim, neta do político [Telêmaco Borba](#) que

70 Bento era filho de Caetano Munhoz da Rocha e sobrinho de Afonso Alves de Camargo, ambos foram Presidentes do Paraná durante a República Velha. Bento descende diretamente de Matheus Lemes e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba no século XVII (OLIVEIRA, 2001, p.10)

era filha de Maria Joana Borba e Pedro Rolim de Moura. Lupion e Hermínia tiveram três filhos, Leovegilda, Joana D'Arc e Ubirajara. Hermínia faleceu em 4 abril de 1969. Em seu segundo matrimônio, casou-se no dia 7 de setembro de 1972, na Igreja N. S. Do Perpétuo Socorro, com Wilma Ramon de Almeida Doepfer. Moisés e Wilma eram primos em 2º grau - Florisbella Doepfer (avó de Moisés) e Jorge Doepfer (avô de Wilma), nascidos na Lapa, PR⁷¹.

Abelardo Lupion, trineto de Telêmaco Borba, ex-deputado federal pelo Paraná por seis mandatos consecutivos. Um dos principais articuladores políticos do governo Bolsonaro em Brasília. No fim dos anos 1980, foi um dos fundadores e o primeiro presidente da União Democrática Ruralista (UDR) do Paraná. Nas eleições de 1990, concorreu a deputado federal pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de Fernando Collor. Em 1995, fundou na Câmara a bancada ruralista, que já naquela época controlava 25% dos votos. Em 2012, foi um dos 29 deputados que votaram contra a PEC 438/01, que previa a expropriação de propriedades onde fosse identificada a ocorrência de trabalho escravo. Durante parte do governo Beto Richa, no plano estadual, foi presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) na gestão de Beto Richa e secretário de Infraestrutura e Logística de Cida Borghetti. Seu irmão José Lupion Neto foi presidente da COHAB no governo Greca e casado com a defensora pública Josiane Fruet Bettini Lupion. Um dos bisnetos de Moisés é Pedro Lupion (DEM), ex-líder do governo Cida Borguetti na ALEP e agora como deputado federal de primeiro mandato, conseguiu ser indicado pelo presidente como um dos vice-líderes do governo no Congresso. Sem dúvida a família Lupion permanece como um dos clãs mais poderosos do Paraná⁷².

O “Neyismo” foi sua última expressão do “Clã da Lapa” no século XX, mostrando sua resistência e transformação histórica. Ney Amintas de Barros Braga nasceu em Lapa no dia 25 de julho de 1917, filho de Antônio Lacerda Braga e de Semíramis Barros Braga. Seus pais pertenciam a famílias tradicionais e influentes da Lapa. João Pereira Braga e Josefa Gonçalves da Silva foram os primeiros sesmeiros a se estabelecer com morada efetiva nos Campos Gerais (WESTEPHALEN, 1991, p. 178). Seu avô materno, José Amintas da Costa Barros, morreu em combate em 1894, durante o cerco de Lapa pelos federalistas gaúchos, o episódio militar mais importante ocorrido no Paraná no curso da Revolução Federalista (1893-1895). Seu pai, Sr. Antonio Braga criou, juntamente com outros sócios uma construtora de obras, a Aranha S.A.,

71 Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/familia-de-lupion>

72 Análise sobre a atualidade da família disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/o-cla-mais-poderoso-daprovincia/>

visando participar da construção de obras públicas a convite do governador Manoel Ribas. Ney Braga fez carreira militar iniciando seus estudos nessa área na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, entre 1935 e 1937. Aos vinte e dois anos casou-se com Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928). Iniciou a sua carreira política por intermédio do cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto, que era filho e genro de governadores do Estado. Ney Braga foi prefeito de Curitiba, deputado federal, governador do Estado do Paraná em duas gestões: 1961-1965 e 1979-1982, ministro da Agricultura, ministro da Educação, senador, e presidente da Itaipu Binacional. Quando foi governador, Ney Braga fez uma administração atenda aos interesses familiares. Para a Secretaria da Educação e Cultura chamou seu primo, Mário Braga Ramos. Um deputado estadual da época era seu outro primo Fabiano Braga Côrtes e outro primo Caetano Braga Côrtes, presidente do BANESTADO. No segundo governo, seu filho Caetano Rocha Braga foi do Departamento de Compras da COPEL. Seu outro filho Antônio Lacerda Braga era funcionário da ALEP. Seu genro Luiz Henrique Pinto foi da Telepar. Outro genro, Oscar Alves casado com Silvia Braga Cortes, foi Secretário de Estado. O presidente do Banestado foi Jucundino Furtado, sócio de membros da família. No Tribunal de Contas, José de Almeida Pimpão foi auditor, sogro de Antonio Lacerda Braga. Seu primo João Antônio Braga Cortes era auditor do TCEPR (pai da vereadora Julieta Reis). Responsável pela construção pelo governo de Escolas foi Guilherme Lacerda Braga, irmão de Ney. No Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP -, o Diretor-Presidente era Luiz Antonio Fayet (sobrinho de Ney). Na Procuradoria Geral Estado estava Sérgio Botto de Lacerda, sobrinho de Flávio Suplicy de Lacerda, também parente de Ney Braga (OLIVEIRA, 2001).

Em 1965, Ney Braga renunciou ao Governo do Paraná para exercer o cargo de Ministro da Agricultura junto ao Presidente Castello Branco. No Governo Federal, dirigiu esforços para a melhoria da produtividade da agricultura no país com a fixação da Política dos Preços Mínimos e a instalação da Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural. Ainda no ministério da agricultura, criou o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Em 1966 elegeu-se Senador pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ocasião em que ocupou a primeira secretaria e implantou os serviços de processamento de dados (PRODASEN). Em 1974, o presidente Geisel convidou Ney Braga para responder pela Pasta da Educação e Cultura. Como Ministro da Educação instituiu o Crédito Educativo, o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, o Conselho Nacional de Direitos Autorais, a Política Nacional de Educação Física e Desportos, o Programa Nacional de Pós Graduação, o Concine e a Funarte. Em 1978, por eleição indireta, voltou ao Governo do Paraná, assumindo o mandato de 1979 a 1982. Ney tentou eleger-se senador em 1982, mas não conseguiu. Atribui-se a sua derrota à conjuntura da campanha pelas “Diretas Já”, uma vez que a sua imagem,

associada com as forças militares, foi-lhe desfavorável naquele momento. Com a eleição indireta de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, este convidou o ex-governador para presidir a Itaipu Binacional. O presidente Sarney manteve a proposta de Tancredo, logo após a morte deste e Ney Braga, depois de cumprir a sua estadia na Itaipu, afastou-se da vida partidária.

Apesar de perder influência do poder estadual de lá para cá, a família Braga ainda tem membros em diversos aparelhos do Estado, como no caso do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) o desembargador Renato Braga Bettega, e os vereadores de Curitiba Julieta Reis e Felipe Braga Côrtes (que também é funcionário do TCE-PR), filho de Fabiano Braga Côrtes, em seu sexto mandato como vereador de Curitiba. Sua filha Nice Braga é servidora do TCE-PR.

Ney Braga fortaleceu todo um campo político, com diversos “Ney-boys”. Um dos “herdeiros políticos” de Ney Braga foi José Richa, era natural do Rio de Janeiro e formado no curso de Odontologia pela Universidade Federal do Paraná. Apesar de nascido no Rio de Janeiro ocupou vários cargos políticos no Paraná. Participou do movimento estudantil nos anos 50 e tornou-se deputado federal entre 1962 e 1966. Um pupilo de Ney Braga. Em 1972 foi eleito prefeito de Londrina e senador em 1978. Em 1982 foi eleito governador do Estado do Paraná. Seu filho, Carlos Alberto Richa, natural de Londrina e formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, iniciou sua trajetória política aos 27 anos quando concorreu sem sucesso ao cargo de vereador em Curitiba. Em 1994 foi eleito Deputado Estadual, se reelegendo em 1998. Nos anos 2000 foi vice-prefeito de Curitiba de Cássio Taniguchi, sendo eleito prefeito de Curitiba em 2004 e reeleito em 2008. Em 2010, foi eleito governador do Estado do Paraná e reeleito em 2014. Casou-se com Fernanda Richa, herdeira do conglomerado banco Bamerindus, de Tomas Edson Andrade Vieira, descende da família Junqueira, uma antiga família de fazendeiros e latifundiários em Minas Gerais e em São Paulo desde o período colonial (OLIVEIRA, 2007). Quando foi prefeito de Curitiba, colocou sua esposa na Fundação de Assistência Social – FAS e seu irmão em uma secretaria municipal. Quando saiu da prefeitura, colocou seu filho, Marcello Richa, ainda estudante de Direito, como secretário municipal na gestão de Luciano Ducci (PSB), posteriormente derrotado na eleição de 2012. Marcello depois também foi secretário de esportes no começo da gestão Greca em 2017. Colocou a tia de sua esposa, Maria Christina de Andrade Vieira, como presidenta da Fundação Cultural de Curitiba. Indicou vários parentes de políticos no Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC), entidade privada ligada à FAS. O irmão de Beto, Adriano Richa tem cartório na Região Metropolitana de Curitiba (OLIVEIRA, 2007).

Quando assumiu o governo estadual em 2011, Beto Richa criou duas supersecretarias: uma de Infraestrutura e Logística e outra de Família e Desenvolvimento Social tendo no comando,

respectivamente, o irmão, José “Pepe” Richa Filho e a esposa Fernanda Richa. “Pepe”, que antes havia sido diretor administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) durante a última gestão do governador Jaime Lerner. O primo Marcos Traad foi para o Detran. O secretário de Turismo do Paraná, Faisal Saleh, é primo de Beto. Luiz Abi Antoun, primo de Beto Richa, que trabalhou com Beto desde quando este foi deputado estadual e depois, continuou trabalhando na Assembleia, cedido, na época ao deputado estadual Hermas Brandão, e passou a ser uma eminência parda no governo, extremamente ativo no meio empresarial, casado com a jornalista Eloísa Fernandes Pinheiro Antoun, a qual foi vice-presidente da Sercomtel (a empresa de telecomunicações de Londrina) (PEREIRA, 2020).

No início do governo Beto criou 295 novos cargos comissionados, totalizando em salários R\$ 8,6 milhões por ano aos contribuintes paranaenses. Cláudia Queiroz Guedes, a então esposa do presidente da Câmara Municipal de Curitiba, o ex-vereador João Cláudio Derosso (ex-PSDB), foi para a TV Paraná Educativa, atual e-Paraná. José Lupion Neto, irmão do deputado federal Abelardo Lupion (DEMO), na coordenação do Procon. Nelson Cordeiro Justus, filho do ex-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Nelson Justus, como diretor na Companhia de Habitação do Paraná. Colocou a nora de Justus como coordenadora de Assuntos Internacionais na Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul. Antonio Carlos Salles Belinati, filho do deputado Antonio Belinati (PP), foi alojado na diretoria da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar). Cassio Taniguchi, do DEM, secretário do Planejamento, o mesmo cargo que o ex-prefeito exerceu no governo Lerner⁷³.

Formado por um núcleo duro de nepotismo, o governo Beto Richa organizou diversas atividades aparentemente irregulares na Secretarias de Educação, na Receita Estadual, no Porto de Paranaguá e no setor ligado a obras. Seu maior operador era seu primo, Luiz Abi Antoun, porém seu irmão Pepe Richa também aparece em denúncias, bem como secretários de confiança, membros do partido e sócios da família. Com uma grande rede de famílias no controle do governo, da Assembléia legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, entre outras instituições, os poderes atuam de forma cúmplice em busca de vantagens e privilégios. O nepotismo generalizado nas instituições gera uma série de atividades para obtenção de vantagens pessoais, para si ou para terceiro. Não são apenas recompensas financeiras, mas vantagens de qualquer tipo, como apropriação do patrimônio público pelo privado por grupos que utilizam o Estado em processos de troca de favores, negociação de benefícios relacionados a cargos ou

⁷³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/06/opinioao-or-politica-no-parana-negocio-de-familia-e-dericos/>

funções públicas, ou exercem influência sobre estes, visando ao desvio de recursos públicos (PEREIRA, 2017).

Depois do período dos interventores, realizou-se, em 1954, a primeira eleição direta para Prefeito de Curitiba, que teve como os principais candidatos Wallace Thadeu de Mello e Silva e Ney Aminthas de Barros Braga, que venceria a eleição. Wallace é pai do ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva. Tanto a família Requião como os Mello e Silva, origina-se da região Nordeste do Brasil. Originária da Bahia, a família Requião destacou-se, no Paraná, no ramo comercial. Euclides Requião foi o primeiro desse nome na região. Já os Mello e Silva, também de origem nordestina, tiveram pequena notoriedade no campo da política local, tendo um maior destaque no campo intelectual. A começar por Justiniano de Mello e Silva, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, primeiro da família no Paraná. Justiniano, trisavô de Requião Filho, foi bacharel em Direito, chegou ao Paraná em 1876, dentro da itinerância do Império, com o cargo de secretário da presidência de Lamenha Lins. Exercia as profissões de jornalista, polemista e também professor do Instituto Paranaense. Fundou o Colégio Paranaense ou Liceu Curitibano, atualmente o Colégio Estadual do Paraná e mantinha uma atividade intelectual muito considerável no Estado. Foi inspiração para vários poetas simbolistas paranaenses. Na esfera política, iniciou sua carreira como deputado estadual, no período provincial de 1854-1889, e em 1878-1879 foi substituto de Lourenço T. Ribas de Andrade no vigente governo de Jesuíno Marcondes. Três anos mais tarde, também exerceu a legislatura, como deputado na esfera paranaense, no então governo de Carlos Augusto de Carvalho. Em 1890, Justiniano participa da fundação do primeiro Partido dos Operários do Paraná, escrevendo o Manifesto de Legitimação do partido⁷⁴.

Seu filho, o Coronel Wallace de Mello e Silva, foi camarista em Curitiba e também desempenhou a função de deputado estadual de 1914-1915, na vigência da Primeira República, durante o governo de Carlos Cavalcante de Albuquerque. No ano de 1930, o chamado Período Revolucionário, o Coronel Wallace, como era conhecido, voltou a ocupar o posto de deputado estadual no governo de Mário Alves Monteiro Tourinho. Por sua vez, seu neto Wallace Thadeu de Mello e Silva, que exercia a profissão de médico psiquiatra, foi indicado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para a prefeitura municipal de Curitiba em 17 de julho de 1951, e foi exonerado no dia 1º de outubro de 1951. Posteriormente disputou a eleição para a prefeitura de Curitiba, perdendo para Ney Braga. Como assinala Daiane Resende, a disputa de Wallace Thadeu,

74 Dissertação de autoria de Daiane Carnelos Resende, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, em 2007, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Versão completa disponível na Biblioteca Digital da UFPR - <http://www.pgsocio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2007/daiane.pdf>

para a prefeitura da capital, mexeu muito com Roberto Requião, que a partir desse episódio revelou precocemente uma inclinação para a política, proferindo um discurso a carro aberto em favor da candidatura do pai. Roberto Requião foi acumulando capitais na esfera política, cultural e econômica, através de seu bisavô, avô e, principalmente, de seu pai, seu grande inspirador. Roberto Requião de Mello e Silva entrou efetivamente para a política paranaense com 41 anos como deputado estadual, no conturbado período de redemocratização, e se manteve numa sequência ininterrupta de êxitos eleitorais (REZENDE, 2007).

Roberto Requião de Mello Silva iniciou sua vida estudantil no Colégio Belmiro César, sendo alfabetizado pela professora Maria Augusta Juve. Continuou os seus estudos no Instituto de Educação do Paraná, Grupo Escolar “19 de Dezembro” e no Internato Paranaense, sendo estas escolas públicas e tradicionais de Curitiba. Seus estudos superiores foram realizados na Universidade Federal do Paraná, na qual obteve o título de bacharel em Direito, no ano de 1966, e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde concluiu o curso de Jornalismo no ano de 1964. No período da graduação, Roberto Requião participou da militância estudantil como membro de centros acadêmicos, diretórios estudantis e no teatro universitário. Em sua juventude trabalhou na Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural no Projeto Ponto Quatro e liderou o movimento estudantil com ideais de esquerda. Roberto Requião entrou na política em 1982, quando eleito deputado estadual. Depois foi prefeito de Curitiba (1986-1988), ocupou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano no governo Álvaro Dias, governador do Paraná por três mandatos (1991-1994, 2003-2007, 2007-2011) e senador pelo mesmo estado (1995-2003, 2010-2018). Não se reelegeu ao senado em 2018.

Um dos irmãos de Roberto é Maurício Requião de Melo e Silva, que nasceu em Curitiba no dia 19 de setembro de 1954, filho de Wallace Tadeu de Melo e Silva e Luci Requião de Melo e Silva. Em sua cidade natal, diplomou-se em psicologia na Universidade Federal do Paraná (Ufpr) em 1979. Estudou também psicologia social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, de 1982 a 1983. Na prefeitura de Curitiba, foi secretário especial da Coordenação de Programas, de 1986 a 1987, e, entre 1987 e 1989, secretário das Administrações Regionais. Entre 1991 e 1994, presidiu a Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar). Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) desde 1980, foi integrante do diretório regional de seu estado, candidatando-se a deputado federal no pleito de outubro de 1994. Eleito, foi empossado em fevereiro do ano seguinte, tendo participado dos trabalhos legislativos como titular da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Em junho de 2000, Maurício licenciou-se do cargo de assessor de gabinete de seu irmão para disputar a convenção do PMDB de Curitiba que escolheria o candidato para disputar as eleições à prefeitura da cidade no pleito de outubro do mesmo ano. Na ocasião, sua

candidatura foi fortemente apoiada por Roberto Requião, descontentando lideranças na cidade e as bases do partido, que preferiam o deputado federal Gustavo Fruet como concorrente ao cargo de prefeito. O fraco desempenho de Maurício Requião no pleito eleitoral, obtendo apenas 10,0% dos votos válidos, descontentou setores ligados a Fruet que começaram a afastar-se de Requião e de seu grupo político. Neste pleito elegeu-se prefeito de Curitiba o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), Cássio Taniguchi, apoiado pelo governador Jaime Lerner, que derrotou Ângelo Vanhoni – filho do exdeputado estadual Vidal Vanhoni - do Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno das eleições, o qual contou com o apoio de Maurício Requião⁷⁵. Maurício foi indicado para cargo no TCE-PR no final do terceiro governo Requião em 2010, mas surgiu uma série de liminares judiciais impediram a permanência de Maurício no TCE⁷⁶.

Outros familiares fizeram parte dos governos de Roberto Requião entre 2003 e 2010, além do seu irmão Maurício na Secretária da Educação. O outro irmão Eduardo foi Superintendente APPA Administração dos portos de Paranaguá e Antonina, a irmã Lúcia foi Diretora-Presidente da Provopar, a esposa Maristela foi Diretora do Museu Oscar Niemeyer, o primo Heitor Wallace de Mello e Silva estava na SANEPAR, o outro sobrinho, Paiakan de Mello e Silva na TV Educativa, a sobrinha Danielle de Mello e Silva na Secretaria da Administração e a cunhada Mariane Quarenghi no Museu Oscar Niemeyer, o sobrinho João Arruda era diretor na COHAPAR. Este último, inclusive, é casado com Paola Malucelli, filha de Joel Malucelli, um dos maiores empresários do Sul do Brasil (OLIVEIRA, 2007). Roberto casou-se com Maristela Quarenghi, com quem tem três filhos. Maurício Thadeu de Mello e Silva, mais conhecido como Requião Filho, nasceu no dia 24 de outubro de 1979. A carreira do pai no Senado o levou para Brasília, onde acabou se formando em Direito e conhecendo sua esposa, no segundo ano da Faculdade. Trabalhou nos gabinetes do primo deputado João Arruda e do pai Roberto Requião. Foi eleito deputado estadual em 2014 e 2018. Foi candidato à prefeitura de Curitiba em 2016.

Outra pertinente pesquisa genealógica do poder no Paraná, também de origem árabe como os Richa, é a reconstrução histórica da família Khury, pois ela forma uma grande rede de cumplicidades

e mútuos benefícios entre diferentes poderes e instituições do Paraná, especialmente no TCE, mostrando como as famílias emergentes se integraram com a classe dominante tradicional.

75 <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/23/artigo-requiao-filho-pmdb-herdeiro-das-velhas-oligarquias>

76 Verbete biográfico em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/mauricio-requiao-de-melo-esilva>

Aníbal Khury esteve no centro do poder paranaense por 50 anos, deputado estadual por 19 legislaturas, presidente da Assembléia Legislativa, governador interino do Paraná por várias ocasiões, responsável pela criação de dezenas de municípios paranaenses. Aquilo que um dia o ex-governador Jayme *Canet* Junior sintetizou na seguinte fórmula: “*Aníbal é o poder, o resto é governo*” (PEREIRA, 2020).

Milhares de libaneses escolheram o Brasil para reiniciar suas vidas. Dentre eles, os pais de Aníbal, *Salomão Khury* e *Wadia Kassab*, a primeira geração Khury no Paraná. Ambos nasceram em uma região montanhosa a 20 km de Beirute. Wadia nasceu em 1896 e Salomão em 15 de novembro de 1891. Seu pai, Jorge Khury, era um tradicional plantador de trigo, figos e oliveiras nas montanhas de Abadien. Na mesma região moraram os Kassab, ligados ao comércio e ao cultivo da terra. Salomão frequentava a Universidade de Beirute quando, após participar de uma revolta de estudantes em Bein, teve que fugir para não ser condenado à morte pelos turcos. Em 1912, aos 29 anos, veio para o Brasil estabelecendo-se primeiro em São Paulo. Instalou a primeira fábrica de alfinetes, tecidos, armarinhos e espelhos do Brasil. Fez fortuna em sua loja na Rua 25 de Março, mas acabou sofrendo os efeitos com o início da crise mundial de 1922 e foi à falência. Neste meio tempo conheceu Wadia em São Paulo. Casaram-se em 1918. Na tentativa de reiniciar a vida, o casal foi para região de União da Vitória, então um importante centro comercial por ser o final de linha férrea.

Em União da Vitória, residindo na Rua Prudente de Moraes 42, os Khurys se destacaram no comércio e na produção de madeira, com uma serraria e uma fábrica de alcatrão de nós de pinho. Tinham um armazém a quatro quadras de casa que vendia diversos produtos no atacado e no varejo. Vendiam gasolina como representantes da Shell. Salomão tinha muitos amigos e se relacionava em diversas frentes, participando da maçonaria, festas e bailes nos clubes 7 de Setembro e Concórdia, nas sociedades alemãs, polonesas além de fundar a sociedade sírio-libanesa na cidade. Recebia diversas visitas em seu armazém, inclusive prefeitos, juízes, vereadores e promotores públicos. Salomão foi eleito vereador pelo Partido Republicano, chegando a Presidente da Câmara. Porém, após a morte de Wadia aos 39 anos em 1935, vítima de câncer, Salomão perdeu as energias e morreu em 1955 (HELLER, 2000).

Salomão e Wadia tiveram seis filhos. Os mais velhos, Odete, Jorge e Nipton, nascidos em São Paulo, receberam o sobrenome Curi, aportuguesado. Os mais novos, Anibal, Michel e Salomão, nascidos no Paraná, resgataram o sobrenome paterno Khury.

Odete Curi era a irmã mais velha do casal. Com a morte prematura da mãe passou a cuidar dos irmãos. Casou com Ítalo Conti, nascido em Mallet em 1915, filho de Rigoletto Conti e Cecília

Araújo Conti. Ítalo dedicou-se desde cedo à vida militar. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro entre 1929 e 1934. No ano seguinte ingressou na Escola Militar do Realengo, academia que formava os futuros oficiais do exército brasileiro. Na condição de cadete participou do combate ao movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista na Escola de Aviação do Campo dos Afonsos. Pouco antes de completar 28 anos de idade partiu com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, juntamente com o irmão, o tenente Adélio Conti. Como observador avançado do 1º Grupo de Artilharia e com a patente de capitão, participou de importantes campanhas das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, como as batalhas de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo di Taro. Ao retornar ao Brasil iniciou o curso para o Estado Maior do Exército. Quando comandava o Grupo de Artilharia na cidade de Castro, foi convidado pelo então governador Ney Braga para ocupar o cargo de chefe de Polícia. Na sequência foi escolhido para comandar a recém-criada Secretaria de Segurança Pública. Nesta época fora incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no golpe de 1964, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. Quando o golpe aconteceu, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares. Conti permaneceu no cargo de julho de 1962 até janeiro de 1966, confirmado pelos sucessores de Ney Braga no Palácio Iguaçu, Antonio Ferreira Rüppel e Algacyr Guimarães. Na gestão de Paulo Pimentel chefiou a Casa Civil e a Secretaria do Trabalho e Ação Social. De 1970 a 1986 foi deputado federal, primeiro pela Arena e depois pelo PDS, tendo chegado a ocupar a 3ª secretaria da Mesa da Câmara Federal. Era amigo dos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Foi um dos fundadores do Círculo Militar do Paraná. Encerrou sua vida pública aos 85 anos, como administrador regional do Portão, em Curitiba, na gestão do ex-prefeito Cássio Taniguchi. Após 70 anos de casamento, Ítalo morreu em 2012 aos 97 anos e Odete morreu em 2013.

O casal Odete Curi e Ítalo Conti tiveram dois filhos. Ítalo Conti Júnior que é Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba e vice-presidente da Associação de Notários e Registradores do Paraná. Sua irmã, Vera Lúcia Conti Queiroz se casou com Ary Velozo Queiróz, nascido em Curitiba em 17 de setembro de 1938, filho do engenheiro Ary Camargo Queiroz e da professora Diva Veloso Queiroz. Ary foi ex-presidente da COPEL no governo José Richa e ViceGovernador do Paraná durante o governo Álvaro Dias. Apesar de articulações feitas por Aníbal para viesse a suceder Álvaro, foi sabotado na última hora por Álvaro e seu grupo político. Com isso então monta escritório de engenharia e, em 1995, vai trabalhar na Itaipu até 2001, quando se desligou por problemas de saúde. Vera e Ary tiveram três filhas. Sandra

Queiroz Weber que é casada com Péricles Weber, diretor de Meio Ambiente da Sanepar no governo Beto Richa. Tereza Cristina Conti Queiroz Campelo casada com Luiz Geraldo Campelo. E Tania Mara Queiroz Camargo, casada com Roberto Camargo.

Jorge Cury nasceu em São Paulo em 1920. Foi comerciante e presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, deputado federal entre 1963 e 1967. Era “um conhecido lacerdista”, apoiou o golpe de 1964 no primeiro momento, votando em Castelo Branco para presidente. Com o bipartidarismo, Jorge Cury filiou-se à ARENA. Na recém-montada articulação para Frente Ampla, Cury organizou em janeiro de 1967 a vinda de Carlos Lacerda a Curitiba, em uma palestra para estudantes no Teatro Guaíra, o maior da cidade, reunindo ele, o seu irmão, Aníbal, o senador Oliveira Franco (ex-udenista, arenista após o bipartidarismo), o presidente da União Paranaense de Estudantes, Luís Antônio Amaral e Veiga Brito (deputado federal da Guanabara). Nesse momento inicial, cogitava-se transformar a Frente Ampla em um terceiro partido, o que gerou a ordem de Costa e Silva para o esvaziamento da Frente Ampla. Tal ideia era vista com desconfiança principalmente pelo MDB, composto majoritariamente por antigos petebistas incompatíveis com Carlos Lacerda, somando-se a isto, a Constituição de 1967 proibia a organização de mais de dois partidos. Em 1968, teve o seu mandato cassado pelo AI-5, e em seguida ficou preso por 29 dias no 20º RI, no Bacacheri. Mais tarde, participou da administração da Racimec, empresa paranaense que dominou todo o serviço de Loterias da Caixa Econômica Federal e Serlopar (Serviço de Loteria do Estado do Paraná), cujo presidente do conselho administrativo era Karlos Rischbieter (ex-ministro da Fazenda no governo Figueiredo) e com posterior participação no conselho de José Richa (ex-senador e ex-governador do Paraná, pai do atual governador Beto Richa). Sempre foi muito discreto. Morreu em 2002 aos 82 anos de idade, em Curitiba, não deixando filhos. Sua fortuna foi destinada para Aníbal Khury Junior.

Nipton (Read) Curi foi gerente do Banco do Brasil de União da Vitória por 40 anos. Casou-se com Arlette Therezinha e teve duas filhas: Ângela Khury nasceu no dia 26 de outubro de 1963, em Curitiba. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Um ano depois de se formar em Direito, em 1986, já entrou para o Ministério Público como promotora de justiça substituta em São José dos Pinhais. Passou por comarcas no interior onde exerceu o cargo nas comarcas de Mallet, União da Vitória, Rebouças, Laranjeiras do Sul. Desde 1990 está em Curitiba onde atuou na Promotoria Especial de Defesa do Consumidor. Foi chefe de gabinete do ex-Procurador Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo por quatro anos. Em 28 de julho de 2009, através da vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público, foi escolhida na lista tríplice pelo então governador Roberto Requião, sendo desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná. Em 2011 foi nomeada por Beto Richa como conselheira da Paraná-Previdência. Foi casada

com o médico Luiz Eduardo Munhoz da Rocha, novamente uma união de duas grandes famílias da política paranaense. Sua irmã é Adriane Curi, formada em Direito pela UFPR e servidora do Tribunal de Contas.

Anibal Khury nasceu dia 18 de julho de 1924 em [Porto União](#). Na infância, Aníbal recebeu uma educação tradicional entre os filhos de comerciantes e industriais da pequena cidade madeireira de União da Vitória. Frequentou o Grupo Escolar Professor Serapião, onde foi escoteiro, e o Ginásio Túlio de França. Trabalhava com seu pai no armazém quando casou com Niva Sabóia, fato determinante para ascensão de Aníbal.

Niva fazia parte de tradicional família política do vale do Rio Iguaçu e Rio Negro. O primeiro prefeito de Rio Negro foi Joaquim Teixeira Sabóia, industrial madeireiro. Seu neto, Joaquim Saboia Netto, casou com Cloracil Ferreira Saboia e teve quatro filhos, Ayrton, Elci, Leni e Niva⁷⁷. Ela nasceu em 1927, começou a estudar em Rio Negro, terminou o primário no Grupo Escolar Xavier da Silva em Curitiba e fez o secundário na Escola Normal, onde fazia parte da equipe de vôlei do colégio e da seleção paranaense. Como o trem que ia até Curitiba pernoitava em Porto União, a família Sabóia logo conheceu Salomão Khury. Depois de um ano e meio de namoro, Aníbal e Niva casam-se em 10 de maio de 1947.

Aníbal desde cedo se envolveu na política, inicialmente participando da campanha para deputado estadual do professor Alvir Riesenber. Sua carreira política começou quando Aníbal despertou a atenção de Algacyr Guimarães, engenheiro da Rede Viação Paraná e presidente da UDN. Achando que Aníbal gostaria de seguir os passos do pai, Algacyr chamou Aníbal para integrar a ala jovem da UDN sendo candidato a vereador. Em 1948, foi eleito aos 25 anos. No pleito seguinte, em 1954, candidatou-se vitoriosamente a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Muda-se então para Curitiba, primeiro alugando uma casa no Alto da XV de Novembro e depois passa a residir na casa de Ítalo Conti e Odete na Rua Comendador Macedo. Depois de um ano, compra uma casa na Rua Costa de Carvalho 172, no Batel, mas somente em 1955, após reforma geral, muda-se definitivamente com a família para a casa. Aníbal foi reeleito para as legislaturas de 1958, 1962 e 1966, ocupando posições estratégicas da Assembléia, especialmente como 1º Secretário da Comissão Executiva do Legislativo do Paraná. Durante o governo Ney Braga, Paulo Pimentel foi escolhido Secretário da Agricultura, quando conheceu

⁷⁷ Seu primo, *Celso Sabóia* nasceu em Rio Negro no dia 8 de setembro de 1917. Casou-se em 1945 com Cléa Catta Preta Saboia, e teve três filhas: Cleusa, Clarice e Clio. Celso foi funcionário de carreira do Banco do Brasil e, depois, do Banco Central do Brasil, ocupou na área bancária os cargos de Diretor Superintendente e Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente do Conselho das Empresas do Conglomerado Banestado e Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco Central do Brasil. A partir de 1995 foi eleito membro efetivo do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná e também do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Celso foi acusado por crimes de gestão fraudulenta e manipulação de dados falsos nos demonstrativos contábeis do Banestado. Morreu em 2002.

Aníbal que logo viu em Pimentel uma alternativa para rivalizar com Affonso Camargo, então vice-governador e pretense sucessor de Ney, com quem antipatizava. Aníbal cria o [Partido Trabalhista Nacional](#) (PTN) no Paraná em 1965 e torna-se seu presidente, põe Pimentel no partido e embala sua candidatura vitoriosa para governador. Antes de transmitir o cargo para Pimentel, Ney Braga foi nomeado Ministro da Agricultura. Com influência no governo, Aníbal então articulou para que Algacyr Guimarães, seu antigo amigo de União da Vitória, então Secretário da Fazenda, assumisse a cadeira de Ney até a posse de seu sucessor. Apesar das crescentes pressões pela cassação de seu mandato pela linha-dura do regime, Aníbal foi eleito pela nona vez para a primeira secretária da ALEP, com 39 dos 45 votos. Em julho de 1967 foi eleito secretário geral da ARENA no Paraná (HELLER, 2000).

Em 11 de março de 1969, quando jantava em sua residência com os empresários Cecílio do Rego Almeida e César Lacerda, a casa de Aníbal foi cercada pela Polícia Federal e homens do Exército lhe deram voz de prisão por atos subversivos em detrimento de causa pública. Aníbal foi conduzido ao quartel da Lapa por mais de trinta viaturas. Foi instaurado Inquérito Penal Militar para apurar participação de Aníbal na prática dos crimes de “corrupção, abuso de suas funções de deputado estadual para o livre tráfico de influência nos mais variados setores da vida paranaense, particularmente, nos setores políticos e econômicos, em detrimento da causa pública e ligações com elementos anti-revolucionários e subversivos. Paralelamente, a Polícia Federal instaurara inquérito para apurar participação de Aníbal na “prática de um sem número de infrações delituosas”. O relatório da Comissão Geral de Investigação indicou quais seriam tais crimes: a) contrabando de café e armas; b) negociatas com terras e pinhais pertencentes a reserva indígena; c) exploração do “jogo do bicho”; d) compras irregulares de terras devolutas; e) desvio de verbas da CABENFALE (caixa de assistência dos servidores do legislativo); f) advocacia administrativa com a liberação de verbas da Codepar, para firmas particulares; g) exigências ilícitas para a aprovação de projetos de anistia fiscal; h) coação contra funcionários para assinatura de empenhos falsos; i) intermediação indevida, na aquisição, pelo Banco do Estado do Paraná, do Banco Alfomares; e, j) outras irregularidades administrativas, além de ligações com grupos subversivos estrangeiros. Durante todo o período preso, os militares fizeram interrogatórios com Aníbal. Do quartel da Lapa, Aníbal foi removido para o quartel no Boqueirão, em Curitiba, onde ficou internado por 15 dias no Hospital Militar. Em 29 de abril de 1969, Aníbal é libertado pela iminência da decisão do Supremo Tribunal Federal de pedido de habeas corpus. Logo após sua prisão, em 21 de outubro de 1969, os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica decretaram o confisco de bens em

virtude da ocorrência de enriquecimento ilícito, diante da absoluta incompatibilidade entre o rendimento e o patrimônio de Aníbal. Cassado da vida pública, Aníbal foi eleito Presidente do [Clube Atlético Paranaense em 1975 e reeleito em 1977](#), mesmo sem experiência no ramo futebolístico. Mesmo no período que esteve cassado, muitas decisões políticas foram tomadas em reuniões em sua residência. Neste período também apoiou a construção do Hospital Pequeno Príncipe. Depois de dez anos da vida política, Aníbal volta ao cenário político com a anistia promovida pelo governo Figueiredo em 1979. Reorganiza o PP junto com Jayme Canet e Affonso Camargo e torna-se secretário geral do Diretório Regional. Mais tarde foi um dos principais articuladores da fusão do PP com o PMDB, se tornando então secretário geral do [PMDB](#) no Paraná. Após quase 13 anos, em 1983 retorna a ALEP reeleito. Em 1985 torna-se Primeiro Secretário da Mesa e em 1989 foi eleito presidente, presidindo também a elaboração da Constituinte do estado. Novamente em 1991 foi reeleito presidente e em 1995 assumiu a Presidência da Assembléia, tendo 49 dos 54 votos. Durante este período ajudou a eleger Álvaro Dias ao Senado e José Richa, seu afilhado político descendente de libaneses, ao governo do Estado. Trabalha para a eleição de Roberto Requião e depois é decisivo na campanha ao governo de Jaime Lerner em 1994, quando se articulou uma rede política com Affonso Carmargo, Jayme Canet, João Elísio, Carvalhinho, José Eduardo, Antonio Belinati, Euclides Scalco, Reinold Stephanes, Hélio Duque, entre outros, que puseram fim a 12 anos de hegemonia do PMDB no Paraná.

Com o tempo, Aníbal sabia de tudo antes de todos. Sua habilidade consolidou seu poder através dos amigos que colocou em todos os setores do Estado, como no Tribunal de Contas, na política de “assistencialismo” com outros deputados estaduais, nos governos estaduais desde Algacyr Guimarães em 1965, na indicação de cartórios, liberação de mercadorias no Porto, apoio a desembargadores e promotores públicos, nomeação de delegados e forte articulação com forças políticas locais, especialmente nas dezenas de cidades que ajudou a fundar. Aníbal foi um dos responsáveis pela articulação da criação de dezenas de municípios paranaenses, sendo pioneiro na apresentação de leis e a criação de municípios em regiões de povoamento no interior do Paraná. Foi o campeão de projetos desta natureza. Ele foi o responsável pela criação de municípios como Umuarama, Cianorte, Altônia, Itaperuçu, Carambeí e Pinhais. Também não escaparam Fazenda Rio Grande, Manfrinópolis, Prado Ferreira, Capivari Cachoeira, Centro Novo e Jardim Paulista. Na maioria das vezes, tornava-se padrinho político do município onde houve a emancipação, como é o caso de Carambeí, desmembrado de Castro.

Os feitos políticos de Aníbal Khury foram diversos. Destaca-se a luta para a que a Petrobrás concluísse a Usina do Xisto em São Mateus do Sul, após paralisação das obras por mais de uma década, e a liderança do movimento em defesa da unidade territorial do Paraná, conseguindo vitória

no Congresso, que proclamou a indivisibilidade do Paraná. Aníbal ocupou por sete vezes o cargo de governador do Paraná, sendo que, no governo Jaime Lerner, esteve cinco vezes à frente dos destinos do Estado: 29 de junho a 1 de julho de 1995; 20 a 31 de maio de 1996; 9 a 21 de junho de 1996; 4 a 9 de outubro de 1996; e 10 a 12 de julho de 1999 (FERNANDES LUIZ, 2007).

Muitos atribuem a liderança de Aníbal ao café da manhã em sua casa. Governadores, Secretários de governo, deputados, desembargadores, delegados, juízes, conselheiros do Tribunal de Contas. Todos iam até Aníbal quando precisavam. A influência de Aníbal era tamanha que sua casa se tornou um dos principais, senão o principal, *locus* de decisão política no Paraná, principalmente dos anos 1980 até a sua morte em 1999. Primeiro em sua casa no Batel e posteriormente quando se mudou para o edifício *Porta do Sol*, na Avenida Visconde de Guarapuava. Aníbal começava sua escalada de decisões políticas a partir das 6 da manhã, quando começavam a estacionar dezenas de carros em frente a sua residência. A narrativa de Fábio Campana dá uma noção da importância de Aníbal:

Buda, para alguns jornalistas, é outro nome de Aníbal Khury, um apelido. Aham que o presidente da Assembleia Legislativa se parece com o guia espiritual. Deve ser por causa da obesidade e do temperamento. Há qualquer coisa de sacerdotal no deputado, mas nem por isso cabe duvidar de que ele seja excelente jogador de pôquer e de sinuca. Outro jogo Aníbal Khury prova conhecer a fundo, o do poder. Periodicamente, dos cantos da cena política surge o murmúrio de que o Buda não é mais aquele. Está cansado, está doente. Às vezes o burburinho vira coro de ópera. Então Aníbal Khury abre as pálpebras como se recolhesse velas imensas e com um gesto macio põe suas fichas na mesa. As mesas florentinas, sicilianas ou egípcias, tenha-se cuidado com esse olhar preguiçoso. Buda compõe elegias à paciência. Quem louva a audácia, terá objeções em relação ao estilo. Haverá ainda quem enxergue nele, sem grandes chances de errar, um eficaz intérprete do antigo enredo da conciliação das elites. Mas a história acabará registrando que coube ao Buda ir roendo pelas beiradas a autoridade de todos os governadores eleitos a partir dos anos 50. Observem os movimentos de Aníbal Khury, inarredável candidato ao comando. Que comando? Todos os dias, por volta das 6h30, quando os laborfóbicos ainda dormem, Aníbal Khury começa a receber em sua casa, para o café da manhã, imponentes figuras de todos os poderes. Secretários de estado, juízes, desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas, delegados, dirigentes de estatais, jornalistas e toda uma população que habita os meandros do poder. Ele ouve, um por um, enquanto se barbeia aface com o barbeador elétrico. Completa o ritual espargindo antiga lavanda (Aqua Velva). Os casos mais simples, despacha ali mesmo, em público, coletivamente. Os mais espinhosos reserva para o confessionário, uma saleta reservada para consultas individuais. Diz pouco, age muito. E rápido. Por que lhe concedem o papel? Aníbal Khury sabe ocupar os vazios do poder. De sua especialidade, o comando da Assembleia Legislativa, estende sua influência por onde ela possa avançar. Todos sabem que é capaz de dar solução para as questões mais intrincadas. Ao contrário da maioria dos políticos, cumpre rigorosamente os acordos que estabelece, assim como não perdoa os que não cumprem ou se atravessam em seu caminho. Ninguém acumulou tanta experiência e informações quanto ele. Continua operando seus milagres diários da conversão do poder alheio em força pessoal indiscutível. Acima dos partidos, acima dos governantes e das circunstâncias. Pleno⁷⁸.

Durante a vida Aníbal foi se fortalecendo no poder. Participou da escolha das mais importantes nomeações em todos os setores do Estado (executivo, legislativo e judiciário). Nenhum

78 CAMPANA, Fábio. O Buda. Gazeta do Povo, Curitiba, 23. dez. 1997.

conselheiro do Tribunal de Contas era indicado pela Assembléia sem seu apoio. O aparato criado por Aníbal, através dos colegas que tinha, ampliava seu poder para definir (ou não) decisões chave de poder. O jornalista Fábio Campana, quando perguntado sobre como Aníbal conseguia se manter por tanto tempo no poder respondeu para o estudo de Laura Sica sobre Aníbal (2007):

É a base da troca, das relações políticas desde que o homem é homem. Mas ele dominava isso com uma maestria incomum, então estendeu seus poderes e sua capacidade ajudando a nomear a maioria dos conselheiros do TC que lá permaneceram durante 40 anos, durante todo o período que o Aníbal foi deputado. Aníbal também soube entender as mudanças do quadro político e a rapidez com que elas mudavam. Ele apoiou o Requião para prefeito em 1985, na eleição. Quando José Richa era o governador, ele, Aníbal, preferia outro candidato, mas quando Requião é ungido pela convenção, ganha a convenção. O Aníbal percebeu que a melhor coisa a fazer naquele momento era aliar-se. E vai à casa do Requião e declara o seu apoio e passa a fazer parte da campanha. Aliás, ele trabalhou nessa campanha eleitoral com um afinho enorme. Requião vence a eleição. Aníbal ajudou a construir a eleição do sucessor de Richa, que foi Álvaro Dias. E do sucessor do Álvaro que foi o Requião, mesmo em determinado momento estando contra a candidatura do Requião a governador. Portanto tudo isto demonstra a capacidade que ele tinha de agir com frieza diante do jogo político e essa frieza permitia a ele enxergar melhor o quadro das relações, as correlações de força e como fazer para tirar disso uma vantagem e uma força pessoal. Ele sempre soube fazer isso.

Durval Amaral é ainda mais direto na entrevista de Laura Sica (2007):

Eu não havia nascido ainda e o Aníbal já era deputado estadual. Há um ditado popular que diz que o diabo é temido não porque ele é o diabo, mas porque ele é velho. O Aníbal Khury viveu um momento político no Paraná onde não tinha concurso público, onde você nomeava promotores de justiça, nomeava juizes de direito, funcionários públicos, a indicação era política. E imagine que desde 1954 fazendo isso, o poder que foi se acumulando e gratidões que eram muitas que foram se acumulando, e claro cinquenta anos de vida pública. Esse poder começa a perder um pouco de força a partir da Constituinte de 1988. Aí veio concurso publico, aí o inicio da reestruturação do país Em razão da força. Claro que tem que somar a isso o fato de ser um conciliador, de ser um articulador como ninguém conseguia articular no estado do Paraná, as reiteradas, as reconduções para primeiro secretário da Assembléia, esses anos de vida política, essa capacidade de articulação, de nomeação que ele teve, de nomear varias pessoas, e quase que a unanimidade dentro do poder legislativo o fez um homem poderoso e forte dentro do Estado do Paraná.

[...]

Veja só, um promotor de justiça que entrou sem concurso publico que virou procurador, depois virou desembargador. Um juiz que às vezes até foi nomeado politicamente que depois virou juiz do Tribunal de Alçada, depois virou desembargador e aí sucessivamente. Um cartorário que conseguiu um cartório numa cidadezinha pequena, depois foi para uma grande cidade e automaticamente se tornou uma potência econômica. Tudo isso foi somando e a gratidão que essas pessoas foram somando pelo Aníbal Khury. Essas pessoas estavam devendo favores. O Aníbal aproveita disso. Há pessoas que priorizam na vida a proximidade com pessoas que têm capacidade de influenciar outras pessoas. O Aníbal era uma pessoa influente e que tinha capacidade de influenciar. Ele era informado, era articulado, era inteligente e com os muitos anos de experiência na vida pública.

Ricardo Costa de Oliveira cunhou o termo “curismo” para caracterizar o estilo de administração empregado por Aníbal. Segundo Oliveira,

O curismo foi um grande sistema político montado por Aníbal Curi ao longo de várias décadas de poder no Paraná. Trata-se da atualização e renovação dos antigos sistemas políticos presentes no Paraná desde a existência da Assembleia Legislativa há muitas décadas. O esquema funcionava pelo rígido controle pessoal da infraestrutura da própria Assembleia. O clientelismo e a patronagem com a maioria dos próprios deputados estaduais era central. O esquema se ampliava com as conexões com o poder Executivo, o poder Judiciário, as polícias, a criação de municípios, a distribuição de cartórios. A influência nos partidos políticos era muito importante. O empresariado também era cliente do curismo. Trata-se de imensa rede política de favores e benesses generosamente irrigadas com os recursos estatais – sempre que possíveis – e do interesse do próprio Curi. O estilo político do curismo seguia o estereótipo político do bem-amado da série televisiva, simpatia e trato negocial acompanhando o arcaísmo das relações políticas e empresariais do seu personagem. O apelido de Aníbal na velhice era "o Buda", o "amigo de todos". A cordialidade tinha o seu preço para a sociedade (OLIVEIRA, 2012, p. 118).

Um dos principais elementos de caracterização do “curismo”, como Oliveira define, é o uso dos cargos em comissão da ALEP, também chamados de cargos de confiança. A habilidade de Aníbal em ampliar poder na Assembleia por este mecanismo o fez o principal ator político quando a questão era a aprovação de leis no Paraná. O jornalista José Wille sintetiza esta situação da seguinte forma:

Uma frase do deputado Anibal Khury, lembrada pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza, reflete a velha tradição. No comando da Assembléia Legislativa, o antigo cacique não queria fazer concursos para a escolha de funcionários. Segundo Anibal, com concursos públicos “só passariam japoneses e comunistas”. E a preferência era sempre pela nomeação dos afiliados políticos. Foi pela experiência em negociar apoios políticos e trocas de favores que o poder dele se ampliou tanto no Paraná, mantendo-se até a sua morte. Quem tinha ligação com o poder ganhava cartório, terra e bons empregos públicos. E também altos cargos permanentes, muito cobiçados pelos bajuladores. Também se obtinham, pelo favorecimento aberto, os serviços bem pagos do governo para empresas, beneficiando amigos, seguidores ou familiares.

O que o político esperava em troca de seu seguidor era a obtenção de votos ou dinheiro para suas campanhas e demais gastos. Com estas grandes facilidades, estes muitos afiliados construíram grandes fortunas, carreiras e famílias tradicionais. Não havia, na época, nenhum constrangimento para a nomeação de filhos ou amigos para cargos permanentes. E tinha, até mesmo, governante que destinava grandes verbas de anúncio para o crescimento de suas próprias empresas de comunicação.

O país se modernizou lentamente, mas ainda falta muito, principalmente no Paraná. As recaídas, um pouco mais dissimuladas, sempre aparecem. O político de mentalidade clientelista e parasitária vê no governo a continuação de suas propriedades. E se revolta com a imprensa, ou com as demais instituições, quando é cobrado. Até mesmo caciques políticos, que se apresentavam como opositores e contestadores, fizeram história no uso do poder e do dinheiro público para benefício próprio e de parentes.

A sobrevivência da mentalidade clientelista se explica pela passividade política do paranaense, mas também pelo temor. Há situações irregulares, de conhecimento público, que não são contrariadas pela força dos grupos infiltrados nos poderes. Quem sabe das coisas ou discorda delas, prefere simular o desconhecimento para evitar represálias⁷⁹.

79 Willi, José. A política do passado no presente. Ver <http://www.jws.com.br/2012/12/a-politica-do-passado-no-presente/>

Nos anos 1990, no auge de poder e prestígio, Aníbal era conhecido como *capo di tutti capi*, expressão utilizada para designar "o chefe de todos os chefes". Suas conexões se estendiam da Assembleia Legislativa para o Tribunal de Justiça, Executivo, Tribunal de Contas, Prefeituras, Banestado, Porto de Paranaguá, delegacias, cartórios, bingos, mídia, entre outras áreas. Chegou um ponto em que as ligações políticas de Aníbal eram “com todos”, simplesmente supremo na política paranaense.

Aníbal também tinha dois irmãos mais novos. Michel Curi, cartorário, funcionário da Assembleia e vidente da elite paranaense. Michel teve três filhos. Joyce Curi sucedeu o pai na 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba entre 1981 e 2014. Jorel Salomão Khury, advogado, em 2005 foi acusado pelo Ministério Público de tentar utilizar títulos vencidos da Eletrobrás, da década de 60, para obter liminares e resgatar os valores. Viúvo de Denise de Fátima Salussoglia Khury, economista, fez parte da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Governo Jaime Lerner e Roberto Requião, falecida em 2009. A outra filha é Ceres Regina Khury, servidora do Tribunal de Contas. O irmão mais novo de Aníbal era Salomão Curi que teve um pequeno problema na infância e viveu a vida inteira na casa de Aníbal. Morreu solteiro em 1969, aos 44 anos de idade, deixando duas casas ao seu sobrinho Aníbal Khury Júnior.

No dia 30 de agosto de 1999, Aníbal faleceu aos 75 anos, no Hospital Santa Cruz, em virtude de uma diverticulite com posterior falência múltipla de órgãos. Foi velado com honras no [Palácio Iguaçu](#), com várias homenagens e sepultado no dia seguinte, no Cemitério Parque Iguaçu. Em sua homenagem foi nomeado um parque ambiental em [Almirante Tamandaré](#), uma rodovia e diversas ruas dos municípios do estado. No dia 1 de setembro, os 54 deputados aprovaram por unanimidade o projeto de lei que dá o nome “Presidente Aníbal Khury” o complexo da ALEP. A iniciativa foi creditada à Gazeta do Povo por orientação de seu diretor Francisco Cunha Pereira Filho, velho amigo de Aníbal.

O casal Aníbal e Niva teve dois filhos: Ricardo Sabóia Khury e Aníbal Khury Júnior, ambos advogados formados pela Faculdade de Direito de Curitiba.

Ricardo Khury nasceu em 4 de fevereiro de 1948, trabalhou com o pai no Edifício Asa, foi durante muitos anos alto funcionário da Assembleia Legislativa e diretor de Crédito Imobiliário do Banestado de 1995 a 2000. Foi amplamente citado na CPI do Banestado e denunciado por crimes financeiros, inclusive conceder empréstimos suspeitos para empresários, políticos e juízes. Ricardo foi acusado de participação em crimes com empresa fantasma e de movimentar em sua conta 49

vezes mais que sua renda declarada em 1998, e 28 vezes mais, em 2000. Isso ocorreu em março de 2003, durante as investigações do caso Banestado, usado por doleiros para enviar dinheiro para o exterior com contas laranja e a conivência de diretores de bancos⁸⁰. Uma notícia sobre a operação da época diz o seguinte:

O MPF denunciou 12 pessoas, que movimentaram cerca de US\$ 1,23 bilhão em oito contas (sete em bancos de Nova Iorque e uma na Suíça) e pediu a prisão de sete delas, em Curitiba e São Paulo. No Paraná, foram presos Paulo Roberto Krug e Leandro Henrique Piaciski. Clayton Marcelo de Souza, que também tem mandado de prisão decretado pela Justiça, está foragido. Eles são acusados de movimentar cerca de US\$ 28 milhões entre 1999 e 2002 em uma conta no Merchants Bank de Nova Iorque. A Polícia Federal cumpriu também mandado de busca no escritório de Piaciski. De acordo com a Procuradoria, também foram denunciados pelo MPF, mas não tiveram pedido de prisão decretado: Mônica Santos Alves, esposa e sócia de Krug; o ex-gerente do Banestado em Nova Iorque Gilson Girardi; o ex-diretor da Carteira Imobiliária do Banestado em Curitiba Ricardo Sabóia Khury; e o ex-gerente do Banestado em Grand Cayman Ricardo Franczyk. Eles movimentaram valores na conta Pacific Way, que tem ainda bloqueados cerca de US\$ 250 mil, nos Estados Unidos. Na mesma conta, também houve movimentações do ex-diretor do Banestado Gabriel Nunes Pires Neto, já condenado pela Justiça Federal. Em São Paulo, quatro dos cinco denunciados tiveram prisão decretada, mas estão foragidos: Hélio Renato Laniado, Eliott Maurice Eskinazi, Renato Bento Maudonet Junior e Dany Lederman. Márcio Abdo Sarquis Attié, também acusado pelo MPF, não teve prisão decretada. De acordo com os procuradores da República, eles movimentaram cerca de US\$ 1,2 bilhão em sete contas (duas no Banestado de Nova Iorque, quatro no Merchants Bank, também de Nova Iorque, e uma na Suíça), entre 1995 e 2002. Os cinco têm mais de US\$ 3,5 milhões bloqueados em duas dessas contas nos Estados Unidos⁸⁸.

Em 2006, Ricardo Khury foi encontrado morto dentro de seu apartamento no Cabral. Era divorciado e deixou dois filhos.

Aníbal Khury Júnior nasceu dia 3 de outubro de 1952, foi funcionário do Tribunal de Contas e um dos donos da Rádio Poema, no município de Pitanga. É dono do *Cartório* do 2º Registro de Imóveis em Foz do Iguaçu e até hoje recebe como aposentado do Tribunal de Contas. Casou-se em 1976, com a empresária e socialite **Jandira Maranhão Khury**, de tradicional família de juristas e desembargadores no Paraná. O pai de Jandira foi o Desembargador Guilherme de Albuquerque Maranhão. Membro do Ministério Público por mais de 30 anos. Ainda em 1943, Guilherme foi nomeado para exercer o cargo de Delegado de Polícia da Capital e Diretor do Departamento de Segurança Pública e Chefe de Gabinete da mesma Secretaria. Em março de 1953 foi nomeado 4º SubProcurador Geral do Estado, sendo a partir de então designado para representar o Ministério Público de superior instância junto às Câmaras do Tribunal de Justiça. Em março de 1975 foi nomeado Procurador Geral da Justiça, cargo que exerceu até 1979. Nomeado em 17 de agosto de 1984 para exercer o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Era casado com Jandira Salles de Albuquerque Maranhão. Faleceu em 1997. Seu irmão era Jerônimo de

⁸⁰ Ver matéria em: http://www.conjur.com.br/2005-jun-26/desembargador_intercedia_favor_amigos_junto_juizes ⁸⁸
Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-04-12/presos-no-parana-dois-acusados-decrimes-contra-sistema-financeiro>

Albuquerque Maranhão, também membro do Ministério Público. Em dezembro de 1983, foi nomeado Diretor Geral da Casa Civil nos Governo José Richa. De 1985 a 1989 exerceu a Procuradoria Geral de Justiça, cargo para o qual foi nomeado a 13 de maio. A família era descendente da família nordestina Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, senhores do Riacho Fundo, na cidade pernambucana de Águas Belas, tradicional família histórica da classe dominante brasileira.

O casal Aníbal e Jandirinha teve quatro filhos: Aníbal Neto, morto aos três anos de idade num acidente de trânsito em frente ao Clube Curitibano, Alexandre, Daniel César e Rodrigo.

Alexandre Khury nasceu em Curitiba em 09/04/1979. Após a morte trágica do irmão, foi morar com seu avô Aníbal em 1997. Aprendeu em casa o “habitus curista”. Desde a morte de Aníbal em 1999, é seu principal sucessor político. Concorreu a um cargo eletivo pela primeira vez aos 21 anos, em 2000, quando se elegeu vereador em Curitiba pelo então PFL. Recebeu 11.777 votos e foi o oitavo candidato mais votado do município, entre os 38 eleitos. Em 2002, já filiado ao PMDB, elegeu-se deputado estadual, com 45.778 votos. No mesmo partido, reelegeu-se três vezes para o cargo: em 2006, com 131.988 votos; em 2010, com 134.233 votos e, em 2014, com 114.797 votos. Alexandre foi o candidato a deputado estadual mais votado do Paraná em 2006 e 2010. Em 2014 foi o segundo mais votado, ultrapassado apenas por Ratinho Júnior com 300.928 votos. Alexandre foi o político mais jovem a assumir a função, aos 27 anos. Na 16ª legislatura (2007-2010) ocupou o cargo de primeiro secretário da Casa, um dos mais importantes da Mesa Diretora, pois é uma função que cuida do financiamento interno dos parlamentares, repetindo o mesmo papel que Aníbal cumpria na ALEP.

Na época dos escândalos dos Diários Secretos, em março de 2010, Alexandre era o primeiro secretário do legislativo e tinha pelo menos 125 funcionários nomeados em cargos de confiança. O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou em março de 2015 uma denúncia envolvendo o deputado estadual Alexandre Curi (PMDB). As irregularidades, conforme o órgão, foram cometidas no tempo em que ele foi primeiro secretário da Assembleia Legislativa do Paraná. A ação de improbidade administrativa envolve ainda o ex-secretário de comunicação Fábio Campana, o ex-diretor Abib Miguel, e mais três pessoas. Segundo o MP, Campana venceu, entre 2005 e 2009, licitações para escrever matérias sobre atividades dos deputados em uma revista publicada pela editora dele. As licitações eram promovidas por Abib Miguel, o Bibinho, na forma de carta-convite – quando o órgão público chama as empresas para participar. Os pagamentos eram feitos pela Alep e foram autorizados por Alexandre Curi. A prestação de serviços foi ilegal, segundo o MP, por três motivos: Campana era funcionário efetivo da Alep e, pela lei, não poderia participar de licitação no local onde trabalhava; os textos publicados serviam para enaltecer a

gestão e deputados, não trazendo informações relevantes para a população, o que não poderia ser feito com dinheiro público; e o MP suspeita que houve pouca concorrência nas licitações. Conforme a denúncia, sempre as mesmas empresas participavam das licitações. Numa delas, em 2007, todas as propostas foram entregues na mesma data, e preenchidas com máquina de escrever. Alguns desses funcionários da primeira-secretaria foram encontrados em Pitanga, município da região central do Estado. Entre eles estava Cleon Cosme Costa, que foi candidato à prefeitura de Pitanga em outubro de 2007, mas que perdeu as eleições. Cleon é um dos proprietários da Rádio Poema de Pitanga, juntamente com seu pai e Aníbal Júnior. O filho de Cleon Cosme, Cleon Cassius Costa, também era funcionário da primeirasecretaria, controlada por Alexandre. O MP pediu o bloqueio de bens de Campana, Curi, Bibinho, e dos outros três acusados. O órgão quer que eles devolvam dinheiro e paguem multas de R\$ 1,3 milhão⁸¹. O caminho até a absolvição ou condenação é longo, ainda mais contando com a proximidade entre as famílias do Legislativo e do Judiciário, representada no caso do próprio Alexandre, neto de deputado e de desembargador.

Alexandre casou em 2007 com **Paula Pimentel Mussi**. A cerimônia aconteceu no Salão Verde do Clube Curitibano e a festa no Salão Azul com cenário decorado com rosas brancas e vermelhas, candelabros e 20 lustres de cristal. A pista de dança era cercada com tela de plasma e no palco várias mesas com docinhos. Foram mais de 1.500 convidados servidos com o champagne Veuve Clicquot. A mãe de Alexandre, Jandirinha Khury, trouxe seu vestido de Nova Iorque para o casamento. Paula é uma das filhas do empresário do ramo de comunicação **Luís Mussi**, concessionário de canal de TV, Presidente do Jockey Club do Paraná, Ex-Secretário da Indústria e Comércio, assessor especial do Governador Requião. Luis Mussi é genro do ex-Governador (entre 1966 e 1971) pela ARENA e empresário Paulo Pimentel, que, por sua vez, era genro de João Lunardelli, dono das maiores propriedades de terras e glebas no Norte do Paraná e irmão de Jeremia, o "rei do café". Paulo Pimentel controla O Estado do Paraná, Tribuna do Paraná e o portal Paraná Online e, não se elegendo ao Senado nas eleições de 2002, pelo PMDB, assumiu a Presidência da Companhia Estadual de Energia Elétrica (2003-2004).

Rodrigo Maranhão Khury, irmão de Alexandre, foi vice-presidente do conselho fiscal da BLL, uma bolsa de licitações e leilões que atuava em até 20 prefeituras do Paraná e movimentou ao menos R\$ 40 milhões na organização e pregões eletrônicos para a compra de produtos entre 2008 e 2010. O presidente era Nelson Cordeiro Justus e o presidente do conselho fiscal Renato Cordeiro Justus, ambos filhos de Nelson Justus (DEM). Os três também são sócios na corretora Pregnet, que opera representando empresários em licitações on-line que podem ser realizadas na BLL,

81 <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/03/mp-denuncia-alexandre-curi-por-improbidade-em-licitacoes-daalep.html>

juntamente com outros concorrentes⁸². Rodrigo Curi, irmão de Alexandre, é filiado ao PMDB, trabalha no escritório político do irmão. Casado com a advogada Paula Sebrão Bonet, filha de Denise e *Carlos Alberto Bonet*, engenheiro mecânico e diretor da empresa Bioenergy.

Daniel César Maranhão Khury é cavaleiro, representante da Federação Paranaense de Hipismo. É casado com a jornalista **Cláudia Slavieiro**, prima de Paula Mussi, casada com seu irmão

Alexandre. Num blog sobre o casamento do casal diz assim: “Cláudia e Daniel têm uma linda história de amizade e cumplicidade: os dois se conhecem desde criança e suas famílias sempre foram muito amigas. “Ele era amigo de colégio do meu irmão mais velho e sempre ia lá em casa. Além disso, meu avô e o avô dele foram grandes companheiros, ou seja, as famílias estavam mega felizes com o nosso casamento!”(Agosto de 2012)⁸³. Cláudia trabalhou durante oito anos no Jornal O Estado do Paraná, de Curitiba, quatro deles como editora de Cultura e colunista de moda, e em 2012 trabalhou por um período de quatro meses como editora assistente da revista Top View, em Curitiba. Os avôs de Paula são Rubens e Ruth Slavieiro por parte de pai e Paulo e Ivone Pimentel por parte de mãe. Os pais de Claudia são **Claudio Gomes Slavieiro** e **Isabel Lunardelli Pimentel**. Seu pai é natural de Irati e empresário nos ramos agropecuário, de distribuição de automotivos, reflorestamento e cimento, expresidente da Associação Comercial do Paraná, diretor da Fiep e conselheiro do Sindicato Nacional das Industrias de Cimento. Já foi suplente do Conselho de Administração do BRDE. A família Gomes é uma das principais acionistas da Cimentos Itambé, cujo controle acionário está nas mãos de famílias paranaenses (62% divididos entre os Slaviero, os Gomes e os Araújo). O Coronel Emílio Batista Gomes foi o primeiro prefeito de Irati, em 1907. Um dos netos dele foi o ex-Governador do Paraná, Emílio Hoffmann Gomes, eleito pela Assembleia Legislativa em 1973 e Governador até 1975 (OLIVEIRA, 2012). Irmão de Cláudia, Daniel Pimentel Slaviero é o atual Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), iniciou sua carreira nas emissoras de televisão do Grupo Paulo Pimentel e foi diretor-executivo da Rede Massa, afiliada ao SBT, ambos no Paraná. Na Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), entidade que representa 17 mil emissoras de rádio e televisão nas Américas, Ásia e Europa, já ocupou a vice-presidência para a América do Sul e, atualmente, é conselheiro titular da entidade⁸⁴. Indicado em 2018 como Presidente da Copel pelo governador

82 “Licitações unem famílias Justus e curi”. Do jornal *Gazeta do Povo*, em reportagem de **Karlos Kohlbach**, **Katia Brembatti**, **James Alberti** e **Gabriel Tabatcheik**. Link: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/especiais/diariossecrets/licitacoes-unem-familias-justus-e-curi-0zzevfeql4q2es4c43iaqvcjy>

83 <http://www.constancezahn.com/claudia-slaviero-daniel-khury/>

84 <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23211-daniel-pimentel-slaviero-e-reeleito-presidente-da-abert>
⁹³ <https://www.assespropr.org.br/ratinho-junior-indica-presidencias-de-daniel-pimentel-slaviero-para-copel-e-wendelloliveira-para-copel-telecom/>

Ratinho Júnior⁹³. O outro irmão, Eduardo Pimentel Slaviero se apresenta como herdeiro político de seu avô, o ex-governador Paulo Pimentel. Filou-se ao PSDB em 2009 e passou a ser diretor de marketing da Fundação Cultural de Curitiba do governo Richa. Foi candidato em 2010 para deputado estadual, não obtendo sucesso. A disputa nas eleições de 2014 era certa, entretanto houve a desistência por parte de Eduardo, que assumiu a Sub-chefia da Casa Civil do Paraná e depois virou Assessor Especial do Governador Richa. Em 2016, se tornou vice-prefeito de Curitiba. Eduardo é casado com a publicitária Paula Mocellin, filha de Marcos Mocellin e Stella Antunes Mocellin e neta do pediatra Irineu Antunes Filho. O casamento foi em 2010 no Salão Azul do Clube Curitibano.

Ainda é preciso analisar a gigantesca e secreta rede social criada por Aníbal com amigos e assessores conectados em esquemas de poder, relações pessoais e de amizade construídas no decorrer de anos, tanto dentro quanto fora do Estado. De qualquer forma, é impossível entender o TCE-PR sem a influência de Aníbal e da família Khury que passou a formar um campo de hereditariedade política nos diversos braços no poder (PEREIRA, 2020).

Quando analisamos a composição da Assembleia Legislativa do Paraná eleita em 2018, constatamos a importância das famílias políticas. Dentre as famílias políticas podemos citar o presidente da ALEP, **Ademar Traiano**, que está no oitavo mandato. Político desde 1982, quando se elegeu vereador em Santo Antônio do Sudoeste. Três anos depois, virou prefeito. Em 1990, ele ganhou o primeiro mandato consecutivo como deputado estadual. Seu filho Ademar Luiz Traiano Júnior é sócio de duas empresas de coleta e destinação lixo urbano no Paraná. Uma das empresas, a MTX Ambiental, é dona de 23 contratos em dez municípios do estado, que somam R\$ 4,8 milhões. Entre 2000 e 2006, teve cargo em comissão na ALEP, aos 19 anos. Recebendo R\$ 7,3 mil de salário e ele ainda tinha um abono de R\$ 4,5 mil. Gabriela Traiano, filha, também recebia R\$ 8,8 mil entre 2004 e 2006⁸⁵. Um parlamentar de destaque na bancada dos herdeiros é **Alexandre Khury**, neto de Aníbal Khury. Casado com Paula Pimentel Mussi Khury (neta de Ruth e Rubens Slaviero, filha da exSecretária da Cultura Vera Mussi). Pelo lado da mãe, Jandira Albuquerque Maranhão, remonta a uma das maiores famílias jurídicas. Conexões em todos os poderes, tendo parentes no TJ, TCE, cartórios, rádios, mídia, futebol, etc. Outro é **Anibelli Neto**, seu pai, Antonio Martins Anibelli, deputado Estadual e Federal com nove mandatos, foi Presidente da Assembleia Legislativa. Seu avô, Antonio Anibelli, também deputado estadual e federal por seis mandatos, Presidente da Assembleia Legislativa e chegou a ocupar por um período o cargo de Governador do Estado. É a mais longa linhagem contínua na ALEP. **Maria Victória Barros**, filha da deputada

85 Ver matéria em <https://theintercept.com/2018/03/20/psdb-parana-lixo/>

federal e ex-vice e governadora eleita Cida Borghetti, e filha do deputado federal eleito Ricardo Barros. **Cristina Silvestri**, classe dominante tradicional, com bases em Guarapuava. Foi casada com Cezar Silvestri, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-secretário de Estado. Cristina Silvestri é mãe do prefeito de Guarapuava e ex-deputado estadual, Cesar Silvestri Filho. Ampla rede na região, com hospital, rádios e empresas. **Fernando Francischini**, pai do deputado federal Felipe Francischini, que comanda a CCJ da Câmara. Esposa Flávia já passou por diversos cargos comissionados, desde fev de 2019 está na Celepar. **Francisco Buher**, cujo bisavô, Benjamin Claudino Ferreira, foi um dos primeiros prefeitos de São José dos Pinhais e governou o município entre 1924 e 1932. O tio, Francisco Ari Claudino, com quem morou durante algum tempo, foi o primeiro prefeito eleito da cidade de Mandirituba. Nas eleições de 2002, Francisco foi eleito deputado estadual com 39.013 votos, reeleito nos anos de 2006 com 54.524 votos, 2010 com 40.004 votos, e 2014 com 50.757 votos. **Luiz Fernando Guerra**. Em 2006 foi estagiário na Comissão de Constituição e Justiça, época em que a ALEP era comandada por Valdir Rossoni. Com patrimônio declarado de quase 12 milhões de reais, pertence a uma das famílias mais importantes economicamente do estado do Paraná, acumulando significativas relações político-familiares. Seus vínculos políticos por meio de seus tios Alcení Guerra (prefeito, deputado federal, ex-ministro e chefe da casa civil), Valdir Francisco Guerra (vereador e deputado federal), Ivânio Guerra (deputado federal por três mandatos) e seu avô, Prosdócimo Guerra (vereador nos anos 50) consolidam sua posição no campo político, além de concentrar relevante capital econômico através da empresa familiar, comandada pelo seu irmão Ricardo Guerra e pelo pai, Luiz Fernando Guerra. A família tem o grupo Sementes Guerra, com faturamento bilionário. **Mabel Canto**, primeira deputada estadual por Ponta Grossa. Advogada e radialista, entra na política seguindo seu pai, o ex-prefeito e ex-deputado Jocelito Canto. Marcel Michelleto, filho do deputado federal Moacir Micheletto. Já foi prefeito de Assis Chateaubriand. **Nelson Justus**, de família tradicional com domínio em Paranaguá e amplas conexões históricas e institucionais. Avô: Oscar Joseph de Plácido e Silva, fundador da Gazeta do Povo. Pai: Nelson de Macedo Justus, candidato à Câmara Municipal de Curitiba em 1947 e à ALEP em 1950 – membro do Partido da Representação Popular. Filho: Roberto Cordeiro Justus, prefeito de Guaratuba (2016-2020); Nelson Justus é sócio de filha de Abib em rádio. O outro filho é sócio do irmão de Alexandre Khury e do filho Giovani Gionédís em empresas diferentes. **Paulo Litro**, filho da deputada estadual Rose Litro, e do ex-deputado estadual Luiz Litro. **Plauto Miró**, da família Guimarães, forte domínio poder político e econômico no Paraná desde os tempos provinciais, conexão com família Almeida, Pernetta, Gutierrez, Slaviero, Gomes, Lunardelli, Ribas Carli. Leprevost. Por outro ramo dos Guimarães, **Jonas Guimarães**. Seu irmão Edno Guimarães cumpre seu terceiro mandato como Prefeito de Cianorte, também foi

Deputado Estadual por duas vezes. Seu sobrinho, Carlos Alberto Guimarães, é Presidente da Câmara de Vereadores de Cianorte. **Requião Filho**, filho do ex-governador e ex-senador Roberto Requião. Dois filhos de conselheiros do TCE: e seu tio avô João de Matos Leão, foi senador (1971- 1978), **Artagão Júnior**, filho do conselheiro do TCE Artagão de Mattos Leão, sobrinho do exdeputado Aragão. Diversos negócios do setor madeireiro com base em Guarapuava e região. E **Tiago Amaral**, filho de Durval Amaral, com base em Londrina (PEREIRA, 2020).

Os laços de **família na política paranaense** é algo histórico e perpetuado, com os capitais sociais sendo transmitidos ao longo do tempo. Ao mapear os principais cargos do Paraná contemporâneo, Oliveira (2012) identificou que estes são ocupados, fundamentalmente, por sessenta e duas famílias, as quais transitam em meio aos mesmos sobrenomes, ou por casamentos, nas instituições mais significativas da esfera pública. Nesse aspecto, destaca a relevância dos estudos fortemente empíricos para identificação das redes de relações de parentesco e suas posições de poder, pois “a plataforma de observações e análises sobre ricos e poderosos também passa pelo estudo das relações entre estruturas de parentesco e de poder político, uma das formas de produção e reprodução dos privilégios e das desigualdades históricas” (OLIVEIRA, 2012, p. 75).

Ao tomar como objeto de pesquisa a classe dominante do estado do Paraná em uma perspectiva de longa duração, Oliveira aponta que suas instituições sociais e políticas são atravessadas pelas mesmas famílias há mais de 300 anos. Observa-se a identificação empírica de nomes e sobrenomes familiares recorrentes, marcados por vínculos familiares e genealógicos nas instâncias municipais e estaduais do legislativo e do executivo, assim como do judiciário, do Tribunal de Contas, de cartórios e do Ministério Público (OLIVEIRA, 2007; 2012). Ainda destaca esses mesmos grupos como referenciais, os chamados membros da classe dominante tradicional, ou seja, aqueles que pertencem às famílias históricas que estão presentes no comando do estado política e economicamente mesmo antes de sua formação como província. São esses grupos que, de forma assegurada, mantêm continuamente seus membros na ocupação dos espaços de poder mais privilegiados (OLIVEIRA, 2001; 2012).

Os aparelhos do Estado são alvos prioritários de concentração por famílias da classe dominante. Só consegue manter seus privilégios controlando os aparelhos do Estado. Muitos vivem de gordas aposentadorias sem nunca ter trabalhado. Outros julgam a própria ampliação de privilégios. Quanto maior e mais articulada for a rede familiar – e de afetos, amizades, compadrios, cunhados, sogras, etc - dentro do Estado, maior a capacidade de decisão sobre os fatos políticos. No mundo jurídico do Paraná pode-se atestar a importância histórica de várias famílias, como Macedo,

Albuquerque, Portugal, Camargo, entre outras. O mesmo acontece no Tribunal de Contas e no Ministério Público, instituições atravessadas por interesses familiares e políticos. Governadores, senadores, secretários, deputados estaduais e assessores importantes também costumam vir de famílias tradicionais, como Munhoz da Rocha, Braga, Lerner, Requião, Fruet, Richa, Dias, Hoffman, Macedo, Pimentel, Lupion, Ribas, Silvestri, Canet, Pessuti, Stephanes, Khury, Arns, Brandão, Rischbieter, Moreira Rodrigues, Marés, Barros, Belinati, Justus, Schulman, Isfer, Nassib, Sciarra, Rossoni, Kaefer, entre outros. O mesmo acontece com dirigentes de empresas estatais como Copel, Sanepar, Cohapar, Celepar, BRDE e Itaipu. Receita Estadual, o Porto de Paranaguá e os Cartórios seguem a mesma lógica familiar. Nos municípios o poder familiar também é presente nas prefeituras e câmaras municipais. No poder executivo, o governador Ratinho Júnior (filho do comunicador e empresário Ratinho) venceu a eleição de Cida Borgetti (esposa do ex-ministro e deputado federal Ricardo Barros) e João Arruda (sobrinho de Requião e casado com uma das filhas de Joel Malucelli). Henry Levy Kaminski em “Elites e Parentesco no Sistema Judicial Paranaense” aborda a estrutura de parentesco formada no sistema judicial do Paraná, enfocando agentes como Desembargadores, Juízes, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Cartorários, Advogados, entre outros, que formam grupos familiares em posições dominantes desde o período da colonização do país até os dias atuais. Ao analisar os “clãs jurídicos” das famílias Macedo, Azevedo Portugal e Albuquerque Maranhão mostram como algumas famílias em posição de destaque no sistema judiciário mantem seu poder a despeito de diversas mudanças da conjuntura sociopolítica paranaense. Vanderlei Hermes (2016) pesquisou como nos cartórios existe uma reprodução familiar analisando diversas cidades do Paraná. Outras pesquisas investigam os casos dos times de futebol (LAIBIDA, 2016) e a maçonaria (AMARAL, 2016). Diante deste apanhado geral, vamos analisar o Tribunal de Contas do Paraná como espaço de reprodução dos poderes familiares no estado.

3.2 GENEALOGIAS POLÍTICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná completou 73 anos em 2 de junho de 2020. Em dois de junho de 1947 nascia o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Criado através do Decreto-Lei estadual nº 627, foi instituído pelo então governador do Estado, Moysés Lupion⁸⁶.

Nos primeiros anos da Corte, a partir de 1947, devido a pouca estrutura física e técnica, a grande preocupação foi estruturá-la para exercer seu papel fiscalizador. Vêm desta época as primeiras regras e instruções para a análise dos processos e para a organização das atribuições do

86 Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/historia-do-tribunal/5/area/45>

Tribunal de Contas. Durante as décadas de 1950 e 1960 o Tribunal sofreu alterações em sua organização e competência. O número de juízes – que passaram a ser chamados ministros – subiu de cinco para sete, com igual número de suplentes. Também foi criada a vaga de auditor, com sete vagas. Até ser outorgada, a Constituição Federal de 1967, o TCE-PR detinha, entre outras competências, a atribuição de acompanhar a execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, além de julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos. O então governador Paulo Pimentel manteve a competência de análise “a priori” dos gastos do dinheiro público. Conforme Pimentel, o registro prévio dos gastos “para mim não atrapalhava nada. Pelo contrário, me dava tranquilidade, pois quando a despesa era paga ou quando as obras eram iniciadas, tudo já havia sido examinado pelo TC”⁸⁷. Apenas depois, a partir de 1971, houve uma significativa alteração na forma de atuação do Tribunal de Contas, passando de um controle preventivo, que precedia às contratações públicas, para um controle repressivo, posterior à concretização do ato pela Administração.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os Tribunais de Contas ganharam competências e foram fortalecidos. O modelo de controle externo *a posteriori* foi mantido pela Constituição Federal de 1988 e houve uma ampliação do campo de atuação do Tribunal, recebendo poderes para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Houve alargamento no rol daqueles que devem prestar contas, abrangendo pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, todas as entidades da administração direta e indireta, incluindo as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público. O TCE-PR ganhou amplas atribuições, provocando maiores impactos no Poder Executivo do Governo Estadual, na Assembleia Legislativa, no Judiciário e em todo campo das políticas públicas dos 399 Municípios do Paraná, empresas e outras esferas da vida cotidiana da sociedade paranaense. O TCE-PR fiscaliza as contas do Governador, dos chefes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Controladoria Geral, Defensoria Pública e do próprio Tribunal de Contas, além dos prefeitos e presidentes de câmaras municipais. Também fiscaliza empresas estatais e mistas (Sanepar, Copel, Compagás, etc), secretarias estaduais e municipais, Porto de Paranaguá, autarquias, universidades estaduais, fundos, fundações, entidades do terceiro setor, entre outros órgãos. São mais de 2 mil entes públicos e privados que são fiscalizados atualmente pelo TCE-PR.

O corpo deliberativo do TCE-PR é um colegiado de Conselheiros, o Tribunal Pleno, formado por sete membros com cargo vitalício. Quatro deles são escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe de governo estadual. Das cadeiras do governo estadual, apenas uma é de livre escolha. As outras duas vagas estão vinculadas à lista tríplice, uma do Ministério Público e

87 Fala disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page30.html>

outra da carreira de auditores. Os Conselheiros concentram o poder político do Tribunal e possuem vantagens consideráveis: tem as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça. Os conselheiros do TCE-PR, como os altos funcionários do Estado, estão situados junto com desembargadores, por força de dispositivo constitucional.

3.3 CONSELHEIROS DO TCE-PR

De sua fundação em 1947 até 2020, foram 31 conselheiros que integraram o Tribunal Pleno. Em ordem cronológica de posse, são eles: Raul Vaz, Raul Viana, Caio Graccho Machado Lima, Brasil Pinheiro Machado, Daniel Borges dos Reis, Eugênio José de Souza, Lauro Rego Barros, Algacyr Guimarães, Nacim Bacilla Neto, Leônidas Hey de Oliveira, José Isfer, Antônio Ferreira Rüppel, Rafael Iatauro, João Féder, Armando Queiróz de Moraes, Cândido Manuel Martins de Oliveira, João Olivir Gabardo, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren, Heinz Georg Herwig, Fernando Augusto Mello Guimarães, Caio Marcio Nogueira Soares, Hermas Eurides Brandão, Maurício Requião de Mello e Silva, Ivan Lelis Bonilha, José Durval Mattos do Amaral, Fábio de Souza Camargo, Ivens Zschoerper Linhares. Foram Conselheiros Presidentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde a sua fundação em 1947:

- 1947 e 1948 - Raul Vaz
- 1949 e 1950 - Daniel Borges dos Reis
- 1951 a 1964 - Raul Vaz
- 1965 - [Brasil Pinheiro Machado](#)
- 1966 - Daniel Borges dos Reis
- 1967 - [Antônio Ferreira Rüppel](#)
- 1968 - Leônidas Hey de Oliveira
- 1969 - [João Féder](#)
- 1970 - [Nacim Bacilla Neto](#)
- 1971 e 1972 - Raul Viana
- 1973 e 1974 - Rafael Iatauro
- 1975 e 1976 - [Nacim Bacilla Neto](#)
- 1977 a 1979 - Leônidas Hey de Oliveira

- 1980 e 1981 - [João Féder](#)
- 1982 - José Isfer
- 1983 e 1984 - Cândido Manuel Martins de Oliveira
- 1985 - Armando Queiroz de Moraes
- 1986 e 1987 - [João Olivir Gabardo](#)
- 1988 e 1989 - [Antônio Ferreira Rüppel](#)
- 1990 e 1991 - João Cândido Ferreira da Cunha Pereira
- 1992 e 1993 - Rafael Iatauro
- 1994 e 1995 - Nestor Baptista
- 1996 a 1998 - [Artagão de Mattos Leão](#)
- 1999 a 2000 - [Quielse Crisóstomo da Silva](#)
- 2001 a 2002 - Rafael Iatauro
- 2003 a 2004 - Henrique Naigeboren
- 2005 a 2006 - Heinz Georg Herwig
- 2007 a 2008 - Nestor Baptista
- 2009 a 2010 - [Hermas Eurides Brandão](#)
- 2011 a 2012 - Fernando Augusto Mello Guimarães
- 2013 a 2014 - [Artagão de Mattos Leão](#)
- 2015 a 2016 - Ivan Lelis Bonilha
- 2017 a 2018 - José Durval Mattos do Amaral
- 2019 a 2020 - Nestor Baptista

Na época da sua criação o Tribunal funcionava na Rua Ermelindo de Leão, em casa que hoje fica a Polícia Civil. O corpo deliberativo era formado por uma representação da Secretária da Fazenda do Estado e cinco juízes. Foram os escolhidos pelo governador Moisés Lupion os juízes **Raul Vaz, Daniel Borges dos Reis, Brasil Pinheiro Machado, Raul Viana e Caio Graccho Machado Lima.**

Em 12 de agosto de 1947 é aprovado o primeiro Regimento Interno da Casa, versando sobre sua constituição e estabelecendo procedimentos de trabalho a serem adotados. Com 74 artigos, foi assinado pelos cinco juízes do Tribunal. A eleição de seus primeiros dirigentes ocorreu em 14 de julho de 1947, levando Raul Vaz à presidência e Daniel Borges dos Reis à vice-presidência.

Raul Vaz. Filho de Manoel Vaz e Luiza Paes, ambos de famílias quatrocentonas de São Paulo, detinham o Título de Alvarenga⁸⁸. Raul se formou Contador pela Escola Álvaro Penteado, em São Paulo. Foi Secretário da Liga Agrícola e Comercial do Norte do Paraná, com sede em Cambará por quatro anos. Foi diretor do jornal “O Democrático” na cidade. Veio para Curitiba para ser Secretário da Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Paraná, sob a presidência do então Interventor Manoel Ribas, por treze anos. Formou-se em Direito pela UFPR. Diretor do jornal “O Dia” em Curitiba. Durante o governo Lupion ocupou os cargos de Diretor Geral do Departamento de Municipalidade, Secretário do Interior e Justiça e Secretário da Fazenda interino. Por indicação de Lupion, se tornou Presidente-Fundador do TCE-PR, foi presidente por dezesseis anos, dos quais, quatorze foram consecutivos. Falecido em 02 de maio de 1992, aos 93 anos.

Daniel Borges dos Reis. Filho de Daniel Borges dos Reis e Alilat Muricy dos Reis. Família com descendentes em diversos cargos públicos e meio educacional. Bacharel em Direito pela UFPR. Teve experiência no meio educacional, sendo professor e diretor em colégios e universidades. Foi Secretário do Governo Manoel Ribas.

Brasil Pinheiro Machado. Nasceu em Ponta Grossa (PR) no dia 12 de dezembro de 1907, filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado e de Maria Eugênia Pinheiro Machado. A formação do clã da família Pinheiro Machado deu-se em 1.816, com o casamento do capitão José Gomes Pinheiro Velloso e Anna Florisbella Machado de Oliveira e Vasconcellos, seus trisavós⁸⁹. Ele foi capitão das antigas ordenanças do imperador e a família espalhou-se por Sorocaba, Itapetininga e Botucatu. Existem laços de parentesco entre sua família e os sertanistas irmãos Villas-Boas; o ex-prefeito de São Paulo Reynaldo Emygdio de Barros; o ex-senador Danton Pinheiro Jobim; o irmão deste José Pinheiro Jobim, ex-consul; Tácito Pinheiro Machado, ex-delegado geral de polícia em São Paulo; Anésia Pinheiro Machado, a primeira aviadora brasileira, e o desembargador de São Paulo, Paulo Gomes Pinheiro Machado (MARCHETTE, 2013). Em seu caderno escrito na década de 1970 que chama de Os Carvalhos, Brasil escreveu: “Cada um de nós é um produto de um número imenso de famílias, que convergem, para que nasçamos. Assim como exemplo, eu posso nomear uma série de famílias que, ao menos histórica e biologicamente, convergiram naquela quinta feira de dezembro, dia 12, do ano de 1907, para possibilitar meu nascimento”. Prossegue contando a genealogia de sua família, os Pinheiro Machado, desde o século XVIII com a vinda de um casal de portugueses imigrantes de nome Pinheiro. O filho deles casa, em São Paulo, com “...uma moça da mais antiga linhagem paulista – a do Machado, cujas raízes são as mais antigas no Brasil, se embebiavam no solo

88 Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Alvarengas_4.htm

89 Disponível por um descendente que fez uma ampla árvore genealógico disponível em <http://www.historiadebotucatu.com.br/livros/arvoreGenealogica/arvoreGenealogica.pdf>

da gente de Martim Afonso.” Segue a narrativa com a trajetória deles para o Rio Grande do Sul, após a Revolução de 1842 “...seguindo o rumo das tropas” até Cruz Alta “e se espraíram pela região missioneira”; é lá que nasce o avô que casa em Sto. Ângelo com uma “moça de tronco paranaense” de nome Ribas, cuja família imigrou de Portugal e se estabeleceu em Curitiba “participando da ‘governança’”. Desse casamento, logo depois da guerra do Paraguai, nasceu seu pai a quem, patrioticamente, foi dado o nome de Brasil o primeiro de muitos na família, que após a Revolução de 1893 se emprega na condução de tropas de muares do Rio Grande para a Feira de Sorocaba, em São Paulo. O caminho das tropas passava por Ponta Grossa. “Aí, o rapaz se casou com uma filha de fazendeiro dos Campos Gerais do Paraná. É minha mãe.” A família Pinheiro Machado também é considerada uma das mais tradicionais dos Campos Gerais. Brasil era primo em segundo grau do senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), natural de Cruz Alta, fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e assassinado no Rio de Janeiro quando exercia a função de vice-presidente do Senado da República; filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado (1871-?), que, na década de 1910, fora vereador em Ponta Grossa. A família da mãe de Brasil Pinheiro Machado, os Guimarães, era proprietária de uma fazenda nos Campos Gerais desde o final do século do XVIII, quando o provável sesmeiro, Manoel Gonçalves Guimarães, adquiriu a Fazenda Santa Cruz. No governo Manoel Ribas, membros das famílias Guimarães e Pinheiro Machado irão ocupar cargos políticos estratégicos, inclusive alcançando o período do Estado Novo: o senador Flávio Carvalho Guimarães (1881 - 1968), irmão de Maria Eugenia Guimarães Pinheiro Machado, portanto tio de Brasil, foi secretário da Fazenda do Estado do Paraná e membro do Conselho Administrativo do Estado na era estadonovista (MARCHETTE, 2013). Brasil Pinheiro Machado fez os estudos primários em sua cidade natal, cursou o secundário em São Paulo e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1930. Em 1932, foi prefeito de Ponta Grossa. No pleito de outubro de 1934, elegeu-se deputado estadual à Assembleia Constituinte do Paraná, atuando como relator da nova Carta estadual e exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Exerceu o cargo de procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná, entre 1939 e 1945. Vice-reitor da atual Universidade Federal do Paraná em 1945, no pleito de dezembro deste ano elegeu-se deputado pelo Paraná à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD), mas não assumiu o mandato imediatamente. No ano seguinte foi nomeado pelo presidente Eurico Dutra interventor no Paraná, em substituição a Clotário de Macedo Portugal. Ainda em 1946 deixou o cargo, substituído pelo coronel Mário Gomes da Silva, e em março de 1948, estando já a Constituinte transformada em Congresso ordinário, ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados. Aí foi membro da Comissão Permanente de Constituição e Justiça,

encerrando o mandato em janeiro de 1951⁹⁰. Criado o Tribunal de Contas em 1947, foi nomeado conselheiro, licenciou-se no ano seguinte para assumir a cadeira de deputado federal pelo PSD. Reassumiu seu cargo no Tribunal de Contas em 1951. Foi eleito presidente em 1965 e se aposentou no ano seguinte. Morreu em Curitiba, aos 89 anos, em outubro de 1997 (MARCHETTE, 2013). Era casado com Susana Pinheiro Machado, com quem teve quatro filhos. Entre outros trabalhos, publicou *Quatro poemas* (1928), *Sinopse da história regional do Paraná* (1951) e *História do Paraná* (em co-autoria com Maria Cecília Westphalen e Altiva Pilatti, 4v., 1967).

Raul Viana. Nasceu em 10 de agosto de 1914 em Ponta Grossa. Filho de Pedro Baptista Viana e Antonina Gonçalves. Bacharel em Direito, exerceu diversos cargos no governo Manoel Ribas (Secretário de Agricultura, Interior e Justiça, Fazenda, Negócios do Governo). Foi da redação do jornal “Gazeta do Povo”, fundou e dirigiu o jornal “Diário Popular” e “Correio do Paraná”. Durante o governo do interventor Mário Gomes, Raul Viana recebeu a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. A candidatura de Moysés Lupion foi lançada pelo PTB paranaense, onde havia um grupo que a defendia enfaticamente e que deu início a uma sistemática campanha de oposição ao interventor Pinheiro Machado por meio do Diário Popular, que tinha como diretor Raul Viana, como gerente Abilon de Souza Naves e como secretário o jornalista Jorge Mathias Jr., todos membros do PTB paranaense e amigos de Lupion. Nomeado Juiz do TCE em 1947.

Caio Graccho Machado Lima. Nasceu em 10 de maio de 1885. Formado pela Escola da Ciências Políticas em Paris, França. Foi diretor de estatística do arquivo público do Paraná, delegado geral de bancos, membro do Conselho Administrativo do Paraná, realizou diversas viagens para a Europa divulgando a erva-mate. Fundador do jornal “O Dia” e proprietário do jornal “Diário do Paraná”. Deputado estadual na ALEP em 1908-1909 pelo Partido Republicano Federal, em 1930-1931 pelo Partido Republicano Paranaense e de 1935 a 1937 pelo Partido Social Democrático. Nomeado conselheiro do TCE-PR, na época chamado de Juiz, em 1947. Faleceu em 2 de fevereiro de 1954 (GOULART, 2014; 2016). Era filho de Antônia Machado Lima e Vicente Machado da Silva Lima – influente político do início da República, Chefe do Partido Republicano e Presidente de Estado.

Vicente Machado da Silva Lima nasceu em Castro, em 9 de agosto de 1860. Filho do Dr. José Machado da Silva Lima, nascido em 1822, e de sua esposa Anna Guilhermina Laynes

90 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/machado-brasil-pinheiro>

Pinheiro Lima, ambos de Paranaguá (NÍCOLAS, 1984). Vicente Machado é descendente dos primeiros povoadores do Paraná, ligado ao Título Carrasco dos Reis – designação feita ao primeiro povoador que recebeu terras de sesmarias do então Capitão-mor Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides. O sogro do primeiro casamento de Vicente é Antonio Moreira Lima, filho do Capitão Francisco José Antunes Lima e de Gertrudes Cypriana de Camargo. Antonio foi capitão na Guarda Nacional, reconhecido como grande proprietário de terras em Itatiba (SP) produzindo café com uso de trabalho escravo. Deste matrimônio o casal teve Caio Gracho, Antonio Jorge Machado da Silva Lima, Vicente Machado Filho e João Antonio Machado Lima (GOULART, 2016). Antonio Jorge, nascido em Ponta Grossa em 1886, foi Deputado Provincial (de 1886 a 1889), Deputado Estadual (de 1891 a 1892 e 1896 a 1903), Senador pelo Paraná (1895-1902) e presidente do Paraná (1893-1894 e 1904-1907) (GOULART, 2008, OLIVEIRA, 2000). Antonio era casado com Zaira Abreu Machado, filha do senador Cândido de Abreu. Um de seus tios foi Benigno Augusto Pinheiro Lima, deputado estadual e chefe político em Antonina. Outro tio foi José Machado Pinheiro Lima, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (OLIVEIRA, 2000, p.391). Um dos primos de Antonio e Caio, filho de José, foi Ranulfo Pinheiro Lima, deputado federal em São Paulo, eleito em 1935 (ALVES, 2003, p.229).

Quase todos os juízes indicados eram ligados ao então primeiro governo Lupion, que começara em 12 de março de 1947, menos de três meses antes do Decreto de fundação do Tribunal. Raul Vaz era diretor do jornal lupionista “O Dia” e biógrafo de Moisés. No Governo Lupion ocupou os cargos de Diretor Geral do Departamento de Municipalidade e secretário estadual do Interior e Justiça. Caio Graccho Machado de Oliveira Lima, filho de Vicente Machado, foi jornalista e diretor do jornal O Dia. Raul

Viana era da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Lupion e diretor do jornal “trabalhista” Diário Popular, impresso nas oficinas do jornal O Dia. Daniel Borges dos Reis foi secretário do Palácio do Governo de Lupion. O único que não era de seu grupo político era Brasil Pinheiro Machado, Interventor Federal do Paraná que foi derrotado por Lupion nas eleições de 1947 e posteriormente indicado para Juiz do TC.

Eugênio José de Souza. Conhecido como Genico. Nasceu em 08 de maio de 1893 em Paranaguá. Filho de Carlos Eugênio de Souza e Luiza Maria da Silva. Prestou serviço à Prefeitura de Paranaguá na área contábil. Acumulou diversos cargos no governo no governo de Bento Munhoz da Rocha: foi Secretário da Fazenda, Diretor do Porto de Paranaguá, Secretário de Obras

Públicas, fiscalizando as Obras do Centenário, foi Presidente do Banco do Estado do Paraná em 1955. No mesmo ano foi indicado como juiz do TCE.

A partir dos anos 1960 o TCE-PR passa por uma renovação importante de seus conselheiros, com **Lauro Rego Barros, Algacyr Guimarães, João Féder, Antônio Ferreira Rüppel, Nacim Bacilla, Rafael Iatauro, Armando Queiróz de Moares e Cândido Manuel Martins de Oliveira**, este último indicado em 1981. Trata-se de um ciclo de transformação política no Paraná sob a influência de Ney Braga, Aníbal Khury e Paulo Pimentel.

Lauro Rego Barros. Nasceu a 4 de agosto de 1918, em Curitiba. Filho de Ephigenia e o Capitão Augusto do Rego Barros, que foi o primeiro presidente do [América Futebol Clube](#), um dos clubes que originou o [Clube Atlético Paranaense](#). Lauro, aos 22 anos, formou-se em Direito e foi trabalhar como promotor público no interior do Paraná, na cidade de Tibagi. Prestou concursos e trabalhou em Araucária e Rio Negro. Vindo de uma tradicional família atleticana, foi convidado pelo então governador Ney Braga para assumir a Secretaria de Educação. Lauro também administrou a Secretaria de Justiça, posteriormente atuando como diretor do Departamento Penitenciário do Paraná entre 1961 e 1962. Após o término do mandato de Ney Braga, o então presidente Paulo Pimentel assumiu o governo e manteve Lauro na administração das secretarias. Em 1964, foi nomeado como juiz do TCE. Lauro deixou quatro filhos: os advogados João Luiz Rego Barros (trabalhou na TELEPAR), Luiz Carlos Marchesini Rego Barros (funcionário do Tribunal de Contas) e Luiz Alberto Rego Barros, este último conselheiro e diretor da OAB Paraná em várias gestões; e o médico oftalmologista Luis Augusto Rego Barros. Seus filhos, foram presidentes da junta eleitoral nas quatro últimas eleições do Atlético. Luiz Alberto do Rego Barros em 2003 e 2005, e João Luiz do Rego Barros em 2008 e 2011⁹¹.

Algacyr Guimarães. Nasceu em Curitiba, dia 02 de janeiro de 1909. Filho do Major Heitor de Alencar Guimarães, oficial do Regimento de Segurança de Curitiba, casado com Alda Bandeira Guimarães (NEGRÃO, 2004, vol III, p.185). Fez seus estudos em Curitiba, tendo recebido diploma de engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Na década de 1950 transferiu-se para São Paulo, convidado a organizar o setor de transportes da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Em 1957 já era diretor de operações daquela ferrovia, destacando-se pela sua

91 Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/pr/torcedor-atletico-pr/platb/2012/09/06/quem-nao-tem-passado-naotera-futuro/>

competência profissional. Em razão disso, foi nomeado membro do Conselho Nacional de Tarifas de Transportes e do Instituto Nacional Tecnológico de Pesquisas Econômicas. Em 1961, o governador Ney Braga foi buscá-lo para assumir a Secretaria do Estado da Fazenda. Quando o governador Ney Braga foi convocado para o Ministério da Agricultura e, por isso, renunciou ao cargo, foi Algacyr que assumiu o posto, sendo eleito pela Assembléia Legislativa para concluir o período governamental. Após transmitir o governo ao seu sucessor, Paulo Pimentel, assumiu a Direção Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nomeado pelo presidente Castello Branco, em fevereiro de 1966. Entre as obras de relevo da sua administração, destaca-se a construção e pavimentação da BR 277, inaugurada em 1967. Assumiu a presidência do Banestado em 1970, sendo nomeado, a seguir, para o Tribunal de Contas do Paraná.

Nacim Bacilla Neto. Nasceu em Palmeira em 21 de agosto de 1925. Foi [advogado](#) e [jornalista](#). Atuou na Prefeitura de Curitiba na área de comunicação. Destacou-se como jornalista na Rádio Marumbi e no periódico, [Gazeta do Povo](#), onde também foi redator, quando da sua aquisição por [Francisco Cunha Pereira Filho](#) em 1962. Secretário particular do então governador Adolpho de Oliveira Franco, desempenhando funções na Casa Civil. Em 1955 passa a exercer funções de Procurador do Quadro Especial da Consultoria Geral do Estado. Nomeado em 1966 no TCE, pela vaga dos auditores. Faleceu em [2 de março de 1989](#). Sua filha Lais Denovaro Bacilla é servidora do TCE. Nacim Bacila Neto era primo do cientista paranaense [Metry Bacila](#)¹⁰¹.

Leônidas Hey de Oliveira. Nasceu em 11 de abril de 1917 em Curitiba. Filho de Joaquim de Souza Oliveira Júnior e Cecília Hey de Oliveira. Bacherel em Direito pela UFPR. Exerceu funções na Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Paraná. Exerceu advocacia em Curitiba por 22 anos. Nomeado em 1962 como juiz do TCE.

José Isfer. Nasceu em Curitiba, dia 28 de maio de 1916. Filho de Jorge Antonio Isfer e Rosa Isfer. Engenheiro Civil pela UFPR. Ocupou o cargo de funcionário civil da Comissão de Estradas e Rodagem do quinto batalhão de Engenharia. Foi engenheiro no Departamento de Aeronáutica Civil. Fundou a firma Aliança Construtora, com sede em União da Vitória. Administrou a construção da Estação Rodoviária de Curitiba, na Rua João Negrão. Foi Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA. Nomeado em 1964 como auditor e em 1966 como Juiz do TCE.

A esposa de Marcos Isfer, Solange Sá Fortes Ferreira Isfer, é servidora do TCE.

Rafael Iatauro. Filho de Bernardino Iatauro e Lazara Romualdo Iatauro, nasceu em 31 de julho de 1936, na cidade de São Simão, Estado de São Paulo. Foi vice-presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas e Presidente do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná. Foi comentarista de jornal e rádio de 1955 a 1966. De 1959 a 1961 assume as Relações Públicas da Fundação Paranaense de Assistência Rural do Governo do Paraná, depois as Relações Públicas da Secretária de Agricultura de 1961 a 1963. Formado em Direito pela PUC em 1963. Vira Escrivão da varas civis em Curitiba e Araucária por indicação. Muito próximo de Aníbal Khury, era do diretório municipal do hoje extinto Partido Trabalhista Nacional, locutor das campanhas eleitorais da época, sempre presente em seus famosos cafés da manhã e almoços, tomou posse como juiz substituto no Tribunal de Contas do Paraná em 19 de agosto de 1966 passou a ministro e então conselheiro e deixou a Corte de Contas 40 anos depois, em 7 de março de 2006, quando se aposentou. Presidiu o TC paranaense por seis gestões, foi cinco vezes vice-presidente e 12 vezes corregedor-geral. Quando se aposentou foi indicado como chefe da Casa Civil do governo Requião e depois presidente da Paraná Previdência do governo Richa. Diversos membros da família Iatauro trabalham ou são aposentados pelo TCE-PR. O genro de Rafael, Fábio Camargo, foi indicado para conselheiro do TCE-PR em 2013. A família está representada no Tribunal de Contas por Gracia Maria de Medeiros Iatauro (filha), Giovana Maria Iatauro (filha), Rafaela Iatauro Bueno (neta), Guilherme Braga Lacerda (ex-genro), Rodrigo Iatauro Bueno (neto) e Tatianna Cruz Bove (esposa) (OLIVEIRA, 2007)

Antônio Ferreira Rüppel. Nasceu no dia 03 de março de 1921 em Bocaiúva do Sul (PR). Conforme Olivera, Antonio Ferreira Ruppel era filho de Severo Ferreira Ruppel e Ricardina Ferreira Ruppel, neto paterno de Silvério Ruppel e Maria Madalena, que era filha de José Ferreira Pinto de Azevedo Portugal e de Francisca de Paula Oliveira Ribas, neta do Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e de Rita Ferreira de Oliveira Bueno. Troncos muito tradicionais no Paraná oitocentista. A família Ruppel e a família Sotto Maior são aparentadas (2002, p. 190). Coursou odontologia na Universidade Federal do Paraná e direito na Faculdade de Direito de Curitiba. Foi comerciante, dentista e Prefeito de Bocaiúva do Sul. Foi eleito deputado estadual em 1958 e reeleito em 1962. Na primeira legislatura em que foi eleito foi presidente da [Assembleia Legislativa do Paraná](#) e na outra foi 1º secretário. Assumiu o governo em 17 de novembro de 1965, por três dias, quando o governador Ney Braga e o vice Affonso Camargo Netto renunciaram, o

primeiro para ocupar o Ministério da Agricultura no governo Castello Branco⁹². Coordenou a eleição estadual onde venceu Paulo Pimentel que começou o governo em 1966. Foi indicado para o Tribunal de Contas em 1966. Muitos parentes de Antônio Ruppel são funcionários ou aposentados pelo TCE-PR. Foram servidores do TCE sua sobrinha Andrea de Brito Ruppel, seus filhos Antonio; Severo; Maria Lúcia; Gil e Roberto Ruppel, seu neto Fernando Hauer, a nora Lúgia Maria Hauer e outros parentes: Ricardo Ruppel, e José Antonio Ruppel Paraná (OLIVEIRA, 2010).

João Féder. Nasceu em 24 de junho de 1930 em Campo Largo. Filho de Salomão Elias Féder e Margarida Chemin. Bacharel em Direito pela UFPR. Iniciou a carreira jornalística como repórter do jornal Paraná Esportivo e paralelamente, foi radialista na rádio guairacá. Quando exercia o cargo de diretor do jornal O Estado do Paraná, então pertencente aos sócios, Afonso Alves de Camargo Neto e Aristides Merhy, recebeu a incumbência de criar um jornal popular e então formatou os parâmetros e características do periódico que mais tarde seria um dos empreendimentos do Grupo Paulo Pimentel, o Jornal Tribuna do Paraná, criado por Féder em 17 de outubro de 1956⁹³. Entre os diversos cargos que ocupou também foi diretor da TV Iguaçu (Canal 4, de Curitiba), diretor da TV Tibagi (Canal 11, de Apucarana), diretor para o Paraná da Fundação Cásper Líbero. Foi indicado por seu sócio, o então governador Paulo Pimentel, para ser conselheiro do TCE-PR. Féder foi conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná por 33 anos, sendo presidente do Instituto Ruy Barbosa e membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Autor de diversos livros. Faleceu em outubro de 2013. A família está representada no Tribunal de Contas por Jeán Féder (filho), Luiz Henrique Sampaio Feder (filho), Arlete M.C. de Macedo Feder (nora) e Nilson Pohl (sobrinho).

Armando Queiróz de Moares. Nasceu em Varadouro (SP) no dia 14 de abril de 1919. Era filho de Fausto Queiroz de Moraes e Cora Silveira de Moraes. Concluiu o ginásio no Colégio Diocesano Santa Maria, de Campinas. Formou-se bacharel em Direito na Universidade do Brasil (RJ). Em 1948 recebeu o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, passando a exercer sua profissão. Em 1951 se muda para Apucarana para trabalhar, a convite do juiz Sinval Reis. Foi um dos primeiros advogados da cidade. Participou da vida social e do desenvolvimento do município, como orador da diocese, procurador jurídico da Prefeitura nas administrações de Daniel Portela e Roberto Brzezinski, consultor jurídico na gestão Horácio Amaral, sócio-fundador do

⁹² <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Antonio-Ferreira-Ruppel>

⁹³ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-aos-83-anos-joao-feder-criador-da-tribuna-do-parana31506qa012fuziidvvu9qjyha/>

Clube 10 e até professor de História, em 1958. Na política, aceitou apoiar o então candidato a governador Ney Braga com o compromisso de que ele concluiria a Usina Mourão. Em 1962, foi eleito deputado estadual com 7.607 votos pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o mesmo do governador Ney Braga. Em 1966, foi reeleito pela Arena com 21.709 votos. Em 1970 novamente foi vitorioso com 21.671 votos. Foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e fez parte das Comissões de Constituição e Justiça, Terras, Colonização e Imigração. Foi nomeado Procurador do Tribunal de Contas pelo governador Emílio Gomes. Em 1974 assumiu o cargo de Chefe de Gabinete do vice-governador Jaime Canet Júnior. Em 1975, se torna Secretário Chefe da Casa Civil pelo então governador Jaime Canet. Em 1978o, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas onde ficou até aos 70 anos de idade e aposentou-se em 1989⁹⁴. Casou com Maria Conceição Schincariol, com que teve três filhos: Márcia Maria casado com José Álvares Linhares (ex-vice-prefeito de Campo Mourão), Maria Cristina esposa de Dragutin Carlos Pirih e Armando Queiroz de Moraes Júnior (funcionário do TC aposentado) que é casado com Eliane Rocha⁹⁵.

Cândido Manuel Martins de Oliveira. Nasceu em União da Vitória (PR) em 16 de maio de 1940. Filho de Cândido Machado de Oliveira Netto e Jupira Martins. Neto de **Manoel Lustosa Martins**, nascido em 05/07/1892, filho de Fermino Martins dos Santos e Balbina Lustoza Martins, que descendia de portugueses de quatro famílias que se tornaram tracionais no Paraná, por solicitarem sesmarias já no século XVII: Balthazar Carrasco dos Reis, Matheus Martins Leme, Bernardo Martins Ferreira e Felipe Ferreira de Magalhães. São pioneiros, não só fundadores e povoadores de Curitiba como primeiros desbravadores do planalto paranaense (MARTINS, 1992, p.79). O avô de Manuel Lustosa, Bento dos Santos Martins, casado com Dona Anna Pereira da Luz, que era neta de Francisco Pereira Magalhães, grande proprietário de terras na região da Serra do Mar, ou seja, grande fazendeiro da região acumulando oito mil alqueires de terra (Idem). Manoel foi o décimo segundo prefeito de Clevelândia (1930 a 1936) pelo PTB de Getúlio Vargas. Casou com Maria da Luz Carneiro dia 15 de junho de 1918, com quem teve cinco filhos: Jupira, Jacira, Firmino, Alaor Prata e Juarez. A mesma dualidade da ampla base getulista, do PSD e PTB, envolvia sua família. Ambos genros eram ambos advogados e promotores de justiça. Sua filha Jacira casou com **Antônio Anibelli**, que foi deputado pelo PTB. Sua filha Jupira (que foi diretora da Biblioteca Pública) casou com **Cândido Machado de Oliveira Netto**, que foi deputado estadual de 1950 a 1958 pelo PSD⁹⁶. Cunhado do político Arnaldo Busato, que foi deputado estadual, federal e Secretário da Saúde por duas ocasiões, nos Governos de Paulo Pimentel e de Jayme

94 <https://www.bemparana.com.br/noticia/morre-o-ex-deputado-armando-queiroz-de-morais--#.XwDLnChKjIU>

95 Dados disponível no site do ParanaPrevidência.

96 Ver biografia em: <http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-luis>

Canet. Seu irmão **Luiz Alberto Martins de Oliveira**, nascido em 2 de julho de 1947, ingressou no serviço público como funcionário da Assembleia Legislativa. Após se formar em Direito pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), assumiu o cargo de procurador do Legislativo estadual. Na década de 1970, ocupou, ainda, cargos do segundo escalão do Executivo estadual na área de educação, durante o governo de Emílio Hoffmann Gomes (1973-1975). Foi eleito pela primeira vez deputado estadual em 1974 pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar. Reelegeu-se sucessivamente em 1978, 1982 e 1986 – nas duas últimas eleições, pelo PDS (Partido Democrático Social), o partido que sucedeu a Arena e que hoje é o PP (Partido Progressista). Em 1990, participou como primeiro suplente da chapa vitoriosa do então candidato ao Senado José Eduardo de Andrade Vieira, dono do banco Bamerindus. A dupla repetiu a dobradinha na eleição de 1994. Como José Eduardo se licenciou do Senado por dois períodos para ocupar o cargo de ministro nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, Oliveira foi efetivamente senador do Paraná entre 1992 e 1993 e de 1995 a 1996. Em 1997, o então governador do Paraná Jaime Lerner nomeou Oliveira para o cargo de secretário especial. Um ano depois, assumiu a Casa Civil do governo estadual. Deixou o cargo em 1999. Após essa passagem pelo governo Lerner, ele não voltou mais à política e passou a se dedicar a suas fazendas no Sudoeste do Paraná. Morreu em 2008⁹⁷.

Cândido Manuel Martins de Oliveira cursou educação básica na Escola Marcelino Pontes em Clevelândia, complementando-a no Colégio Santa Maria e Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. Foi Presidente do Centro Estudantil do Colégio Estadual. Se formou em Direito na UFPR, em 1967. Participou do fim do governo Ney Braga como chefe de gabinete do Secretário de Educação Lauro Rego Barros. No início do governo de Paulo Pimentel foi para a FUNDEPAR e depois indicado para a Secretária de Educação no governo Paulo Pimentel. Em 1970, foi eleito para a ALEP, com 39 mil votos. Em 1972, saiu da Secretária de Educação para assumir a chefia da Casa Civil. Depois foi para a área particular, assumindo os negócios do Grupo Pimentel⁹⁸. Nesta época foi indicado como Procurador do TCE. Em 1981, foi indicado então por Ney Braga, no lugar do conselheiro Raul Viana para o TCE. Sua indicação passou pela ALEP, sendo a primeira que teve este ritual. Até então todos foram indicados pelo governador. No Tribunal de Contas conta com diversos membros: suas filhas Adriana, Luciana e Suzana. Os sobrinhos Paulo Sérgio e Rodrigo

⁹⁷ Assembleia declara luto de três dias pelo falecimento do ex-deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Disponível em:

<http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-declara-luto-de-tres-dias-pelo-falecimento-do-exdeputado-luiz-alberto-martins-de-oliveira>

⁹⁸ Relato do próprio Cândido em: <http://memoriasparana.com.br/candido-martins-de-oliveira/>

Martins de Oliveira Silva Pinto. O ex-genro Marcelo Marcal Belich, e sua neta Ana Cristina Martins Balaroti.

Em 1982 se inicia um ciclo que irá até 1994 com Jaime Lerner. Neste período governo do MDB ganham as eleições, primeiro com José Richa (1983-1986), depois Álvaro Dias (1987-1991) e Roberto Requião (1991 a 1994). Novos interesses políticos se mesclam com a influência de Aníbal Khury, que vai para o MDB neste período em que são indicados conselheiros do TCE: **João Olivir Gabardo, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva e Artagão de Mattos Leão.**

João Olivir Gabardo. Nasceu em 19 de novembro de 1931, natural de União da Vitória (PR). Filho de João Gabardo Netto e Helena Gabardo Rocha. Fez o Colégio Estadual do Paraná, onde foi Presidente do Centro Estudantil. Bacharel em Geografia e História pela UFPR em 1959. Bacharel em Direito pela UFPR em 1960. Foi Integrante do Centro Acadêmico Hugo Simas. Participação nos Congressos da UNE no período. Diretor do Colégio Estadual de Aplicação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Diretor da Faculdade de Filosofia da UEM. Em 1963 é eleito vereador em Londrina. Em 1969, eleito deputado estadual e, de 1970 até 1984, deputado federal. Gabardo teve fundamental importância na política londrinense, pois nas fileiras da universidade recrutou alguns daqueles que hoje protagonizam a política paranaense, tal como Álvaro Dias. Em julho de 1984, foi indicado Conselheiro do TCE pelo governador José Richa. Em 1994 foi nomeado Secretário da Educação de Jaime Lerner (SILVA, 2015). Em 1990 se aposentou no TCE e, após se reintegrar ao PMDB, foi lançado candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Roberto Requião, também peemedebista. Mas em outubro, por divergências de campanha, desistiu de se candidatar, sendo substituído por Mário Pereira⁹⁹. Na primeira gestão de Requião no Governo do Paraná, Olivir foi Secretário Especial da Ouvidoria Geral e Secretário de Estado de Educação quando Mário Pereira assumiu ao governo; sua última incursão política foi como suplente de Senador, assumindo a vaga quando Álvaro Dias licenciou-se para concorrer ao Governo do Paraná. Outro membro da família foi Ezenir Gabardo, a qual ocupou o cargo de Diretora-Geral da Secretaria de Estado de Educação e, posteriormente, da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, nos governos de Álvaro Dias e Requião, respectivamente. Nos registros da história de Londrina, encontramos ainda dois outros membros da família Gabardo, são os primos Arthur e Omar Gabardo. Arthur Gabardo que ocupou o cargo de Secretário Geral de Londrina entre 1941 e 1943, na equipe do também curitibano e prefeito nomeado de Londrina, Capitão Miguel Balbino Blasi. O outro, mais contemporâneo, Omar Gabardo, ocupou o importante cargo de Secretário Municipal da Fazenda na gestão de Wilson Moreira (SILVA, 2015).

⁹⁹ Ver biografia em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gabardo-olivir>

João Cândido Ferreira da Cunha Pereira. Nasceu em Curitiba, dia 14 de novembro de 1929. Fez curso primário no grupo escolar Barão do Rio Branco, curso ginásial e científico no Colégio Santa Maria, formado em Medicina pela UFPR em 1953. No governo Lupion, foi indicado diretor do Hospital de Crianças de 1955 a 1959. Foi chefe de gabinete de João Nédís na Secretária do Trabalho e depois assumiu a pasta por um ano. Continuou na área médica. Em relato, João Cândido diz que era desejo de seu pai que era desembargador torná-lo conselheiro do TCE. Leonidas Hey de Oliveira, afilhado do mesmo avô de João, estava se aposentando e combinou a vaga. João Elísio era governador e indicou João com a aposentadoria de Leônidas¹⁰⁰. Ficou 15 anos no TCE-PR. Família tradicional da Lapa. Neto do Dr. **João Cândido Ferreira** (1864-1948), nascido na Fazenda Taboão na Lapa, propriedade de seu avô materno, o Comendador Gregório Antunes Maciel. Filho do capitão e Alferes João Cândido Ferreira e de dona Anna Leocádia Ferreira, descendia de antigos troncos curitibanos e era parente próximo de Diogo Antônio Feijó, regente do império (PEREIRA, 2017). João Cândido Ferreira diplomou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. De volta a Lapa para iniciar sua vida profissional foi convidado a ingressar na política, pelo Cel. Joaquim Lacerda, quando em 1892 torna-se Prefeito da Lapa. Ainda era prefeito em 1894 quando sua cidade foi sitiada pelos federalistas, aceitando chefiar o corpo médico da legislação legalista sob insistência do coronel Antônio Gomes Carneiro, chefe militar das forças legalistas no Paraná. Em 1896 elegeu-se Deputado ao Congresso Legislativo Estadual pelo Partido Republicano, e em 1896, e Deputado Federal em 1901. Em junho de 1903, aceita o convite de Vicente Machado, então candidato a Presidência do Estado, candidatando-se à vice-presidência do Estado. Eleitos para o período 1904-1907, assumiu a presidência do Estado por várias vezes até a morte de Vicente Machado em março de 1907. Foi eleito pelo Partido Republicano Federal, para a sucessão governamental no pleito de 20 de outubro de 1907. Contudo, uma manobra política arquitetada por Pinheiro Machado forçou sua renúncia. Por conta desse episódio Cândido Ferreira deixa a vida política, renunciando a chefia do Partido Republicano e à Presidência do Estado, dedicando-se a vida profissional. Como médico, clinicou na Santa Casa de Misericórdia e como professor ocupou a cátedra de Clínica Médica na Universidade do Paraná. Em dezembro de 1931 foi nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado quando da Interventoria de Mário Tourinho, permanecendo no órgão do até fevereiro de 1932, quando Manoel Ribas já havia assumido a Interventoria federal. Candidata-se a o governo do Estado em janeiro de 1935 pelo PSN mas, mais uma vez seu nome foi preterido. Recebendo apenas 5 dos 30 votos da Assembleia do Estado, contra 20 votos de Manoel Ribas e cinco votos em

100 Programa Memórias do Paraná com João Candido Ferreira Cunha Pereira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9kgAzRKQIDU>

branco, saiu vitorioso o partido do Interventor. Foi membro da Associação Médica do Paraná (AMP), entidade que nasceu em 1933, fruto da fusão de outras associações de classe: a Sociedade de Medicina, a Sociedade Médica dos Hospitais e o Sindicato Médico do Paraná. Pertenceu também à Academia Nacional de Medicina, do Rio de Janeiro e à Academia de Letras do Paraná. Era cunhado de Ottoni Maciel, o qual era casado com Maria da Glória do Amaral, a qual, por sua vez, era irmã de Josepha do Amaral, com quem João Cândido se casara. Josepha do Amaral Ferreira era irmã de **Victor Ferreira do Amaral**, médico, intendente municipal de Curitiba, jornalista, capitão-médico da Guarda Nacional, diretor do Ginásio Paranaense, diretor do Departamento Sanitário do Estado, diretor da Instrução Pública, professor, deputado estadual e federal, vice-presidente do Estado do Paraná, fundador e primeiro reitor da Universidade Federal do Paraná, diretor da Faculdade de Medicina. Sua família tinha vínculo estreito com David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais. Victor era afilhado do Barão e da Baronesa. Teve os filhos Alceu, Leônidas, João Cândido, Murilo, Agenor, e uma única mulher, Julinda, gêmea de seu irmão Celso. Julinda casou o advogado, depois juiz e desembargador, **Francisco Cunha Pereira**, de tradicional família mineira, com capitães de milícia, capitães de ordenança, fidalgos da Casa Real, Senadores, Procuradores, Juizes e Desembargadores. **Francisco Cunha Pereira**, filho de Simão da Cunha Pereira e Eufrásia de Vasconcelos Cunha, nasceu no dia 13 de agosto de 1895, na cidade de Peçanha, no vale do Açassui, leste do estado de Minas Gerais. Bacharel pela Faculdade do Rio de Janeiro, colou grau no ano de 1918. Iniciou sua carreira na magistratura como juiz municipal em Clevelândia no interior do Paraná. Em 1924, foi removido para São José dos Pinhais. No mesmo ano, foi indicado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para organizar o recém criado, Juizado Privativo de Menores, do qual foi o primeiro juiz e onde permaneceu por 23 anos. Foi ainda, mentor de várias escolas e instituições de atendimento a menores no Paraná. Em Curitiba foi presidente do Tribunal do Júri e do Juizado de Casamentos. No dia 14 de fevereiro de 1947, foi nomeado para ocupar o cargo de desembargador. Exerceu a vicepresidência, de 1949 a 1952, e, pelo período de quatro anos exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral, tendo sido eleito pela primeira vez em 1955 e reeleito em 1957. No magistério, foi professor fundador e mais tarde diretor da Faculdade de Direito de Curitiba, de 1952 a 1977, tendo lutado em prol do reconhecimento da instituição pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), obtido em 1954. Acumulou o cargo diretivo com a titularidade da cadeira de Direito Judiciário Penal onde recebeu o título de "Diretor Perpétuo". Aposentou-se, no cargo de desembargador, em 1966, após 40 anos de serviço público. Após sua aposentadoria, foi convidado pelo fundador do Banco Bamerindus, hoje

extinto, para ser Conselheiro do Banco. É patrono do Fórum de Pinhais e do Fórum Eleitoral de Paranguá. Faleceu aos 103 anos, no dia 17 de novembro de 1999¹⁰¹.

Júlia do Amaral Ferreira casou com Francisco Cunha Pereira e tiveram quatro filhos. **Lincoln Ferreira Cunha Pereira** nasceu em 13/02/1928 em Curitiba, advogado, já foi deputado estadual no Paraná e Presidente da Associação Comercial de São Paulo. Casou-se com Maria Thereza Carvalho Ribeiro com quem teve cinco filhos: Lincoln da Cunha Pereira Filho (vice-presidente da associação comercial de São Paulo), João Paulo (engenheiro com especialização nos Estados Unidos), Marcelo Ribeiro da Cunha Pereira, André (piloto de corridas automobilísticas) e Ricardo Ribeiro da Cunha Pereira (diretor da Euro Import, concessionária de carros importados). **Maria Julinda Ferreira Cunha Pereira** nasceu em 06/07/1931 em Curitiba. Reside na Paraíba, é viúva de um engenheiro de açúcar de João Pessoa, o Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho. Tem sete filhas, todas com o segundo nome de sua mãe: Ana Julinda Pereira, Berenice Julinda, Flávia Julinda, Débora Julinda Coutinho, Cláudia Julinda Coutinho, Edla Julinda e Grace Julinda. Outro filho de Francisco Cunha Pereira é **Francisco Cunha Pereira Filho**, o Chico Beleza, dono da Gazeta do Povo, por muito tempo o maior empresário de comunicações do Paraná. Depois do golpe de 1964, a Gazeta do Povo tornou-se uma defensora fanática do regime e sua fidelidade à ditadura militar foi recompensada com generosas verbas publicitárias do governo federal para a Gazeta e também para a TV Paranaense (canal 12) que contava com a participação acionária do empresário Roberto Marinho. A sociedade com a família Marinho foi desfeita apenas em 2002, quando o Grupo paranaense assumiu a totalidade da emissora. Nos anos seguintes foram montadas ou compradas mais sete emissoras de televisão, cobrindo todas as regiões do Estado. Era o ocupante da cadeira de número 18 da Academia Paranaense de Letras, sucedendo Manoel de Lacerda Pinto, em 1974. Era conselheiro do Atlético Paranaense. Seus herdeiros, junto com a família Lemanski, são donos do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, que domina a RPC TV (oito emissoras de TV afiliadas à Rede Globo), os sites RPC TV, G1 Paraná, Globo Esporte Paraná, Paraná Online, os jornais Gazeta do Povo (o maior do Paraná), Jornal de Londrina, Gazeta Maringá e Tribuna, as rádios 98FM, Mundo Livre FM, Cultura FM e ainda empresas como ÓTV, HD View, Canal do Crédito e Zaag. Grupo comprou os jornais Tribuna do Paraná e o Estado do Paraná além do portal Paraná-Online, que pertenciam ao Grupo Paulo Pimentel (PEREIRA, 2017).

Francisco Cunha Pereira Filho nasceu em Curitiba, em 7 de dezembro de 1926. Estudou no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e no Colégio Santa Maria. Frequentou aulas noturnas no Colégio Paranaense, onde estavam os melhores professores daquele tempo. Apesar de a família ter diversos médicos, por influência do pai prestou vestibular para Direito na Universidade Federal do

101 Ver a biografia do Tribunal de Justiça do Paraná: <https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu>

Paraná. Nesta época já frequentava o Clube Curitibano, a Sociedade Duque de Caxias e o Country Club. Formou-se em 1949, tendo atuado no Diretório Central de Estudantes. Abriu um escritório de advocacia com o colega João Severino de Oliveira Perez chamado Co-Jurídico. Em 1962, Cunha Pereira abandonou uma bem-sucedida carreira como criminalista para ingressar no jornalismo com a compra a Gazeta do Povo de Oscar Joseph de Plácido e Silva em sociedade com o seu colega da UFPR, Edmundo Lemanski. Tempos depois assumiu a TV Paranaense, canal 12, firmando-se como empresário do campo das comunicações. Sua sorte começou a mudar em 31 de março de 1964, data do golpe militar que depôs o presidente João Goulart. A Gazeta do Povo tornou-se uma defensora fanática do regime e sua fidelidade à ditadura militar foi recompensada com generosas verbas publicitárias do governo federal para a Gazeta e também para a TV Paranaense (canal 12) que contava com a participação acionária do empresário Roberto Marinho. A sociedade com a família Marinho foi desfeita apenas em 2002, quando o Grupo paranaense assumiu a totalidade da emissora. Nos anos seguintes foram montadas ou compradas mais sete emissoras de televisão, cobrindo todas as regiões do Estado. Era o ocupante da cadeira de número 18 da Academia Paranaense de Letras, sucedendo Manoel de Lacerda Pinto, em 1974. Era conselheiro do Atlético Paranaense. Francisco Cunha Pereira Filho casou com Terezinha Döring, gaúcha de Porto Alegre criada em Curitiba, na Rua Saldanha Marinho, na altura da Praça Espanha. Terezinha estudou no Colégio Sion, fazia estudos de piano e ensaios de balé no Curso. Em dezembro de 1957 – exatos 12 meses depois de conhecer Francisco no Curitibano – foi eleita o “Broto do Ano” pela revista Alta Sociedade. Em 1960, entrou para a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), integrando uma das gerações mais originais já passadas pelo curso de Pintura da faculdade. Seus contemporâneos eram João Osório Brzezinski e Fernando Calderari, para citar dois. Casou-se com Francisco dia 28 de dezembro, na Igreja São Francisco de Paula em 1963. Depois do casamento Terezinha abandonou a pintura e se recolheu à educação dos quatro filhos do casal – Francisco Neto, Guilherme, Ana Amélia e Cristina¹⁰². Em se tratando dos irmãos Guilherme Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola consta que os dois trataram de afastar outros dois irmãos - Francisco Cunha Pereira Neto e Cristina Cunha Pereira - do comando das 16 empresas do grupo. Há dois processos que correm sobre segredo de justiça. No caso de **Cristina Cunha Pereira**, o processo ter a ver com o seu ex-marido que pleiteava participar das decisões da empresa. Casada, com quatro filhos, Cristina foi forçada a pedir divórcio e o marido foi expulso de casa, à força por seguranças à mando da família¹⁰³. Outro caso, trata-se de **Francisco Cunha Pereira Neto**, o filho predileto do patriarca Francisco Cunha Pereira. Pereira Neto estudou física na Alemanha Oriental e

102 Ver notícia em: <http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/fcpf/a-quem-terezinha-doring-deu-a-maobhfq4l74nmqew6bzanyocgb2>

103 Notícia em: http://www.istoe.com.br/reportagens/38868_CADE+ROMEU+

se formou. Rompeu com a família, casou e passou a morar com a companheira Valéria Colombo, de forma reclusa, num apartamento em Curitiba. A família contrariada sequestrou Pereira Neto à força, acusou a então companheira de "oportunista" e a ameaçou. Ela, por sua vez, entrou com processo na Justiça, que corre sobre segredo. **Guilherme Döring Cunha Pereira**, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da USP e diretor da Rede Paranaense de Comunicação. Membro da Opus Dei. Recebeu em 2014 a Ordem do Pinheiro, a mais alta honraria do estado do Paraná. A homenagem foi entregue pelo governador Beto Richa, no Palácio Iguaçu. **Ana Amélia Cunha Pereira Filizola**, nascida em 04/03/1967, é formada em Comunicação Social pela UFPR, com MBA pela FGV e mestre em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra. Começou sua carreira profissional como repórter do caderno de Turismo da Gazeta do Povo. Foi editora do Caderno G. Em 1997 deixa a redação da Gazeta para atuar na área administrativa. Membro do Rotary Club. Casou em 1989 com Ricardo Filizola, engenheiro civil formado pela PUCPR, chefe de cozinha e atualmente é sócio da La Cocina Gastronomia e Eventos. O outro dos quatro irmãos é **João Cândido Cunha Pereira**, médico e ex-conselheiro do Tribunal de Contas. Casou-se com Cleony Pinto Pereira com quem teve três filhos, todos consultores técnicos no Tribunal de Contas. João Cândido da Cunha Pereira Filho, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, tem escritório de advocacia em Curitiba, casado com Maria da Graça Pacheco, consultora técnica do Tribunal de Contas. José Francisco da Cunha Pereira faleceu em 26 de junho de 2013. Eduardo Luiz Pinto da Cunha, consultor técnico e atualmente aposentado pelo Tribunal de Contas. Isso é, enquanto foi conselheiro, João Cândido colocou todos os filhos no Tribunal de Contas. Além disso, outros servidores do TC também são parentes ou ligados diretamente ao conselheiro aposentado, João Cândido Cunha Pereira: Cleusa Juliato, Alexandre Juliato Pallu, Priscila Mara Pallu, Luciana de Fátima Nogueira Nascimento e Antônio Nunes Nogueira¹⁰⁴.

Nestor Baptista. Nasceu em 7 de julho de 1948, em Ponta Grossa no bairro Oficinas. Filho de Pedro e de Mercedes Gabardo Baptista. Iniciou seus estudos no Externato São José de Bela Vista do Paraíso e Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa. Bacharelado em Direito, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1974. Passou por diversos órgãos de imprensa esportiva, como a Rádio Iguaçu de Curitiba, entre 1967 e 1977, e o Departamento Esportivo da Televisão Iguaçu, Canal 4, de 1971 a 1981. Militante do MDB desde 1970. Coordenador da Campanha do partido em 1974. Eleito Deputado Estadual no ano de 1978, sendo o mais votado em Curitiba, cargo no qual exerceu as funções de Vice-Presidente da Assembleia Legislativa (1979-1980) e Líder do Governo (1983-

104 Ruth Bolognese. A Grande Família do Tribunal de Contas. Folha de Londrina.

1984 e 1987-1988). Foi indicado em 1989, pelo Governador Álvaro Dias. Em notícia da Gazeta do Povo de janeiro de 2011, “Servidor do TC envolvido no caso do porto fiscalizava R\$ 14,8 bilhões”, podemos ver mais detalhes sobre a Operação Dallas:

O servidor público Agileu Carlos Bittencourt, funcionário do Tribunal de Contas do Paraná preso na semana passada pela Polícia Federal (PF) na Operação Dallas, é responsável dentro do TC por fiscalizar pelo menos 15 secretarias e órgãos estaduais cujos orçamentos somaram R\$ 14,8 bilhões em 2010. Bittencourt foi preso sob a acusação de ser um dos principais beneficiários de um esquema criminoso de dispensa irregular de licitação de serviços de limpeza do cais e de estudos de impacto ambiental no Porto de Paranaguá. No TC, Bittencourt era inspetor-chefe, durante os anos de 2009 e 2010, da 1.ª Inspeção de Controle Externo – subordinada ao conselheiro Nestor Baptista (na gestão de Baptista como presidente do TC, entre 2007 e 2008, Bittencourt inclusive teve um cargo mais elevado na estrutura do órgão – diretor-geral). O servidor Agileu Carlos Bittencourt, chefe da 1.ª Inspeção de Controle Externo do TC, responsável por fiscalizar as contas do Porto de Paranaguá, esteve na China em dezembro de 2009 para vistoriar as dragas classificadas na concorrência internacional da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) para a compra do equipamento. Das dez pessoas presas na semana passada pela Polícia Federal na Operação Dallas, apenas o ex-superintendente do Porto de Paranaguá Daniel Lúcio continua detido. Sete pessoas, incluindo o servidor do Tribunal de Contas Agileu Bittencourt, foram liberadas na madrugada de ontem. E outras duas seriam soltas na madrugada de hoje, depois de cumprir os cinco dias de prisão temporária. O ex-superintendente ainda está preso porque, na sexta-feira à noite, o juiz Marcos Josegredi da Silva, da Justiça Federal de Paranaguá, aceitou os argumentos da Polícia Federal e do Ministério Público Federal e decretou a prisão preventiva dele, estendendo a prisão, sem data para expirar. O argumento é de que ele poderia atrapalhar na coleta de provas sobre as possíveis irregularidades cometidas no porto. Daniel Oliveira será transferido hoje do Rio de Janeiro, onde foi preso, para Curitiba. Ele deve ser ouvido novamente pela PF ainda nesta semana. Como chefe da 1.ª Inspeção, ele era responsável por analisar e detectar possíveis irregularidades do manuseio do dinheiro público em pelo menos 15 órgãos públicos paranaenses, inclusive os portos de Paranaguá e Antonina¹⁰⁵.

Foram comissionadas no TCE seus filhos Nestor Paraná Baptista, Evandra Baptista e Felipe Baptista, seu irmão Dalton e neta Juliana Baptista. Em 2007, o Ministério Público pediu a exoneração de Nestor Paraná Baptista (filho do conselheiro Nestor Baptista). Durante o governo Richa, entre 2011 e 2017, foi para o Conselho Administrativo da Usina Elétrica a Gás de Araucária o genro de Nestor, Erlon Caramuru Tomasi. Antes de iniciar sua trajetória por cargos de nomeação política, que coincide com o relacionamento com uma filha de Nestor Batista, Tomasi administrava uma oficina mecânica que pertence à família dele. Em 2014, quando ainda era diretor da Uega, Tomasi doou R\$ 30 mil, pagos em cheque, à campanha de reeleição de Beto Richa. A doação, legal, está registrada no Tribunal Superior Eleitoral¹⁰⁶.

105 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml/?tl=1&id=1089992&tit=Servidor-do-TC-envolvido-no-caso-do-porto-fiscalizava-R-148-bilhoes>

106 Ver notícia em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/07/11/ex-diretor-da-copel-chegou-a-subsidiaria-porindicacao-de-beto-richa.ghtml>

Quielse Crisóstomo da Silva. Nasceu em Bocaiúva do Sul, em 20 de janeiro de 1937.

Filho de Trajano Crisóstomo da Silva e Benedita Ribeiro da Silva foi casado com Dona Nilza Bordini. Fez o curso de formação de oficiais do Exército e formou-se em engenharia civil, com extensão em arquitetura. Atuou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1964/65, quando recebeu do então Presidente Castelo Branco, diploma por ter feito o melhor trabalho no Plano de Reforma Agrária. Exerceu o cargo de Engenheiro do Estado do Paraná junto à Secretaria de Estado da Saúde. Como engenheiro civil teve papel relevante em várias ações do Poder Público Estadual, como Chefe de Polícia Sanitária, Professor da Escola de Saúde Pública e Chefe da Divisão de Engenharia da Saúde Pública. Foi deputado estadual no Paraná por 6 Legislaturas, de 1966 a 1986¹⁰⁷. Tomou posse no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná em 31 de maio de 1990. Faleceu em 08 de fevereiro de 2006, aos 69 anos, em Curitiba, quando ocupava o cargo de vice-presidente do Tribunal de Contas. Seu filho **Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo da Silva** é natural de Curitiba (PR), nasceu no dia 8 de maio de 1967. Bacharel em Direito e administrador de fazendas. Logo após o pai deixar a ALEP para o TCE, Cleiton é eleito deputado estadual em 1990, na época foi o parlamentar mais jovem do país, sendo reeleito por cinco vezes, atuando como deputado até 2010. Mesmo assim, em junho de 2015 Kielse queria aumentar em 80% o salário de técnico de controle no TCE-PR, com efeitos retroativos desde 2004. Kielse foi empossado no TC em 1994 em cargo de nível médio, quando já exercia mandato na Assembleia. Na época, seu pai era conselheiro do TC. No dia seguinte à posse, ele pediu licença do cargo no tribunal para exercer o mandato eletivo. Os pedidos de licença foram sendo renovados até fevereiro de 2015, pois nas eleições de 2014 ele não conseguiu se eleger para um sétimo mandato. Após, 20 anos afastado, ele retornou ao Tribunal em fevereiro de 2015. Dezenove dias depois, solicitou outra licença à qual tinha direito por tempo de serviço e ficou afastado do TC por mais cinco meses. Assim que retornou, o ex-deputado pediu que fosse reenquadrado retroativamente desde 2004 como funcionário de nível superior, uma vez que ele se formou em Direito pela Universidade Tuiuti em 1998. Isso resultaria em um aumento de 80% do seu salário bruto – hoje, é de R\$ 6,1 mil. Se o aumento for aprovado, passaria a R\$ 12,4 mil. Além do salário, Kielse recebe um adicional por tempo de serviço de R\$ 1,2 mil, mesmo só tendo trabalhado no TC por alguns meses. O pedido de reenquadramento do ex-deputado estadual Cleiton Kielse (PMDB) foi arquivado pelo TCEPR¹⁰⁸. Outros familiares constam como servidores do TCE, são os filhos de Quielse, Claudiane e Cleinton Kielse, seu genro José Alcides Pasquali Jr. e sua sobrinha Christiane Pienaro Chrisostomo.

107 Biografia disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/quielse-crisostomo>

108 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apos-atuar-19-dias-no-tc-em-21-anos-kielse-querreajustedy2gw10mgi43fhwbnl6r1wq>. Acesso 29.fev.2016.

Artagão de Mattos Leão. Sua família está presente na política paranaense desde o século XIX. Família empresarial no ramo madeireiro. Nasceu em 27 de outubro de 1947, natural de Guarapuava – PR. Filho de Aragão de Mattos Leão e Nabia de Mattos Leão. Casado com Cleri Becher de Mattos Leão com quem tem quatro filhos: Tatiana, Artagão Jr., Leonardo e Tiago. Artagão concluiu o Curso de Preparação da Reserva – CPOR e Bacharel em Direito, iniciando a Advocacia em Guarapuava. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado do Interior e Justiça. Deslocou-se, em 1974, para o Estado de Maranhão, na Região Pré-Amazônica, onde, como Diretor Executivo, desenvolveu um projeto agropastoril, a caminho de Carajás, permanecendo por oito anos naquela região. Eleito Deputado Estadual em 1982, com 33.899 votos, assumiu o primeiro mandato junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Reeleito em 1986, com 41.380 votos à Câmara Estadual. Líder da Bancada do PMDB, em 1988. Líder do Governo na Constituinte, em 1989. Nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por Roberto Requião, então Governador do Estado do Paraná. Em 2015, quando era presidente do TCE-PR, esteve envolvido numa investigação sobre a construção do prédio anexo do tribunal¹⁰⁹. Tem diversos familiares servidores no TCE-PR, como Luiz Merolli, seu genro, Sandra Maritza Becher de Oliveira, sobrinha de sua esposa, bem como sua filha Tatiana Becher. Seu filho **Artagão Júnior** é deputado estadual, eleito deputado estadual nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 e 2018. Em março de 2016 passou a ocupar a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos no governo Beto Richa. Artagão é bisneto de **José de Mattos Leão**, que foi prefeito de Guarapuava. Seu tio-avô era **João de Mattos Leão**, nascido em nasceu em Mallet (PR) no dia 13 de maio de 1931, filho de José de Matos Leão e de Maria de Matos Leão. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, e em economia na Faculdade de Ciências Econômicas Plácido e Silva. Foi diretor da Madeiras Sociedade e Comércio Matos Leão e das madeiras Sulparaná, Laminex e Indústrias de Madeiras. Iniciou-se na vida política como vereador em Guarapuava (PR) entre 1954 e 1958, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). No pleito de outubro de 1962, elegeu-se deputado estadual no Paraná na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Após o golpe de 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Reeleito em novembro de 1966, deixou a Assembleia Legislativa no ano seguinte para assumir, no governo de Paulo Pimentel, o cargo de secretário do Interior e Justiça do Paraná, à frente do qual permaneceu até 1969. Ocupou uma cadeira no Senado pela ARENA entre

109 Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/03/gravacao-mostra-conselheiro-do-tce-preocupado-comprisao-de-servidor.html>

1971 e 1978. Depois tornou-se membro do conselho de administração do Banco Bamerindus de Investimento e, em maio de 1978, renunciou ao seu mandato de senador para assumir a diretoria da 6ª Região do Banco do Brasil, que abrangia os estados do Paraná e Santa Catarina. Faleceu em Curitiba no dia 23 de outubro de 2008. Seu sobrinho, Aragão de Mattos Leão Filho, empresário e médico, foi deputado estadual e federal nos anos 1970 e 1980 (GRANATO, 2016, p.233). Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991. Faleceu em junho de 1999¹¹⁰.

Um novo bloco político de conselheiros se constituiu na década de 1990, com as indicações do governador Jaime Lerner, ainda com acordos costurados com Aníbal Khury. São eles: **Henrique Naigeboren, Heinz Herwig, Caio Marcio Nogueira Soares, Hermas Eurides Brandão e Fernando Guimarães.**

Henrique Naigeboren. Paulistano, nascido em 1941, formado em Direito e Economia, com pósgraduação em Direito Administrativo. De família judaica, seu pai se mudou para o Brasil fugindo da guerra na Europa. Casou-se com Clarita Lerner, irmã de Jaime Lerner. Foi homem forte de Lerner em suas administrações, como Procurador da Prefeitura de Curitiba e Secretário de Governo do Paraná. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Sempre fez parte do grupo de conselheiros de Jaime Lerner, formado por pessoas como Eduardo Rocha Virmond, Nireu Teixeira, Aldo Almeida, Ronaldo Schulman, Constantino Viaro, Cassio Taniguchi, Gerson Guelmann, Gilberto Ricardo dos Santos, Desidério Pansera, Aramis Millarch, Luiz Carlos Cunha Zanoni, Dario Lopes dos Santos, Nicolau Kluppel, Rafael Dely, Lubomir Ficinski, Angel Bernal, Carlos Ceneviva, Fanchette Rischbieter, Dulcia Auríquio, Manoel Coelho e Henrique Naigeboren, que sempre foi o maior suporte jurídico do grupo¹²¹. Foi indicado pelo sogro Lerner como Procurador-Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em 1995, para em seguida ser empossado como seu efetivo Conselheiro. Sua filha, a dentista Renata Naigeboren Benzecry, possui cargo comissionado no TCE.

Heinz Herwig. Nasceu em Blumenau (SC) em 1942. Filho do arquiteto August Heirich e Mira Anna Auguste. Formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, formando em 1965. Entrou por concurso no Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Trabalhou com quatro governadores, em diversos órgãos na área de engenharia do Paraná. Ocupou

110 Biografia disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-de-matos-leao> ¹²¹ Disponível em: <https://www.revistaideias.com.br/2013/12/05/jaime-lerner/>

também os cargos de secretário de Planejamento e de Urbanismo da Prefeitura de Londrina. À época - década de 1970 - o chefe do executivo municipal era José Richa, que em 1982 seria eleito governador do Paraná. Eleito deputado estadual - 1991/1994. Em 1985 e 1997, assumiu por duas vezes a Secretaria de Transportes do Paraná, e em 1990 foi eleito deputado estadual. Coordenou diversas campanhas de Lerner e Taniguchi. Em abril de 2000, foi nomeado para o TCE durante o Lerner, por meio de votação na ALEP¹¹¹. Em 2010, o Ministério Público denunciou Lerner e Heinz Herwig por formação de quadrilha e desvio de dinheiro público pelo “escândalo Copel/Olvepar”. O dinheiro teria irrigado campanhas de aliados dele¹¹². Deixou o TCE em 2012, dando lugar a Durval Amaral.

Caio Marcio Nogueira Soares. Nascido em Porto União (SC), em 05 de julho de 1944, filho do conhecido médico da região Lauro Muller Soares e Antonia Nogueira Soares. Assessorava Lerner desde o final da década de 1970. Foi Diretor-Geral do Departamento de Relações Públicas e Promoções da Prefeitura Municipal de Curitiba, incluindo Assessoria de Imprensa de 1979 a 1983. Depois, de 1983 a 1986, foi Advogado da CIC S/A, empresa vinculada à Prefeitura Municipal de Curitiba. Em 1987 foi Diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ – Região Sul, em Curitiba. De 1988 a 1992 foi Assessor Especial do Prefeito de Curitiba. Em 1993 e 1994 foi Assessor do Instituto Jaime Lerner. Em 1995 foi indicado Secretário Especial e em 1996, Chefe de Gabinete do Governador Jaime Lerner. Foi indicado como auditor do Tribunal de Contas em 2000 sem concurso público. Em 27 de março de 2006, Caio Soares assumiu o cargo de conselheiro do Tribunal, na vaga constitucional reservada aos auditores, aberta com a aposentadoria de Rafael Iatauro. Em 2007 se aposentou com 70 anos do cargo¹¹³. Seu irmão Luis Roberto Nogueira Soares foi deputado estadual e secretário de Cultura do Paraná no governo Ney Braga (1979/1983).

Hermas Eurides Brandão. Nascido em Campinas (SP), em 5 de maio de 1943, filho de Eurides e Ercília Fioravante Brandão, Hermas Brandão formou-se em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Empresário do setor agropecuário e serventuário da Justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá. Ingressou na vida pública aos 33 anos, quando venceu em 1976 as eleições para a Prefeitura Municipal de Andirá, município do Norte Pioneiro do Paraná. Ao final de seu mandato, foi Deputado Estadual

111 Matéria em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/conselheiro-heinz-herwig-despede-se-do-tce/119/N>

112 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/youssef-diz-que-lavou-r-19-milhoes-do-casocopelolvepar-8wn7gi5drdcnto8k2alj4yukb>

113 Disponível em: <https://redesuldenoticias.com.br/noticias/ao-completar-70-anos-conselheiro-caio-soares-despede-sedo-tribunal-de-contas/>

por sucessivos mandatos parlamentares nos pleitos de 1986, 1990, 1994 e 1998, período ao longo do qual exerceu, na Assembléia Legislativa, a presidências de comissões permanentes, além de ter integrado a mesa diretora, nas funções de Vice-Presidente e de Primeiro-Secretário. Em 1983, assumiu uma das cadeiras da [Assembleia Legislativa do Paraná](#) (ALEP) como deputado estadual. Reelegeu-se para o mesmo cargo nas eleições de 1986, 1990 e 1994. Entre 1995 e 1998, exerceu a função de Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento no primeiro governo Lerner. Reeleito deputado estadual em 1998 e 2002. Em setembro de 2006 Roberto Requião e o seu vice, [Orlando Pessuti](#), se licenciaram do governo do estado, assumindo então Brandão, que estava como presidente do legislativo estadual. Em março de 2007, assumiu o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Casouse com Ana Maria Martins, e juntos tiveram três filhos: Ana Cristina, Carla e Hermas Eurides Brandão Júnior, dono de cartório em Fazenda Rio Grande e eleito deputado estadual em 2010. É também avô do deputado estadual [Evandro Junior](#), natural de Curitiba, onde nasceu em 16 de março de 1988. Sua base política parte de Maringá e dos municípios do Norte Central, compreendendo também municípios do Norte Pioneiro, do Noroeste e do Centro Ocidental, principalmente. Foi eleito vereador de Maringá na eleição de 2008, obteve 3220 votos, sendo o sexto mais votado. Na eleição de 2010, foi candidato a deputado estadual, eleito com mais de 41 mil votos. Disputou a reeleição em 2014, sendo o nono candidato mais votados, com 64.467 votos, conseguindo assim um novo mandato. Disputou a reeleição em 2018, mas acabou derrotado. Em 2019, passou a compor a nova executiva estadual do PSDB.

Fernando Augusto Mello Guimarães. Nasceu em 27 de novembro de 1957, natural de Curitiba. Filho de Fernando Macedo Guimarães e Yedda Maria de Souza Mello Guimarães. Seu pai era serventurário da Justiça do Estado do Paraná e diretor do Terreiro de Umbanda Pai Maneco. Seu tio Roberto Macedo Guimarães era auditor no TCE-PR e casou com Suzana Munhoz da Rocha, filha do governador Bento Munhoz da Rocha. Seu avô foi Acyr Guimarães, um dos fundadores da Gazeta do Povo, membro do clã dos descendentes do Visconde de Nacar Manoel Antônio Guimarães (OLIVEIRA, 2012, p. 197). Fernando é formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, é especialista em Direito Público. Trabalhou nas áreas de Direito Público, Comercial e Civil, como Auxiliar de Cartório, assessor jurídico da MINEROPAR, cargo em comissão no TCEPR. Em 1994 foi aprovado em concurso para a vaga de procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC). Foi empossado conselheiro do TCE em 2002, no governo Lerner. Sua esposa Tatiana Ozores Guimarães é servidora do TCE. Da coluna da Ruth Bolognese no Estado do Paraná em 2009:

E o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Fernando Guimarães, guindado à posição de xerife contra o nepotismo nos municípios paranaenses, esclarece detalhadamente a lista de 8 pessoas apontadas como parentes dele. Duas delas, Márcia e Rosiane Guimarães, são primas e Simone Manasses é ex-mulher, mas ex-mulher que ele conheceu no próprio TCE, casou e descasou por lá mesmo. Duas outras moças, Simara Xavier e Roseli Alencar, esta ex-secretária quando ainda exercia a advocacia, são casadas com assessores dele, o que também aconteceu depois que todos já estavam trabalhando no tribunal¹¹⁴.

Em investigação de 2015, outro esquema familiar do conselheiro foi exposto. Um relatório da Polícia Federal aponta que o conselheiro Fernando Guimarães recebeu R\$ 37 mil do Instituto Confiancce, no ano de 2010. Os policiais investigam indícios de fraude entre a entidade e prefeituras paranaenses. A mulher do conselheiro, Kelli Guimarães, é citada em vários inquéritos, que investigam crimes como formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato e lavagem de dinheiro. Segundo o documento, Fernando Guimarães descontou cheques do Instituto Confiancce na conta corrente dele. A polícia investiga se esse dinheiro tinha relação com uma das fraudes investigadas, no município de Santa Helena, oeste do Paraná. À época dos contratos investigados, Kelli era funcionária do Confiancce, que era gerido pela tia dela, Cláudia Galli, e por Paulo Roberto Martins, presos em uma operação policial. Na investigação sobre o conselheiro e a mulher, a Polícia Federal cita que Fernando Guimarães era conhecido como “inimigo das Oscips (Organizações da sociedade civil de interesse público)”, entidades que firmam contratos com o poder público para a prestação de serviços. No entanto, essa postura teria mudado a partir de 2006, quando o conselheiro conheceu Kelli. Os policiais também quebraram o sigilos telefônicos e de e-mails de Kelli Guimarães. Em uma troca de e-mails, a mulher do conselheiro diz que não participava do financeiro e não sabia qual era o faturamento mensal do instituto. Já durante uma conversa telefônica, ela desabafa sobre não gostar de trabalhar com a tia no Confiancce¹²⁶.

No início de 2003, a matéria “TC acolhe antigos aliados do ex-governador Lerner” analisa a ida de funcionários comissionados do governo Lerner para o Tribunal de Contas.

Um dos colaboradores mais fiéis do ex-governador do Paraná, Gerson Guelmann, é o mais novo assessor de Planejamento da presidência do Tribunal de Contas, cargo de simbologia DAS-2, com remuneração prevista de R\$ 3,4 mil, conforme a tabela de cargos de servidores comissionados da administração estadual. A nomeação de Guelman foi publicada no Diário Oficial do dia 23 deste mês. O presidente do TC é o conselheiro Henrique Negeboren, cunhado do ex-governador. No gabinete de Negeboren também está a ex-secretária particular de Lerner, Duda Camargo, que no Palácio Iguaçu estava nomeada como assessora especial. No Tribunal de Contas, Duda foi designada para a função de assessora de gabinete do presidente. O cargo também é um DAS-2. Duda está no

114 Disponível em: <https://www.fabiocampana.com.br/2009/02/as-primas-do-conselheiro-do-tc-fernando-guimaraes/>
 126 Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/conselheiro-do-tce-recebeu-dinheiro-de-institutoinvestigado-diz-pf.html>

TC desde o início do mês. Para o gabinete de Neigeboren também foi Eduardo Paim, que exercia a função de subchefe da Casa Civil do governo Lerner. Paim foi nomeado como assessor administrativo da presidência num cargo DAS-3, com salário de R\$3,2 mil. Lerner já havia indicado para o Tribunal, um ano antes de deixar o cargo, dois outros assessores. O jornalista Jaime Lechinski, que foi seu secretário de Comunicação na primeira gestão de Lerner, e o assessor especial Caio Soares. Os dois assumiram as vagas de auditores do Tribunal de Contas. Ao meio ano do fim do segundo mandato, Lerner tentou indicar Guelmann para uma vaga de conselheiro. Foi impedido por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A Prefeitura de Curitiba que recebeu cerca de trezentos comissionados de Lerner no Palácio Iguaçu – alguns já eram funcionários do município e haviam sido emprestados para o Estado – também foi o destino do ex-secretário de Comunicação de Lerner, Deonilson Roldo, que passou a ocupar a mesma função na administração do prefeito Cássio Taniguchi (PFL). O novo superintendente de Comunicação da Prefeitura, Carlos Ferrante, também é um egresso do Palácio Iguaçu. Já o jornalista José Roberto da Silva, que comandava a redação do Palácio Iguaçu, passou a ocupar a coordenação de comunicação do Tribunal de Contas.

Em seus governos entre 2003 e 2010, Roberto Requião indicou apenas um conselheiro: seu irmão Maurício Requião de Mello e Silva.

Maurício Requião de Melo e Silva. Nasceu em Curitiba no dia 19 de setembro de 1954, filho de Wallace Tadeu de Melo e Silva e Luci Requião de Melo e Silva. Seu irmão Roberto Requião foi prefeito de Curitiba (1986-1988), governador do Paraná por três mandatos (1991-1994, 2003-2007, 2007-2011) e senador pelo mesmo estado (1995-2003). Diplomou-se em psicologia na Universidade Federal do Paraná (Ufpr) em 1979. Estudou também psicologia social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, de 1982 a 1983. Na prefeitura de Curitiba, foi secretário especial da Coordenação de Programas, de 1986 a 1987, e, entre 1987 e 1989, secretário das Administrações Regionais. Entre 1991 e 1994, presidiu a Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar). Em janeiro de 2003, com a posse de Roberto Requião como governador do Paraná Maurício assumiu o cargo de secretário de estado da Educação do Paraná. Em julho de 2008, se afastou para concorrer a uma vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do estado do Paraná. Maurício Requião chegou a tomar posse no cargo, após ter sido eleito pela maioria governista da Assembléia Legislativa do Paraná em julho de 2008, mas foi impedido de atuar no órgão com regularidade por sucessivas liminares judiciais. Permaneceu no cargo até março de 2009, quando foi afastado do posto devido ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). Casou-se com Márcia Drehmer de Melo e Silva, com quem teve quatro filhos¹¹⁵. Sua genealogia vimos na primeira parte do capítulo.

115 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauricio-requiao-de-melo-e-silva>

Nos governos estaduais de Beto Richa, entre 2010 e 2017, ganhou corpo um novo grupo político no TCE, com as indicações de **Ivan Lelis Bonilha**, **José Durval Mattos do Amaral**, **Fábio de Souza Camargo** e **Ivens Zschoerper Linhares**.

Ivan Bonilha. Nasceu em 13 de outubro de 1967, em Maringá. Estudou no colégio São Tomás de Aquino em Wenceslau Braz. Filho de Ivan Bonilha, conhecido em Wenceslau Braz onde foi professor na rede pública e dono de uma das únicas farmácias da cidade nos anos 1980 e 1990. Ivan Bonilha, o filho, graduou-se pela UFPR em 1989, na mesma turma de Gustavo Fruet¹¹⁶. Em 1990, foi assessor de Maurício Fruet na Secretária de Comércio do governo Requião. Em 1993 passou em concurso para servidor do TCE, atuando como diretor jurídico na gestão de Nestor Baptista, de 11 de janeiro de 1994 a 11 de janeiro de 1996. Afastou-se das atividades da Corte para trabalhar junto com o governador Beto Richa, primeiro em sua campanha em 2004 e depois sendo procurador-geral do município de Curitiba quando Richa era prefeito. Mais tarde, quando Richa se tornou governador, Bonilha assumiu o cargo de procurador-geral do Estado por seis meses. Depois, Richa indicou Bonilha para o cargo de conselheiro na vaga de Maurício Requião. Bonilha foi eleito na ALEP com 34 votos. Bonilha foi presidente do TCE no biênio 2015-2016. Atual presidente do Instituto Rui Barbosa.

Durval Amaral. Nasceu em 28 de outubro de 1959, natural de Londrina, no Norte do Paraná. Advogado, foi professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi eleito vereador e vice-prefeito de Cambé e deputado estadual por seis mandatos. Como deputado, atuou como Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social (1992-1994) no primeiro governo de Roberto Requião (PMDB). Na Assembleia Legislativa do Paraná, já foi líder do Governo Lerner (2001-2002) e líder da Oposição (2003-2005). Foi chefe da Casa Civil do primeiro governo Richa. Tomou posse como conselheiro do TCE-PR em 28 de maio de 2012. É o presidente do TCE no biênio 2017-2018. Ao vencer a eleição em 2010, Richa nomeou Durval como seu secretário da Casa Civil – o posto mais importante do governo do estado. Depois toda a base de Richa e da oposição votou em Durval Amaral para conselheiro do TCE-PR. Depois da eleição de Durval, Richa passou a fazer campanha ao lado do filho do ex-deputado, Tiago Amaral, eleito deputado estadual em 2014 e reeleito em 2018. O nome de Durval e de seu filho Tiago Amaral, eleito deputado estadual em 2014, foram citados no escândalo da Valor Construtora, empreiteira encarregada de contratos de mais de 20 milhões de reais para a construção de escolas no Paraná. As

116 Entrevista disponível em: <https://www.folhaextra.com/series/ivan-bonilha/>

campanhas de Richa e dos deputados Ademar Traiano (PSDB) e Plauto Miró (DEM) também foram citadas no caso. Em outubro do ano passado, o doleiro Alberto Youssef e o advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini afirmaram em depoimento que o então deputado estadual, em 2002, seria o encarregado da distribuição de dinheiro entre parlamentares da Assembleia por conta do esquema Copel/Ovelpar. A fraude envolveria a habilitação de créditos de ICMS de forma irregular¹¹⁷. Apesar dos diversos inquéritos e indícios de corrupção em diversas instâncias do governo Beto Richa, o TCE-PR sempre aprovou suas contas. Em novembro de 2014, o TCE-PR decidiu manter o conselheiro Durval Amaral na relatoria das contas do governo do Paraná de 2014. O Ministério Público de Contas havia contestado a indicação do relator, alegando a proximidade entre Durval Amaral e o governador Beto Richa, que poderia comprometer sua atuação. Todos os seis conselheiros que votaram na sessão optaram por sua permanência. Para o Ministério Público de Contas, a posição de Durval previa assistência direta e imediata ao governador e criava uma estreita relação de confiança entre os dois¹¹⁸. Em uma das ações civis públicas do Ministério Público (MP) do Paraná envolvendo a Prefeitura de Tamarana, os promotores de Justiça mencionam a ligação entre o conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado e ex-deputado estadual Durval Amaral (à época filiado ao DEM, mesmo partido do ex-prefeito de Tamarana, Beto Siena) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Beija-flor. Amaral também foi chefe da Casa Civil durante os primeiros anos do governo Beto Richa (PSDB). A Oscip, que tem sede em Astorga, teria participação num desvio de R\$ 4,48 milhões por meio de Termo de Parceria com a prefeitura para prestação de serviços na área da saúde. Embora Amaral não seja citado como réu, o MP se refere à servidora municipal de Cambé Marcilene Ricieri Borges Leão, que presidiu a Beija-flor entre 2003 e 2010 e que, após deixar a função, ocupou cargos de confiança na Casa Civil do governo estadual, quando Amaral comandava a pasta. Com a mudança administrativa na Oscip, diz o MP, a sogra do conselheiro, Laide Maria Fadel de Camargo, passou a ocupar a presidência por quatro meses em 2010, a que quatro das 13 pessoas que figuram na ação “estão diretamente ligadas a ele”. Apesar de ter confirmado o parentesco com Laide, sogra dele e uma das citadas na ação, o conselheiro afirmou desconhecer se ela já ocupou a presidência da Oscip¹¹⁹. Em 2013, o Ministério Público pediu explicações ao secretário estadual da Saúde, Michele Caputo, e o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Durval Amaral, sobre possível caso de nepotismo cruzado. Segundo denúncia do SindSaúde, a filha do secretário ocupa cargo no gabinete do conselheiro enquanto uma cunhada do conselheiro

117 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/youssef-e-delator-dizem-que-durval-amaral-recebeu-esquema-na-copel-36y6jnxcl7mpxofyxnw6ayylt>

118 Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/tce-pr-mantem-durval-amaral-na-relatoria-das-contas-estaduais-de-2014.html>. Acesso 29.fev.2016.

119 Disponível em: <https://www.portalcambe.com.br/escandalo-em-tamarana-acao-aponta-ligacao-entre-durval-amaral-e-oscip/>

ocupa cargo comissionado numa unidade da secretaria da Saúde¹²⁰. Em 2014, Durval do Amaral e o deputado estadual Ademar Traiano (PSDB) estiveram sob suspeita de nepotismo no porto de Paranaguá. Irmãos das duas autoridades ocupam cargos de chefia e assessoria, ambos de confiança, o que a lei proíbe. Osmar Traiano, irmão do deputado, é assessor da superintendência da Appa; Alexandre José Mattos do Amaral, irmão do conselheiro do TCE, é chefe de divisão¹²¹.

Fabio Camargo. Nasceu em 17 de maio de 1973, natural de Curitiba. Logo ao ter iniciado seu curso de Direito na Universidade Tuiuti, Fábio passou para Assessoria Jurídica do Tribunal de Justiça. Foi convidado a participar da Procuradoria do Município, onde começou seu contato com a política. Em 1998 assumiu a diretoria de Marketing da Paraná Turismo do Governo Lerner. Em 2000, Fabio Camargo elegeu-se Vereador de Curitiba pelo PSC, com quase 9 mil votos. Em 2002, Fabio Camargo concorre a Deputado Estadual pela primeira vez, obtendo 34 mil votos e ficando como suplente. Em 2004, reelege-se vereador com 18 mil votos, a terceira maior votação da capital paranaense. Com quase 39 mil votos, Fabio elege-se Deputado Estadual em 2006. Em 2010, é reeleito para seu 2º mandato como Deputado Estadual pelo PTB, com 37.786 votos. Em 16 julho de 2013 renunciou ao mandato de deputado estadual para assumir a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Na época de sua eleição para o TC, o então corregedor do CNJ, Francisco Falcão, chegou a citar denúncias de que Camargo e o pai tivessem usado tráfico de influência para que o ex-deputado chegasse ao TC¹²². Fábio Camargo foi eleito para o TCE na vaga deixada por Hermas Brandão, que se aposentou compulsoriamente, aos 70 anos. A indicação foi aprovada por 27 dos 54 deputados estaduais. O segundo colocado foi o 1º secretário da Assembleia Legislativa, Plauto Miró Guimarães (DEM). Inicialmente, Plauto era o favorito, já que garantia ter o apoio do governador Beto Richa (PSDB) para a vaga. Mas a apresentação do nome de Camargo abalou o projeto do 1º secretário da Assembleia Legislativa que, após a derrota, chegou a fazer um discurso em plenário afirmando que havia sido usado num jogo de interesses entre o Palácio Iguaçu e o Tribunal de Justiça. Ele se referia ao projeto de iniciativa comum do Tribunal de Justiça e do governo do Estado que transfere para o caixa único do governo 30% dos depósitos judiciais. O projeto foi aprovado em convocação extraordinária dos deputados estaduais, durante o recesso parlamentar e dez dias após a eleição de Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Segundo denúncias, tratamento diferenciado aos processos que alguns deputados respondem na Justiça também fariam parte do pacote que teria levado Fábio Camargo ao TCE.

120 Disponível em: <https://contraponto.jor.br/secretario-e-tce-devem-explicar-nepotismo/>

121 Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sul/porto-de-paranagua-tem-suspeita-de-nepotismo>

122 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cnj-investiga-suspeita-de-trafico-de-influencia-na-eleicao-do-tc-pr-48s3j73smuu73yu1t5et5csb2>

Fábio é filho de **Clayton Coutinho de Camargo**, filho do desembargador **Heliantho Guimarães Camargo** e Maria José Coutinho Camargo, nasceu no dia 5 de março de 1946, em Curitiba (PR). Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 1973. Em 1974, após concurso, ingressou no Ministério Público como promotor substituto na comarca de Foz do Iguaçu. Exerceu, também, suas funções nas comarcas de Campo Largo, Palmeira e Paranaguá. Efetivado na carreira em 1976, atuou nas comarcas de Mandaguari, Bocaiúva do Sul, Colombo, Assis Chateaubriand, Ponta Grossa e Curitiba. Em 20 de abril de 1995, através da vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, onde exerceu a presidência (2002/03). No dia 12 de setembro de 2003, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Candidato a Deputado Estadual pelo PDS em 1982¹²³. O irmão do desembargador Clayton Camargo, Cresus Coutinho Camargo, foi titular do quarto Cartório de Protesto de Curitiba, Presidente do Jockey Club e titular do Haras dos Girassóis. Seu filho, Cresus Aurélio Wagner Camargo, foi eleito Presidente do clube de 2013 a 2015¹³⁶. Fábio Camargo pertence a uma família estabelecida no Paraná desde o século XIX, detentora dos títulos genealógicos Carrasco dos Reis e Moreira da Richa. A família está presente na Genealogia Paranaense (NEGRÃO, 1926, p. 316, 346). Descendente de Visconde de Guarapuava e o Padre José Antônio de Camargo Araújo, deputado provincial (OLIVEIRA, 2000, p.387). Diversos membros da família foram pesquisados no contexto dos anos 1930 (GRANATO, 2017). Em 2007, Ricardo Costa de Oliveira chamou a atenção sobre a conexão do conselheiro da República Velha até a Nova República dos Camargo:

Fábio Camargo é filho e neto de desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, membro da tradicional família política Camargo, atuante na região há mais de dois séculos, parente do atual Deputado Federal Affonso Alves Camargo Neto, ex-Senador, Ex-Ministro e neto do Presidente do Paraná, por duas vezes na República Velha, Affonso Alves Camargo. Antonio de Sá Camargo foi o Visconde de Guarapuava, um dos símbolos da política paranaense no Império, parente dos outros Camargo ativos no poder contemporâneo. Fábio Camargo é genro do atual Secretário da Casa Civil e

Ex-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro. A esposa de Fábio Camargo, Gracia Maria de Medeiros Iatauro, já ocupou a Administração da Regional Matriz, uma das principais subdivisões da estrutura da Prefeitura de Curitiba. A família está representada no Tribunal de Contas por Gracia Maria de Medeiros Iatauro (diretora), Giovana Maria Iatauro (consultora técnica), Rafaela Iatauro Bueno (assessora jurídica) e Tatianna Cruz Bove (inspetoria de controle). Como o sobrenome indica, todas pertencem à família do expresidente, Rafael Iatauro, atual Chefe da Casa Civil do Governo. Tatianna Bove (inspetora de controle) não tem o sobrenome, mas é a atual Sra. Rafael Iatauro. Este não é o único exemplo de nepotismo no TC (OLIVEIRA, 2014).

123 Disponível em: http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/id/1571858 136 Disponível em: <http://www.bnldata.com.br/cresus-aurelio-wagner-camargo-e-o-novo-presidente-do-jockey-club-doparana/>

A irmã de Fábio, a juíza Vanessa de Souza Camargo, casou-se em 2014 com Anderson Fumagalli, que administra o grupo empresarial Interalli composto por revendas de automóveis das marcas Ford, Nissan, Hyundai e Honda com a família Slavieiro (GOULART, 2016).

Ivens Zschoerper Linhares. Nasceu em 05 de outubro de 1969 em Curitiba. Advogado, colega de Ivan Bonilha no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É especialista em Direito Público também pela UFPR. Passou pelo Tribunal de Alçada do Estado, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Fazenda antes de se tornar auditor no Tribunal de Contas do Paraná por meio de concurso público, em 2005. Em 2014, o governador Beto Richa escolheu Ivens como conselheiro a partir da lista tríplice, passando ocupar a vaga que era de Caio Nogueira Soares, aposentado compulsoriamente aos 70 anos. Suas primas, Manoela Zschoerper Karam e Monica Zschoerper Karam tem cargos no TCE.

Em outubro de 2015, a Gazeta do Povo publicou matéria chamada “Dos 7 conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná, 2 estão sub judice e 3 são suspeitos de ilegalidades”. De acordo com a matéria, dos sete conselheiros que integram o Tribunal de Contas do Paraná, pelo menos cinco enfrentam situações polêmicas:

Artagão de Mattos Leão, Fernando Guimarães e Durval Amaral são suspeitos de participar de esquemas de corrupção. Já Fabio Camargo e Ivan Bonilha têm seu cargo sub júdice devido a questionamentos relacionados à eleição. **Artagão de Mattos Leão** foi investigado pelo Gaeco por suposta fraude em licitação para construção de um prédio anexo do TC, realizada durante seu mandato como presidente, no valor de R\$ 36,4 milhões. Seis pessoas foram denunciadas – incluindo três servidores ligados à sua gestão. Artagão é alvo de sindicância no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que corre sob sigilo. **Fernando Guimarães** foi acusado de receber dinheiro do Instituto Confiancece, Organização Social Civil de Interesse Público (Oscip) que atua na área de saúde e é acusada de desviar dinheiro do SUS e de prefeituras – que devem ser fiscalizadas pelo próprio TC. Em oito anos, a Oscip recebeu R\$ 355 milhões de municípios paranaenses. A esposa de Guimarães, Kelli Cristina Galli Guimarães, é sobrinha da diretora do instituto, Cláudia Galli, e trabalhou no Confiancece por 12 anos. O caso de **Durval Amaral** veio à tona recentemente, mas é anterior a sua eleição para o TC. Ele é acusado pelo doleiro Alberto Youssef de receber R\$ 2 milhões do esquema Copel/Olvepar. O caso é de 2002, época em que Amaral era deputado estadual e líder do governo Lerner na Assembleia. O conselheiro aposentado do TC **Heinz Herwig** também foi acusado de participar do esquema. Amaral também foi citado na delação de Luiz Antônio de Souza referente à Operação Publicano – assim como seu filho, o deputado estadual Tiago Amaral (PSB). Entretanto, não se sabe o teor da delação. Já **Fabio Camargo** e o atual presidente do TC, **Ivan Bonilha**, enfrentam problemas por causa das eleições para o cargo de conselheiro. Conforme a ação de um candidato derrotado na disputa para o cargo, Max Schrappe, Camargo não apresentou a documentação exigida, tampouco fez o mínimo de votos para ser eleito – 27 de 54, exatamente metade.

Camargo chegou a ficar afastado do TC por mais de um ano, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em setembro, ele foi reconduzido ao cargo, mas o mérito da ação ainda está pendente

de julgamento. Já o caso de Bonilha não envolve questionamentos envolvendo sua eleição, mas sim a de seu antecessor, Maurício Requião¹²⁴

3.4 AUDITORES E PROCURADORES

Os **auditores** do TCE substituem os conselheiros quando precisam por motivos de licenças, férias, vacância ou outro afastamento legal. A grande maioria era nomeada pelo governador. Já foram auditores, desde 1947, Nacim Bacilla Neto, José Isfer, Elias Karan, Alceu Ribeiro de Macedo, Fernando Flores, Julio Farah, Aloysio Blasi, José Theodoro Miró Guimarães, José de Almeida Pimpão, João Antonio Braga Cortes, Gabriel Baron, Lauro Schleder, Erasmo Pilotto, Paulo Mercer Carneiro, Amaury de Oliveira e Silva, Cândido Machado de Oliveira Netto, Emílio Hoffman Gomes, Antonio Brunetti, Renato Loures Bueno, Newton Luiz Puppi, Saul Raiz, Ivo Thomazoni, Felipe Aristides Simão, Joaquim de Almeida Peixoto, Fabiano Saporitti Campelo, Nagibe Chede, Goyá Campos, Marins Alves de Camargo Neto, Roberto Macedo Guimarães, Francisco Borsari Netto Joaquim Antonio Amazonas Penido Monteiro, Ruy Baptista Marcondes, Oscar Felipe Loureiro do Amaral, Jaime Tadeu Lechinski, Caio Márcio Nogueira Soares, Eduardo Souza Lemos e Ivens Zschoerper Linhares. Até 2003, quando ocorre o primeiro concurso para auditores realizado pelo TCE-PR, as indicações eram, em grande medida, de caráter político. Atualmente, são quatro os auditores empossados em decorrência de concurso público: Cláudio Canha, Sérgio Fonseca, Thiago Cordeiro e Tiago Pedroso.

Destacamos alguns auditores que seguem a lógica dos conselheiros e são “amigos do rei”, isso é, que estão próximos dos núcleos familiares do poder da época.

José Theodoro Miró Guimarães. Engenheiro, secretário do Estado e auditor do Tribunal de Contas do Paraná em 1969, casado com Flora Ericksen Guimarães. Filho de Flávio Carvalho Guimarães, formado em Direito em São Paulo em 1916, exerceu a função de advogado, professor e ingressou na política, na qual foi Secretário da Fazenda do Paraná, no governo de Manoel Ribas (1932/1945), que era seu primo, pelo lado materno (NEGRÃO, 1946, p.286-287). Flávio foi eleito Senador, entre 1935/1937 e 1946/1955, além de outros cargos públicos, como diretor da Caixa Econômica Federal e faleceu em 1968. Flávio casou com Anita Baptista Miró, filha de José Miró de Freitas e Anna Baptista Rosa Miró. Irmão de Plauto Miró Guimarães, Secretário de Negócios do Interior e Justiça, no primeiro governo de Ney Braga (1961/1965), vereador e depois nomeado prefeito de Ponta Grossa, entre 1966 a 1969. Concorreu nas eleições para Prefeito em 1972 e 1982,

¹²⁴ Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/dos-7-conselheiros-do-tribunal-de-contas-do-parana-2-estao-sub-judice-e-3-sao-suspeitos-de-ilegalidades-emgef5wxn3xga64da7kgk2jk>

mas não foi eleito. Casado com Leoni Slavieiro, cujo um dos filhos é Plauto Miró Guimarães, atual deputado estadual (ALVES, 2017, p.141).

Marins Alves de Camargo. Nasceu em Guarapuava (PR) no dia 22 de fevereiro de 1882, filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Paula Camargo. Seu irmão Afonso Alves de Camargo foi presidente do Paraná de 1916 a 1920 e de 1928 a 1930, deputado federal de 1921 a 1922 e senador de 1922 a 1927. Em 1912 foi nomeado secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916), que, no ano seguinte, o nomeou para a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Entre 1924 e 1926, no segundo governo de Cavalcanti de Albuquerque, foi vice-governador do estado. Eleito senador pelo Paraná, assumiu o mandato no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 11 de agosto de 1928 e tornou-se membro da Comissão de Instrução Pública. Exerceu o mandato até outubro de 1930, quando da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Era casado com Etelvina Pinto Rebelo de Camargo. Seu sobrinho-neto, Afonso Alves de Camargo Neto, também trilhou a carreira política, tendo sido senador pelo Paraná de 1979 a 1995, ministro dos Transportes de 1985 a 1986, e deputado federal em várias legislaturas a partir de 1995. Faleceu em Curitiba no dia 12 de abril de 1962. Parente do Conselheiro Fábio Camargo¹²⁵.

Emílio Hoffmann Gomes. Nasceu em Ponta Grossa, Paraná, a 19 de julho de 1925, filho de Ezequiel Gomes e Maria Hoffmann Gomes. Fez o curso fundamental na cidade de Irati, transferindo-se depois para Faculdade de Engenharia do Paraná, tendo obtido grau em 1949. Seu avô, Coronel Emílio Batista Gomes, foi o primeiro prefeito de Irati, em 1907. Emílio começou muito cedo na função pública como auxiliar de engenheiro do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado. Em 1961 filiou-se ao Partido Democrata Cristão e disputou as eleições para a Câmara dos Deputados. Eleito e reeleito duas vezes, cumpriu três mandatos parlamentares, tendo ocupado cargos na comissão executiva daquela Casa do Congresso Nacional, sempre com apoio de Ney Braga. A família Gomes é uma das principais acionistas da Cimentos Itambé, cujo controle acionário está nas mãos de famílias paranaenses (62% divididos entre os Slaviero, os Gomes e os Araújo) (OLIVEIRA, 2007). Com o golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, participou do grupo armado de parlamentares que se dirigiu ao palácio do Planalto para empossar o

125 Biografia disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMARGO,%20Marins.pdf>

presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na presidência da República. Reeleito deputado federal na legenda da Arena em 1966 e 1970. Com a morte do governador do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Sousa, em julho de 1973, foi indicado pelo então senador e líder da Arena paranaense, Ney Braga, e pelo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, para completar o período de governo, permanecendo no cargo até março de 1975, quando foi substituído por Jaime Canet Júnior. Assumiu em seguida a presidência do Banco do Estado do Paraná, que exerceu até janeiro de 1977. Nessa ocasião, tornou-se auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), cargo que ocupou até novembro de 1990, quando se aposentou. Casou-se com Diva Pereira Gomes, com quem teve três filhos¹²⁶. Além dos R\$ 30 mil por ter ocupado a mais alta cadeira do executivo, Emílio Hoffmann Gomes recebe ainda R\$ 33 mil de aposentadoria de ex-auditor do Tribunal de Contas do Paraná (TCE)¹²⁷.

João Antonio Braga Cortes. Filho de Napoleão Saboia Côrtes e Maria Lacerda Braga, da família classe dominante tradicional lapeana, nascimento em 1919, primogênito entre 10 irmãos. Foi deputado estadual. É o pai da vereadora de Curitiba Julieta Reis.

Roberto Macedo Guimarães. Descende de Manoel Ribeiro de Macedo. A família Macedo tem parentes na Interventoria, no Governo do Estado, na Polícia Estadual e Federal, no Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Prefeituras de diversos Municípios, Reitoria, A Universidade Federal do Paraná, nas Secretarias do Estado, no Magistério Público, no antigo Tesouro do Estado, nas Funções Públicas e Privadas, na Indústria e no Comércio. Nestes 108 anos de Associação Comercial do Paraná, 37 foram presididos por pessoas descendentes ou ligados diretamente à Família de Manoel Ribeiro de Macedo (KAMINSKI, 2013).

Saul Raiz. Filho do casal polonês Etila e Leizor Raiz. Da turma de engenharia da UFPR de Karlos Rischbieter, Affonso Alves de Camargo, Maurício Schulmann e outros que vieram a fazer parte do grupo de Ney Braga. Começou como auxiliar de topógrafo na prefeitura, foi Diretor de Urbanismo de 1954 a 1958, período que foi elaborado o Plano Diretor da Cidade. Como Diretor-Geral do departamento de Estradas e Rodagem comandou a construção da Rodovia do Café em 1961, no Governo Ney Braga. Foi indicado para a prefeitura de Curitiba pelo então Governador Jaime Canet Júnior e logo em seguida aprovado pelos deputados estaduais da ARENA, ocupando o

126 Ver biografia em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/emilio-hoffmann-gomes>

127 Informações disponíveis em: <http://livre.jor.br/deputados-mantem-gasto-de-quase-r-4-milhoes-em-aposentadorias-epensao-de-ex-governadores/>

cargo de 1975 a 1979. Em 1982, Saul se candidatou ao governo do estado pelo PDS, mas foi derrotado por José Richa¹⁴¹.

Newton Luiz Guido Puppi. A família Puppi possui uma trajetória marcante na política de Campo Largo-PR; município da RMC (MACHADO; CAPRARO, 2016). Nasceu em Campo Largo, no dia 06 de setembro de 1933. Casou-se com Roseli Fabiani Puppi, com quem teve 4 filhos. Advogado, aos 18 anos iniciou sua carreira como escriturário da Caixa Econômica Federal, tornando-se mais tarde gerente. Foi nomeado pelo Governador Emílio Hoffmann Gomes para o cargo de Diretor do Departamento de Aplicação do Capital do IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado). Participou das eleições municipais ocorridas em 1962, como candidato a prefeito pelo PDC, elegendo-se com 1977 votos. Disputou as eleições municipais de 15 de novembro de 1976, como candidato a prefeito pela ARENA, elegendo-se com 6.660 votos, para um período de mandato de 6 anos. Em outubro de 1982, renunciou ao mandato de prefeito. Newton Luiz Guido Puppi, também participou das eleições municipais de 1996, elegendo-se com 26.274. Seu pai, Domingos Puppi, foi comerciante na década de 1960 em Campo Largo. Participou das eleições municipais de 1958, como candidato a vereador pelo PDC, obtendo 112 votos, ficando como 2º Suplente. Por ocasião da licença do vereador Oscar Chiquito, na data de 11 de julho de 1960, tomou posse como vereador, sendo eleito Presidente da Câmara Municipal, no dia 04 de dezembro de 1961. No dia 09 de abril de 1962, renunciou ao mandato de Vereador. Seu filho é Marcelo F. Puppi, que foi vereador na gestão 2005/2008 pelo Partido Democratas, e candidato oficial as eleições para prefeito de Campo Largo em 2016 (MACHADO e CAPRARO, 2016, p. 127). É possível constatar a significativa presença de membros da família Puppi no TJ-PR. João Domingos Puppi, que nasceu em “Campo Largo, foi promovido à desembargador em 2007. João “é filho do desembargador (falecido) Clementino Schiavon Puppi” e já atuou como juiz nas comarcas de Araucária, Capanema, Colombo, Curitiba e Sengés¹²⁸. Também identificamos a “juíza Maria Cecília Puppi, do Juizado Especial de Ponta Grossa”¹²⁹ e Vanessa Flávia Puppi Moro Carias de Araújo, que exerce “cargo de provimento em comissão de Secretário de Desembargador, símbolo DAS-4, do Gabinete do Desembargador Renato Naves Barcellos” desde 2014 (PEREIRA, 2020).

128 Disponível em:

<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI46947,11049-TJPR+Joao+Domingos+Puppi+novo+Desembargador;> acesso em 29/04/2017.

129 Disponível em <https://www.facebook.com/blogdamarelimartins/posts/923196461146663>; acesso em 30/04/2017.

Amauri de Oliveira e Silva. Nasceu em Rio Negro (PR) no dia 17 de janeiro de 1924, filho de Elpídio Caetano da Silva e de Juraci Maia de Oliveira e Silva. Fez o curso primário no Grupo Escolar Carvalhosa, em Ponta Grossa (PR), e o secundário em Curitiba. Ingressou em seguida na Faculdade de Direito do Paraná, onde, após bacharelar-se, permaneceu como professor contratado. Iniciou sua vida política como vereador em Londrina (PR). Transferindo-se para Curitiba, exerceu o cargo de diretor do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Em outubro de 1954, foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano (PR), obtendo o sexto lugar na bancada, com 2.690 votos. No pleito seguinte, realizado em outubro de 1958, reelegeu-se para o mesmo cargo, desta vez na legenda de seu novo partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 4.155 votos, ocupando o 12º lugar na bancada. No pleito de outubro de 1962, foi eleito senador na legenda do PTB com 390.057 votos. Para formação do segundo ministério presidencialista do governo de João Goulart, Amauri Silva foi convidado a assumir a chefia do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no dia 18 de junho de 1963. Foi cassado com o golpe de 1964. De volta ao cenário político, em abril de 1979 ingressou oficialmente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista. Em 1984, foi nomeado pelo governador José Richa, do PMDB, procurador do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Paraná, cargo que ocupou até ser aposentado compulsoriamente em 1991. Foi casado com Circe Bueno e Silva, com quem teve quatro filhos: Moema Silva Michaelis, Amaury de Oliveira e Silva Júnior, Bernardo Bueno e Silva e Denyse Bueno e Silva. Faleceu em Curitiba no dia 17 de novembro de 2002¹³⁰.

Cândido Machado de Oliveira Netto. Família histórica tradicional. Pai de Cândido Martins de Oliveira, que veio a ser Conselheiro do TCE.

Fabiano Saporitti Campelo. Família de juristas. Esteve na administração José Richa e Beto Richa foi presidente da Sanepar. Também integrou o conselho administrativo da SANEPAR no governo Lerner. Neto do desembargador Cid Campêlo, do Tribunal de Justiça do Paraná. Seu tio era José Cid Campêlo, advogado e ex-procurador do Estado. Primo, do advogado José Cid Campêlo Filho, ex-secretário chefe da Casa Civil no governo Jaime Lerner, além de seu advogado pessoal (PEREIRA, 2020).

130 Biografia disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amauri-de-oliveira-e-silva>

Goyá Campos. Foi Procurador-Geral do Município de Curitiba (1986/1989), Secretário de Justiça do Governo do Paraná (1991/1993), advogado do PMDB especializado em direito eleitoral.

Francisco Borsari Netto. Nascido em Jaboticabal, Estado de São Paulo, casado com Inez Brunetti Borsari, tem três filhos e um neto. Filhos: Paulo Francisco, casado com Berenice Maria Fioreze Borsari; Cássia Paulina e Ana Paula. Neto: Paulo Francisco Borsari Filho. Engenheiro Civil, pela Universidade Federal do Paraná. Foi-Diretor do Departamento de Água e Esgotos do Estado do Paraná, Diretor Técnico e Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, Deputado Estadual – Paraná (1971-75), Secretário Geral da ARENA no Estado do Paraná, -Secretário de Estado da Educação, Cultura e Esportes do Estado do Paraná.(Gov. Jayme Canet Jr), -Secretário Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná.(Gov. Ney Braga e José Hosken de Novaes)¹³¹.

Os **procuradores** que integram o Ministério Público de Contas emitem pareceres preliminares e sobre o mérito dos processos, denúncias e representações julgados pelo Tribunal de Contas. São chefiados pelo procurador-geral que possui o mesmo tratamento jurídico e protocolar dos conselheiros. Os procuradores-gerais foram Ney Leprevost, José Pires Braga, Ezequiel Honório Vialle, Odilon Túlio Vargas, Ivan Xavier Vianna, Osvaldo Evangelista de Macedo, Rodolfo Purpur, Horácio Raccanello Filho, João Bonifácio Cabral Júnior, Henrique Naigeboren, Lauri Caetano da Silva, Luiz Carlos Caldas, Fernando Augusto Mello Guimarães, Katia Regina Puchaski, Gabriel Guy Léger, Angela Cassia Costadello, Elizeu de Moraes Corrêa, Laerzio Chiesorin Júnior e Michael Richard Reiner. Vamos analisar apenas o primeiro procurador-geral, Ney Leprevost.

Ney Leprevost. Nasceu em Curitiba no dia 23 de outubro de 1911. Filho de **José Leprevost** e de Angelina Curial. Estudou no antigo Ginásio Paranaense, da rua Ébano Pereira. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1936. Começou sua carreira como fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (1935-1936). Serviu como primeiro Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Paraná, origem do Tribunal do Trabalho. Integrou o conselho da Ordem dos Advogados de 1937 a 1947. Atuante no Partido Social Democrático (PSD), foi candidato a deputado por duas vezes, sendo eleito como suplente. Exerceu entre 1947 e 1948 o cargo de Procurador-Geral do Estado. Prefeito de Curitiba de 1948 a 1949. Foi Procurador Fiscal até 1954, cargo no qual se aposentou. Foi Procurador no Tribunal de Contas de 1947 a 1957. Empresário, edificou o prédio da Galeria Tijucas, marco da

131 Depoimento biográfico disponível em: <http://memoriasparana.com.br/francisco-borsari-netto-2016/>

cidade nas décadas de 1950 e 1960. Morreu em 6 de setembro de 1979. Seu filho **Luiz Antonio Leprevost**, nasceu em 30 de setembro de 1953. Formou em Direito na Faculdade de Direito de Curitiba em 1976. Durante da faculdade foi Operador de Créditos e financiamentos do Grupo Financeiro Ipiranga de 1971 a 1974. Depois foi Auxiliar de Gerencia no Banco Bamerindus do Brasil S/A de 1975 a 1978. Ocupou diversos cargos no Banco Real de São Paulo entre 1978 e 1983. Foi Diretor Administrativo Financeiro do Banestado S/A de 1984 a 1987. Foi Diretor Estatutário da Hermes Macedo Financiadora S/A de 1990 a 1992. Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Serviços – Telecomunicações do Paraná S/A. – Telepar de 1992 a 1993. Diretor Técnico e de Operações – CIC – Companhia de Desenvolvimento de Curitiba em 1995. Também foi Diretor de Finanças e Patrimônio da Paranáprevidência, Vice-Presidente e 1º Tesoureiro da Associação Comercial do Paraná de 1991 a 1993. Conselheiro do Clube Curitibano de 1997 a 2010; Conselheiro – Associação Comercial do Paraná em 2002. Conselheiro da Federação das Indústrias do Estado do Paraná em 2002. Conselheiro do Graciosa Country Clube em 2011. Foi membro do conselho de administração da SANEPAR de 2011 a 2015, depois diretor da subsidiária Copel Renováveis. Seu outro filho, **José Carlos Leprevost**, nasceu em Curitiba no dia 19 de novembro de 1940. Bacharelouse em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1962. Ainda no Paraná, exerceu os cargos de assistente técnico da presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE), chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura e oficial-de-gabinete da Secretaria do Interior e Justiça. No pleito de novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por seu estado na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação política ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Em novembro de 1970, foi reeleito na mesma legenda. Em janeiro de 1975 deixou definitivamente a Câmara dos Deputados. Um dos netos é **Ney Leprevost**, nascido em 1973. Aos 22 anos foi eleito para o seu 1º mandato na Câmara Municipal de Curitiba. Três anos mais tarde, em 1999, foi convidado para assumir a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo do governo Lerner, tornando-se o secretário mais jovem do Brasil. Em 2000 e 2004 reelegeu-se como vereador na Câmara Municipal de Curitiba e no ano de 2006 se candidatou a deputado estadual do Paraná. Elegeu-se com 53.471 votos, sendo o deputado estadual mais votado entre os que tentaram pela primeira vez o cargo. Em 2010, foi reeleito deputado estadual sendo o mais votado de Curitiba, com cerca de 80 mil votos. Em 2016, foi candidato à Prefeitura de Curitiba, indo ao segundo turno do pleito, mas perdendo para Rafael Greca de Macedo. Ney foi eleito deputado federal em 2018¹⁴⁶.

3.5 CORPO FUNCIONAL: SERVIDORES E APOSENTADOS

Como instituição política, o TCE-PR também transfere para seu interior o “familismo”. O corpo diretivo e operacional do TCE-PR é integrado pelos conselheiros, auditores e procuradores do Ministério Público de Contas, dispondo de uma estrutura técnica com pouco mais de 600 funcionários.

Com base em pesquisa com dados de 2020, no site do TCE-PR e na Paraná Previdência¹⁴⁷, selecionamos alguns servidores (comissionados, concursados e aposentados) que possuem conexões com conselheiros, auditores, desembargadores, governadores e deputados, no intuito de compreender a força dos interesses familiares das classes dominante no corpo funcional da própria instituição.

CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS

LAURO REGO BARROS

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Luiz C. Marchesin Rego Barros	FILHO	26/10/1993	Aposentado	39.649,31

NACIM BACILLA NETO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Lais Denovaro Bacilla	FILHA	06/01/1994	Efetivo	24.630,83

¹⁴⁶ Ver artigo sobre “Ney Leprevost”: herdeiro das velhas oligarquias”, de 2016. <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/22/artigo-ney-leprevost-psc-herdeiro-das-velhas-oligarquias>

¹⁴⁷ Os servidores aposentados do TCE-PR podem ser encontrados em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/servidores/poderexecutivo/remuneracao?windowId=26e>

ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Andréa de Brito Ruppel	SOBRINHA	27/02/1997	Aposentada	23.319,70
Antônio Ferreira Ruppel Fº	FILHO	11/07/1979	Aposentado	43.063,40
Fernando Hauer Ruppel	NETO	10/08/2012	Aposentado	26.583,26
Gil Ruppel	FILHO	26/11/1998	Aposentado	36.914,92

José Antônio Ruppel Paraná			Aposentado	43.067,40
Ligia Maria Hauer Ruppel	NORA	11/11/1993	Aposentada	31.177,44
Maria Lúcia Ruppel	FILHA	23/11/1983	Aposentada	43.067,40
Ricardo Ruppel Paraná		12/12/1993	Aposentado	43.067,40
Roberto Ruppel	FILHO	11/09/1979	Aposentado	43.067,40
Severo Ferreira Ruppel Neto	FILHO	02/08/1982	Aposentado	43.067,0

RAFAEL IATAURO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Fábio Camargo	GENRO		Conselheiro	
Giovana M. Iatauro Camargo	FILHA	14/10/1993	Efetivo	49.640,68
Gracia M. M. Iatauro Cespedes	FILHA	11/07/1979	Aposentada	43.067,40
Guilherme Braga Lacerda	GENRO	16/08/1993	Aposentado	43.067,40
Rafaela Iatauro Bueno Zambruno	NETA	14/01/2011	Comissão	12.012,76
Rodrigo Iatauro Bueno	NETO	02/09/2013	Comissão	
Tatianna Cruz Bove Iatauro	ESPOSA	25/03/1993	Efetivo	37.819,95

JOÃO FEDER

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Arlete M. C. de Macedo Feder	NORA	25/01/1994	Aposentada	35.348,75
Luiz Henrique Sampaio Feder	FILHO	23/11/1983	Efetivo	45.221,36
Nilson Pohl	SOBRINHO	17/01/2013	Comissão	13.816,53
Jean Sampaio Feder	FILHO	01/06/2013	Aposentado	43.067,40
Rose Marie Guimarães Feder		08/10/2013		26.754,80

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Armando Queiroz de Moraes J	FILHO		Aposentado	43.067,40

CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Adriana Giglio Martins De Oliveira	FILHA	23/11/1983	Aposentada	43.067,40
Ana C. M. de Oliveira Balaroti	NETA	07/12/1993	Efetivo	37.814,39
Luciana Martins de Oliveira da	FILHA	23/11/1983	Aposentada	43.067,40
Marcelo Marcal Belich	ex-GENRO	11/01/1994	Efetivo	37.960,32
Paulo Sergio de Oliveira Busato	SOBRINHO	27/10/1993	Efetivo	26.003,73
Rodrigo Martins de Oliveira S.Pinto	SOBRINHO	21/06/2013	Efetivo	39.908,57
Sergio José Buzato				43.967,40
Suzana G. Martins de Oliveira	FILHA	10/09/1993	Efetivo	48.667,33

JOÃO CANDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Alexandre Juliato Pallu		20/06/1994	Efetivo	37.819,00
Cleusa Juliato			Aposentada	40.966,55
Eduardo L. Pinto da Cunha Ferreira	FILHO	30/12/1993	Aposentado	24.159,60
João C. Fda Cunha Pereira Filho	FILHO		Aposentado	35.462,22
José.F.Pinto Cunha Pereira				

Luciana de F Nogueira Nascimento		30/12/1993	Aposentada	43.067,40
Priscila Mara Pallu		30/12/1993	Efetivo	30.688,72

NESTOR BATISTA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Evandra Batista	FILHA	01/11/1993	Efetivo	37.819,95
Nestor Paraná Batista	FILHO			
Felipe Batista	IRMÃO			

QUIÉLSE CRISÓSTOMO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Christiane Pienaro Chrisostomo	SOBRINHA	14/01/1994	Aposentada	43.067,40
Claudiane Crisostomo P	FILHA		Aposentada	43.067,40
Cleiton Kielse Bordini Crisostomo	FILHO	20/01/1994	Efetivo	27.523,55
Fábio Bordini Crisóstomo	FILHO		Aposentado	10.564,27
José Alcides Pasquali Junior	GENRO	07/01/1994	Efetivo	43.785,78

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Artagão de Mattos Leão Jr	FILHO	17/01/1994	Efetivo	
Luiz Gustavo Merolli Soria	GENRO	08/11/1993	Efetivo	37.960,32
Sandra Maritza Becher de Oliveira	SOBRINHA	19/01/1993		
Tatiana B. de Mattos Leão Soria	FILHA	07/01/1993	Efetivo	37.818,95

HENRIQUE NAIGEBOREN

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Renata Naigeboren Benzecry	FILHA	06/01/2014	Comissão	10.820,83

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Atahualpa Alencar Lima		16/01/2003	Comissão	7.221,58
Eliane Rodrigues Guimarães		03/02/2003	Efetivo	39.113,55
Marcia Leal Guimarães M.	PRIMA	01/02/2005	Comissão	
Roseli Alencar Lima			Comissão	
Rosiani Pazinato da Silva	PRIMA	06/01/2004	Comissão	6.916,76
Samara Xavier da Silva		17/01/2013	Comissão	16.383,80
Simone S. Pinto Manasses	Ex-Esposa	20/06/1995	Efetiva	36.524,74
Tatiana Ozores Guimarães		14/01/2003	Comissão	4.679,65

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Manoela Zschoerper Karam	PRIMA	20/10/2014	Comissão	
Marcela Zschoerper Karam				
Marcia Galeazzi Caxambu	ESPOSA	08/03/2007	Efetivo	33.497,22
Monica Zschoerper Karam	PRIMA	17/01/2013	Comissão	15.761,20

AUDITORES**AMAURI OLIVEIRA SILVA**

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Amauri de Oliveira Silva Jr.	FILHO		Aposentado	41.422,92

Denise Bueno e Silva Bandeira	FILHA		Aposentada	43.067,40
Cice Bueno Silva	ESPOSA			
Moema Michaelles e Silva Bandeira	FILHA			

OSCAR FELIPE DO AMARAL

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Luiz F. Stumpf do Amaral	FILHO		Aposentado	43.067,40

FRANCISCO BORSARI NETO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Paulo Francisco Borsari	FILHO	20/12/1993		38.043,80

GOYÁ CAMPOS

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Idahyr Milano Campos	ESPOSA			
Sandra do Rocio Campos			Aposentada	34.393,03

RUI BATISTA MARCONDES

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Adilson Marcondes Ribas		19/05/1993		32.443,00

NEWTON LUIZ PUPPI

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Carmen Maria Puppi Moro			Efetivo	28.870,33
Débora Arduini Puppi		05/08/2014		25.661,17

EMÍLIO HOFFMAN GOMES

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Agnaldo Gomes dos Santos	FILHO		Aposentado	33.788,10

ELIAS KARAM

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Caroline Lemos Karam		15/03/2013		34.534,24

GOVERNADORES

NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Ana Paula Braga Guimarães	NETA	07/01/1993	Aposentada	9.460,68
Ana Paula Pimpão Braga				
Geni Prestes Braga			Aposentada	
Guilherme Braga Lacerda		16/08/1993	Aposentado	43.067,40
João Antônio Braga Cortes	PRIMO		Auditor	
Luiz F. Gubert Braga Cortes	Sobrinho	30/12/1993	Efetivo	41.183,11
Nice Maria Braga	FILHA	09/12/2013	Comissionado	7.221,58

PAULO PIMENTEL

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Vera Lucia Lunardelli Pimentel	FILHA	27/10/1983	Aposentada	40.526,39

JAIME LERNER

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
-------------------------	-------------------	----------------	--------------	----------------------

Lea Lerner Naigeborn	IRMÃ	09/10/2014	Comissão	
Henrique Naigboren	GENRO		Aposentado	35.462,22

BETO RICHA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Fernanda Resseti Santos	NORA	02/12/1911	Comissão	17.988,78

CIDA BORGHETTI

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Ana Maria Borghetti Violani	IRMÃ		Comissão	15.984,73

DEPUTADOS ESTADUAIS**ANIBAL KHURY**

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Adriane Curi	SOBRINHA	06/01/1994	Efetivo	37.960,32
Ceres Regina Khury	SOBRINHA	30/12/1993	Aposentada	26.463,09
Anibal Khury Jr.	FILHO		Aposentado	36.914,92

MARCOS VALENTE ISFER

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Solange Sa Fortes Ferreira Isfer	ESPOSA	10/01/1994	Efetivo	38.348,30
Emanuela Duarte Isfer				33.282,00

ERVIN BONKOSKI¹⁴⁸

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Marisa Kobbe Bonkoski	FILHA	10/01/1.994	Efetiva	37.321,00

PAULO FURIATI¹³²

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Ivana Maria Pierin Furiati	Esposa	06/01/1.994	Efetivo	36.477,74

LOURENÇO FREGONESI

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Desirée do Rocio Vidal Ferreira da Costa	Ex-esposa	13/12/1993	Efetivo	40.526,40

¹⁴⁸ Ervin Bonkoski. Nasceu em Perdizes (SC) no dia 26 de setembro de 1936, filho de Estéfano Bonkoski e de Técla Bonkoski. Bacharel em direito pela Universidade Federal do Paraná em 1960, formou-se também em jornalismo pela Universidade Católica do Paraná em 1961, e em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas em 1968. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado em 1964, com a extinção do bipartidarismo em 29 de setembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Popular (PP), que em 1982 foi incorporado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas eleições de novembro desse ano, candidatou-se a deputado estadual, e obteve 104 mil votos — a maior votação já registrada por um deputado estadual no Paraná até então. No pleito de novembro de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo Paraná, na legenda peemedebista. Candidato derrotado à prefeitura de Curitiba, ainda pelo PMDB, em 1988, tentou

¹³² Paulo Furiati. Formado Engenheiro Agrônomo, com especialização em Administração Pública, Paulo Furiati nasceu em 11 de novembro de 1951 no município da Lapa. Em 1979, Paulo Furiati iniciou na vida pública como vice-presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. Depois foi presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. Locutor de rádio, atuou como chefe do Escritório Regional do Instituto de Terras e Cartografia em Cascavel, chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em Londrina, deputado estadual em 1990, diretor de crédito rural do Banestado, de 1991 a 1994, diretor nacional de abastecimento da Conab em Brasília e prefeito da Lapa de 2001 a 2004, 2009 a 2012 e 2016 e 2020. Casado com Ivana Maria Pierin Furiati, é pai de três filhos: Bruno, Felipe e Laís. Disponível em <https://www.bocamaldita.com/na-lapa-furiati-e-eleito-para-o-3o-mandato/>

reeleger-se deputado federal em outubro de 1990, já na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Obteve a segunda suplência e deixou a Câmara dos Deputados ao término da legislatura, em janeiro de 1991. Retornou em 20 de dezembro de 1993, para ocupar a vaga do deputado cassado Onaireves Moura, do Partido Social Democrático (PSD). Sem candidatar-se à reeleição, deixou a Câmara em janeiro de 1995 e passou a dedicar-se a seus negócios particulares. Foi diretorsuperintendente das rádios Difusora, de Campo Mourão; Educadora, de União da Vitória; Educadora, de Goioerê; Educadora, de Laranjeiras; e Cultura, de Curitiba. Durante mais de 40 anos apresentou programas religiosos na Rádio Colombo, da qual, além de proprietário, foi diretor-presidente. Casado com Maria do Rocio Cobre Bonkoski, teve três filhas. Verbete biográfico em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ervin-bonkoski>

MÁRIO CELSO CUNHA¹³³

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Rosângela do Rocio Cunha Zambruno	FILHA	23/12/1.993	Efetivo	37.960,32

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CID CAMPELO – Governo de Jaime Lerner

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Fabiano Saporiti Campelo			Aposentado	33.689,11
Rafaela M. Campelo Schorr	FILHA	14/01/2011	Comissão	6.553,40
Roberta Mocellin Campelo	FILHA	12/082011	Comissão	15.621,37

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES – Governo de Beto Richa

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Sandra R. Rodrigues	ESPOSA	07/10/2011	Comissão	15.690,71

133 Mario Celso Cunha. Jornalista e Radialista. Filho de Jacinto Cunha, conhecido como primeiro locutor de Curitiba, diretor da Rádio Emissora. Eleito vereador em Curitiba em 1976. Líder da Bancada do MDB. Eleito deputado estadual em 1978. Primeiro suplente de Deputado estadual pelo MDB 1982, com 19 mil votos. Nomeado assessor de imprensa do prefeito Maurício Fruet e depois secretário particular até 1986. Nomeado assessor de gabinete do prefeito Roberto Requião em 1986. Assessor especial do governador Álvaro Dias em 1987. Assessor de Comunicação da Presidência da Sanepar em 1988. No mesmo ano foi eleito vereador de Curitiba. Líder da bancada e vice-presidente, tendo substituído Jaime Lerner na prefeitura, como prefeito interino, em 1991. Reeleito vereador em 1992. Prefeito interino por duas vezes em 1994. Reeleito vereador em 1996, 2000, 2004, 2008. Em 2011 foi indicado por Beto Richa para assumir o cargo de Secretário Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA 2014. Assumiu a Coordenação Geral de Eventos Esportivos da Secretaria Estadual do Esporte e do Turismo em 2013. Em 2018 se tornou Chefe de Gabinete do presidente da Sanepar, Ricardo Soavinski e, em 2019, jornalista do Setor de Comunicação e Marketing da Sanepar. Disponível em:

<http://www.mariocelso.com.br/quem.php>

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

LUIS CESAS DELAZARI

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Fabiola F. Delazari Cecato	FILHA	12/11/1993	Efetivo	38.257,32

DESEMBARGADORES

ADALBERTO J. XISTO PEREIRA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Rosana de F. Pires Pereira	ESPOSA	08/08/2008	Comissão	11.6012,52

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Ana Paula Bonotto Orso Albuquerque Maranhão		19/06/2013	Comissão	20.090,46
Chistiane de Albuquerque Maranhão Reichert		23/11/1983	Aposentada	38.791,21
Carlos Cesar Sales de Albuquerque Maranhão			Aposentada	45.207,48
Rejane Maria Correia Albuquerque Maranhão			Aposentada	11.387,86

ABRAHAM LINCOLN MERHEB CALIXTO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Guilherme Meneses Calixto				

FAMÍLIAS**LEPREVOST**

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Jucara Isabel Leprevot			Aposentada	37.538,71
Luis Antônio Leprevost			Aposentado	25.056,73
José Carlos Leprevot		01/12/1993	xx	
Regina C. Gomes Guimarães Leprevot		20/04/2016		21.379,00

ABIB

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Denyse Bueno e Silva ABIB			Aposentada	41.878,57
Ehden ABIB			Aposentado	41.878,57
Rosemery ABIB Lacerda		30/07/1980	Aposentada	43.473,40

CAMARGO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Andre L. Barbosa Camargo			Aposentado	43.067,40
Cecília M. Bueno de Camargo		28/04/1997	Efetivo	20.698,40
José de Camargo		09/08/1988	xx	
Laura Camargo Savi		10/10/1988		34.393,00
Marins Alves de Camargo		31/01/2007	Aposentado	33.689,10

MACEDO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Hamilton Alves de Macedo		12/04/1993		31.715,80

NORONHA

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Alexandre Noronha Brum		01/03/2012		43.067,40
Maria A. Noronha Moraes			Aposentada	30.752,58
Marco A. Noronha Blum			Aposentado	43.067,40
Tânia Maria Noronha Parciornik			Aposentada	36.285,06

IMPRENSA

LUIZ FERNANDO FEDEGER – Jornal IMPACTO

Nome do Servidor	Parentesco	Entrada	Cargo	Salário – R\$
Karina Fedeger Losso	FILHA	15/03/2013	Comissão	34.534,24

Fonte: Portal Transparência TCE –PR/ Portal Paraná Previdência / Data: Junho de 2020.

3.6 O TCE-PR COMO INSTRUMENTO DA CLASSE DOMINANTE

A política no Paraná desde sua fundação até nossos dias pode ser entendida pelo poder de famílias dominantes. O TCE-PR é uma instituição crucial para compreender a política do Paraná, presente na condução de interesses políticos estaduais por 70 anos, desde sua fundação em 1947. O que procuramos demonstrar neste capítulo é que, em especial por meio de seus Conselheiros, o TCEPR exerce um papel político muito importante e por vezes negligenciado. Todas as indicações são notadamente baseadas em acordos com o governo estadual e a assembleia legislativa. Percebe-se que o Tribunal de Contas é um espaço privilegiado na disputa política e a sua relação com os outros poderes do Estado, um *locus* privilegiado na ação das classes dominantes.

No corpo funcional do TCE-PR, como apresentado na tabela, foram verificados 21 filhas, 17 filhos, 8 esposas, 5 sobrinhas, 5 genros, 4 primas, 3 sobrinhos, 3 noras, 4 netas, 3 netos, 1 irmã,

1 primo e 1 irmão. Como um dos casos mais emblemáticos, conforme dados do Portal transparência do TCEPR e Portal transparência da Paraná Previdência, apenas a família Ruppel recebeu em junho de 2020, a quantia de R\$ 376.395,75, que dá um custo anual de R\$ 4.893.144,75. Isso dá uma dimensão do custo do nepotismo para o erário, operando uma drenagem de recursos públicos.

A grande maioria dos conselheiros é oriunda do meio político, alinhado às forças dominantes do momento. A amostra revela a força das tradicionais famílias políticas na condução do TCE. Seja como herdeiros de sangue – Guimarães, Camargo, Mattos Leão, Guimarães, Braga, etc – ou como emergentes que utilizam o lugar privilegiado para formação de patrimônio e poder. Também vimos como auditores e procuradores repetem esta mesma lógica. E que o corpo funcional do tribunal também é atravessado por membros das famílias de conselheiros, auditores, governadores, deputados, etc. Uma verdadeira instituição hereditária. Podemos notar que grande parte do corpo histórico diretivo do TCEPR sempre esteve conectada com as famílias dominantes do Paraná. Uma radiografia da instituição das relações de parentesco de conselheiros e auditores nos leva a constatação de que o “capital políticofamiliar” é o recurso predominante da disputa pelo poder. Assim, parece plausível a hipótese de que o sistema de herança política seja a principal estratégia para ocupação dos TCE, como instituição privilegiada para reprodução das famílias dominantes. Este estudo de caso do TCE no Paraná, estado reconhecido por ser moderno, atesta um quadro que encontra similaridades com outras cortes de contas noutros estados do Brasil, funcionando sob a lógica do nepotismo.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS – TRIBUNAIS DE CONTAS: UMA INSTITUIÇÃO HEREDITÁRIA

Um ponto observado em nossa pesquisa é a ligação entre Tribunais de Contas e a política, não restando dúvidas que no Brasil os tribunais de contas estão profundamente ligados ao funcionamento do processo político. Muitos membros dos TCEs possuem ligações de parentesco com membros do poder político, além de influência sobre parlamentares e familiares na política. Apesar do dever institucional de zelar pela impessoalidade e moralidade das contas públicas, os TCEs são instituições atravessadas por interesses familiares. A família é o principal mecanismo de transmissão de poder. Como uma instituição hereditária da classe dominante, os TCEs são fechados e excludentes, prevalecendo os interesses daqueles que deveriam ser fiscalizados, reforçando assim os arranjos políticos das famílias dominantes de cada momento. Não se trata apenas da quantidade de conselheiros ligados às famílias dominantes tradicionais, mas também sua importância, muitas vezes tendo o protagonismo político da instituição em comparação com outros conselheiros vindos da burocracia.

Mesmo assim a Sociologia e a Ciência Política não tem dado a devida atenção aos atores que são objetos deste trabalho. O exame da estrutura e da capacidade política dos tribunais, o grau de importância das famílias políticas para o cargo de ministro/conselheiro e modelos de recrutamento tem ocupado lugar modesto nas pesquisas da área. Também não tem produzido análises sobre seu papel no processo de formação de coalizões políticas, assim como seu funcionamento.

Ainda hoje em praticamente todas as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais é possível verificar a sua composição por segmentos tradicionais de famílias, o que leva as instituições a serem atravessadas por interesses e capitais sociais familiares. A classe dominante é um aglomerado de famílias empresariais, famílias jurídicas, famílias políticas, famílias do Tribunal de Contas e Ministério Público, famílias dos cartórios, famílias proprietárias de terra, famílias da mídia corporativa, famílias históricas, famílias do futebol, entre outras, sempre ocupando posições dominantes no cenário social. Como indica José Monteiro em sua pesquisa:

São famílias que controlam recursos nos/dos Estados e ocupam os principais cargos da República por décadas e, algumas, séculos de poder. Famílias que têm acesso às informações mais sigilosas no que diz respeito às operações econômicas dos Estados. Mantêm contatos, estabelecem e criam relações com os agentes econômicos do Estado e do país. Além disso, possuem “sobrenomes” que as tornam reconhecidas em todo o território. Possuem “capital simbólico de notoriedade” que lhes

permite acessar as mais diversas instituições existentes. Em uma palavra: são famílias influentes política e economicamente. Conforme se observa, atuam nos ambientes estratégicos de definições de políticas para o país. E em instâncias estratégicas de controle do Estado como são os Tribunais de Contas. Não se trata de um exemplo isolado, mas de uma rede construída e que se perpetua no Brasil contemporâneo. São famílias que atuam indicando Conselheiros para os Tribunais de Contas, elegendo representantes para as Assembleias Legislativas e controlando cartórios e outras instituições públicas e privadas. (MONTEIRO, 2017, p 131)

Ao longo desta pesquisa vimos como os Tribunais de Contas são instituições atravessadas por famílias e redes de relações de parentesco de agentes que ocupam cargos estratégicos no Estado. O núcleo duro da direção de diversos TCEs é formado por conselheiros vinculados à famílias políticas. O parentesco é uma das bases da enorme concentração de poder num reduzido grupo de famílias. Os ministros e conselheiros analisados representam as próprias famílias ou expressam os interesses de famílias dominantes. O nepotismo que atravessa gerações mantém os TCEs colonizados por interesses privados. Confirmamos a tese investigada por Ricardo Costa de Oliveira, no qual aponta a genealogia como ferramenta de recrutamento para cargos chaves nos aparelhos do Estado.

Verificamos a existência de capitais familiares que garantem a reprodução social de ministros e conselheiros na política brasileira. A colocação de familiares em cargos estratégicos dos TCEs é uma forma de garantir o controle inclusive das instituições responsáveis pela fiscalização das atividades de estado e de governo. A maior importância da instituição, inclusive, também leva a maior importância para as famílias na disputa política. O estudo de caso do Paraná revela o entrelaçamento da instituição com os outros poderes e com o corpo de funcionários, especialmente comissionados, com fortes traços de distinção familiar. Nossa amostra de 11 estados da Federação, realizada no segundo capítulo, mostra que, apesar de ser consideradas instituições “técnicas”, encontramos na ocupação dos cargos-chave diversos membros das famílias dominantes regionais. É um padrão que se repete no tempo e no espaço. Assim, a “elite político-conselheira” se integra e se mistura com as classes dominantes regionais. Isso acontece no TCU e Tribunais de Contas Estaduais. Muitos conselheiros são de famílias com figuras influentes na política local há diversas gerações, que se revezam nas mais variadas instâncias de poder dos Estados. Constatamos a presença de significativos capitais familiares como um importante fator existente em sua reprodução social e política. Redes familiares – e de afetos, amizades, compadrios, cunhados, sogras, etc - dentro do Estado. Desembargadores, juízes, conselheiros do Tribunal de Contas, procuradores do Ministério Público, Governadores, senadores, secretários, deputados estaduais e assessores, dirigentes de empresas estatais, cartórios, prefeitos e câmaras municipais.

É neste sentido que verificamos a família como eixo de construção das diferenças sociais, atravessando as gerações baseada na herança política. Famílias extensas e integradas, com afinidade pelo *habitus* do poder, como se sua localização no comando da hierarquia social fosse um dom da natureza. Lembramos a família do ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, que tem forte presença em tribunais superiores por gerações, seu irmão é ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sua mulher é ministra do STJ e seu sogro já foi ministro do STF e do próprio TCU. Ou a família política cearense Paula Pessoa, ao qual pertence o conselheiro Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, do TCE-CE, com oito gerações de políticos influentes. O conselheiro, além de ter de pai, irmão e sobrinho na política, tem como antepassado um senador do Império. No caso do Paraná, vimos que o entrelaçamento da instituição com as classes dominantes históricas é completo, inclusive no próprio corpo funcional.

A classe dominante histórica brasileira foi composta preponderantemente por grupos familiares que transmitiram a sua posição em complexos mecanismos de reprodução, por vezes extremamente longos no passado. Esta pesquisa busca avançar na agenda de trabalhos sobre famílias no poder do Brasil. Apesar de frequentemente apresentado como exemplo de modernidade, de racionalidade, de adesão aos valores e às práticas de um capitalismo regido pelos princípios da impessoalidade e da eficiência, os TCEs aparecem efetivamente como um poder integrado nos interesses das redes políticas nacionais e estaduais. Como fiscalizar com isenção se ela faz parte dos núcleos de poder? Como ser um controle externo se ela é interna ao poder que fiscaliza? Na prática, a instituição reforça o poder das famílias dominantes, sendo mais uma instituição hereditária. A função fiscalizar os poderes públicos se torna um objetivo para maximalizar poder, prestígio e privilégios.

Em julho de 2019, reportagem do jornal Estado de São Paulo revelou que conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso recebem todo ano uma verba para aquisição de livros.

De acordo com o jornal, o dinheiro cai na conta dos conselheiros em duas parcelas, o montante é de R\$ 70,9 mil. Não seria preciso comprovar a compra. O tribunal, considera “legal” o vale-livro de R\$ 70,9 mil, que teria a finalidade de “aperfeiçoar” os “serviços” e “produtos” entregues pelos membros do órgão à sociedade”. Segundo o jornal, os conselheiros recebem R\$ 64,3 mil todo mês, quase o dobro do teto constitucional, que é o salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A reportagem mostra que o pagamento aos conselheiros inclui um subsídio de R\$ 35.462,22, uma gratificação por desempenho de função de R\$ 3.831,10, um auxílio-alimentação de R\$ 1.150 e um cotão para o exercício da atividade de controle externo de R\$ 23.873,16 mil. A

matéria diz que o vale-livro é pago há 34 anos, ou seja, desde 1985 e o valor equivale a dois salários de conselheiros¹³⁴.

A Lei n 12.527, de 18.11.2011, denominada Lei da Transparência, estabelece que todos os atos administrativos do Poder Público sejam publicados e fiquem disponíveis na internet. Embora em vigor, verifica-se que na prática muitas instituições não cumprem a sua determinação, dificultando a fiscalização por parte da sociedade. Aferindo os portais dos Tribunais de Contas Estaduais foi possível verificar que somente os do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins, Pernambuco e Rondônia disponibilizam a relação de seus servidores e membros para consulta popular. Os demais: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Alagoas, Pará, Maranhão, Paraíba, Sergipe, Roraima, Ceará, Acre e Amapá não têm disponível a relação de seus servidores, impossibilitando ou dificultando a sua verificação. Sem estes dados fica inviabilizada a aferição da regularidade.

Merece destaque permanente o nepotismo instalado nos TCEs. Em 21 de outubro de 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante nº 13 que proíbe o nepotismo nos três poderes, embora o artigo 37 da Constituição Federal desde 1988 já determinasse expressamente a observância dos princípios da moralidade e da impessoalidade na administração pública. Entretanto, somente com a edição da Súmula Vinculante nº 13 a questão do nepotismo passou a ser tratada pelos órgãos fiscalizadores. Na realidade, a Lei da Transparência se constituiu num marco para abertura da “caixa preta” tanto do Judiciário como dos Tribunais de Contas, permitindo, ainda que de forma insipiente, conhecer as suas “entranhas”, se apresentando como respaldo tanto para o Ministério Público como para qualquer cidadão obrigar estas instituições a fornecer suas informações.

Assim, concluímos que os Tribunais de Contas no Brasil são peças chave para as redes de nepotismo montadas por algumas famílias que ocupam simultaneamente várias instituições políticas para aumentar seu poder nos Estados. Fazendo uma análise comparativa entre os tribunais de contas elencados, podemos observar o evidente controle pelo poder político-familiar. A pesquisa genealógica de ministros e conselheiros diz por si só a força de famílias dominantes no tempo. Observa-se a identificação empírica de conselheiros com nomes e sobrenomes familiares recorrentes, marcados por vínculos familiares e genealógicos nas instâncias municipais e estaduais do legislativo e do executivo, assim como do judiciário, cartórios, Ministério Público, empresariado, podendo em diversas ocasiões até a montar grandes esquemas de corrupção pelo

134 Notícia disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bonus-equivale-a-16-meses-de-salario-deprofessor,70002931848>

abuso de suas prerrogativas legais. Destaca-se a importância do cargo de conselheiro para atender os interesses de famílias políticas que visam manter continuamente seus membros na ocupação dos espaços de poder mais privilegiados.

Vimos como é importante não analisar o indivíduo, mas suas redes, pois assim que se torna inteligível como agem. Não se trata de um mecanismo “impessoal” que operam sem sujeitos (MONTEIRO, 2016, p. 230). As instituições, inclusive os TCEs, funcionam politicamente por meio de pessoas que ocupam seus cargos estratégicos. Por isso a importância da análise política ir além das aparências e dos discursos institucionais. Somente desta forma é possível compreender os mecanismos de reprodução das desigualdades e a concentração do poder. Apesar do recorrente discurso sobre o caráter técnico e apolítico, vimos que os TCEs na prática permitem e reproduzem privilégios hereditários, atendendo interesses privados em detrimento do bem público. A pesquisa aponta que analisar as relações de parentesco é central para a compreensão dos tribunais de contas. Nesse sentido, investigar os Tribunais de Contas se mostrou tarefa bastante árdua, pela dificuldade em se obter dados oficiais, dados de transparência muito irregulares. Mesmo assim, creio que possível demonstrar relações ocultas e silenciadas, dando luz a estruturas de poder da União e de todos os Estados da Federação.

Interessante observar que práticas de nepotismo nos TCs estão inclusive em estados da federação de maior desenvolvimento socioeconômico, como é caso do Paraná e São Paulo. Segundo a ideologia liberal, este último é a unidade federativa brasileira com o maior grau de desenvolvimento econômico, com imprensa relativamente mais autônoma diante do poder político, iria se esperar que os TCs fossem os primeiros órgãos a promover práticas mais republicanas. Porém, o que se observa é o completo anacronismo político-institucional dos TCs, ao contrário das teorias institucionalistas conhecidas nas ciências sociais. Na prática, os indicados para conselheiros e cargos de confiança são próximos de governadores, presidentes das Assembléias Legislativas, políticos das famílias dominantes do Estado. A grande maioria dos conselheiros dos tribunais de contas estaduais, são expolíticos - ex-deputados, ex-secretários, ex-senadores, etc. A cota constitucional para membros do Ministério Público ou servidores de carreira nem sempre é respeitada. As vagas são preenchidas na sua maioria por indicação política. Poucos são os conselheiros que eram procuradores ou auditores, não atrelados a interesses político-familiares.

Esperamos que novos estudos sobre as classes dominantes brasileiras incorporem o Tribunal de Contas no emaranhado das redes políticas e que a agenda de pesquisas sobre os TCEs seja continuada, ampliada e atualizada. Acreditamos que esta pesquisa auxilie no aprofundamento do entendimento da classe dominante brasileira, ocupante de espaços estratégicos nas instituições e no Estado ao longo do tempo. O Estado brasileiro ainda precisa de um longo caminho para inibir o

poder das famílias na colonização dos altos cargos na administração pública. No caso do Tribunal de Contas, que tem função de fiscalização da atividade financeira do setor público, é ainda mais importante para que não seja um instrumento de nepotismo e corrupção generalizada, como vimos nesta pesquisa. Por fim, esperamos que esta pesquisa ajude a embasar projetos e propostas de mudanças nas regras de composição e de atuação desses órgãos de controle. É urgente e essencial rever o modelo de indicações para os TCEs.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2010.
- ALMEIDA, Geórgia Campos de. O Papel dos Tribunais de Contas no Brasil. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7487/o-papel-dos-tribunais-de-contas-no-brasil> Acesso em: 29/04/2016.
- ANDREAZZA, M.L. Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa 1763-1798.
- Associação dos Estudos de População, UFPR. 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1140/1103>
- ALVES, Alessandro Cavassin. A produção antropológica para a política: casos no Paraná, Brasil. Revista NEP - UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, p.136 - 155, agosto 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/54327/33047>
- _____. A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais. 1. ed. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.
- _____. Biografia, genealogia e teoria das elites. Análise de um político paranaense no século XIX.
- Revista eletrônica de Ciência Política. Vol.2, n.1, 2011 (Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/politica/article/viewFile/21732/17096> - Acesso: 25/fev/2013).
- AMARAL, Tiago Valenciano P., O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- AZEVEDO, D. M. Moreira de. Biografia do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Tipografia Guimarães, 1900.
- BEGA, M. T. S. Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional. São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2001.
- BERTAUX, Daniel, Écrire la sociologie, in Information sur les sciences sociales, Londres e Beverly Hills, Sage, 19, pp. 7-25, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado, Usos e abusos da história oral - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

- _____. Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação. Papirus. 1996.
- _____. "O espírito de família". In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- _____. La distinction: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- _____. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOTELHO, André. Seqüências de uma sociologia política brasileira, in Dados, vol. 50 no. 1, 2007.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira Campos & BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro, RJ, Editora: Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2017.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. Cadernos CEDES, Campinas, v.18, n. 42, p. 29-52, 1997.
- _____. Caminhos da Memória: parentesco e poder. Revista Textos de História, Brasília, v. 2, n. 3, p. 85-122, 1994.
- _____. Metáforas do parentesco e a duração em política. Revista Textos de História, Brasília, v. 3, n. 1, p. 82-103, 1995.
- _____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais. Revista Pós Ciências Sociais, Maranhão, v. 8, n. 15, p. 55-75, jan./jun. 2011.
- CANELLO, Julio; HIDALGO; Daniel; LIMA; Renato. Can Politicians Police Themselves? Natural Experimental Evidence from Brazil's Audit Courts. Working Paper, February 2015, pp. 1 -34.
- CATTANI, Antônio David. Sofismas da riqueza. In: CATTANI, Antônio David & OLIVEIRA, Marcelo Ramos. A sociedade justa e seus inimigos. 2ª Ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2016.

CARVALHO, Lucas Borges de. Os Tribunais de Contas e a construção de uma cultura da transparência: reflexões a partir de um estudo de caso. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, 231: 193-216, jan/mar 2003.

CASTRO, José Nilo de. *Julgamento das Contas Municipais*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. Da necessidade de aperfeiçoamento do controle judicial sobre a atuação dos Tribunais de Contas visando assegurar a efetividade do sistema. *Revista do Tribunal de Contas da União*. Brasília: TCU, 2006.

COSTA, Paulo Roberto Neves Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Rev. Sociol. Polit.* vol. 22 no.52 Curitiba Oct./Dec. 2014.

CITADINI, Antonio Roque. *O Controle Externo da Administração Pública*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1994.

DELGADO, José Augusto. Os Tribunais de Contas e sua importância institucional. Origem. Os Tribunais de Contas nas instituições da Alemanha, Argentina, Chile, Espanha e Portugal. Relação, no Brasil, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Curitiba: Juruá, 2006.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FAGUNDES, Seabra. *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*. 4. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1967.

FERNANDES LUIZ, Laura Sica. O caso de Aníbal Khury no Paraná (1997-2001): capital social, patronagem e poder de agenda (2007). Monografia em Sociologia Política, UFPR.

FERREIRA, Luciane Fleck. O poder de polícia dos tribunais de contas. Monografia do curso de especialização em gestão pública e controle externo. Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FERREIRA, Tania M. T. B C. História e Prosopografia. In: X Encontro Regional de História. Rio de Janeiro: ANPUH, UFRJ, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996 (1ª edição, 1933).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1985.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984 (1ª edição, 1958).

FONSECA, Cláudia. “Amor e família: vacas sagradas da nossa época”. IN: Ivete Ribeiro, Ana Clara T. Ribeiro (orgs.). Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira. SP, Loyola, 1995.

GUERRA, Evandro Martins. Os controles externos e internos da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Entre famílias e secretarias: análise do arranjo político administrativo do Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau, Nova Letra, 2015.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. A Dança das Cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. “As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica”. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. Porto Alegre, RM Editora. pp. 233-332, 2016.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva. Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense (1889-1930). Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

_____. “Família e Política: concepções teóricas e metodológicas”. XV Encontro Regional de História, Curitiba, 2016.

_____. Família Slaviero: uma história de grandes conquistas. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.2, p.720-734, maio 2016.

GUTIÉRREZ, H. Fazendas de gado no Paraná escravista. Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro, n. 9, p. 102-127. p. 102, 2004.

GRANATO, Natália Cristina. O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

GRILL, I. G. Família, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do título escolar no exercício do métier. Tomo. Porto Alegre, n. 10, p.85-111, 2007.

_____. Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul.

Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2003.

GRILL, Igor Gastal. “As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes”. *Sociedade em Debate*, v. 10, n. 2, pp. 159-197, 2004.

GRILL, Igor Gastal. “‘Família’, Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier”. *TOMO*, v. 10, pp. 85-111, 2007.

GRILL, Igor Gastal. “‘Famílias’, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 43, n. 2, pp. 137-157, 2012.

GRILL, Igor Gastal. “Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul”. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

HELLER, Milton Ivan. Aníbal Khury: vida e obra. Assembléia Legislativa do Paraná, Curitiba, 2000.

JAYME, Fernando G. Tribunal de Contas: jurisdição especial e a prova no procedimento de julgamento de contas. In: *Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais*. Belo Horizonte. v.32. n.3. p.135-150. jul./set. 1999. p. 135-150.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Raposas e Outsiders no Futebol Paranaense: um estudo sobre relações de poder e genealogia. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; MORAES, Tiago Cacique. Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, volume 43, nº4, jul. /ago. 2009, pp. 739-72.

KAMINSKI. Henry Levy. Elites e parentesco no sistema judicial paranaense. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. 2013.

MACHADO, Audálio José Pontes. Tribunais de Contas Estaduais: indicações, perfil dos conselheiros e autonomia das instituições. Dissertação. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

MACHADO, Vanderlei Hermes. Do Berço ao Túmulo: família e cartórios no Paraná. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MACHADO, Vanderlei/ CAPRARO, Milene. Os donos do poder em Campo Largo: que são?. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.2, p. 118-136, 2016.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Paraná: Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico;1928-1953: do poema ao modelo historiográfico. Tese. Universidade Federal do Paraná, 2013.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21 Nº. 60, 2006.

MEDAUAR, Odete. Controle da Administração Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MELO, Verônica Vaz de. Tribunal de Contas, história, principais características e importância na proteção do patrimônio público brasileiro. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar. 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigos_id=11198 Acesso em: abril de 2016.

MONTEIRO, José Marciano e ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Parentesco, poder político e representação feminina na 55ª legislatura na câmara federal. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Nepotismo, parentesco e mulheres. Curitiba: RM Editores. 2016, p. 507-563.

_____. A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: Editora LiberArs, 2017.

MILESKI, Helio Saul. O controle da gestão pública. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1, de 1969. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Vol.1, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.

_____. Genealogia Paranaense. Vol.2, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1927.

_____. Genealogia Paranaense. Vol.3, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1928.

_____. Genealogia Paranaense. Vol.4, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1929.

_____. Genealogia Paranaense. Vol.5, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.

_____. Genealogia Paranaense. Vol.6, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1950.

NICOLAS, Maria. Cem anos de vida parlamentar. Deputados provinciais e estaduais do Paraná.

Assembleias Legislativas e Constituintes 1854 – 1954. Curitiba, 1954.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 200

4.

_____. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

_____. Política, Direito, Judiciário e Tradição Familiar. IX Encontro das ABCP, 2014.

_____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. Revista Sociologias, UFRS, 2001.

_____. Redes de Nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades. 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

_____. A genealogia como metodologia de análise das estruturas de desigualdade e estratificação social. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

_____. Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015.

_____. Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Política, direito, judiciário e tradição familiar. In: Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau, Nova Letra, 2015.

_____. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. IN: OLIVEIRA, R. C. de; de O. Salles; J. P. Kunhavalik. A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

_____. Política, direito judiciário e tradição familiar. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra. pp. 333-354, 2014.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Crhistina;

MONTEIRO, José Marciano. “Família, parentesco, instituições e poder no Brasil”. Revista Brasileira de Sociologia, Volume 05, No. 11, Set/Dez/2017.

OLIVEIRA, Ricardo. Genealogia e Prosopografia Familiar dos Candidatos Presidenciais e do Ministério Bolsonaro: as entranhas sociais e políticas do Brasil. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia GT31 - Família, Instituições e Poder, 2019.

PALADINO, Andrea Silio. Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná : uma análise do perfil social e orientação jurídica nas carreiras de magistrado e do quinto constitucional. Dissertação (mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007.

PEREIRA, Fernando Marcelino. “Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná: redes sociais, nepotismo e influência política”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), v. 2, n. 1, pp. 1-5, 2006.

_____. “Tribunal de Contas do Paraná: Instituição, política e história (1947-2017). Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, p. 106-117, agosto 2017.

_____. “Breve genealogia da família Cunha Pereira”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.2, p. 72-80, maio 2016.

_____. “Famílias políticas tradicionais dominam as eleições à Prefeitura de Curitiba em 2016”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.4, p. 35-50, setembro 2016.

_____. “Polêmicas do Tribunal de Conas do Paraná em 2015”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.2, p.677-680, maio, 2016.

_____. “Breve Estudo Genealógico de Cecílio do Rego Almeida”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.2, p. 26-41, maio 2016.

_____. “Estruturas de Parentesco dos Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU)”. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.4, n.1, p. 26-41, maio 2018.

_____. “O “Clã da Lapa” na formação da classe dominante paranaense”. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.4, n.1, p. 26-41, maio 2018.

_____. Classes Dominantes do Paraná Contemporâneo: Famílias, Poder e Riqueza. Edição próprio. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/5473309/9645aa>

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

_____. WAGNITZ, Paula & MORAES, T. A profissionalização da carreira jurídica e a trajetória dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (1891-1981). In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2011.

_____. “Vocação inata” e recursos sócio-culturais: o caso dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. In: Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 31. 2007, p. 175-198.

SPECK, Bruno. Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União: o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

RIBEIRO, L. C. O mandonismo local e o movimento republicano. História: questões & debates, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 65-85, jun. 1982.

SILVA, Carla Andréia Alves. Poder político e relações de parentesco no município de Londrina. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.1, n.1, p. 203-223, dezembro 2015

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

_____. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

_____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

_____. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro, LeYa, 2016.

_____. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 1999.

TORRES, Ricardo Lobo. O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade. Rio de Janeiro: Revista do TCE/RJ, n. 22, jul/1991.

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Terra Sol, 1927.

_____. Instituições políticas brasileiras – Fundamentos sociais do Estado. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 1999 (1ª edição, 1949).

_____. Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1958.

_____. História social da economia capitalista no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. Eduff, 1987.

_____. Populações meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987.

_____. Ensaios inéditos. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

_____. Problemas de Organização e Problemas de Direção. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1974.

WACHOWICZ, R. C. 1977. História do Paraná. Curitiba: Vicentina, 1977.

WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Departamento de História, nº 7, p.1-52, 1968.

WEITZ-SHAPIRO, Rebecca; de MORAES, Camila; HINTHORN, Miriam. Overseeing oversight: The logic of appointments to subnational audit courts. Working paper, 2015, pp. 1-30.

WESTHEPHALEN, C. M. et al. IN: Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná. Curitiba, Editora do Chain/Banestado, 1991.

Sites

<http://portal.tcu.gov.br>

<https://irbcontas.org.br/>

<https://portal.fgv.br/>

TCE-PR

47 anos de história (1947-1994): biografias do corpo histórico. TCE-PR, Curitiba, 1994.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná: 50 anos de história. TCE-PR, Curitiba, 1997.

História e Memória. TCE-PR, Curitiba, 2008

Revistas dos Tribunal de Contas

www.transparência.pr.gov.br